

COLETIVA

reflexões sobre incubação e autogestão



itcp unicamp

COLETIVA

reflexões sobre incubação e autogestão

ITCP/Unicamp

1a edição
Instituto de Economia
Campinas - SP
2011

Copyright: 2011 Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas

A reprodução, reapropriação e reedição de todo conteúdo para fins não comerciais é livre, desde que citada a fonte e mantida esta nota.

Ficha catalográfica elaborada pelo Centro de Documentação do
Instituto de Economia da Unicamp

334 Coletiva – reflexões sobre incubação e autogestão /
C679 Universidade Estadual de Campinas. Pró-Reitoria de
Extensão e Assuntos Comunitários. Incubadora
Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP). Campinas,
SP: Unicamp. Instituto de Economia, 2011.

ISBN 978-85-86215-66-7

1. Economia solidária. 2. Cooperativismo. 3. Educação
popular. 4. Autogestão. I. Universidade Estadual de Campinas.
II. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares.
III. Título.

270 p.

Índice para catálogo sistemático:

1. Economia Solidária: Educação Popular

334

C679

Essa publicação foi realizada com o apoio do MEC/MinC/IPHAN/MTE através do programa de apoio a extensão PROEXT 2009 - MEC/SESu.

COLETIVA

reflexões sobre incubação e autogestão



UNICAMP



PREAC

Pró-Reitoria de Extensão e
Assuntos Comunitários

Organização

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da
Universidade Estadual de Campinas (ITCP/UNICAMP)

Comissão Editorial

Bruna Vasconcellos
Bruno Sayão
Diana Helene
Ioli Gewehr Wirth
Lais Fraga
Mariana Pereira de Castro

**Debatedores do "Seminário de extensão e Economia
Solidária na ITCP: sistematização de experiências"**

Claudio Nascimento
Édson do Prado Pfützenreuter
Henrique Novaes
João Eduardo Baravelli
Maira Rocha
Maria Clara Palleta Lomar
Maria Rosa Lombardi
Miguel Juan Bacic
Samuel Leal
Sylvia Leser

Organização e editoração de entrevistas

Igor Silva Figueiredo

Projeto Gráfico e ilustrações

Diana Helene

Revisão de Texto/Ortográfica

Jefferson Vasques

Fotografias

Acervo ITCP/UNICAMP

Intelectuais apolíticos

Otto René Castillo

Um dia,
os intelectuais
apolíticos
do meu país
serão interrogados
pelo homem
simples
do nosso povo

Serão perguntados
sobre o que fizeram
quando
a pátria se apagava
lentamente,
como uma fogueira frágil,
pequena e só.

Não serão interrogados
sobre os seus trajes,
nem acerca das suas longas
siestas
após o almoço,
tão pouco sobre os seus estéreis
combates com o nada,
nem sobre sua ontológica
maneira
de chegar às moedas.

Ninguém os interrogará
acerca da mitologia grega,
nem sobre o asco
que sentiram de si,
quando alguém, no seu fundo,
dispunha-se a morrer covardemente.

Ninguém lhes perguntará
sobre suas justificações
absurdas,
crescidas à sombra
de uma mentira rotunda.

Nesse dia virão
os homens simples.
Os que nunca couberam
nos livros e versos
dos intelectuais apolíticos,
mas que vinham todos os dias
trazer-lhes o leite e o pão,
os ovos e as tortilhas,
os que costuravam a roupa,
os que manejavam os carros,
cuidavam dos seus cães e jardins,
e para eles trabalhavam,
e perguntarão,
"Que fizestes quando os pobres
sofriam e neles se queimava,
gravemente, a ternura e a vida?"

Intelectuais apolíticos
do meu doce país,
nada podereis responder.

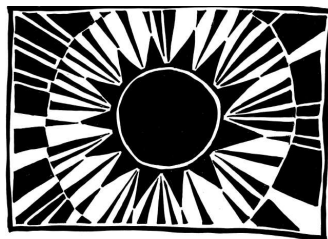
Um abutre de silêncio vos devorará
as entranhas.
Vos roerá a alma
vossa própria miséria.
E calareis,
envergonhados de vós próprios.

Sumário

- 9 PRIMEIRAS PALAVRAS
- 11 PREFÁCIO
- 13 APRESENTAÇÃO

17 SEÇÃO 1 - EDUCAÇÃO POPULAR E AUTOGESTÃO

19 Artigo: "Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para metodologia de incubação" - Ioli Gewehr Wirth, Marcos Lourenço Chabes e Tessy Priscila Pavan



41 Artigo: "A Comunicação Popular na construção da Identidade" - Cristina Beskow, Diana Helene, Mariana Cestari e Maíra Benicio

63 Artigo: "A construção de uma prática organizativa autogestionária no Cotidiano da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP: um processo diário de aprender a fazer política" - Juliana da Silva Nóbrega, Marcelo Vaz Pupo, Ana Maria Raietparvar, Caroline Souza, Rafael Moya e Natalie Machado Rios

89 SEÇÃO 2 - ECONOMIA POLÍTICA

91 Artigo: "Caracterização da Economia Solidária a partir dos conceitos de marginalidade e superexploração" - Bruno Mesquita Rampone, Rodrigo Taufic, Theo Lubliner, Mariana Pereira de Castro e Leonardo Silva



111 SEÇÃO 3 - GÊNERO

113 Relato de Experiência: "Da ocupação à cooperativa – As mulheres guerreiras do Vergel" - Mariana Cestari, Rachel Coiado Previato e AMA - Associação das Mulheres Agroecológicas



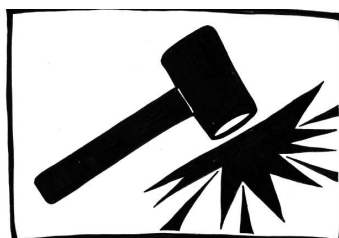
127 Relato de Experiência: "Divisão sexual do trabalho em empreendimentos de triagem de resíduos sólidos: um estudo de caso" - Ioli Gewehr Wirth

139 Artigo: "Economia Solidária e Prostituição: A experiência de uma associação política de Profissionais do Sexo em Campinas" - Alessandro Oliveira, Aline Tavares, Ana C. Costa

161 Entrevista: com Ângela Araújo - "Trajetória feminista e a universidade"

181 SEÇÃO 4 - QUESTÃO JURÍDICA

183 Artigo: "Os equívocos acerca do combate à precarização do trabalho: Termo de ajustamento de conduta firmado entre Advocacia Geral da União e Ministério Público do Trabalho" - Rafael Moya



195 SEÇÃO 5 - TECNOLOGIA SOCIAL

197 Artigo: "O Engenheiro Educador" - Lais Fraga, Ricardo Silveira, Bruna Vasconcellos

221 Relato de Experiência: "A construção do projeto arquitetônico da nova sede da Cooperativa Bonsucesso" - André Dalbó, Diana Helene, Flávio Higuchi Hirao, Kaya Lazarini e Ulisses Terra



239 Relato de Experiência: "Processo de desenvolvimento de uma Tecnologia Social: 'Mesa de Triagem de Materiais Recicláveis'" - Lais Fraga, Ricardo Silveira e Bruna Vasconcellos

553 SEÇÃO 6 - TURISMO

255 Relato de Experiência: "Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira: percepções de uma equipe" - Élcio de Souza Magalhães, Mariana Pereira de Castro e Natalie Machado Rios



PRIMEIRAS PALAVRAS

A **Coletiva**, como o próprio nome já diz, é uma publicação construída por muitas mãos. Contamos com a participação de formadores(as) antigos(as), que já não estão mais na incubadora, com formadores(as) atuais, com professores(as) e pesquisadores(as) que nos acompanham de perto e com outros com os quais estabelecemos o começo de um diálogo. Toda essa colaboração serviu para compreender, sistematizar e lapidar a matéria-prima desta publicação, que é a experiência concreta que vivenciamos cotidianamente no chão do trabalho associado. Nessa trajetória de sistematização, Cláudio Nascimento nos lembrou que a autogestão começa com as mãos e o professor Edison Reuter nos brindou com a frase de Bachelard *"O homem pensa porque tem mãos"*.

Foi depois de colocar a "mão na massa", de trabalhar na incubação de cooperativas e grupos populares durante oito anos e depois da cobrança insistente por produção acadêmica, que surgem dois produtos escritos daquilo que foi pensado a partir das mãos: a **"Coletiva"** e a **"Empírica"**.

A **"Empírica – metodologia de incubação"** reúne 49 oficinas de incubação e pretende ser uma contribuição e sistematização de instrumentos da Educação Popular aplicados ao universo do trabalho associado.¹

A **"Coletiva"** é constituída por relatos de experiência e por artigos motivados por reflexões decorrentes do processo de incubação. A **"Coletiva"** e a **"Empírica"** são, portanto, dois produtos de uma mesma práxis, a primeira com ênfase na metodologia e a segunda na reflexão teórica.

¹ Este livro possui também uma versão digital com o diferencial de ser alimentada com novas oficinas, disponível em <http://www.itcp.unicamp.br/empirica>.

O pontapé inicial para a “Coletiva” foi a reunião dos relatos de experiência e artigos que já haviam sido produzidos no âmbito da incubadora. A partir desse material inicial, foi feito um convite ao coletivo de formadores para a produção de textos novos, que deveriam preferencialmente abordar alguns aspectos não contemplados pelo material que já havia disponível. Os grupos de estudo da incubadora atenderam prontamente ao chamado e enriqueceram a coletânea de textos.

Prosseguimos então para a fase de qualificação destes textos. Com esse objetivo foi organizado o seminário “*Extensão e Economia Solidária na ITCP: sistematização de experiências*”, nos dias 7 e 8 de Outubro de 2009, na UNICAMP. Nessa ocasião, os textos foram debatidos por professores(as), pesquisadores(as) e por representantes não-acadêmicos e protagonistas de experiências irmãs. Agradecemos imensamente a leitura atenta dos trabalhos, as contribuições, as críticas e a indicação de novos temas e referências. Os resultados desse diálogo são variados. Alguns artigos foram reescritos, outros modificados, mas sobretudo ficaram as indicações de percursos futuros a serem trilhados pelo coletivo de formadores. No intuito de transparecer parte desse diálogo aos leitores desta revista, transcrevemos falas dos debatedores(as) e agregamos apresentações escritas pelos(as) mesmos(as). Portanto, o leitor encontrará antes de alguns trabalhos um trecho proferido por algum debatedor que contribui para situar cada um dos relatos e artigos na perspectiva de construção colaborativa dos conhecimentos em torno do trabalho associativo.

A comissão editorial

PREFÁCIO

Mohamed Habib ²

A atual crise financeira mundial, iniciada pelo desmoronamento de alguns bancos norte-americanos, e agora estendida para o mundo inteiro, mais uma vez, revela o potencial suicida do modelo econômico neoliberal globalizado. Uma economia que tem como base a exclusão social, a concentração de riquezas na mão de poucos e, ainda, a apropriação do conhecimento como instrumento de poder e de dominação, só pode levar o mundo a catástrofes sociais, econômicas e ainda ambientais. Quadro este que torna o presente da humanidade insustentável e o seu futuro visto como assustador. A economia solidária, hoje, é a resposta, trazendo de volta à sociedade humana valores que a economia capitalista não reconhece. Justiça social, respeito à dignidade humana, sustentabilidade sócio-ambiental e ética, são exemplos de valores que a economia solidária incorpora na sua base conceitual e que oferecem uma esperança maior para a humanidade. A ITCP/UNICAMP é o espelho de uma pequena ilha num oceano perturbado.

A ITCP da UNICAMP é um Programa de Extensão Universitária – criada pela resolução GR n. 086, de 28 de agosto de 2001 – e é vinculada à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC). Ela é parte da Rede Universitária de ITCPs e o seu objetivo é contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária, a partir da formação de grupos autogestionários e/ou cooperativas populares. A atuação da ITCP/UNICAMP faz-se diretamente junto às cooperativas e aos grupos atendidos, em seus locais de trabalho, e envolve ações de extensão e de pesquisa nas áreas de trabalho e geração de renda, educação popular de jovens e adultos, autogestão, adequação sociotécnica e desenvolvimento

² Professor titular do Instituto de Biologia, Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários e membro do Conselho Orientador da ITCP/UNICAMP.

de tecnologias apropriadas; saúde individual e coletiva e meio ambiente, ademais de ações de atuação coletiva e associativismo. A ITCP/UNICAMP atua de forma articulada com diversos projetos do Governo Federal, dos quais obtém o financiamento para sua operação e com prefeituras locais (especialmente a de Campinas) e ONGs que contribuem para que as ações planejadas possam se concretizar.

Tenho certeza que esta publicação será um espaço não apenas de divulgação, mas também de integração de vários setores da sociedade brasileira com a academia, na área de economia solidária, contribuindo para a construção conjunta de uma sociedade mais solidária, mais justa, mais harmônica e mais sustentável.

APRESENTAÇÃO●

Miguel Juan Bacic ³

A ITCP/UNICAMP desde sua criação forma e organiza cooperativas ou grupos associativos, facilitando o resgate da noção de cidadania das pessoas atendidas, a melhora de sua saúde e de sua auto-estima e das bases de convivência social e a obtenção de renda. O público atendido por ela consiste em pessoas marginalizadas por diversas causas (sociais, econômicas, de saúde, pela profissão em que atuam). A situação típica destas pessoas é o desemprego, possuírem baixa escolaridade, com experiências de subemprego e emprego informal, em situação de risco social, com pouquíssimas oportunidades de inserção no mercado formal de trabalho.

Espera-se que a atuação da ITCP/UNICAMP traga resultados positivos no referente à geração de emprego a partir do desenvolvimento das atividades coletivas, a saída da exclusão social de um número significativo de famílias; que melhore a qualidade de vida dos trabalhadores, os índices de escolaridade da população atingida e as condições de vida da população atingida, possibilitando assim a estruturação das famílias e a inserção cidadã das pessoas. Como consequência, espera-se redução dos investimentos em políticas compensatórias nas áreas de atuação dos projetos que a incubadora desenvolve e a redução dos custos de governo em tratamento a adictos, alcoólatras e crianças subnutridas. Ademais, espera-se que o conjunto de competências adquiridas pelas pessoas atendidas, possa servir como uma porta de saída para o programa de transferência condicionada de renda, o Bolsa Família.

³ É professor do Instituto de Economia e membro e atual presidente do Conselho Orientador da ITCP/UNICAMP.

O caráter autogestionário dos grupos atendidos reflete-se na organização interna da ITCP/UNICAMP. A incubadora é composta por um Conselho Orientador formado por docentes da universidade e por um Coletivo de Formadores (alunos de graduação e pós-graduação) que delibera de forma autogestionária. A Coordenação Executiva (CE) da ITCP é constituída por uma equipe de três formadores eleitos anualmente pelo Coletivo. A CE representa o coletivo da ITCP interna e externamente à Unicamp e coordena o conjunto de atividades. Os Grupos de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária (GEPEs) são responsáveis pela realização de estudos coletivos temáticos demandados pelo Coletivo. Todos os formadores estão inseridos em um ou mais GEPEs, de acordo com sua área de atuação dentro da ITCP. As equipes de incubação são constituídas por um conjunto de formadores que se responsabiliza pela incubação de um ou mais grupos. As equipes são interdisciplinares, com formadores que participam dos distintos GEPEs de acordo com a característica da demanda de cada projeto.

O conjunto de atividades desempenhadas pelos alunos que compõem o Coletivo de formadores desenvolve-se tendo a metodologia de pesquisa-ação como guia principal, sem descartar outros métodos nos quais se baseia o trabalho científico. Como resultado do trabalho foram defendidas várias teses de doutorado e dissertações de mestrado em diversas unidades da Unicamp (Economia, Educação e Geociências) e apresentados trabalhos em congressos nacionais e internacionais.

O aprendizado construído a partir da discussão e a ação dentro das atividades da ITCP/UNICAMP, tanto por parte dos docentes e especialmente pelos alunos atuantes dentro do Coletivo de Formadores, no referente à Economia Solidária e à incubação de grupos, devia de alguma forma ser apresentado para a comunidade, tanto como contribuição como para receber críticas e sugestões, permitindo, assim, a construção de um “saber coletivo” útil para a reflexão, a crítica e a ação do conjunto de atores que no Brasil lutam em prol da diminuição das desigualdades e a inserção dos excluídos.

O primeiro número da publicação, intitulada Revista Coletiva, apresenta os resultados de pesquisas individuais e coletivas, relatos de experiências de alunos que atuaram e atuam nos projetos da ITCP, bem como uma entrevista com a professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) Ângela Araújo.

Esta publicação está organizada em seis sessões temáticas que mesclam relatos de experiências e artigos.

A primeira seção, Educação Popular e Autogestão, é composta por três textos que tratam do tema por diferentes abordagens: a metodologia de incubação, a comunicação popular e as lições do cotidiano organizativo autogestionário da ITCP/UNICAMP.

Já a segunda seção, sobre Economia Política, traz um artigo que busca refletir sobre a Economia Solidária a partir dos conceitos de marginalidade e superexploração.

A terceira seção é composta por quatro textos que, embora diferentes entre si, formam uma unidade por abordarem a relação entre Economia Solidária e Gênero. Os textos tratam da luta de um grupo de mulheres em um assentamento rural, da divisão sexual do trabalho em uma cooperativa popular, do processo de formação de uma associação de profissionais do sexo e, por fim, da experiência da professora Ângela Araújo como docente participante do Conselho Orientador e atuante no Grupo de Estudo de Gênero.

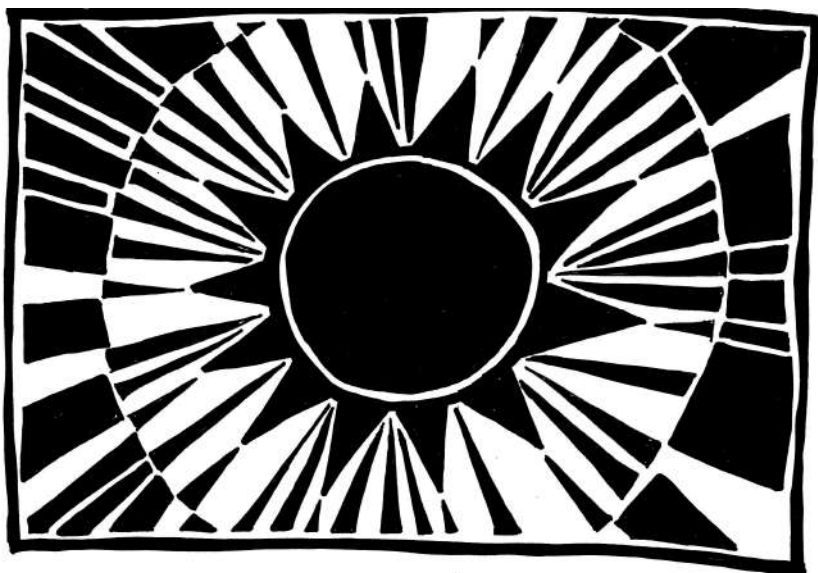
A quarta seção aborda questões jurídicas da Economia Solidária com uma discussão sobre o polêmico Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre Advocacia Geral da União e Ministério Público do Trabalho.

A quinta seção traz o acúmulo da ITCP/UNICAMP no tema da Tecnologia Social com três textos. O primeiro busca apontar para a necessidade de um engenheiro que seja também um educador popular. Os outros dois relatam experiências resultantes da aliança entre a universidade e as cooperativas populares.

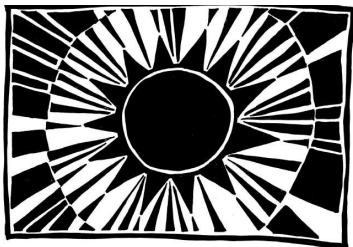
Por fim, a sexta seção aborda o tema do Turismo e apresenta um diagnóstico feito sobre a temática no Vale do Ribeira, São Paulo.

Esperamos que a boa qualidade dos textos, o relato e a reflexão possibilitados pelas pesquisas e a originalidade das experiências possam contribuir com o coletivo de praticantes e pesquisadores do mundo da Economia Solidária.

SEÇÃO 1.



EDUCAÇÃO POPULAR E AUTOGESTÃO



Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para metodologia de incubação

"Na autogestão da pedagogia se constrói a pedagogia da autogestão.

[...]

Paulo Freire é um grande educador, mas é antes de tudo um filósofo. Então Paulo Freire tem uma concepção ontológica, filosófica, da utopia, da esperança, e eu acho que isso é fundamental de a gente buscar. Por que a nossa estratégia de desenvolvimento na perspectiva da experimentação social de autogestão, ela tem que ter um horizonte, que eu chamo de utopia concreta. O Paulo Freire chamava de inédito viável. Nós temos que trabalhar o possível, a realidade não é só realidade, ela traz um possível, um novo dentro dela... ir lá de cima para explodir a carcaça do sistema capitalista.

[...]

Você não tem que chegar nesses locais para estar ensinando, você tem que desocultar saberes que estão colocados ali. Qualquer experiência de trabalho associado é um complexo de saberes, simplesmente fabuloso... A Economia Solidária como um ato essencialmente pedagógico... e a autogestão é a pedagogia do socialismo. Então o processo de trabalho associado é um processo em que cada um é um educador, não é apenas um produtor de mercadorias."

Cláudio Nascimento

Participante da Rede de Educação Cidadã (RECID) – Talher Nacional

Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para metodologia de incubação

Autores: Ioli Gewehr Wirth⁴, Marcos Lourenço Chabes⁵ e Tessy Priscila Pavan⁶

Resumo: O presente artigo baseia-se no Projeto Político Pedagógico da ITCP/UNICAMP e em reflexões que se realizaram em torno da metodologia de incubação da incubadora. A partir da compreensão de que a prática de incubação precisa ser coerente com o princípio da autogestão buscamos autores que podem embasar a construção de uma metodologia de incubação. Nesse trabalho, onde pretendemos apenas iniciar um debate, nossos principais referenciais são Paulo Freire, conhecido educador brasileiro e Pistrak, um pedagogo soviético. Esse texto traz elementos teóricos permeados por reflexões sobre a nossa prática. No final propomos algumas perguntas que podem estimular o leitor a realizar essa discussão a partir de sua realidade.

Palavras-chave: educação popular; escola do trabalho; metodologia de incubação

⁴ Membro do coletivo de formadores da ITCP/UNICAMP e mestranda na área de Educação e Sociologia pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, bolsista FAPESP.

⁵ Formador da ITCP/UNICAMP, graduado em Ciências Biológicas pelo IB/UNICAMP.

⁶ Formadora da ITCP/UNICAMP, graduada em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP.

Introdução

Desde 2001 a ITCP/UNICAMP realiza atividades de incubação. Durante essa prática, o método de acompanhamento dos grupos autogestionários se transformou, passando desde assessoria técnica, cursos de capacitação a trabalhadores desempregados até chegar à concepção de uma metodologia de incubação teórica e politicamente situada, mas, ao mesmo tempo, em processo de constante revisão.

Esse movimento constante de reelaboração de uma prática de incubação e das certezas e incertezas teóricas que acompanham esse processo está presente no texto. A primeira impressão poderá ser de incoerência teórico-prática bem como de estranhamento em relação a categorias teóricas antagônicas sendo abordadas conjuntamente. No entanto, acreditamos que esse texto reflete o que de fato acontece no cotidiano de um projeto de extensão. É o resultado de um processo de reflexão coletivo de estudantes de graduação e pós-graduação que cotidianamente confrontam teorias militantes e acadêmicas com as necessidades concretas de coletivos de trabalhadores, que também projetam seus saberes e anseios durante o processo de incubação. A expressão escrita dessa realidade apresenta diferentes perspectivas políticas que, no entanto, podem ser convergentes a uma proposta de ação. Essa forma de escrita, coletiva e politicamente debatida, certamente não é a mais convencional na academia, assim como uma tentativa de diálogo com os setores populares não é a metodologia mais utilizada e aceita no fazer científico.

Acreditamos que o debate sobre os significados políticos da prática seja uma necessidade constante de cada incubadora. A escolha de teorias e de metodologias para a incubação deve estar permeada por esse debate. Ainda que não se opte por um objetivo único ou por uma forma de atuação homogênea é fundamental que cada formador se indague constantemente para que tipo de relação social e de projeto político a sua atuação contribui a curto, médio e longo prazo. Pretendemos, dessa forma, nos contrapor às práticas pretensamente neutras, que se auto-intitulam freireanas, mas que não se propõem a fazer um debate político mais amplo, conforme abordado por Efrem Filho (2008).

Essa introdução não pretende nos eximir de erros teóricos aos quais podemos ter incorrido bem como de outras críticas. Muito pelo contrário, esse texto e esta revista são um convite à comunidade acadêmica para debater conosco os desafios da produção acadêmica articulada com a extensão universitária.

Incubação e Educação Popular

A incubação de grupos populares é um processo educativo. Para fundamentar esta prática pedagógica, na ITCP/UNICAMP, utilizamos autores e metodologias que têm uma proposta educativa coerente com a Economia Solidária, ou seja, baseamo-nos em pedagogos que trabalham com os princípios da auto-organização dos educandos, com o princípio da dialogicidade, da decisão coletiva.

Paulo Freire e Pistrak são autores que se pautam por estes ideais no contexto escolar ou no contexto de alfabetização de adultos. O principal exercício deste artigo é transpor estes princípios para o contexto em que atuamos, que é o contexto de trabalho nas cooperativas e grupos populares. Esta transposição não pode ser feita através da simples aplicação das atividades propostas por estes autores, pois as condições do contexto escolar são muito distintas das condições do contexto de trabalho. Enquanto a escola é por excelência o lugar da aprendizagem a cooperativa é o lugar da produção do sustento.

Nesse sentido, o processo de aprendizagem que venha a ocorrer no espaço de trabalho precisa estar intimamente relacionado aos problemas, às necessidades e aos anseios desse espaço. Procuramos então uma metodologia coerente para o processo de incubação. Uma metodologia de trabalho que considere o saber popular e o conhecimento produzido dentro dos empreendimentos como um conhecimento legítimo e necessário para a transformação da realidade. Essa metodologia deve considerar possível a aliança do conhecimento acadêmico com este outro tipo de saber, sem hierarquizar esta relação para, a partir daí, construir propostas válidas para a autogestão.

A educação popular, entendida como uma educação para o povo, um processo amplo de formação da classe trabalhadora, começa no Brasil na década de 40. Trata-se de uma série de campanhas de alfabetização, programas de formação supletiva e técnica (SENAC, SUDENE, MOBRAL), impulsionados por uma idéia desenvolvimentista no contexto do pós-guerra. Esses programas se pautavam pelo “mínimo necessário” para o estabelecimento de melhores condições materiais de vida nas comunidades mais pobres. Setores da igreja católica, da Universidade e organizações de estudantes participavam dessas iniciativas de formação e foram responsáveis por alterar a lógica do “mínimo necessário” para uma Educação Popular com letra maiúscula, ou seja, uma concepção pedagógica politicamente assumida, que propõe desvelar as relações sociais de opressão ao longo do processo de aprendizagem (Brandão, 2002).

Paulo Freire, que também iniciou sua trajetória como educador junto aos setores populares, sistematizou essa experiência e propôs uma teoria crítica às concepções de educação então vigentes. A problemática principal da obra freireana é a libertação das pessoas concretamente em suas vidas desumanizadas pela opressão e dominação social. Essa foi a grande luta travada por Freire e sua proposta pedagógica traduz, de forma integral, as preocupações que perpassam de início ao fim sua atuação prática como educador e intelectual. É dessa práxis que surge a Educação Popular de Freire.

Freire está na origem da Educação Popular como paradigma latino-americano que traz inúmeras contribuições para a pedagogia mundial. Ele foi um dos pioneiros a problematizar os desafios concretos que impulsionaram a articulação de lutas organizadas a partir de movimentos populares em direção à transformação das realidades sociais opressoras. Pela coragem e pela postura coerente de humildade e autocrítica, a proposta freireana convergiu para um grande movimento de práxis transformadora, que foi emergindo da realidade social latino-americana, e passou a agrupar inúmeros líderes, intelectuais e educadores do mundo todo.

Em última análise, devo dizer que tanto minha posição cristã quanto a minha aproximação de Marx, ambas jamais se deram ao nível intelectualista, mas sempre referidas ao concreto. Não fui às classes oprimidas por causa de Marx. Fui a Marx por causa delas. O meu encontro com elas é que me fez encontrar Marx e não o contrário (FREIRE, 1979).

Foi por meio da prática e do envolvimento com a luta concreta do povo que Paulo Freire aprofunda suas reflexões e converge para paradigmas marxistas, sendo fortemente influenciado por Lukács e Gramsci. Portanto, para compreendermos a Educação Popular faz-se necessário um entendimento geral da sociedade dividida em classes e dos instrumentos de dominação.

Sociedade de classes ⁷

"a história de todas as sociedades até nossos dias não foi senão a história da luta de classes." Karl Marx

Todos nós sabemos, pela própria experiência cotidiana, que nossa sociedade está repleta de contradições; que enquanto uns vivem muito bem, desfrutando de todo luxo e mordomia, outros não têm sequer a alimentação básica diária; e que esta divisão econômica e social acaba por afetar todos os ramos da vida: na justiça, no lazer, no acesso à cultura, etc. Muito embora os grandes

⁷ Este item do artigo contou com a colaboração de João Manoel Magalhães e Lucas Spinelli.

detentores do capital, o governo e a mídia tentem nos fazer crer que “somos todos iguais” e “temos todos os mesmos direitos”, a simples observação da vida em torno de nós revela que isto não passa de uma farsa.

A superação dessa realidade pode se dar através de um conjunto de fatores que não temos como conceber nessas páginas. A educação que defendemos tenta contribuir com a superação dessa situação em que se encontram as pessoas. Superação da existência de uma contradição: a contradição entre oprimidos e opressores. Por isso, pensamos a educação para a transformação da realidade do homem, para o fim da *sociedade de classes*, ou seja, o fim da exploração de uns para privilégio de outros, independente da posição que esses ocupam na produção. Não é apenas a educação que mudará essa contradição, mas ela tem papel fundamental nesse processo.

A propriedade e o controle privado dos meios de produção (as máquinas, as terras, as fábricas, etc.) e dos meios de troca (os bancos, as companhias financeiras, o comércio, etc) é o que constitui a base econômica (e portanto material) dessa divisão de nossa sociedade em classes. Não podemos ser simplistas e dizer que o fim jurídico da propriedade privada dos meios de produção implica no fim da exploração e no fim das classes. Na União Soviética, após 1917, acabou-se com a propriedade jurídica dos meios de produção, mas continuaram as regalias, os privilégios, portanto, a existência de classes, mesmo sem a existência da burguesia⁸.

Para Marx, o sentido histórico da contradição entre classes oprimidas e opressoras era explicado pela análise crítica da economia política de Adam Smith e David Ricardo, conhecida como “clássica”. Os clássicos se detinham na compreensão dos mecanismos de mercado que explicariam o acúmulo de riquezas pelos indivíduos, se apoiando em uma noção de *homem econômico natural*, cuja

⁸ João Bernardo (1987) afirma que existem duas classes capitalistas, a *burguesia* e os *gestores do capital*. Os últimos não detêm a propriedade dos meios de produção mas ocupam posição privilegiada na estrutura produtiva, podendo conviver com a burguesia, como no capitalismo atual do Brasil, ou existirem sem ela, como na União Soviética.

universalidade (a)-histórica interligaria todos os homens. Os indivíduos acumulariam riquezas a partir de suas capacidades individuais de produzir bens e interagir com a “mão invisível” do Mercado, reguladora das trocas econômicas através da *lei da oferta e da procura* de mercadorias. Ou seja, os indivíduos se realizariam enquanto comerciantes e não como produtores. Para Marx essa universalidade da lei de mercado institui o ideal burguês do isolamento dos indivíduos e da sua produção; um ideal que despreza não apenas os laços “naturais” (sanguíneos, familiares, tribais) entre seres humanos, mas também o caráter cada vez mais integrado dos indivíduos vivendo na sociedade de seu tempo.

Só no século XVIII, na ‘sociedade burguesa’, as diversas formas do conjunto social passaram a apresentar-se ao indivíduo como simples meio de realizar seus fins privados, como necessidade exterior. Todavia, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as relações sociais (...) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento. O homem é no sentido mais literal, um *zoon politikon*, não só animal social, mas animal que só pode isolar-se em sociedade (MARX, 1982, p. 4).

A partir da crítica da economia política clássica, pretendida como ciência autônoma da análise histórica das sociedades, Marx define um método de apreensão da realidade centrado no caráter conflituoso e eminentemente político da economia. Sua análise da *produção*, da *circulação*, da *mercadoria* – categorias centrais da economia política clássica – deriva para a apreensão da realidade centrada no *trabalho humano* e na sua apropriação *político-econômica* formalizada pela propriedade privada dos meios de produção, pressuposta pelo Mercado e instituída pelo Estado. É na demonstração do trabalho alienado, estranhado do produtor que Marx identifica a tensão entre operário produtor e patrão capitalista. Sua obra enfatiza a necessidade de compreensão do sentido histórico da luta social no terreno estático da economia política. Conclui-se que o movimento histórico e os sujeitos desse movimento são parte indissociável da análise dessa sociedade.

Essa compreensão da dimensão conflituosa da história, presente em Marx, também representou uma crítica teórica e prática ao auto-isolamento dos filósofos de seu tempo. Em seus escritos contra Feuerbach, o autor defende uma ruptura com o lugar dos intelectuais tradicionais do idealismo alemão ao sustentar que “os filósofos se limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo”. Sua crítica é manifestação não apenas de um novo posicionamento do filósofo na sociedade, mas de uma nova forma de conceber o conhecimento, uma forma dialética e histórica. Não por menos Marx envolve-se com organizações operárias na Europa, ajuda a fundar a I Internacional Socialista e dedica sua vida à compreensão e análise das lutas de classe e do sistema capitalista.

Há muito tempo a obra de Marx têm sido centro de intensos debates com implicações políticas e prático-teóricas. Sem se ater ao resgate das inúmeras correntes marxistas militantes ou teóricas surgidas ao longo de 150 anos, consideramos que uma das bases da discórdia no seio da teoria marxista é a tensão entre sujeito histórico e estrutura social. Ou seja, até que ponto as diversas correntes marxistas enfatizam ora o sujeito ou ora as estruturas em suas análises da realidade histórica

Na busca de uma categoria de mediação entre sujeito e estrutura social, entre *consciência social* e *ser social*, que possibilitasse a compreensão dos processos históricos a partir dos termos da classe trabalhadora, Thompson propôs a noção de experiência de classe⁹. A experiência é tudo aquilo que é vivido pelos sujeitos ao longo da história. A partir dessas vivências múltiplas os sujeitos pensam, refletem, deduzem novas práticas fundamentando a definição de consciência de classe enquanto processo, acontecimento histórico. A luta de

⁹ Essa concepção foi elaborada pelo historiador E.P. Thompson. Thompson (1987) contrapõe-se à idéia de consciência de classe como um objeto transposto da mente de intelectuais brilhantes e vanguardas iluminadas às massas amorfas, ignorantes e desorganizadas. A consciência de classe se dá historicamente, sendo pretensioso em demasia afirmar que apenas os intelectuais pensam enquanto trabalhadores e camponeses trabalham e não pensam.

classes seria, então, uma disputa entre sujeitos históricos motivada por valores, moralidade, ética, visões de mundo, sentimentos, etc. Ela é resultado das escolhas dos indivíduos dentro de dadas condições históricas que herdam.

As experiências dos sujeitos geram reflexões e conhecimentos dos indivíduos acerca das possibilidades de novas práticas. O conhecimento é contraposto às experiências, continuamente gerando novas práticas que suscitem novos conhecimentos e novas críticas às práticas surgidas das experiências passadas. Concordando com Thompson quando critica o imperialismo teórico da filosofia e da economia marxista que colonizam os saberes não-científicos com suas lógicas cartesianas e acadêmicas auto-confirmatórias, considera-se aqui a necessidade de conjugação horizontal do conhecimento acadêmico junto ao conhecimento técnico, tradicional e popular. A porta de entrada é a história vista por baixo, que busca nas experiências dos operários, camponeses, favelados, mulheres, donas-de-casa, prostitutas, idosos, sem-teto, sem-terra, sem-saúde, mendigos ou presidiários identificar os elementos de formação contínua do sujeito histórico:

A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se quisermos termos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? (...). O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada; e essa experiência é *determinante*, no sentido que exerce pressões sobre a consciência social, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte da matéria-prima oferecida aos processos do discurso científico de demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências (THOMPSON, 1981, p. 16).

Acreditamos ser esse enfoque teórico pertinente à nossa práxis de incubação, visto que nos propomos a acompanhar coletivos de trabalhadores dispostos a vivenciarem a autogestão. Durante essa experiência junto à classe trabalhadora acabamos por rever nossas concepções teóricas e estamos certos de que não se trata de apontar o caminho a esses coletivos, mas antes de tudo, colocar nossos conhecimentos acadêmicos à prova e a serviço das demandas da autogestão.

Paulo Freire

O educador popular se constitui não apenas por sua formação teórica, mas principalmente por sua práxis transformadora. Freire conta como aprendeu com sua experiência, através de erros, a prática da educação popular (Freire e Betto, 1986)

Inicialmente, pretendia educar as massas através de palestras até que percebeu que este era um autoritarismo intelectual, resultante de um preconceito em relação a classe trabalhadora. Entendeu, assim, que a classe trabalhadora tem que contar a sua história e através desta descobrir o caminho da revolução. Para construir uma proposta pedagógica emancipadora Freire parte da análise e da denúncia do sistema educacional formal. Assim, desvela o sentido político presente em todo e qualquer processo educativo, podendo ser este para manter ou não o "status quo". Paulo Freire concebe a prática educativa como um posicionamento político, em que a postura do educador não é neutra. Desse modo, na medida em que o educador tenta ser neutro está sendo ingênuo, pois sua prática exige tomada de decisões e, conseqüentemente, um posicionamento político.

Me parece fundamental, neste exercício [refletir criticamente sobre Educação], deixar claro, desde o início, que não pode existir uma prática educativa neutra, descomprometida, apolítica. A diretividade da prática educativa que a faz transbordar sempre de si mesma e perseguir um certo fim, um sonho, uma utopia, não permite sua neutralidade. (FREIRE, 1993, p. 37).

Para Freire, a prática de educação popular parte do Estudo da Realidade (leitura de mundo do educando) e da Organização dos Dados. Nesse processo, surgem os Temas Geradores, extraídos da problematização da prática de vida dos educandos. Os conteúdos de ensino são resultado de uma metodologia dialógica. Cada pessoa, cada grupo envolvido na ação pedagógica dispõe em si próprio, ainda que de forma rudimentar, dos conteúdos necessários dos quais se parte.

Esse estudo da realidade é pressuposto para o processo de incubação. Quando a equipe de incubação inicia o trabalho junto a um grupo, a primeira atividade é ouvir e apreender esta realidade para identificar pontos de partida de um processo pedagógico. Não se pretende chegar com uma seqüência de conteúdos estruturados fora do contexto social dos cooperados. Essa atitude é considerada "invasão cultural" ou "depósito de informações" pois não emerge do saber popular.

O relacionamento educador-educando nessa perspectiva se estabelece na horizontalidade onde juntos se posicionam como sujeitos do ato do conhecimento. Para Freire o ato educativo deve ser sempre um ato de recriação, de resignificação da realidade.

Após este primeiro momento de conhecimento do grupo, começamos a construção de uma proposta de trabalho, elencamos alguns Temas Geradores. A construção de uma proposta de trabalho que faça sentido para os empreendimentos precisa ser construída dialogicamente, um princípio também freireano.

A dialogicidade está ancorada no tripé educador-educando-objeto-do-conhecimento. A indissociabilidade entre essas três "categorias gnosiológicas" é um princípio presente no "Método" a partir da busca do conteúdo programático. O diálogo entre elas começa antes da situação pedagógica propriamente dita. O estudo da realidade, das condições de vida dos educandos é um instrumento que aproxima educador-educando-objeto-do-conhecimento numa relação interativa, entendendo-se essa interação como atitude democrática, conscientizadora,

libertadora, daí dialógica.

Essa premissa está presente no método em diferentes situações: entre educador e educando, entre educando e educador e o objeto do conhecimento, entre natureza e cultura.

Numa perspectiva libertadora, o processo educativo deve estar pautado na *práxis*, conceito que Freire traz da filosofia a partir de Antônio Gramsci. Neste contexto, em espaços de diálogo onde se dá a *pronúncia do mundo*, a palavra possui duas dimensões: uma delas ligada à reflexão e outra ligada à ação. Assim, ação e reflexão caminham juntas e mantêm laços de interdependência e re-elaboração contínuas. O enfraquecimento de um destes dois elementos leva a dois quadros apresentados pelo autor: se a reflexão se distancia da prática, da ação, então o discurso é vazio, um “verbalismo” ou “blá, blá, blá” que não leva a lugar algum; por outro lado, se a ação não é submetida à reflexão torna-se ativismo cego, com limitação quanto ao seu potencial transformador.

Muitos elementos constituintes da sociedade são construídos culturalmente. Ideologias e valores, por exemplo, são dois desses elementos que pautam sua forma de organização e a estruturação das relações sociais. Se considerarmos estes elementos como fruto de um processo histórico, sua construção e consolidação se dão através de disputas entre diferentes discursos ou visões de mundo, num mecanismo dialético de interações entre a versão hegemônica e versões alternativas. Assim, quando uma comunidade discute e cobra do poder público, começa a entrar em contato com o discurso oficial e, conseqüentemente, a entender o discurso oculto, e, por este motivo, entende que deve lutar por suas necessidades básicas.

Então se entende a importância que Freire dá ao que chama de *pronúncia do mundo*, ou seja, à construção daqueles elementos através do diálogo fundamentado em palavras verdadeiras (que são *práxis*). Indivíduos e grupos que pronunciam o mundo através de palavras verdadeiras conseguem transformá-lo e recriá-lo de acordo com suas necessidades e objetivos.

O processo de incubação deve ser pautado nesses referenciais pois a autogestão será construída com base nos espaços de diálogo existentes no empreendimento, a partir dos quais as decisões serão construídas e tomadas coletivamente.

Apesar da vasta experiência deste educador, Freire prefere afirmar que não possui um método (Brandão, 1981). Desta forma, nos sentimos inspirados para, a partir dos princípios da educação popular e também a partir da pedagogia do trabalho de Pistrak, construir e reconstruir uma proposta de incubação.

Pistrak

Este autor foi um pedagogo russo que atuou principalmente no contexto de 1918 – 1929, pós Revolução Russa. Ele propunha uma outra pedagogia que tinha como objetivo a transformação radical da instituição escolar. Esta pedagogia deveria ser totalmente coerente com os princípios socialistas e contribuir para a construção desta nova sociedade (PISTRAK, 1981).

Pedagogia do trabalho e metodologia de incubação

A Economia Solidária e o cooperativismo encontram-se sobre as bases de uma teoria anticapitalista e classista influenciada em alguma medida pelo marxismo. Assim como Pistrak buscava renovar a instituição escola (trazendo o trabalho e a vida para dentro dela), a economia solidária também busca renovar a idéia de trabalho, da instituição empresa, através de empreendimentos solidários. É claro que há uma grande diferença entre as duas intenções (Pistrak e ITCP): não vivemos um período revolucionário como Pistrak viveu. Não temos apoio do Estado para a implementação do cooperativismo como havia na época da Revolução Russa para a implementação da Escola do Trabalho. Nossa posição ou idéia sobre o “socialismo” também não é clara como era a de Pistrak.

A economia solidária aposta em outro caminho que não passa pela tomada de poder. De qualquer maneira, assim como Pistrak fez com as escolas –

buscando questionar a realidade do mundo capitalista criando assim o novo homem - a economia solidária busca também fazer com que os cooperados compreendam os mecanismos que os excluem e massacram e seu papel na luta para por fim a esse sistema incontrolável e perverso. Para isso, tanto Pistrak como a ITCP pautam-se pelo debate do ser humano e seu trabalho, estudo da realidade e intervenção nela através da auto-organização e da solidariedade.

Deve haver um grande cuidado por parte dos formadores em não se enxergar como fonte única do conhecimento e respeitar os saberes dos cooperados. Assim como Pistrak afirmava, os formadores devem enxergar o conhecimento como um instrumento flexível que deve se adaptar às exigências do real, aos momentos da cooperativa. Esse é um processo dialético sutil entre demanda e formação e entre conhecimento científico e saberes populares.

O trabalho na cooperativa dentro de um sistema capitalista coloca vários obstáculos aos cooperados que geram a possibilidade do estudo e aprofundamento teórico para entendimento das raízes reais dos problemas. Pistrak sempre defendeu que a educação se desenvolvesse a partir de atividades reais, trabalhos práticos de onde a problematização surgisse de forma direta. A cooperativa, mais até do que a escola para Pistrak, nos dá possibilidade para o debate e estudo já que as atividades de formação facilmente brotam das dificuldades próprias do trabalho cooperativo numa sociedade capitalista. A grande dificuldade da cooperativa está vinculada justamente a uma de suas funções básicas: gerar renda. Pelas condições de pobreza dos cooperados, muitas vezes, torna-se difícil que esses enxerguem a importância da formação, que passa a competir com o tempo da produção (quanto mais se produz mais se ganha). É fundamental, portanto, para não banalizar o trabalho de formação, que este tenha um certo sentido prático e real para os cooperados, isto é, que a formação surja a partir de dificuldades evidentes (ou que possam ser evidenciadas) encontradas no trabalho da cooperativa. Ao mesmo tempo, os cooperados devem entender a formação como trabalho inerente ao tempo de produção e, inclusive, devem receber por essas horas de estudo.

Pistrak concebe a Escola do Trabalho como um instrumento que capacita o homem a compreender seu papel na luta internacional contra o capitalismo, o espaço ocupado pela classe trabalhadora nessa luta e o papel de cada adolescente, para que cada um saiba, no seu espaço, travar a luta contra as velhas estruturas. A Escola do Trabalho fundamenta-se no estudo das relações do ser humano com a realidade atual e na auto-organização dos alunos. Uma vez que a realidade atual se dá na forma da luta de classes, trata-se de penetrar essa realidade e viver nela – daí a necessidade de a escola educar os jovens conforme a realidade do momento histórico, adaptando-se a ela e, por sua vez, reorganizando-a.

Nas cooperativas é fundamental o debate sobre o sistema econômico e as formas de produção. À medida que os cooperados vão percebendo as diferenças entre as formas de produção capitalista e cooperativista é necessário orientá-los e nos orientarmos no aprofundamento desse debate. De igual importância é o envolvimento das famílias dos cooperados ao redor da cooperativa e, na medida do possível, o envolvimento da cooperativa com o bairro fazendo com que esta se torne um ponto de referência político, educacional e comunitário através da organização de festas, campanhas de conscientização, palestras nas escolas da comunidade e afins. A cooperativa também deve buscar assumir importante papel diante das lutas da comunidade. Assim, a cooperativa pode levar adiante seus ideais formando grupos de apoiadores e difundindo a idéia da economia solidária. Enquanto agente político, deve buscar contato com outras instituições, cooperativas e órgãos governamentais. Somente essa ação permitirá que a cooperativa não se isole.

É importante que a equipe de incubação perceba que são igualmente fundamentais: o aprendizado e debate sobre o funcionamento interno da cooperativa (gestão, produção, organização, formação sobre cooperativismo x capitalismo); e o aprendizado sobre as relações políticas externas, a construção do movimento materializada em luta econômica e política, pressionando o Estado

burguês a cada vez mais conceder espaço para a Economia Solidária.

Auto-organização

A construção de uma nova sociedade, conforme o ideário inicial da Revolução Russa, implicava que ela fosse feita “de baixo para cima”. Para isso, acentua Pistrak, é necessário que cada membro ativo da sociedade compreenda o que é preciso construir e de que maneira é necessário fazê-lo. Tal postura leva à valorização do trabalho coletivo e à criação de formas organizativas eficazes. Para ele, a aptidão do trabalho coletivo é adquirida no processo do próprio trabalho (método dialético). É necessário saber quando é preciso mandar ou obedecer, e isto se consegue através da auto-organização dos educandos, em que “todos, na medida do possível, ocupem sucessivamente todos os lugares, tanto as funções dirigentes como as funções subordinadas” (PISTRAK, 1981, p. 41). Isso só será atingido se a auto-organização for admitida sem reservas. Conhecimento do real e auto-organização são chaves da nova escola, inserida na luta pela criação de novas relações sociais.

O trabalho nas cooperativas só pode ter sentido se construído sobre as bases da auto-organização e da autonomia (que sabemos é mais interna do que externa – pois os produtos da cooperativa estarão ainda sobre o jugo da distribuição e competição externa capitalista). Para se atingir a auto-organização, os cooperados precisam se desintoxicar das práticas apreendidas durante os anos de trabalho capitalista como, por exemplo, função pré-determinada, fiscalização de fora, trabalho especializado, para assumir - através do trabalho coletivo – práticas cooperativas: organização coletiva do trabalho, rotatividade dos cargos, igual direito de fala e voto, fiscalização coletiva e solidariedade. Esse é um processo lento e complexo. É comum que sobre uma nova roupagem se mantenham os mesmos vícios das empresas capitalistas (cobrança excessiva dos companheiros, falta de compreensão das necessidades e dificuldades individuais, etc). Aqui deve haver um grande esforço pedagógico para entender quais são as características do grupo

com que se trabalha para pensar como a incubação poderá facilitar o processo de conquista da autonomia para que assumam gradativamente responsabilidades coletivas. Não existe fórmula para esse processo. Há cooperativas, por exemplo, onde a luta pela sobrevivência dos cooperados obrigará que a equipe de formadores atenda às necessidades reais e imediatas de forma assistencialista para, assim que supridas em algum grau, possa ter início a formação para a autogestão.

Complexos Temáticos

A organização do programa de ensino, segundo Pistrak, deve orientar-se através dos “complexos”, cujo tema é escolhido segundo os objetivos da escola. O critério para seleção dos temas do complexo deve ser procurado no plano social e não no plano meramente pedagógico. O complexo deve ter significado relevante no âmbito social, de modo que permita ao aluno a compreensão do real. Trata-se de selecionar um tema fundamental que possua um valor real e que depois possa ser associado sucessivamente aos temas de outros complexos. O estudo de complexos só tem sentido na medida em que “eles representam uma série de elos numa única corrente, conduzindo à compreensão da realidade atual” (PISTRAK, 1981, p. 108). O complexo é um meio, acentua Pistrak, não um fim em si.

Isso só tem sentido se for compreendido pelos alunos – caso contrário é melhor renunciar a esse método, ensina Pistrak. O papel do complexo é treinar a criança no método dialético, e isso só pode ser conseguido na medida em que ela assimile o método na prática, compreendendo o sentido de seu trabalho. O estudo por esse método só é produtivo se estiver vinculado ao trabalho real dos alunos e à sua auto-organização na atividade social prática interna e externa à escola. Pistrak enfatiza a necessidade de estruturar complexos geradores de ação. Uma ação determinada pode ser a razão de um complexo. Isto é importante para o educador organizar a atividade profissional das crianças e dirigir o trabalho social da escola. O método proposto por Pistrak representa uma ruptura com a

pedagogia burguesa, possibilitada pela Revolução.

Em nosso trabalho de incubação utilizamos um recurso semelhante aos complexos citados por Pistrak. A incubação é feita através de eixos temáticos que norteiam os trabalhos dos formadores. A realidade é complexa. A subdividimos em várias áreas específicas para fins de estudo. Mas a escola, da forma como existe hoje, faz com que essa divisão na verdade se torne alienação. O educando não consegue enxergar, através da miríade de conceitos e questões, uma unidade, uma ligação sistêmica. A escola, portanto, esconde a realidade através da fragmentação. Para o trabalho de incubação também atuamos a partir de algumas áreas específicas. Não podemos também permitir que essa divisão funcione como alienação tanto para os cooperados como para os formadores. Os complexos temáticos para Pistrak e os eixos temáticos para a ITCP buscam quebrar essa possível alienação. Todas as áreas devem buscar seguir o eixo temático dentro de seu trabalho específico e através de um planejamento maior dos eixos programar a seqüência de conteúdos. Os eixos, dentro da cooperativa, estão sempre diretamente relacionados ao trabalho da cooperativa e por isso não corremos tanto o risco que Pistrak enfrentou nas escolas: o risco do complexo não gerar ação, apenas estudo, o que se afasta de uma das idéias centrais da Escola do Trabalho.

Algumas questões importantes para o processo de incubação

Com base nos referenciais apresentados neste artigo, apresentamos abaixo algumas perguntas que consideramos importantes para o processo de incubação de empreendimentos autogestionários. Elas podem contribuir para a avaliação da metodologia de incubação com base nas contribuições apresentadas no presente trabalho.

- *Em que medida a prática pedagógica relatada por Pistrak em "Os fundamentos da Escola do Trabalho" pode ser considerada um referencial*

válido para a nossa realidade?

- *A incubação é vista como um trabalho de formação política?*
- *A metodologia de incubação consegue trabalhar com diferentes saberes e contemplá-los no processo de formação?*
- *A incubação está pautada no método dialético para problematização da realidade?*

Deixamos essas perguntas destacadas, pois é necessário que elas sejam continuamente feitas e respondidas ao longo do processo de incubação. Essas questões problematizam a prática pedagógica. Durante um processo que busque se opor aos esquemas tradicionais de ensino é necessário que esse questionamento se torne permanente.

Referências Bibliográficas

BERNARDO, João. Gestores, Estado e Capitalismo de Estado. **Revista Ensaio**, São Paulo, n. 14, p. 85–104, 1985.

BERNARDO, João. **Capital, sindicato, gestores**. São Paulo: Vértice, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Pensar a prática** - escritos de viagem e estudos sobre a educação. São Paulo: Loyola, 2002.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é o método Paulo Freire**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CALDART, Roseli. **A pedagogia do Movimento Sem-Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

EFREM FILHO, Roberto. **Paulo Freire e as armadilhas da hegemonia**, artigo on-line publicado em 11/08/2008. disponível em http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/exibir_artigos_entrevistas.asp?Id_sub_artigo=326&Id_artigo=7, consultado em 26/11/2008

ENGELS, F. e MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo: Hucitec, 1984.

FREIRE, Paulo. **Política e educação**: ensaios. São Paulo: Cortez, 1993.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREIRE, Paulo e BETTO, Frei. **Essa escola chamada vida**: depoimentos ao repórter Ricardo Kotscho. São Paulo: Ática, 1986.

MARX, K. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

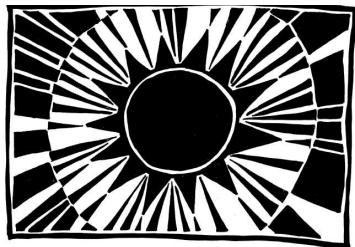
PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

THOMPSON. Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária Inglesa** (Vol. 1: A árvore da Liberdade). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON. Edward Palmer. **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, 1981.

VIANA, Nildo. **Marxismo e Anarquismo. A anticrítica**. In:

<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2003/05/254828.shtml>> Acesso em: 13/10/2003.



A Comunicação Popular na construção da Identidade

"A manipulação da própria imagem/visibilidade é prática corrente, estratégica e fundamental para a continuidade de qualquer iniciativa no mundo contemporâneo. Mais que isso, tal prática remonta a períodos históricos anteriores tendo sido, por exemplo tática de guerra. É irônico perceber como ainda hoje essa ancestralidade de conflito sobrevive na prática, e para as minorias e movimentos sociais o controle sobre a própria imagem surge com uma urgência ainda mais real e imediata do que para os departamentos de marketing e as agências de publicidade.

[...]

O seguinte texto relata práticas e estratégias de uso da própria imagem voltadas para iniciativas minoritárias como associações de profissionais do sexo ou cooperativas de triagem de material reciclável. Constituem relatos valiosos na medida em que aproximam ferramentas de hegemonia das grandes corporações e iniciativas libertadoras de grupos excluídos, vislumbrando possibilidades de apropriações efetivas dessas ferramentas."

Samuel Leal

Integrante do Laboratório de Fotografia do IFCH/UNICAMP

"Existe uma visão clássica de que a teoria e a prática seriam inimigos. Como se quem pensa não faz e quem faz não pensa. Eu fiquei pensando, por que elas foram buscar uma teoria? Não precisamos de uma teoria... só porque estamos dentro da universidade? Me deu a impressão de que a gente busca uma teoria quando a atuação não funciona direito, aí você procura pensar o que aconteceu. Segundo Bachelard: 'O homem pensa porque tem mãos'. Na atuação concreta do mundo, nessa práxis é que viria o pensamento.

[...]

Tem uma coisa que eu gostei muito, que foi a questão do corpo, do corpo presente e fazendo e mostrando quando o pensamento, ao contrário do que muita gente ainda fica nessa coisa logocêntrica que estaria só dos olhos para cima ... eu acho que na Suíça isso é aceitável, na França um pouco mais, mas no Brasil, não sei porque a gente ainda insiste nisso. Assim, é a prostituta se expressando e pensando com o corpo e o pessoal pensando com as mãos, então assim é um pensar e é um pensar muito legal."

Edson do Prado Pfützenreuter

Professor do Instituto de Artes da UNICAMP

A Comunicação Popular na construção da Identidade

Autoras: Cristina Alvares Beskow¹⁰, Diana Helene¹¹ e Mariana Jafet Cestari¹²

Resumo: O artigo relaciona as estratégias de comunicação popular propostas por Mario Kaplun no livro *El comunicador Popular*, sua metodologia e aplicação ao trabalho dos formadores do grupo de estudo em Comunicação e Artes da ITCP/Unicamp. A teoria proposta pelo autor é rebatida com as atividades práticas realizadas, principalmente nas experiências de desenvolvimento coletivo de materiais de comunicação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). O artigo levanta o debate de como podemos nos apropriar e transformar os meios de comunicação hegemônicos em função de uma perspectiva transformadora.

Palavra chave: Comunicação Popular; Educação Popular; Identidade Visual

¹⁰ Jornalista, mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP), membro da "Camará – comunicação e educação popular", foi formadora da ITCP/UNICAMP de 2003-2005 e em 2009.

¹¹ Arquiteta e urbanista, mestre em Planejamento Urbano (FAU/USP), membro do Grupo Risco, foi formadora da ITCP/UNICAMP de 2005-2007 e em 2009.

¹² Mestranda em Linguística pela UNICAMP, foi formadora da ITCP/UNICAMP de 2004-2007.

A Comunicação Popular na construção da Identidade

A comunicação popular na ITCP/Unicamp a partir da teoria-prática de Mario Kaplun¹³

A teoria sobre comunicação popular não se alimenta só de teoria, mas fundamentalmente de prática. Ao contrário do que fazem os ideólogos, teorizar sobre este tema requer práxis: para pensar a comunicação popular é preciso vivenciá-la. E não poderia ser diferente com o livro *El comunicador popular* (Kaplun, 1987), no qual o uruguaio Mario Kaplun faz uma reflexão sobre as atividades de comunicação que desenvolveu junto a comunidades periféricas da América do Sul.

O livro tem a intenção de ser uma “ferramenta de trabalho popular”, uma orientação crítica a todos aqueles que utilizam a comunicação como um instrumento da luta por transformação social. Com influências explícitas do educador brasileiro Paulo Freire, os princípios da educação popular são utilizados como inspiração para a elaboração dos conceitos dessa outra forma de produzir comunicação: para Mario Kaplun, todo comunicador popular é antes de tudo um educador popular, o processo de criação do meio que comunica é tão ou até mais importante que o produto final e, assim como todo educador é também um educando, o receptor é também emissor e vice-versa.

¹³ Mario Kaplun nasceu na Argentina e foi nacionalizado uruguaio. Foi um dos mais importantes “prático-teóricos” sobre comunicação na América Latina. Seu trabalho inspirou a ação de milhões de comunicadores populares e educadores latino-americanos.

A partir desse pressuposto, entende-se que todo processo de comunicação popular deve ser, a priori, educativo. Não existem mais receptores e/ou emissores: a comunicação ocorre de maneira bidirecional, se tornando instrumento da emancipação. O objetivo principal do comunicador popular é estimular a reflexão sobre a realidade em que vivemos, proporcionando o debate sobre a sociedade e sua estrutura, possibilitando que o meio de comunicação não seja um fim em si mesmo, mas que seu processo de produção possa ser um instrumento da organização popular. Segundo Kaplun (1987, p. 17):

Decimos que producimos nuestros mensajes 'para que el pueblo tome conciencia de su realidad', o 'para suscitar una reflexión', o 'para generar una discusión'. Concebimos, pues, los médios de comunicación que realizamos como instrumentos para una educación popular, como alimentadores de un proceso educativo transformador.

Para Mario Kaplun, educação e comunicação estão intimamente relacionadas: ambas são formadoras e transmissoras de valores culturais e ideológicos que podem ou não cumprir o papel de aparelhos ideológicos do Estado, como definiu Althusser. Nesse caso, escola e meios de comunicação¹⁴ são instituições a serviço dos interesses da classe dominante, disseminando a ideologia do *status quo*. Do contrário, estariam a serviço das classes populares, atuando como um contraponto à ideologia dominante e hegemônica. Daí, comunicação e educação popular se transformam em ferramentas da luta contra as injustiças sociais, econômicas e políticas. Segundo Kaplun (1987), a comunicação popular deve ser libertadora, transformadora e ter o povo como gerador e protagonista.

¹⁴ Para Althusser os meios de comunicação de massa e a escola são Aparelhos Ideológicos do Estado, instituições voltadas à manutenção do status quo. São os seguintes Aparelhos Ideológicos do Estado (AIE), segundo Althusser (1985, p. 68): AIE religioso (o sistema de diferentes Igrejas), escolar (o "sistema" das diferentes escolas públicas e privadas), familiar, jurídico, político (o sistema político, os diferentes Partidos), sindical, de informação (a imprensa, o rádio, a televisão etc.) e cultural (Letras, Belas Artes, esportes etc.). De acordo com o autor, "os Aparelhos Ideológicos do Estado funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja bastante atenuada, dissimulada ou mesmo simbólica. (Não existe aparelho puramente ideológico)" (Althusser, 1985, p. 70).

As dimensões básicas que podem estabelecer um marco referencial desse tipo de comunicação, para o autor, são as seguintes:

1. Ha de estar al servicio de un **proceso educativo** liberador y transformador. La comunidad ha de ir formándose con ella, comprendiendo críticamente su realidad y adquiriendo instrumentos para transformarla; 2. Ha de estar estrechamente vinculada a la **organización popular**; 3. Y ha de ser una auténtica comunicación; es decir, tener como metas el **diálogo** y la **participación** (KAPLUN, 1987, p. 85).

Sem a intenção de ser um manual, *El comunicador popular* apresenta, de maneira simples e reflexiva, as diversas formas de se estabelecer uma comunicação: da “bancária” à “libertadora”, intercalando no decorrer do texto conceitos e experiências e, ao final de cada capítulo, propondo sugestões de atividades práticas em grupo. Além disso, Kaplun traça um paralelo entre os modelos de educação e comunicação presentes em nossa sociedade, estabelecendo as categorias de modelo exógeno e endógeno. De acordo com o autor, os modelos exógenos são aqueles em que o educando/receptor é um objeto e a educação/comunicação põe ênfase nos conteúdos e/ou põe ênfase nos efeitos. Já, o modelo endógeno é aquele em que o educando/comunicador é um sujeito e a educação/comunicação põe ênfase no processo. Para cada modelo, o autor estabelece uma inter-relação entre os padrões de comunicação e educação presentes em nossa sociedade, fazendo um paralelo entre as “comunicações” que se estabelecem nos dois âmbitos, como detalhado adiante (Beskow, 2008, p. 38).

Os modelos exógenos são aqueles desenvolvidos e produzidos sem a participação do destinatário no processo de construção dos conteúdos e informações. Assim, o educando é visto como um objeto da educação e da comunicação e o objetivo é o resultado da mensagem e não o processo (Kaplun, 1987, p. 18). Faz parte desse modelo a educação/ comunicação que põe ênfase nos conteúdos e a educação/comunicação que põe ênfase nos efeitos. O modelo endógeno é aquele que valoriza o processo de produção de conhecimento e de

construção da informação em conjunto com o destinatário, que também é produtor da mensagem. Abaixo, segue uma descrição detalhada de cada modelo, levando em consideração as áreas da educação e da comunicação.

Modelos exógenos de comunicação

Ênfase nos conteúdos

Para a educação: o grande objetivo é que o aluno apreenda. “Corresponde a la educación tradicional, basada en la transmisión de conocimientos y valores de una generación a outra, del professor al alumno, de la elite ‘instruida’ a las masas ignorantes” (KAPLUN, 1987, p. 19). É o modelo que Paulo Freire define como educação bancária, em que o professor deposita conhecimentos na cabeça vazia do educando, sem levar em consideração seus próprios conteúdos. Nesse caso, o professor é sempre o que sabe, educa, fala, impõe as normas, escolhe o conteúdo das aulas e é sujeito do processo. O aluno, em contraposição, é sempre o que não sabe, o que é educado, escuta, obedece às regras, recebe os conteúdos em forma de depósito e é objeto do processo. Nesse modelo, os instrumentos principais do processo educativo são o professor e o texto, sendo que há muito pouco diálogo e participação e os conteúdos mais valorizados são baseados em dados que devem ser apreendidos e reproduzidos e não em conceitos que devem ser compreendidos e refletidos. Espera-se como resultado que o aluno apreenda os conteúdos, os memorizando e repetindo (Beskow, 2008, p.39).

Para a comunicação: Segundo Kaplun, da mesma forma que há uma educação bancária, há uma comunicação bancária. De acordo com o autor, é a comunicação baseada no esquema emissor-mensagem-receptor, modelo tradicional da comunicação em que o emissor envia a mensagem de forma unidirecional e vertical e o receptor a incorpora sem participação. Neste processo, o comunicador é o que emite a mensagem, fala, escolhe o conteúdo das mensagens e é sempre

quem sabe; já, o receptor é quem recebe a mensagem, escuta, recebe o conteúdo como informação e é quem não sabe (Beskow, 2008. p. 39).

Ênfase nos efeitos

Para a educação: o objetivo é que o educando faça. "Corresponde a la llamada 'ingeniería del comportamiento' y consiste esencialmente en 'moldear' la conducta de las personas con objetivos previsamente establecidos" (KAPLUN, 1987, p.19). Esse modelo, também chamado de behaviorista ou comportamental, surgiu como uma reação ao modelo tradicional de educação, livresco e visto como ultrapassado. O novo modelo se propunha mais moderno e adequado à realidade de época (1940), durante a II Guerra Mundial, como um método de rápida apreensão dos conteúdos educativos pelos soldados. A idéia principal é baseada na apreensão rápida dos conteúdos por meio de técnicas que motivem o aluno a agir.

Esse modelo chegou ao Brasil na década de 60 como "una respuesta de la Alianza para el progreso al problema del 'subdesarrollo'" (Ibid, p. 31) e tinha como principal objetivo persuadir os camponeses a substituir seus métodos tradicionais pelas novas técnicas agrícolas. É um método que tem como principais objetivos o convencimento, a persuasão e o condicionamento por meio de técnicas de motivação da psicologia behaviorista: esta se baseia em mecanismos de estímulos e recompensas como impulsionadores do processo educativo. De acordo com esse modelo, educar não é raciocinar, mas, sim, gerar hábitos.

Apesar da diferença de método entre este modelo e o que põe ênfase nos conteúdos, este se assemelha à educação tradicional no que diz respeito aos resultados e ao processo: em ambos os modelos, os conteúdos e os objetivos do processo já estão programados de antemão e o resultado, o produto final, é mais importante que o processo.

Para a comunicação: pode ser chamada de comunicação persuasiva e se encaixa no modelo de comunicação mais difundido e consagrado: o emissor emite uma mensagem ao receptor e este dá uma resposta. Continua havendo um emissor que é protagonista do processo e o receptor continua reduzido a um papel secundário. Aparentemente, é um processo mais participativo, pois há uma resposta do receptor, no entanto, o grande objetivo dessa comunicação é conseguir efeitos/respostas por parte do receptor. "Comunicar es imponer conductas, lograr acatamiento. En tal contexto, la retroalimentación es tan solo la comprobación o confirmación del efecto previsto (es decir, la 'reacción del sujeto' ante la 'propuesta' o 'intento de comunicación')" (Ibid, p. 41). O retorno, *feedback* ou retroalimentação do receptor, como Kaplun denomina, é "la obtención de la respuesta buscada y querida por el comunicador" (Ibid, p. 42). São exemplos desse tipo de comunicação: a publicidade comercial, em que o retorno consiste no aumento de vendas impulsionado pela campanha publicitária, ou mesmo os programas que exploram temas de grande repercussão – independente da utilidade pública ou interesse social - que visam como resultado o aumento da audiência e conseqüente aumento da venda de anúncios publicitários (Beskow, 2008, p. 40).

Modelo endógeno

Ênfase no processo

Para a educação: o objetivo é que o sujeito pense¹⁵. "Destaca la importancia del proceso de transformación de la persona y las comunidades. No se preocupa tanto de los contenidos a ser comunicados ni de los efectos en termino de comportamiento, cuanto de la interacción dialéctica entre las personas y realidad; del desarrollo de sus capacidades intelectuales y de su conciencia social" (Ibid, p. 19). É o modelo teorizado e praticado por Paulo Freire, o qual denominou de educação libertadora ou transformadora. A ênfase está no processo educativo e

¹⁵ Para Paulo Freire, um dos objetivos centrais da educação é que o "educando aprenda a aprender".

tem como objetivo formar as pessoas para que possam transformar sua realidade. Os postulados freireanos da nova educação são: "Não mais um educador do educando, não mais um educando do educador, mas sim um educador-educando com um educando-educador"; "Ninguém educa a ninguém, ninguém se educa sozinho, mas os homens se educam entre si mediados pelo mundo".

Nesse modelo, a educação é vista como um processo permanente, "en que el sujeto va descubriendo, elaborando, reinventando, haciendo suyo el conocimiento" (Ibid, p. 51). É uma educação problematizadora, que busca ajudar o educando a compreender sua realidade. O importante é que o sujeito aprenda a aprender, desenvolvendo uma consciência crítica.

Para a comunicação: O equivalente na comunicação para esse tipo de educação seria a comunicação popular que enfatiza não apenas o produto ou o resultado, mas o processo comunicativo. Parte-se do pressuposto que todos os atores sociais podem produzir meios de comunicação e que o processo de produção de comunicação é reflexivo e transformador. Segundo o autor,

los sectores populares no quieren seguir siendo meros oyentes; quieren hablar ellos también y ser escuchados. Pasar a ser inter-locutores. Junto a la 'comunicación' de los grandes medios, concentrada en manos de unos pocos grupos de poder, comienza a abrirse paso una comunicación de base; una comunicación popular, comunitaria, democrática. (Ibid, p.67).

Na área da educação, Célestin Freinet e Paulo Freire, ambos pedagogos, são reconhecidos como fundadores de visões criativas da inter-relação Comunicação/Educação. Célestin Freinet defende o uso da comunicação, especialmente o jornal, como forma de expressão de crianças e adolescentes. Paulo Freire ressalta a importância de uma relação dialógica nos processos comunicacionais. De acordo com ele, a "educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores, que buscam a significação dos significados" (FREIRE, 2000, p. 67).

Fazer uma comunicação emancipadora requer, então, que esta seja, por si só, resultado de um processo educativo. A partir desse conceito e de idéias que foram se formando na prática, que se desenvolveu o trabalho de comunicação e artes na ITCP/Unicamp junto às cooperativas populares de Campinas e região. Na necessidade de construir instrumentos de comunicação não apenas úteis, visíveis e eficazes, mas representativos da realidade dos cooperados e também frutos de atividade de criação coletiva, é que vem se desenvolvendo esse trabalho. Os formadores se transformam em mediadores desse processo, oferecendo elementos para uma prática reflexiva sobre a produção de meios próprios de comunicação, os quais, normalmente, são recebidos nas ruas ou dentro de casa sem nenhuma interferência do leitor ou espectador. Os cooperados e formadores se tornam, assim, agentes ativos nesse processo, buscando se concretizar enquanto EMIRECS¹⁶, dentro de um ciclo que se constrói e se reconstrói, pois o processo está sujeito a erros e acertos e, no caso específico dessa prática, seguimos o método de investigação empírica, na construção, em campo, de uma teoria da práxis.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária na área de Comunicação e Artes da ITCP/Unicamp

De forma sintética, poderíamos afirmar que o Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária (GEPES) na área de Comunicação e Artes da ITCP/Unicamp tem como principal objetivo refletir, produzir academicamente, planejar e atuar no processo de incubação com foco na arte-educação e na comunicação popular, entendidas como maneiras de se fazer educação popular.¹⁷

Através da utilização de instrumentos da arte-educação e da comunicação

¹⁶ Ao mesmo tempo emissor e receptor de informações.

¹⁷ O GEPES de Comunicação e Artes é um dos sete GEPES da ITCP/Unicamp. Os GEPES são grupos de estudos temáticos e abertos a todos os interessados, não somente aos membros da ITCP. Todos os formadores estão inseridos em um ou mais GEPES, de acordo com sua área de atuação dentro da ITCP.

popular - como as artes corporais, plásticas e cênicas e a expressão através de meios de comunicação -, educadores-educandos e educandos-educadores têm a possibilidade de se expressar através de formas subjetivas e criativas, o que torna alguns conhecimentos mais acessíveis, menos abstratos e mais próximos de seu cotidiano social e simbólico.

Além disso, o desenvolvimento de uma cooperativa e de uma incubadora de cooperativas sem um projeto de comunicação se torna impensável num mundo em que a imprensa é encarada como quarto poder, em que os meios de comunicação exercem tamanha influência sobre a sociedade e onde, resgatando duas frases já do senso comum, “a propaganda é a alma do negócio” e, como já dizia o apresentador de auditório televisivo Chacrinha, “quem não comunica se estrumbica”.

Como a maioria dos meios de comunicação estabelece uma relação vertical com seus espectadores, sem a possibilidade de uma participação ou interação ativa, é necessária a criação de meios alternativos de comunicação que sejam fruto legítimo de grupos ou classes sociais que não se sentem devidamente representados pelos meios massivos. Dentro desse raciocínio, visualizamos dois principais usos da comunicação a favor de um empreendimento popular. São os seguintes:

- 1) A apropriação e a transformação de estratégias tradicionais de comunicação capitalista em uma perspectiva transformadora, que tenha relação com os princípios de trabalho das cooperativas e dos empreendimentos solidários. Deste modo, as possibilidades de atuação na construção de materiais de divulgação dos produtos e do próprio empreendimento (visando sua viabilidade econômica), resultam em uma produção diferenciada quando adaptadas à realidade de cada coletivo, através de metodologias que envolvam a criação e a busca de um trabalho com a identidade do grupo.
- 2) A criação e produção de meios de comunicação próprios do empreendimento – jornal, rádio, audiovisual - que façam contraponto com os meios massivos, que serão o ponto de vista da cooperativa, sua voz, sua expressão e sua

autonomia em relação aos meios oficiais de comunicação. Isso possibilitaria uma menor centralização da produção de informações da cooperativa e de seu entorno, em geral produzida por veículos externos, e aumentaria o acesso às informações dentro da cooperativa, colaborando para a autogestão. Ressaltamos que temas não necessariamente vinculados ao trabalho da cooperativa também são fatos relevantes para serem noticiados, como a discussão sobre a conjuntura regional e nacional, indissociáveis da realidade local do empreendimento.

Através destes dois usos da comunicação, a **sobrevivência** dentro do sistema capitalista e a **resistência** ao próprio sistema, procuram caminhar juntas. Com essas perspectivas, o GEPES de Comunicação e Artes se propõe a construir conhecimentos junto aos grupos populares através do diálogo dos saberes acadêmico e popular. Ainda nos propomos, em acordo com o objetivo geral da ITCP/Unicamp, fomentar o movimento de Economia Solidária desenvolvendo as noções de autogestão, autonomia de organização dos trabalhadores e trabalhadoras e cultura do associativismo.

Mediação tecno-artística na criação coletiva de materiais de comunicação

Nessa seção do texto, apresentamos algumas experiências da ITCP/Unicamp e dos grupos incubados no processo de criação de seu material visual de divulgação. Na metodologia elaborada para realizar a criação coletiva de materiais de comunicação junto com as cooperativas, a incubadora tem o papel de **mediar** o processo junto aos grupos incubados, articulando o saber técnico e artístico da academia com o saber técnico e artístico popular.

Apesar do enorme potencial transformador da criação de mídias alternativas, como as rádios comunitárias e jornais populares, dentre os empreendimentos incubados pela ITCP/UNICAMP, a principal demanda se concentra em materiais de comunicação para intuítos comerciais, ou seja, a criação de logotipos, cartazes, etiquetas e cartões de visita com a "marca" da cooperativa. Nesse sentido, a

mediação entre a produção visual para fins comerciais do mundo capitalista e a apropriação dessas ferramentas para os grupos incubados, que se alinhe a preceitos solidários, autogestionários e transformadores, é ainda mais difícil e complexa.

Nesse sentido, partiremos do pensamento que o caráter horizontal da economia solidária impede que os princípios hierárquicos e alienantes da comunicação empresarial sejam adotados:

os teóricos da comunicação empresarial são praticamente unânimes ao dizer que o resultado final de uma boa imagem é o lucro. Quando um produto ou serviço se torna conhecido, o maior resultado vai parar nas mãos do dono da empresa. Seus empregados podem se sentir mais seguros com essa rentabilidade e, por isso, se sentirem indiretamente beneficiados. Mas se todos fossem donos do empreendimento, como é o caso da cooperativa, as sobras seriam divididas para todos da mesma forma que a informação sobre o andamento do negócio (MORAES, 2005, p.11).

Ou seja, da mesma maneira que os rendimentos e tarefas são divididos por todos cooperados, a informação deveria ser distribuída (e construída) de maneira horizontal.

Quando o trabalho dos formadores de comunicação e artes começou, procuraram levar o arcabouço teórico, construído pelo (e para) o sistema capitalista, para apropriação e transformação deste pelos grupos incubados. Ao longo das diversas elaborações coletivas das "marcas" das cooperativas, foi sendo construído um entendimento sobre a questão da comunicação visual que buscamos organizar neste artigo.

Logo de início, percebeu-se que a palavra "logotipo" era desconhecida e, para a grande parte dos cooperados, esse desenho que representa um empreendimento é chamado de "emblema" ou "brasão" ¹⁸.

¹⁸ Para além do significado original de cada um destes termos, mesmo na academia existe uma divergência quanto à terminologia a ser adotada, reforçando, dessa forma, nossa utilização dos termos populares como uma perspectiva da reelaboração comunicativa das palavras.

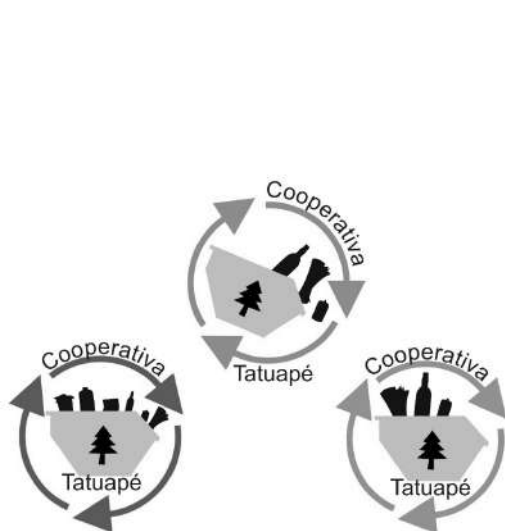
Outra questão observada foi de reestruturação da metodologia para as atividades de criação dos emblemas. As primeiras oficinas partiam da construção junto aos cooperados do que significaria uma "marca", sua importância e funcionamento. Para isso, os formadores iniciavam a atividade com a distribuição de uma série de imagens de logotipos conhecidos pelo grupo para debate. Em seguida acontecia a exposição individual de cada um, e a incubadora planejava descrever a teoria elaborada pela academia, na qual, seguindo o conceito tradicional elaborado pelo "marketing publicitário" ensinado nas escolas de comunicação, o logotipo deve ser uma abstração simbólica, simples, de fácil assimilação, com poucos elementos e cores, passível de se reproduzir de diversas maneiras e tamanhos. Além disso, nessa teorização, a "marca" é um símbolo que representa um empreendimento e, portanto, deve trazer consigo todos os conceitos, valores, que o representam, bem como o produto que vendem.

No entanto, ao longo da produção do emblema, esses "conceitos" foram reelaborados pelos grupos, mudando a proposta preparada pela Incubadora. Essa reconstrução se iniciou quando um dos grupos, a Cooperativa Tatuapé¹⁹, escolheu para debater os emblemas do *McDonalds* e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O grupo debateu o quanto o *McDonalds* era vazio de significado (simples, de fácil assimilação e difusão, cores que remetem à fome etc), enquanto que o do MST era composto de símbolos que remetiam a significados de luta, terra, trabalho, ao Brasil.

Mais tarde, após um longo processo de discussão e elaboração coletiva, a Incubadora retornou ao grupo com a imagem digitalizada do emblema criado na atividade. A cooperativa rejeitou as três opções produzidas na incubadora e, quando se iniciou o debate, os cooperados retomaram os conceitos trabalhados anteriormente. Existia uma divergência entre os conceitos trazidos pela

¹⁹ Cooperativa de triagem de resíduos da construção civil, existe desde 2001, foi acompanhada pela ITCP nos períodos de 2002 a 2004 e de 2006 a 2008, tem cerca de 22 cooperados, sendo a maioria mulheres. Apesar das condições inadequadas de trabalho é uma das cooperativas populares com maior retirada na cidade de Campinas.

ITCP/Unicamp de como deveria se constituir um "logotipo". O grupo não queria um símbolo de "fácil assimilação", de "fácil reprodutibilidade", ou seja, rejeitava a elaboração de um emblema destinado às funções capitalistas. O grupo reivindicava uma imagem complexa e com muitos símbolos, que tivesse um significado e contasse uma história. Retomou-se em uma oficina a comparação entre o logo do *McDonalds* e do MST, e a Incubadora retornou finalmente com uma proposta que, distante do conceito elaborado pelos manuais de programação visual, era um emblema forte e que demonstrava sem economizar em significados tudo o que a cooperativa queria que os outros sentissem quando vissem aquela imagem.



primeiras propostas de logotipo



logotipo final da Cooperativa Tatuapé

A maneira de realizar esses processos também foi se modificando com o tempo. Como as atividades buscavam não apenas a construção de uma marca, mas a construção de uma identidade de grupo, para cada empreendimento o trabalho de mediação foi se transformando.

No Grupo Contágio²⁰, empreendimento popular de customização de roupas, o emblema da cooperativa só foi discutido após um longo trabalho de construção identitária, começando pela busca da realização de produtos que dialogassem com a identidade de cada artesão aliada a uma idéia do grupo, como um todo, ou seja, à realização de um trabalho de autoconhecimento partindo das histórias individuais, construindo pontes entre essas histórias, agregando elementos comuns que poderiam constituir o que seria esse grupo e, dessa forma, qual seria sua identidade. Depois de quase dois anos de trabalho, o grupo se via fortalecido e empoderado de seus valores e por isso podemos dizer que o desenho do "emblema" do grupo se constituiu muito mais como um instrumento de formação do que um artifício para a venda dos produtos da Cooperativa.

Segundo Tagle (2002, p. 357), o alcance mais ambicioso da comunicação popular é vincular a prática de comunicação a exercícios que potencializem as iniciativas democráticas, educativas e políticas. Por essa razão, as características de cada empreendimento transformavam a maneira pela qual eram realizadas as atividades de elaboração coletiva dos materiais de comunicação.

Na elaboração do emblema da ACOOP²¹ (Associação das cooperativas de triagem de resíduos sólidos da região metropolitana de Campinas), formada por representantes de diferentes cooperativas, os quais são em sua grande maioria os principais "porta-vozes" desses empreendimentos, o processo de criação se concentrou na discussão por comunicação oral de como deveria ser a imagem da associação, na qual a formadora da ITCP/Unicamp mediava as elaborações por meio de desenhos na lousa da sala de reuniões.

²⁰ Cooperativa de customização de roupas existente de 2006 a 2009, criada em parceria com o Programa Municipal de DST/Aids. Os cooperados trabalhavam com roupas semi-novas e novas provenientes de doação, renovando-as e transformando-as, imprimindo sobre elas novas linguagens visuais.

²¹ A ACOOP é a associação das cooperativas de triagem de Campinas e região, conta com 16 cooperativas de triagem e uma cooperativa de biodiesel. É um espaço de luta política das cooperativas, visa também a venda conjunta. A cooperativa Tatuapé também faz parte desta associação.

A mesma proposta de trabalho no Grupo Contágio, formado essencialmente por artesões, gerou um processo educativo com características bastante diferentes. Neste caso, os cooperados rapidamente começaram a desenhar propostas, recortar e colar papéis. Dessa forma, a elaboração do emblema passou por um processo de elaboração coletiva baseada na atividade manual. A cada encontro a formadora trazia novos elementos baseados nas elaborações anteriores e o grupo trabalhava novamente em cima da imagem, recortando, desenhando e colando, até chegar ao desenho final.



Logotipo ACOOP



Logotipo Grupo Contágio

Outra experiência foi na realização do emblema da associação de profissionais do sexo “Mulheres Guerreiras”²². Desde o início da atividade, as mulheres transformaram a oficina, começaram a demonstrar por meio de posições com o corpo como pensavam que deveria ser a imagem do emblema. Logo se chegou à conclusão que no emblema teria a imagem de uma prostituta, um

²² A Associação de Profissionais do Sexo de Campinas existe desde 2006 e foi criada em parceria com o Programa Municipal de DST/Aids. Os principais objetivos da associação se baseiam na luta pelos interesses da categoria de profissionais do sexo; pelo direito ao trabalho e a cidadania; pelo estabelecimento de uma eficaz política de saúde para a mulher prostituta; contra o preconceito e toda e qualquer forma de violência física, moral ou social em relação às mulheres prostitutas; melhores condições de trabalho e qualidade de vida para as profissionais do sexo; organizar e manter programas de assessoria jurídica, contábil, previdenciária, social e psicológica; combater a prostituição infantil; realizar debates, conferências e seminários com atividades informativas sobre a prostituição, contribuindo para a visibilidade social da profissional do sexo de maneira digna, contra uma construção que tende a marginalizá-la.

travesti e um michê (homem profissional do sexo). E começaram a ensaiar as poses, mostrando de que maneira pensavam a representação de cada um deles. Nesse sentido, fizemos um ensaio fotográfico no qual foi escolhida pelo grupo a melhor imagem que se tornou o emblema do grupo. O uso do corpo para a elaboração de um material de comunicação coletivo possibilitou uma participação efetiva do grupo, utilizando-se de sua linguagem laboral na produção de pensamento.



Fotos tiradas e a fotos escolhida durante o processo criativo do logotipo



Logotipo da Associação de Profissionais do sexo

Uma comunicação que se baseia na educação popular produz conhecimento por razão da articulação dos saberes, ou como diria Mario Kaplun, acontece uma "auto-educação orientada":

A educação de adultos, seja presencial ou através de um meio, será educação na medida em que se proponha e consiga ativar as potencialidades de auto e de co-aprendizagem que se encontram presentes em seus destinatários; que estimule a gestão autônoma dos educandos em seu aprender a aprender, em seu próprio caminho ao conhecimento: a observação pessoal, a confrontação e o intercâmbio, a resolução de problemas, o cotejo de alternativas, a elaboração criativa, o raciocínio crítico (KAPLUN, 1992, p. 31).

O que podemos concluir nos leva à questão de que a comunicação popular não se estabelece apenas no sentido de "democratizar o poder de comunicar" (Peruzzo, 2007, p. 12), mas de subverter a lógica da comunicação elaborada pelo sistema capitalista, para uma outra comunicação, baseada em princípios transformadores, horizontais e solidários.

Limites e possibilidades da metodologia de incubação versus a demanda material das cooperativas

Depois de apresentadas a concepção de comunicação popular da ITCP/Unicamp e algumas de suas experiências na elaboração coletiva de materiais de comunicação, nos propomos a debater os limites e as possibilidades da metodologia de incubação do GEPES de Comunicação e Artes diante das demandas materiais dos grupos e cooperativas incubados.

Ainda é um desafio para o GEPES de Comunicação e Artes debater a fundo a Economia Solidária e atuar no nível dos desafios impostos a esse movimento, por conta das demandas de atuação e pesquisa da área específica. Apesar de nossas discussões serem sempre pautadas pelo contexto das cooperativas, o movimento de Economia Solidária e seus princípios têm pouco espaço e, por isso, temos dificuldade de extrapolar a realidade local para construir

reflexões e ações em outros âmbitos. Este artigo certamente é uma oportunidade para superarmos algumas dessas barreiras.

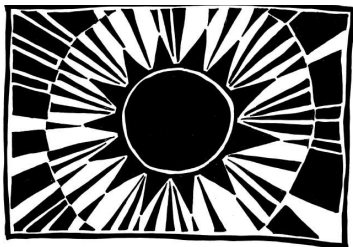
Na prática, a corrida contra o tempo diante das diversas demandas que surgem a todo o momento no processo de incubação, da falta de estrutura nas cooperativas e de políticas públicas que efetivamente contribuam para a superação das necessidades estruturais básicas dos empreendimentos, faz com que o processo educativo por vezes deixe de incorporar a comunicação popular para além da geração de renda. Mesmo com a ressignificação da elaboração dos materiais de comunicação dos empreendimentos, que se dá de maneira participativa e fora dos padrões do mercado de modo a ser constitutiva da identidade do grupo, o potencial transformador da comunicação popular é ainda pouco trabalhado.

Ainda que diante desses limites, as práticas da ITCP/UNICAMP com os grupos populares não se restringem à geração de trabalho e renda. No processo educativo, os grupos lêem sua situação marginalizada no sistema social e adotam a cooperativa como meio de sobreviver a esse sistema, de contrapor-se a ele e integrar um movimento baseado em princípios de cooperação e solidariedade.

Por essa razão, apesar das dificuldades, o GEPES de Comunicação e Artes compreende que os processos de criação artística e apropriação da comunicação pelos grupos populares não são marginais na constituição de uma cooperativa. Pelo contrário, integram um projeto de educação para além dos ditames do mercado. As metodologias de trabalho que utilizam diferentes linguagens, nessa perspectiva, respeitam a cultura dos grupos e propiciam o trabalho de sua identidade cultural e de classe como impulsionadores de sua organização. Além disso, instrumentos de comunicação popular contribuem para a articulação entre diferentes iniciativas e movimentos populares, cumprindo um papel de formação e organização política.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.
- BESKOW, Cristina Alvares. **Comunicação, educação e inclusão digital: quem está ligado na escola estadual paulista? Uma análise da interatividade no projeto TôLigado: o jornal interativo da sua escola**. Dissertação de mestrado. São Paulo, ECA/USP, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo : Paz e Terra, 2000
- GEPES de COMUNICAÇÃO E ARTES ITCP/Unicamp. **Projeto do GEPES de Comunicação e Artes**. 2006.
- KAPLUN, Mario. **El comunicador popular**. Quito: Ciespal, 1987.
- KAPLUN, Mario. **A la educación por la comunicación**. La práctica de la comunicación educativa. UNESCO/OREALC, Santiago de Chile, 1992.
- MORAES, Sara. R. **Comunicação e Cooperativismo: uma outra Comunicação é Possível**. In: Intercom, 2005, Rio de Janeiro. Ensino e Pesquisa em Comunicação. São Paulo : Intercom, 2005. v. 1. p. 9-265.
- PERUZZO, C.M.K. **Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania**. Lumina, v. 1, p. 1-29, 2007.
- TAGLE, Sergio. "Palabras de um poder emergente. Comunicación, movimientos populares y construcción política alternativa". In: PERUZZO, Cicília K.; COGO, Denise; KAPLUN, Gabriel (org). **Comunicación y movimientos populares: ¿cuáles redes? Comunicação e movimentos populares: quais redes?** São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2002, p. 337-359.



A Construção de uma Prática Organizativa Autogestionária no Cotidiano da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP: um processo diário de aprender a fazer política.

"O artigo é sobre a autogestão no âmbito da incubadora, como um preâmbulo absolutamente necessário para poder atuar pensando na autogestão dos grupos com os quais nós trabalhamos. Como é que a gente pode propor aos grupos que se organizem de forma autônoma, autogestionária ou com uma tendência autogestionária, se a incubadora tem um formato autoritário?"

[...]

Dentro de uma estrutura extremamente autoritária e hierarquizada [da universidade], a incubadora tem que aprender e criar formas de organização que são autogestionárias, portanto não-hierarquizadas, igualitárias, democráticas.

[...]

O artigo traz uma recuperação das questões sempre presentes na autogestão. Ela é uma experiência do próprio grupo e da organização do próprio grupo, portanto é o que parte do grupo e ela é dinâmica, ela nunca é acabada ela nunca é fechada. Qualquer autogestão que seja... qualquer proposta de autogestão que venha feito uma cartilha... ao menos seria uma autogestão meio autoritária.

[...]

Então vejam que coisa bonita, a incubadora se educa, ela enquanto uma instância da universidade, ela passa por um processo de educação. Alunos que vêm por exemplo da engenharia, da economia... eles nunca ouviram falar de educação popular e do Paulo Freire. De certa forma, a incubadora permite um espaço enorme de educação para todos os seus membros, não só para os formadores. Então há um processo de educação que acontece aqui, e é um processo que tem que ser pensado em função daqueles com os quais a gente vai trabalhar.”

Sílvia Lezer
ITCP/USP

A Construção de uma Prática Organizativa Autogestionária no Cotidiano da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP: um processo diário de aprender a fazer política.

Autores: Ana Maria Raietparvar²³, Caroline Cristiane de Sousa²⁴, Juliana da Silva Nóbrega²⁵, Marcelo Vaz Pupo²⁶ e Natalie Machado Rios²⁷

Resumo: A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNICAMP) é um projeto de extensão universitária que tem como pressuposto a autogestão tanto como metodologia para incubação das cooperativas como para sua organização interna. Neste artigo pretendemos abordar as discussões acumuladas a esse respeito no Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária em Dinâmica das Relações Humanas da ITCP/UNICAMP. A partir da proposta de João Bernardo (1997, 2005) de que o processo autogestionário é antes uma *tendência* a práticas autogestionárias do que a autogestão propriamente dita, podemos encarar o processo organizativo que vivemos na incubadora e também seu fomento nas cooperativas de forma menos rígida, encarando a possibilidade de sua realização concreta como algo que está em construção ainda. De acordo com Sato (2002), compreendemos a autogestão enquanto processo organizativo cotidiano que se constrói nas múltiplas negociações (verbais ou tácitas) de interesses, em que concordância e discordância/cooperação e confrontação estão presentes o tempo

²³ Graduada em Ciências Sociais pelo IFCH/UNICAMP. Formadora da ITCP/UNICAMP.

²⁴ Graduada em Psicologia pela UNIARARAS. Formadora da ITCP/UNICAMP.

²⁵ Doutoranda do Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Pesquisadora da ITCP.

²⁶ Graduado em Ciências Biológicas pelo IB/UNICAMP. Formador da ITCP/UNICAMP.

²⁷ Graduada em Ciências Biológicas pelo IB/UNICAMP. Formadora da ITCP/UNICAMP.

todo enquanto conflitos a serem resolvidos pelo grupo. De acordo com a autora, os conflitos são parte inerente do processo autogestionário uma vez que sua existência indica a presença de debate público permanente entre os membros e, portanto, a possibilidade concreta de fazer política. Apresentaremos nosso processo de construção da autogestão, refletindo sobre as possibilidades e os limites do nosso fazer política, tendo como base a realidade de um projeto de extensão, dentro de uma universidade para qual a autogestão é uma palavra pouco clara. Na nossa estrutura a ausência de hierarquia, a subordinação a um coletivo, e um espaço de deliberação onde todos têm voz nos dá uma identidade de grupo autogestionário, mas ao mesmo tempo, ainda temos como desafio entender de que maneira a linguagem e a comunicação interferem nesse processo de conversas e negociações. E assim, procuramos alternativas metodológicas para dinamizar e igualar a participação dos membros deste coletivo e promover o diálogo entre as coalizões e dissidências dos interesses dessas pessoas que são seres autopoieticos, de acordo com Matrui (1998). A prática da autogestão em nossa estrutura é, para além da busca de coerência com os princípios trabalhados na incubação dos empreendimentos, um processo de aprendizagem organizativa do coletivo e dos agentes que o consolidam no dia-a-dia.

Palavras-chave: autogestão, processo organizativo, extensão universitária, economia solidária.

A Construção de uma Prática Organizativa Autogestionária no Cotidiano da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UNICAMP: um processo diário de aprender a fazer política.

Introdução

Este artigo é uma tentativa de compreender a autogestão como ideal e prática dentro da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/UNICAMP). Os autores e as autoras que o escrevem são membros do coletivo desta incubadora e fazem parte do Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária da área das Dinâmicas das Relações Humanas (GEPES DRH).

A ITCP/UNICAMP é um projeto de extensão universitária que existe desde 2001 e congrega estudantes das mais diversas áreas de conhecimento dentro da universidade. Fruto da luta de estudantes por um projeto de extensão mais aproximado da realidade do município de Campinas, em São Paulo, a incubadora surgiu com o objetivo de formar e assessorar empreendimentos econômicos solidários num momento em que se iniciava uma forte discussão sobre 'Economia Solidária' no Brasil. Em um convênio inicial com a prefeitura municipal de Campinas, a incubadora atuava junto a cooperativas e associações populares do município. Ao longo de sua existência, outros convênios foram sendo constituídos, participando atualmente do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas (PRONINC) do Ministério do Trabalho e Emprego.

Apesar das práticas de trabalho associado e autogestionário estarem presentes na história dos trabalhadores da 'economia informal' ou 'economia popular', foi no começo do século XXI que estas começaram a ganhar um pouco mais de destaque e legitimidade perante a sociedade. Isso se deve, em parte, ao momento de grande expulsão dos trabalhadores do mercado de trabalho formal, mas também, para alguns grupos, à percepção de que a gestão coletiva dos meios de produção é possível. Diante da constatação de que o desemprego agora é mais do que o indício de uma forte recessão e, sim, a única maneira do sistema capitalista continuar seu processo de acumulação (Tiriba, 2001), o desafio para a classe trabalhadora e para os movimentos sociais passou a ser a criação e a reinvenção de formas de atuação que articulem as lutas sociais e eliminem a separação introduzida pelo capital, entre a ação econômica e a política, na busca da construção de uma globalização contra-hegemônica (Santos, 2002).

Da forma como entendemos a economia solidária, essa é um conjunto de práticas de associação coletiva dos meios de produção que ultrapassam os limites dos empreendimentos econômicos solidários, podendo se evidenciar também nos bancos comunitários, clubes de troca, cooperativas de consumo e de serviços, etc. A economia solidária também está presente em alguns movimentos sociais que buscam na autogestão construir formas de inserção econômica e política para seus participantes. O sentido geral dessas propostas é a construção de um conjunto de práticas de mutualidade e ação coletiva que fomentem um modelo econômico conectado às realidades locais dos trabalhadores e trabalhadoras e que permita a construção de relações sociais igualitárias.

Entretanto, não cremos na autogestão apenas para os grupos de trabalhadores ou para os movimentos sociais com os quais nos articulamos, mas também para nossa própria organização interna. Diferentemente da maioria das incubadoras (tanto universitárias como Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), vemos a autogestão como uma forma coerente e democrática de se relacionar, seja no trabalho ou em outras

relações sociais da vida. Para nós é a luta pela construção de outro projeto de sociedade, onde a diversidade de posições, conhecimentos e interesses, seja colocada em negociações mais igualitárias. Nesse sentido, atuamos de 'dentro' e não de 'fora' dessa sociedade, nos vemos como parte do problema ao qual buscamos uma solução. Não encaramos a autogestão apenas como uma forma técnica de organizar as nossas ações, mas como uma luta e, portanto, sempre como um processo.

A ITCP/UNICAMP como projeto de extensão universitária

A ITCP/UNICAMP é vinculada, como programa, à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UNICAMP. Logo de início essa situação apresenta à incubadora uma orientação de trabalho, já que faz-se necessário discutir o conceito e a função da extensão universitária. Essa definição é importante para que os formadores possam desenvolver tanto as atividades internas quanto aquelas diretamente ligadas aos grupos populares. “Perna bamba” da UNICAMP no tripé ensino, pesquisa e extensão, esta última conta com poucos adeptos, escassos recursos e muita resistência ao buscar qualificar-se como importante instrumento de formação acadêmica.

O debate sobre extensão na Universidade Estadual de Campinas vem sendo feito com mais propriedade ao longo da última década e, por diversos momentos, tem sido possível constatar o embate entre as diferentes visões existentes na universidade, que podem ser resumidamente polarizadas em duas. Uma delas compreende a extensão como atividade que deve ser cada vez mais indissociada da prática de ensino e pesquisa ao estabelecer, para estas, um canal comunicativo com segmentos sociais representantes da grande maioria da população. Em seu cotidiano de trabalho e ativismo, tais segmentos deparam-se com obstáculos que poderiam ser solucionados junto à universidade, gerando alternativas ao modelo desenvolvimentista que predomina nos dias de hoje e que possui um caráter excludente e perverso, inerente a seus princípios. Esta visão,

devido à proposta dialógica de construção de tecnologia e conhecimento, é também conhecida como “Extensão Comunitária”. A outra, integrada numa perspectiva neoliberal, não entende a universidade pública como espaço democrático de construção e difusão do conhecimento, privilegiando marcadamente setores empresariais através de cursos pagos, restringindo o acesso àquelas pessoas já comprometidas com a iniciativa privada. Nesta perspectiva, o que é chamado de “extensão” fortalece os processos de concentração do conhecimento e da renda por ele gerada, acirrando os abismos sociais que resultam em pobreza da população e subdesenvolvimento do país.

A formação da Incubadora Tecnológica de Cooperativa Populares da UNICAMP alimenta este debate significativamente, até pelo fato de estar inserida num contexto nacional, mais amplo. O envolvimento da Universidade com grupos cooperados fortalece a Economia Solidária, que passa a contar com organizações que possam prestar assessoria contínua aos empreendimentos econômicos solidários, divulgando os princípios do cooperativismo entre grupos interessados, ajudando-os a organizarem atividades produtivas ou de prestação de serviços, a apurarem as técnicas empregadas, legalizarem as cooperativas, etc. Este movimento da academia significou também o engajamento de parte da comunidade científica e educacional na construção da economia solidária, principalmente a partir da fundação da primeira incubadora universitária no Brasil em 1995, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Santos, 2002).

Portanto, a ITCP/UNICAMP já nasce num contexto de embate de idéias e ao longo de sua existência é levada freqüentemente a refletir sobre seu papel como formadora de estudantes e como integrante constituinte do movimento de economia solidária. Esta reflexão é cotidiana na ITCP e nossa abordagem metodológica é capaz de dar a ela uma concepção pedagógica, fomentando assim aprendizagem em todos os espaços que nos envolvemos. Esse aprendizado emerge da busca em não desvincular, em seus princípios, a formação dos empreendedores solidários da dos estudantes formadores da incubadora. Isso

significa que o trabalho daqueles que atuam na incubadora consiste não só em estudar os princípios da economia solidária, cooperativismo, educação popular, tecnologia social e autogestão, para a construção de outras perspectivas de trabalho e renda junto aos grupos populares, mas envolve também outra dimensão, que é sempre retroalimentada pela primeira: trazer os elementos organizativos desses princípios para o seio da incubadora. Em outras palavras, agimos "para" a economia solidária e "com" ela. A aprendizagem derivada de todos esses processos e vivências faz do programa um local privilegiado de formação acadêmica, e o conhecimento acumulado é sistematizado de diferentes formas. Escrita de artigos, apresentação de trabalho em congressos e outros eventos, formulação de projetos políticos pedagógicos, organização de seminário da incubadora, são alguns exemplos de produção acadêmica realizada pelo coletivo, organizado de forma autogestionária.

A consequência desta perspectiva de atuação se confunde com sua causa. Já na escrita do projeto de criação da incubadora, realizada pela Pró-Reitoria de Extensão da época, foi inserido que este programa deveria ser autogerido por seus componentes. Isso só foi possível através de pressão do movimento estudantil em um seminário realizado para se discutir a constituição da incubadora. A proposta foi aceita e a autonomia da incubadora em sua gestão é característica presente até hoje, prevista inclusive em seu regimento interno. Essa conquista inicial certamente chocou-se com toda estrutura acadêmica restante, o que talvez explique o baixo envolvimento de docentes nas instâncias da incubadora, que apesar de contar, no papel, com um conselho orientador numeroso, não vê mais do que alguns professores contribuírem significativamente para o desenvolvimento da ITCP/UNICAMP.

Hoje a incubadora tem, a seu serviço e fornecido pela universidade, o trabalho de um técnico administrativo que presta dedicação exclusiva ao programa e uma estrutura física que conta com duas salas que somam aproximadamente 40 m². Ainda assim, o comprometimento institucional com a continuidade das

atividades de incubação é baixo, visto que dependemos de verba externa (em sua maioria proveniente do governo federal) para manter a coordenação, as equipes, assessorias e grupos de estudo ativos. Toda bolsa oferecida, material de consumo utilizado, equipamentos permanentes, transporte de pessoas, enfim, a maioria do recurso necessário a sua existência enquanto programa formal da universidade está à mercê da disputa que acontece, sem data prevista, no âmbito da escrita de editais públicos.

Depender majoritariamente de fonte financeira externa à instituição a qual pertencemos, mais do que gerar uma perene insegurança existencial, nos conduz a adaptações, conformações e costuras estruturais que são exigidas ao nos enquadrarmos no formato de editais insensíveis às incubadoras universitárias. Não se trata apenas de lamentar falta de foco das políticas públicas (mesmo aquelas setorializadas na Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES), dificuldade enfrentada também por tantos outros setores sociais, mas de perceber uma ruptura com os princípios mais caros da formação acadêmica, principalmente de estudantes de graduação. Frequentemente, os editais exigem um grau de envolvimento que se aproxima de um trabalho profissional. Porém, não profissionaliza de fato, haja vista a precarização a que estaria sujeito tal trabalho (não prevê vínculos trabalhistas de qualquer tipo), nem está formalizada como atividade acadêmica na estrutura curricular dos cursos.

A dificuldade então fica exposta e consome da nossa autogestão muito tempo e grande desdobramento para equalizar problemas como diferenciação de bolsas, tempo de dedicação, sobrecarga, envolvimento de graduados e não graduados, dentre outros.

A problemática identificada traz à tona contradições de uma universidade pública não sensível às demandas populares, de um lado, e dificuldades de um governo federal que tem espasmos progressistas em um corpo político neoliberal, pelo outro. Duas fragilidades a que estamos expostos: uma interna, pela disputa na universidade através da extensão, e outra externa, onde se insere o contexto das

políticas públicas em economia solidária.

Vemos-nos, portanto, militando por um projeto de nação que vislumbramos através da prática diária na construção de um projeto de universidade, perseguindo ideais de uma formação universitária digna de respeito frente àqueles que a financiam: o povo.

Autogestão ou processo autogestionário?

Autogestão tem sido um tema amplamente discutido nas literaturas sobre a economia solidária. Em geral, a idéia de autogestão é apresentada a partir de experiências de Empreendimentos Econômicos Solidários – EES's, como as cooperativas populares, fábricas recuperadas, associações, feiras e clubes de troca. Na contracorrente dessas discussões, este artigo aborda a temática da autogestão a partir do contexto específico da ITCP/UNICAMP. Acreditamos que não há uma maneira “única, certa e verdadeira” de se fazer a autogestão, uma vez que a encaramos enquanto um processo social. Sendo assim, é dado por condições sociais e históricas específicas de um determinado local e, por isso, é uma prática polissêmica que envolve diferentes formas de se organizar e se posicionar politicamente. A autogestão tem um “sem limites” de possibilidades em virtude da diversidade de contextos nos quais pode acontecer e também por apresentar uma estrutura metodológica extremamente flexível.

Assim, nossa condição de incubadora localizada dentro de uma universidade estabelece uma forma específica de prática autogestionária que se articula com práticas e significados de autogestão que foram construídos historicamente por trabalhadores na nossa sociedade. As particularidades encontradas em cada experiência autogestionária ilustram a visão de autogestão que temos e a partir da qual pautamos nossas ações.

Consideramos que a autogestão trata-se, num primeiro momento, de um processo de escolhas organizativas construída por pessoas em relação. É um *processo social* sempre específico ao modo como se estabelece a interação entre

elas. A autogestão pode ser vivenciada em todo contexto em que haja pessoas dispostas a se relacionar a partir de princípios comuns.

Essa diversidade de possibilidades para a prática autogestionária não significa que não adotamos nenhum princípio para nortear nossa prática. Tomamos como referenciais alguns autores, como Cláudio Nascimento (2004) que considera que a autogestão é caracterizada pela gestão coletiva e pela proposta de um novo modo de produção, no qual o controle e as decisões dos mecanismos produtivos sociais estão concentrados nas mãos dos membros de um coletivo. Trata-se de um modelo de reorganização social que não se limita à unidade de produção, mas abrange todas as esferas da sociedade.

Nós, do GEPES de DRH, entendemos que a autogestão caracteriza-se como uma constante invenção, viabilizada pelo modo como se organizam as pessoas em um coletivo. Em nossas discussões, nos deparamos com um artigo sobre autogestão em cooperativas e associações, elaborado por Leny Sato e Egeu Esteves (Sayo; Esteves, 2002). Esses autores apontam que uma primeira condição para que possa haver autogestão é a constituição de um grupo. Consideramos aqui que a formação de um grupo se dá a partir de um coletivo de pessoas organizadas e orientadas por objetivos semelhantes, que constroem formas de atuação coletiva, que buscam romper com a hierarquização das relações e promover maneiras de resolver os conflitos que sejam pertinentes a esse grupo específico. São estabelecidos processos de negociação democráticos a partir de suas necessidades e particularidades. O importante é construir relações que priorizem a autonomia e a máxima participação dos membros desse coletivo.

A autogestão não é apenas um princípio para organização do trabalho da incubadora, mas constitui a essência das relações estabelecidas entre seus membros, mesmo para além do espaço físico da incubadora. É um referencial para a luta por um novo projeto de sociedade e isso engloba nossas relações na incubadora, nos empreendimentos, nos órgãos públicos, nas formas de divulgação do trabalho que realizamos, enfim, em nossas relações cotidianas que são,

essencialmente, *políticas*. Através desse modo de nos organizar buscamos estabelecer a gerência coletiva que se concretiza diariamente nos diversos espaços de reunião entre os membros da incubadora.

O processo organizativo autogestionário caracteriza-se pela negociação e construção de significados entre os participantes e é, por isso, uma experiência de conflito. As escolhas tomadas para as soluções desses conflitos devem ser legitimadas pelo grupo, discutidas e assumidas por todos.

É nesse debate que se desenvolve o processo de apropriação da gestão, onde todos podem participar das negociações e decisões tomadas pelo grupo. De acordo com Sato e Esteves, quando alguns conflitos surgem no dia-a-dia, indicam que há possibilidade de participação sem subordinação, há política sendo praticada democraticamente.

Acreditamos que a autogestão pode também ser considerada como um processo de pesquisa conduzida coletivamente, uma forma de interação entre atores sociais que podem negociar o modo como querem organizar seu trabalho, suas múltiplas possibilidades de concretização, sem idealizar situações ou soluções para seus conflitos. Isso nos permite, assim como também aos empreendimentos, construir conhecimento coletivamente nas nossas atividades cotidianas. Conhecimentos relacionados a metodologias melhores para o nosso objetivo, reflexões que nos levam a ações políticas concretas, pesquisas que nos conectam ainda mais com a realidade dos grupos com os quais trabalhamos. Mas também conhecimentos de ordem tácita, não ditos e não expressos em momentos "oficiais", como formas de dividir responsabilidades, estabelecer relações de confiança, organizar a limpeza, o uso dos materiais e do espaço físico e também a sensibilidade com as condições de participação de cada um nesse processo.

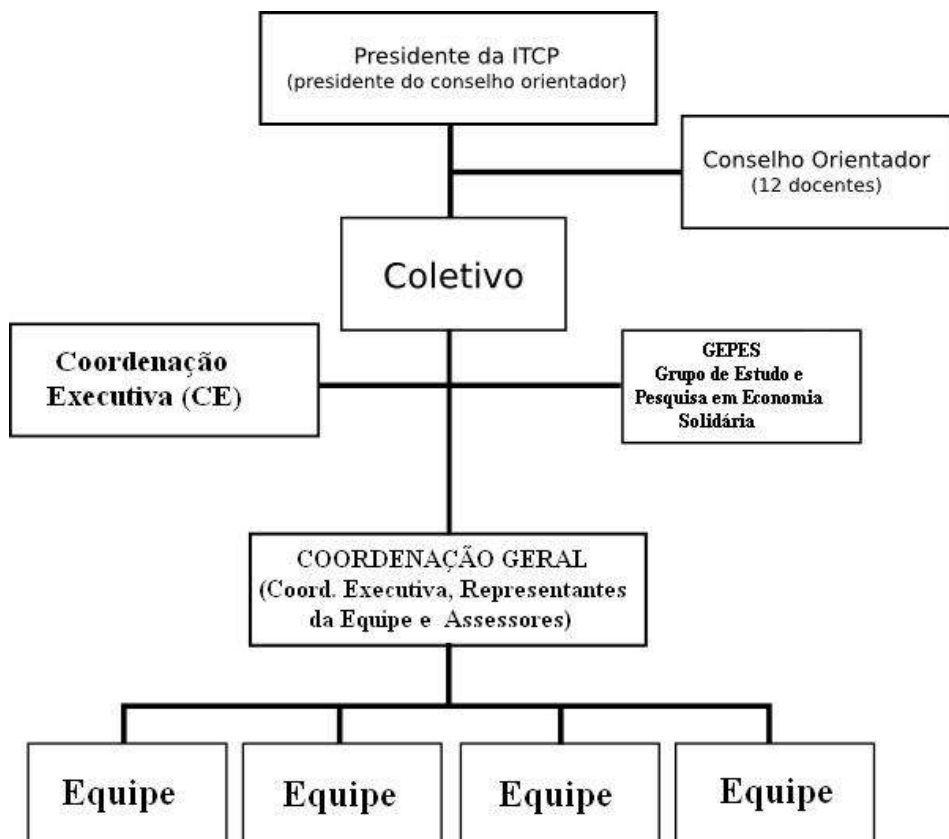
Assumida a idéia de que autogestão é um processo organizativo e uma luta, compartilhamos da concepção de *tendência a autogestão* de Bernardo (1997, 2005). Este autor contribui com a nossa forma de pensar a autogestão na medida em que reflete sobre a impossibilidade de implantarmos ilhas de autogestão em

meio a um oceano de autoritarismo. O conceito de tendência à autogestão vem dar sustentação as nossas discussões e formas de atuação. Reconhecemos que para nos organizarmos de forma autogestionária é necessário refletirmos sobre a maneira como se estabelecem as relações nos demais segmentos da sociedade.

Este autor enfatiza que mais importante que a ideologia originária de um grupo é a forma como ele se organiza, seus princípios e a maneira como se estabelecem as relações entre as pessoas nesse contexto. Para o autor, a aprendizagem ideológica se dá a partir das lutas, nas experiências concretas, pautadas num projeto de sociedade que tem a autogestão como norte. Portanto, para garantir o governo cotidiano dos trabalhadores é necessário que se estabeleça um processo de negociação permanente, onde são trabalhados os conflitos enquanto indicativos de que a organização é autogestionária.

A ITCP/UNICAMP

A ITCP/UNICAMP possui diversas instâncias previstas em seu organograma, e refletem um acúmulo das reestruturações desde sua fundação. Como estruturas externas às quais somos indiretamente submetidos, estão o Presidente e o Conselho Orientador. Estão fixos no organograma por terem sido estabelecidos na resolução de fundação da incubadora do Gabinete do Reitor, em 2001. Apenas docentes da universidade podem ocupar esses cargos. A autogestão de fato se dá a partir do próximo nível do nosso organograma (figura seguinte).



Organograma da ITCP/UNICAMP

Coletivo é a palavra que usamos para nos referir ao conjunto dos membros que formam a ITCP/UNICAMP e também para nos referirmos a Assembléia Ordinária que ocorre quinzenalmente em nossa sede. Para que uma pessoa seja considerada membro do coletivo ela deve participar pelo menos de duas instâncias da incubadora: a reunião do Coletivo e um GEPES.

O Coletivo como assembléia e instância maior de deliberação tem um tempo estimado de 4 horas quinzenais. As sugestões de pauta devem ser enviadas à Coordenação Executiva (CE) com cerca de uma semana de antecedência. A eleição das prioridades e a estimativa do tempo de discussão para cada pauta é feita pela CE. Garante-se no início de cada reunião do coletivo um

espaço de 30 minutos para informes. Consideramos informe uma informação de interesse relevante para o Coletivo, mas que não tem necessidade de ser debatida ou encaminhada. As falas na assembléia são abertas e livres. No caso de muitas falas e/ou sobreposições, inicia-se o processo de inscrição, e cada um deve respeitar o momento em que estiver inscrito para falar.

Diante disso, entendemos o Coletivo como um espaço propício para que os diferentes interesses venham à tona e possam ser negociados, estabelecendo-se assim sempre uma relação de conflito conforme descrito em nossa definição de autogestão.

O espaço do Coletivo é onde tentamos construir uma visão conjunta das questões que nos permeiam. A fala e o silêncio, nessa esfera, são as maneiras como as pessoas interferem na realidade material e se fazem percebidas por seus valores e vontades. Daí, derivam, muitas vezes, os conflitos vividos nesse espaço. E isso não é disfuncional, mas inerente à prática democrática.

A segunda instância de deliberação é a Coordenação Geral. Essa é formada por um representante de cada equipe, todos os membros da Coordenação Executiva e os assessores. O representante de cada equipe é escolhido pela mesma e deve deixar essa posição após um período de 6 meses. A coordenação e os assessores mantêm-se na CG até seu desligamento do seu cargo. Sua ocorrência é quinzenal, e sua duração foi ampliada de 2 para 3 horas. Seu papel vem sendo debatido dentro do coletivo, mas suas atribuições previstas em nosso Regimento Interno são acompanhar o planejamento das equipes de incubação, socializar os debates das equipes e formular os debates gerais da ITCP, avaliar os trabalhos da equipe de incubação, propor possíveis mudanças e retomar as deliberações do coletivo.

A Coordenação Executiva é formada por formadores bolsistas da ITCP/UNICAMP, eleitos para mandato de um ano. Apenas membros que participam há pelo menos 6 meses podem ser eleitos, mas todos têm direito a participar do processo eleitoral. Este não se dá por votação e a candidatura é feita por

indicação. Há uma primeira rodada em que todos os membros do coletivo devem indicar um nome. Na segunda rodada, os membros devem confirmar ou podem alterar sua indicação, justificando o porquê. A partir daí, abre-se uma longa discussão em que se debate entre os nomes que foram mantidos para se tentar chegar a um consenso. Caso não exista consenso, as pessoas que não estão de acordo com o candidato mais indicado devem consentir que o mesmo assuma o cargo. Por fim, o membro indicado deve expor se aceita ou não o cargo. Não é permitida a abstenção em nenhum momento. A eleição é feita para cada uma das vagas da Coordenação Executiva. É um processo longo, que ainda está em avaliação e reformulação.

De acordo com Sato e Esteves, o consenso nunca pode ser entendido como algo do indivíduo, mas que se constrói a partir de uma realidade discursiva que se configura no decorrer do processo. Esta realidade é intersubjetiva, isso significa que o consenso é resultado do debate. Sendo assim: "Tal consenso – produto da mediação interna (psíquica) e externa (social) – não significa a decisão correta, a coisa certa a ser feita, mas sim o resultado possível de uma negociação entre as partes ou os fatores envolvidos." (SATO; ESTEVES, 2002)

Os Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES) são instâncias de formação e troca de experiências de incubação entre os formadores. É o espaço de apoio metodológico e reflexivo do processo de incubação. Existem atualmente na ITCP/UNICAMP sete GEPES: Comunicação e Artes, Dinâmica de Relações Humanas, Gênero, Planejamento Econômico, Processos Pedagógicos, Produção e Tecnologia e Saúde do Trabalhador. A participação em pelo menos um GEPES é obrigatória para todos os membros do coletivo, sejam eles formadores bolsistas ou pesquisadores. Os GEPES são abertos à participação de não membros.

As equipes são as responsáveis pelo acompanhamento dos empreendimentos. A formação das mesmas está quase sempre condicionada à aprovação de editais e projetos. A admissão de formadores bolsistas se dá através

de processo seletivo aberto.

A divulgação do processo seletivo é feita por e-mail e cartazes. Organiza-se uma banca de seleção, composta sempre por um mínimo de 3 formadores, incluindo formadores da equipe e do GEPES ao qual a vaga se refere. Pede-se que os candidatos encaminhem uma ficha de inscrição e respondam a perguntas relacionadas a seu envolvimento com a extensão e educação popular. É feita uma pré-seleção de candidatos a partir do currículo e das respostas da ficha, e na seqüência é elaborado um cronograma para as entrevistas individuais. Cabe ressaltar que esta forma de seleção também está sendo avaliada. Todos os formadores selecionados devem ter participado ou se comprometer a participar do Curso de Formação de Formadores da ITCP/UNICAMP, oferecido pelo coletivo da ITCP através da Escola de Extensão da UNICAMP (EXTECAMP).

Os assessores são formadores da ITCP/UNICAMP que não integram as equipes de incubação. Devem participar pelo menos de um GEPES, da reunião do Coletivo e da Coordenação Geral, assessorando as equipes em tarefas pontuais e oficinas específicas. Também tem um comprometimento para com assuntos relativos a organização da estrutura interna da ITCP/UNICAMP. Atualmente a incubadora conta com 3 assessores: de informática; de comunicação; e de assuntos jurídicos.

Grande parte da comunicação interna da ITCP/UNICAMP se dá no mundo virtual, através do e-mail institucional @itcp.unicamp.br. Leitura de e-mails constitui-se hoje como o grande trabalho invisível realizado na incubadora. A comunicação no espaço físico ainda é pouca, começando-se há poucos meses a se fazer uso do mural em nossa sede. A outra parte da comunicação é oral, através dos espaços de reunião. Pede-se para que todas as instâncias produzam uma ata de todos os encontros que acontecem na incubadora, sejam reuniões de equipe, GEPES, Grupos de Trabalho (GTs), estudos coletivos, etc. Há uma relação muito forte com o registro escrito. Em junho de 2009 foi criado, sob responsabilidade da assessoria de comunicação, o Jornal da ITCP/UNICAMP, material periódico de

circulação interna, com o objetivo de melhorar a comunicação das diferentes instâncias dentro da incubadora.

A possibilidade de participação dos membros do Coletivo está presente nas diversas instâncias da incubadora, já que nesses espaços é possível expressar, colocar suas opiniões, construir propostas e compartilhar interesses. Ao discutirmos nossos problemas dessa maneira, nos aproximamos de João Bernardo (1997, 2005), pois a forma com que nos organizamos assume grande relevância na construção dos nossos ideais.

Atuação com os empreendimentos

No processo de incubação, promovemos junto aos grupos a discussão sobre a forma de se organizar a cooperativa, qual forma de gestão podem optar para se constituir. Dessa forma, propiciamos nesses espaços o debate sobre a forma autogestionária de se organizar, problematizando a questão da autonomia da classe trabalhadora e da prática política no espaço econômico do trabalho. Acreditamos que a contestação aos valores capitalistas só se dá de fato quando todos os indivíduos possam ser sujeitos políticos, o que pode ser expresso na crítica à divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, na organização do processo produtivo e em diversas esferas da sociedade, construindo relações mais igualitárias de solidariedade.

Sendo assim, buscamos trabalhar no cotidiano com os empreendimentos as questões que permeiam a forma autogestionária de se organizar. Buscamos problematizar, contrapondo este modo de se organizar ao modo empresarial de gestão, de modo a auxiliar os cooperados no processo de escolher seu modo autogestionário de se organizar. Buscamos debater questões norteadoras, como processos de debate e decisão coletivos, mas sempre com uma proposta em aberto de como deve ser essa organização autogestionária, a qual busca ser construída com todo o coletivo de cooperados, promovendo já no processo a discussão e o debate coletivo.

Estes trabalhadores provêm de diversos contextos, passando por donas de casa, desempregados crônicos e recentes, assalariados, trabalhadores informais, ou ainda membros de comunidades rurais ligadas a movimentos sociais e étnicos. Essa diversidade e aposta nos empreendimentos autogestionários reflete a atual conjuntura capitalista de grande expulsão dos trabalhadores do mercado formal, e no vislumbamento do modo de produção coletiva como alternativa, a princípio, de geração de renda, mas também para se pensar a produção e a economia.

Neste contexto, é muito rica a convivência com os cooperados, cada um proveniente de uma realidade distinta, o que enriquece os debates das oficinas e reuniões. Nesses debates e oficinas, praticamos a formação. Formação essa que se dá aos cooperados e também aos estudantes participantes do projeto. A prática das oficinas nos empreendimentos possibilita um exercício do pensamento sobre a autogestão, possibilitando a construção coletiva do conhecimento a partir dessa discussão, a partir da prática das cooperativas. Assim, aprendemos com a forma de se organizar dos empreendimentos e vamos construindo no processo e definindo o que pode vir a ser a autogestão. Esse processo de reflexão que se transforma em outra prática pode derivar em ações concretas cotidianas, tais como pensar e repensar a divisão de tarefas, a organização do espaço, os conflitos, etc, como também pode se transformar em posições políticas, novas metodologias ou pesquisas conectadas às realidades dos empreendimentos.

Esse processo é importante porque a autogestão está sendo construída, como nos lembra João Bernardo (1997, 2005), ela está em processo, e jamais poderia ser realizada por decreto. Isso porque, dentro do capitalismo, há pouco costume de se discutir ou refletir sobre a gestão da produção ou a organização da sociedade por parte dos trabalhadores. Dessa forma, encontra-se freqüentemente nas cooperativas valores e posicionamentos capitalistas, e a desconstrução destes em nome da unidade e da auto-organização da classe trabalhadora é realizado lentamente e a partir de uma prática autogestionária que é em si pedagógica.

Uma das primeiras tarefas é tentar discutir a importância de se reunir, de

como na cooperativa, além de se dividir as divisas vindas da venda dos produtos e serviços, todos devem ter direito igualitário de decisão. Este ato de reunir-se, aparentemente simples, mostra-se muito difícil. Estamos acostumados a não pensar sobre a nossa prática, a receber ordens, e ter que pensar a organização da cooperativa, da produção, às vezes, é encarado como mais trabalho. É muito comum a prática de não se colocar nos espaços de decisão coletivos e deixar esse direito para alguns poucos. Não estamos acostumados a nos colocar como sujeitos políticos, e, às vezes, esse processo é longo e requer muita atenção e cuidado. O outro lado desse processo é o surgimento de personalismos, da concentração das decisões e das tarefas em algumas pessoas da cooperativa que se colocam mais, que tomam a frente dos trabalhos por diversos motivos. Neste caso, está se reproduzindo, ainda que numa estrutura supostamente igualitária, com assembléias, reuniões em que todos têm voz e voto, a divisão social do trabalho: alguns pensando e outros executando.

Ainda, outra proposta às cooperativas para que o empreendimento busque se organizar autogestionariamente é a rotatividade dos trabalhos. É buscar que cada cooperado não se concentre num tipo de trabalho somente, que todos possam trabalhar nas diversas funções. Isso porque, ao passar por várias funções, cada trabalhador aprende mais de uma função e o conhecimento na cooperativa é socializado entre todos. Não existe uma “especialização”, que pode vir a transformar-se em corporativismo e busca pela diferenciação de salários. Quando todos vivem na prática todas as funções, conseguem enxergar com maior clareza todo o processo produtivo, apropriando-se deste, valorizando cada função, fugindo do trabalho alienado, como mero executor de funções, evitando reproduzir a lógica de trabalho capitalista na cooperativa. É válido lembrar que não se busca suprimir qualquer divisão do trabalho, mas deve-se pensar como esta deve ser feita, com rotatividade das funções, para que a divisão não se solidifique.

Mais importante, ainda, é a rotatividade nas funções administrativas. Muitas vezes, nas cooperativas, é necessário que se destaquem algumas pessoas para exercer as funções administrativas, contábeis, para o bom funcionamento do empreendimento. É possível também que essa função possa ser dividida entre todos, decisão esta que cabe à cooperativa. É válido lembrar que a autogestão está sendo construída e a forma de se organizar não vem pronta, ela é sugerida pela ITCP e decidida pelos cooperados no seu processo de negociação interna. As pessoas que se encarregam das funções administrativas podem seguir na linha de produção, acumulando os dois trabalhos, ou não. O importante é a total transparência do processo administrativo e contábil para o resto da cooperativa e a rotatividade dessas funções, de forma que todos possam se apropriar deste trabalho e entendê-lo. A rotatividade é válida também para que a divisão não se solidifique, criando um poder a parte. Conforme nos lembra Leny Sato e Egeu Esteves (2002), existem algumas condições para que a autogestão de fato ocorra: o controle dos trabalhadores sobre o processo produtivo, o controle destes sobre a gestão do empreendimento (tomada de decisões, conhecimento do processo administrativo), e o controle sobre o grupo (em que todos, simbolicamente, devem reconhecer-se como tal).

Além destas questões que permeiam o trabalho da construção da autogestão nas cooperativas, aparece forte, também, a questão de gênero no trabalho cotidiano com os cooperados. As cooperativas de agricultura e de artesanatos com as quais trabalhamos são compostas exclusivamente por mulheres, e as de triagem de resíduos sólido têm sua maioria composta por mulheres. Esta presença tão marcante se explica em parte porque estas, muitas vezes donas-de-casa, podem arriscar-se em empreendimentos que num primeiro momento não tragam muito retorno financeiro, enquanto os homens da casa se lançam a trabalhos mais garantidos, com salários fixos. Ainda, pelo fato de os homens terem mais inserção no mercado de trabalho do que as mulheres, tendo estas que se inserir em outros modos de sobrevivência para garantir seu sustento.

E ainda, porque muitos maridos não permitem que suas companheiras trabalhem fora, e o trabalho numa cooperativa, somente com outras mulheres, muitas vezes próximo ao local onde moram, lhes parece mais aceitável. A questão é que não podemos esquecer as particularidades da questão de gênero ao tentar construir a autogestão com essas mulheres. Para as mulheres, é muito mais difícil se colocar publicamente, posicionar-se como um sujeito político, do que para os homens. Lembrando que, na nossa sociedade, o homem é criado para o espaço público e a mulher para o espaço privado. Estas donas de casa muitas vezes se colocam atrás de seus maridos, relacionando-se com o exterior através destes. Desta forma, muitas não estão acostumadas a refletir sobre seu processo de trabalho, tendo que obedecer ao patrão ou patroa, além de obedecer ao marido em casa. Assim, há uma forte questão de gênero a ser trabalhada com essas mulheres para que possam se consolidar como sujeitos políticos nas cooperativas.

É válido ressaltar que todo o processo de construção da idéia da autogestão nas cooperativas, se dá através da Educação Popular e dos valores educativos que esta propaga. Desta forma, a busca por novos valores nunca é imposta, mas sempre discutida e dialogada com os cooperados. Entendemos que temos muito a aprender com as visões de mundo destes, suas críticas tanto ao modelo capitalista de organização quanto à autogestão. Os princípios de Educação Popular propõem também uma constante autocrítica sobre suas práticas, o que nos impele a rever constantemente nossas posições, em busca de novos valores ou da reafirmação dos antigos. Em suma, a construção coletiva da autogestão só é possível pensada a partir do respeito às opiniões alheias, aos diferentes saberes (desconstruindo nossa posição de poder por sermos universitários) e de constante autocrítica que nos ensina a Educação Popular.

Conclusão

Conforme nos coloca João Bernardo (1997, 2005), o sistema capitalista não se constitui apenas pela propriedade privada dos meios de produção ou da

expropriação do trabalho de terceiros, mas pela forma como a produção se organiza, baseada na hierarquia, na submissão, na divisão entre quem pensa o trabalho e quem o executa.

A autogestão é difícil porque vivemos ainda numa sociedade capitalista dotada destes valores. Porque estamos nós mesmos imbricados nesses valores e, na prática, podemos entender até onde esses nos condicionam e até onde, nesta sociedade, se dá a nossa capacidade de contestação.

A autogestão exige que pensemos sobre a nossa prática e isso é, também na cooperativa, encarado como um trabalho não produtivo. Não se colocar nos espaços de decisão coletivos é uma postura recorrente entre os que se dispõem a estar num processo organizativo deste tipo. Nos empreendimentos em que atuamos e na ITCP/UNICAMP não é diferente. Não estamos acostumados a nos colocar como sujeitos políticos, e às vezes, esse processo é longo e requer muita atenção e cuidado. Como nos coloca Singer:

... o esforço adicional torna-se desgastante quando é preciso se envolver em conflitos, tomar partido pró ou contra companheiros, participar de reuniões cansativas, etc. O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. (SINGER, 2002, p.19).

Entender como as tentativas de construção da autogestão se dão na prática nos leva a compreender melhor que não existe uma fórmula, uma regra, mas que esta é construída pelos diferentes indivíduos que a compõem, em cada caso distinto.

Praticar a autogestão hoje é iniciar uma tendência, é almejá-la, é sabê-la insuficiente no mundo em que vivemos, com os valores com os quais nos constituímos. Se queremos uma sociedade futura autogestionária devemos praticar a autogestão hoje. É o que Bernardo (1997, 2005) diz quando coloca que "a autogestão da sociedade prepara-se na autogestão das lutas". Não podemos pensar que poderemos nos organizar para a luta, seja em partidos, em frentes, ou

na forma de organização que nos pareça adequada, de uma forma autoritária.

O processo de construção da autogestão é lento, uma vez que estamos imersos em outras formas de organização que afirmam o individualismo, a passividade, o personalismo, a concentração de poder, entre outras características. Os princípios da Educação Popular propõem uma constante autocrítica sobre nossas práticas, o que nos impele a rever constantemente posições em busca de novos valores ou da reafirmação dos antigos. Em suma, a construção coletiva da autogestão só é possível pensada a partir do respeito às opiniões alheias, aos diferentes saberes.

Acaso propuséssemos aos empreendimentos a autogestão e nós mesmos mantivéssemos-nos numa posição cômoda de manutenção das estruturas hierárquicas, estaríamos reproduzindo com os empreendimentos essa divisão social do trabalho, em que nós falaríamos de autogestão e, eles, por influência nossa, a praticariam. Contra essa forma, a noção de autogestão é construída em conjunto, em que a incubadora se serve da sua experiência e da experiência dos empreendimentos para pensar a autogestão e aprimorar sua prática.

A autogestão exige, portanto, do Coletivo olhares atentos para os mecanismos pelos quais tomamos decisões, apresentamos nossos interesses, representamos a incubadora externamente, agimos diante dos problemas, divergimos um do outro. A ausência de uma figura formalmente encarregada de controlar essas atividades do cotidiano coloca automaticamente a responsabilidade sobre o Coletivo. Compreender essa responsabilidade, saber lidar com ela e estabelecer uma postura propositiva diante das inúmeras questões representam funções pedagógicas para os formadores, que ao encontrar na incubadora um espaço que permite expressar seus valores, crenças, expectativas e visões de mundo, acessa toda a aprendizagem que a vivência na autogestão pode proporcionar. E ao expressar-se, o formador aciona não só a aprendizagem pela via de escutar-se e pôr-se à prova, mas também a dos companheiros, que ganham a oportunidade de descobrir outra forma de ver o mesmo mundo que se

debate.

Podemos dizer então que a interação que surge quando há participação de todos dispara múltiplos e simultâneos canais, através dos quais aprendemos na prática o significado de democracia e respeito.

Referências Bibliográficas

BERNARDO, João. Autogestão da Sociedade: Prepara-se na Autogestão das Lutas. **Piá Piou!**, São Paulo, a. 1, n. 3, nov. 2005.

BERNARDO, João. Prefácio. In: FILHO, Valdemar. **Comissões de Fábrica: Um Claro Enigma**. Cooperativa Cultural da UFRN. São Paulo: Entre Linhas, 1997.

MATURANA, Humberto. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e o Novo Cooperativismo**. Brasília: Ministério do Trabalho e Emprego, 2004.

SANTOS, Boaventura Souza. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002.

SATO, Leny. Djunta-Mon: "O Processo de Construção de Organização Cooperativas". **Revista Psicologia USP**. São Paulo, v. 10, n.2, 1999.

SATO, Leny; ESTEVES, Egeu. **Autogestão: Possibilidades e Ambigüidades de um Processo Organizativo Peculiar**. São Paulo: Editora ADS, 2002.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

TIRIBA, Lia. **Economia Popular e Cultura do Trabalho: Pedagogia (s) da produção associada**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001.

SEÇÃO 2.



ECONOMIA POLÍTICA



Contribuições do "Seminário Extensão e Economia Solidária na ITCP: sistematização de experiências"

Caracterização da Economia Solidária a partir dos conceitos de marginalidade e superexploração

"Como reflexão o texto é válido. [...] Economia Solidária é uma contradição. Quando você coloca isso para um economista, isso é um incômodo pra ele. São parâmetros diferentes de pensar do que se pensa atualmente.

[...]

Será que a Economia Solidária não é nada mais do que uma nave dos desesperados? [...] Me parece que temos avanços com relação a outros programas e outras idéias, eu sei claramente que a Economia Solidária não vai ser um modo de produção alternativo como se imaginava em algum momento, mas que é um dos espaços novos que está surgindo e vale a pena explorar e experimentar. O artigo de vocês está justamente discutindo essa relação contraditória."

Miguel Juan Bacic

Professor do Instituto de Economia da UNICAMP

Presidente do Conselho Orientador da ITCP/UNICAMP

"O texto marca bem essa relação contraditória entre o real da Economia Solidária e a Economia Solidária que a gente realiza na prática, mas eu me pergunto: Isso poderia ser diferente? Eu acho que não, acho que a gente tem que ter mesmo o ideal no horizonte, mas fazer nossa prática a partir da realidade concreta, dessa realidade contraditória, afinal nós estamos inseridos em uma sociedade em que o modo de produção hegemônico é o capitalismo."

Maria Clara

Advogada da ITCP/USP

Caracterização da Economia Solidária a partir dos conceitos de marginalidade e superexploração

Autores: Bruno Mesquita Rampone²⁸, Leonardo Oliveira da Silva²⁹, Mariana Pereira de Castro³⁰, Rodrigo de Oliveira Taufic³¹ e Theo Martins Lubliner³²

Resumo: O artigo aqui desenvolvido é fruto de um ciclo de estudos e debates realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária na área de Planejamento Econômico (GEPES de PE) da ITCP/UNICAMP. Tal ciclo tem por fim a construção do Projeto Político Pedagógico deste grupo e este artigo é a sistematização de parte deste ciclo, referente às temáticas “Realidade Brasileira” e “Economia Solidária”. A partir da concepção de marginalidade da classe trabalhadora colocada por Darcy Ribeiro em “O povo brasileiro” e a partir do conceito de superexploração de Ruy Mauro Marini, nosso GEPES se propõem a analisar e compreender a Economia Solidária e o nosso cotidiano de trabalho. Desta forma, este texto traz importantes reflexões sobre a nossa práxis como monitores da ITCP/UNICAMP.

Palavras chave: marginalidade; superexploração; economia solidária; ITCP/UNICAMP

²⁸ Formador da ITCP/UNICAMP, bruno@itcp.unicamp.br.

²⁹ Graduando em Ciências Econômicas na UNICAMP, formador da ITCP/UNICAMP, leonardo@itcp.unicamp.br.

³⁰ Economista pela Universidade Federal de Viçosa, formadora da ITCP/UNICAMP, maripereira@itcp.unicamp.br.

³¹ Graduando em Ciências Econômicas na UNICAMP, formador da ITCP/UNICAMP, rodrigo@itcp.unicamp.br.

³² Graduando em Ciências Econômicas na UNICAMP, formador da ITCP/UNICAMP, theo@itcp.unicamp.br.

Caracterização da Economia Solidária a partir dos conceitos de marginalidade e superexploração

Apresentação

O presente trabalho é fruto de um ciclo de estudos e debates realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Economia Solidária na área de Planejamento Econômico (GEPES de PE), que faz parte da estrutura organizativa da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/Unicamp).

Tal ciclo de estudos e debates tem por fim construir o Projeto Político Pedagógico do GEPES de PE, e este artigo é a sistematização de parte deste ciclo, referente às temáticas “Realidade Brasileira” e “Economia Solidária”. A primeira temática foi desenvolvida com base em fragmentos da obra de Darcy Ribeiro, em “O Povo Brasileiro”, e Ruy Mauro Marini, a partir de textos diversos. Já a segunda temática foi desenvolvida com base na leitura de diversos artigos e através da nossa experiência prática em incubação de empreendimentos econômicos solidários.

Nossos estudos e posteriores debates são parte fundamental de nosso trabalho, na medida em que oferecem os elementos teóricos necessários para a melhor compreensão da nossa realidade e da nossa prática. A maior riqueza deste processo é a pluralidade de composição do GEPES, já que abarca economistas ligados a diferentes equipes de incubação, ou seja, ligados a empreendimentos pertencentes a quatro distintas cadeias produtivas. Assim, cada membro do GEPES contribui com os debates a partir do seu olhar sobre a realidade vivenciada.

Este artigo pretende portanto, apresentar um primeiro esboço destas discussões, além de contribuir teoricamente para a comunidade acadêmica, já que os dois autores aqui abordados são historicamente marginalizados na academia e poucos (ou mesmo nenhum) estudos se propõem a utilizá-los para compreender a Economia Solidária no Brasil.

Desta forma, o artigo se dividirá em três principais seções. A primeira tratará de alguns conceitos utilizados por Darcy Ribeiro em seu livro "O Povo Brasileiro". A segunda seção se dedica a compreender o conceito de superexploração do trabalho, de Ruy Mauro Marini. A última seção tratará, por fim, da Economia Solidária: seu surgimento, contradições e a ligação destas teorias com a nossa prática de incubação.

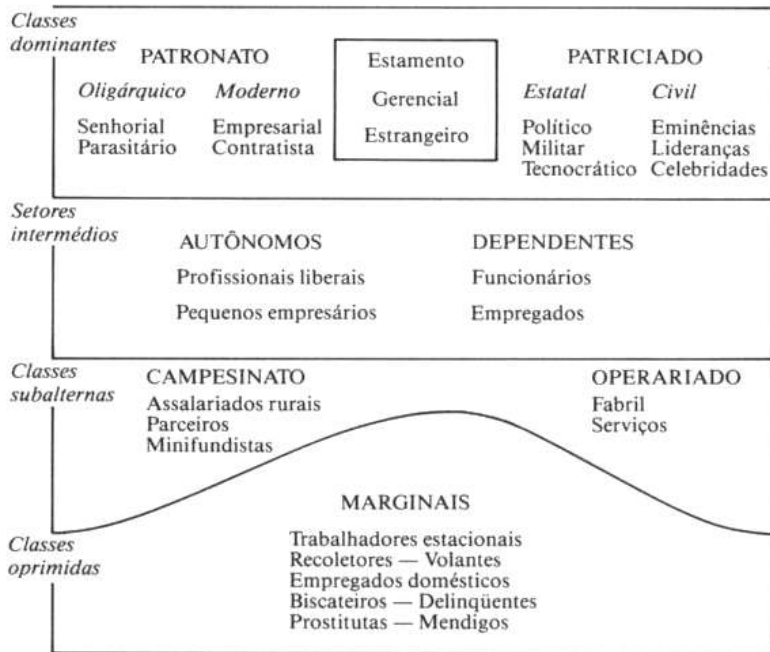
Estrutura de Classes no Brasil

A constituição da estrutura de classes no Brasil pode ser compreendida desde a observação de sua formação no período colonial. O desenvolvimento do capitalismo no Brasil levou a modificações das denominações das classes, em que o senhor virou empresário e o escravo virou trabalhador. Porém, a investigação da base de sustentação das relações de trabalho, e, portanto, sociais, denunciam a perpetuação de uma estrutura de alienação e exploração, apesar da mutação das denominações.

Quando ao escravo sucede o parceiro, depois o assalariado agrícola, as relações continuam impregnadas dos mesmos valores, que se exprimem na desumanização do trabalho. (RIBEIRO, 1995, p. 212).

Assim, como descreve Darcy Ribeiro (1995) em seu diagrama, a estrutura de classe no Brasil divide-se hoje, respectivamente, da seguinte forma hierárquica: classes dominantes; setores intermediários; classes subalternas; e classes oprimidas, em que as duas primeiras representam as classes exploradoras e, as duas últimas, as classes exploradas.

Diagrama 1
ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA



Estratificação Social Brasileira (Fonte: RIBEIRO, 1995, p.211)

Para muitos marxistas, mesmo considerando a validade desse diagrama, uma análise sobre essa estrutura de classes levaria a conclusão de que o segmento revolucionário da classe explorada seria essencialmente a classe subalterna (assalariados, operários, camponeses, etc.), uma vez que esta possui condições materiais que a partir da organização em sindicatos poderia levar a uma luta em maior pé de igualdade com os seus patrões. "A única saída possível para essa estrutura autoperpetuante de opressão é o surgimento e a expansão do movimento operário" (RIBEIRO, 1995, p. 219). Porém, ao mesmo tempo em que o autor revela essa potencialidade da classe subalterna, ele denuncia uma certa comodidade dessa classe uma vez que ela já está integrada à vida social: "Seu pendor (da classe subalterna) é mais para defender o que já tem e obter mais, do que para transformar a sociedade." (RIBEIRO, 1995, p. 210).

Assim, quando Ribeiro nos revela que:

Na verdade, é a esse último corpo (a classe oprimida), apesar de sua natureza inorgânica e cheia de antagonismos, que cabe o papel de renovador da sociedade como combatente da causa de todos os outros explorados e oprimidos. Isso porque só tem perspectivas de integrar a vida social rompendo toda estrutura de classes. (RIBEIRO, 1995, p. 210)

fica evidente que, se tratando de Brasil e também de países que se assemelham a sua estrutura social como os países da América Latina, a classe que se mostra peculiarmente possuidora de um potencial revolucionário é a classe oprimida ou marginal (trabalhadores estacionais, catadores, empregados domésticos, prostitutas, mendigos, etc.).

Talvez, a intenção do autor, ao apontar como superação dessa estrutura social a expansão do movimento operário, tenha sido de apontar para a necessidade de um processo de proletarianização da classe marginal, garantindo maior organização e poder de reivindicação para uma classe antes sem identidade e articulação. Porém, é na investigação da dialética da dependência de Ruy Mauro Marini que poderemos ver que o inchaço da classe oprimida no Brasil é intrínseco ao desenvolvimento do capitalismo nos países subdesenvolvidos, uma vez que garante, através da expansão do exército industrial de reserva, a superexploração do trabalho.

A superexploração do trabalhador

Além de um contexto de marginalização social, a classe trabalhadora brasileira passa por um processo de precariedade cada vez maior das condições de trabalho, devido, em grande parte, a superexploração a qual os trabalhadores estão submetidos.

Segundo Marini (2005a; 2005b), a superexploração pode ser definida como um mecanismo particular desenvolvido pelos capitalistas da América Latina para

reverter sua perda de lucro na relação de dependência com o mundo³³. Pode ser percebida através da intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e expropriação de parte do trabalho necessário ao trabalhador para repor sua força de trabalho. Desta forma, configura um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, ao invés do desenvolvimento de sua capacidade produtiva. Isso se deve em grande parte ao baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas na economia brasileira e aos tipos de atividades produtivas aqui realizadas, dedicadas principalmente a produção de bens primários.

A relação positiva entre o aumento da força produtiva do trabalho e a maior exploração do trabalhador, que adquire um caráter agudo na economia dependente, não é privativa dela, mas, sim, inerente ao próprio modo de produção capitalista. Diante do fato de que o desenvolvimento da força produtiva do trabalho (ou seja, produzir mais no mesmo tempo e com o mesmo número de trabalhadores) reduz a quantidade de trabalho incorporada a cada unidade de produto, rebaixando seu valor e afetando negativamente a mais-valia³⁴. Assim, a maior exploração do trabalho oferece então duas alternativas, aumentar o tempo de trabalho excedente ou elevar a intensidade do trabalho. Em ambos os casos, a superexploração aumenta a massa de valor produzida e, conseqüentemente, de mais-valia, revertendo então a ameaça de perdas que pesava sobre a taxa de mais-valia e de lucro do capitalista latino-americano.

³³ "É exatamente porque a dependência vigora como mecanismo essencial de apropriação do capital em esfera internacional, que a exploração do trabalho na América Latina cumprirá um duplo papel: transformar as relações de trabalho nos países desenvolvidos, na medida em que são as economias dependentes que fornecem os produtos alimentícios para estes, alterando assim a constituição dos salários dos trabalhadores dos países desenvolvidos; e, em segundo lugar, compensar as perdas dos países subdesenvolvidos, próprias da deterioração dos termos de trocas vividos por estes, a partir do pagamento de um salário que sequer repõe as forças gastas pelo trabalhador no interior das economias latino-americanas." (TRASPADINI & STEDILE, 2005).

³⁴ Para aprofundar neste assunto o(a) leitor(a) pode recorrer à obra de Karl Marx, em O Capital, Livro III, onde o autor desenvolve a teoria de tendência à queda da taxa de lucro na economia capitalista.

Assim, a classe trabalhadora brasileira está submetida a uma condição de trabalho típica dos países dependentes, que não remunera o suficiente sequer para a reposição da força física do trabalho vivo. Os trabalhadores ganham tão pouco que mal conseguem reproduzir a energia da força de trabalho gasta ao longo do dia, muito menos como reprodução familiar ou como classe trabalhadora consciente e organizada.

Nas últimas décadas, os mecanismos de superexploração do trabalho foram acentuados de forma extrema a partir da precarização e vulnerabilidade do mundo do trabalho, frutos das políticas neoliberais e da adoção do modelo de especialização flexível. A ampliação do número de trabalhadores superexplorados, sem direitos sociais, dos que estão, assim, fora do setor formal da economia, transforma absolutamente a relação de exploração sobre os que estão dentro, uma vez que precariza e vulnerabiliza ainda mais o mundo do trabalho. Assim, o avanço da superexploração, tanto no setor formal quanto no exército industrial de reserva, não é mais um fenômeno momentâneo ou reversível, agora é um fator estrutural.

A classe trabalhadora é, portanto, relegada à condição de marginalidade social, submetida às condições mais desumanas de sobrevivência. As consequências sociais e ideológicas são as do esvaziamento dos espaços de luta e de organização dos trabalhadores, que passam a ver os processos transformadores em meras condições de sobrevivência. A luta pela sobrevivência diária é tão central na vida da maioria dos trabalhadores que valores baseados na cooperação e na solidariedade se tornam cada vez mais escassos.

A Economia Solidária

É neste íterim que começa a se delinear o que hoje denominamos Economia Solidária. Segundo Gaiger (2003), desde o séc. XIX registram-se tentativas de instituir formas comunitárias e democráticas de organizar a produção e o consumo, quando a proletarianização do mundo do trabalho provocou o

surgimento das primeiras cooperativas autogestionárias de produção. Surgem assim, em resposta a aspirações de igualdade econômica e à necessidade de garantir a subsistência dos trabalhadores.

A economia solidária é, em tese, um movimento que busca dar organicidade à economia popular, seja ela indígena, quilombola, dos trabalhadores urbanos, rurais ou de qualquer outro grupo social que, vivendo do próprio trabalho, busca garantir a reprodução ampliada da vida e não do capital. Surge portanto de forças populares que, ao longo da trajetória da história, vem tecendo não apenas uma alternativa de geração de trabalho e renda para a classe trabalhadora, mas, principalmente, relações econômicas, políticas e sociais pautadas na sustentabilidade social, econômica, política e cultural. Constitui-se em uma resposta à crise do mundo do trabalho e aos reflexos trazidos pela acumulação flexível do capital. Tem um passado ancorado na solidariedade popular e nas lutas de emancipação de vários grupos e povos de nossa história (Pedrini & Oliveira, 2007).

À medida que essas características se acentuassem, provocariam uma reversão do processo ocorrido nos primórdios do capitalismo, quando a força de trabalho se tornou uma mercadoria necessária à produção de outras mercadorias e à geração de mais-valia. A autogestão e a cooperação (princípios fundamentais da economia solidária) seriam acompanhadas por uma apropriação dos meios de produção pelos trabalhadores. Desvencilhando-se da imposição de mercantilização de sua vida e não estando mais separado do produto do seu trabalho, o trabalhador recuperaria as condições necessárias na busca de uma experiência integral de vida. Por conseguinte, as relações de produção dos empreendimentos econômico-solidários seriam contrárias à forma de produção assalariada.

A gestão e o trabalho partilhados funcionariam em circuitos complementares que se reforçariam mutuamente. Ambos incorporariam aos trabalhadores o sentimento de responsabilidade pelos resultados do empreendimento, pela renda de cada um e pela sobrevivência de todos. Os interesses individuais se tornariam solidários.

A socialização voluntária dos meios de produção aliada aos processos de trabalho não individualizáveis, necessariamente cooperativos do ponto de vista técnico, tornaria os vínculos entre os trabalhadores indissociáveis e indivisíveis. Assim, a cooperação instalaria um círculo virtuoso de produção social e econômica nos empreendimentos.

De acordo com Tiriba (2006), as práticas da economia solidária, ao proporem novos valores, contribuem para a elevação da auto-estima dos trabalhadores e estimulam o desenvolvimento de todas as suas potencialidades como seres humanos.

No Brasil, a Economia Solidária ganha força a partir da década de 80, e se intensifica na década de 90, quando acontece a expansão do pensamento neoliberal e a crise no mundo do trabalho, representada pelos altos índices de desemprego, aumento da informalidade, bem como a desregulamentação dos direitos trabalhistas. As diferentes iniciativas no campo da economia solidária foram construídas pelos mais variados sujeitos, como por exemplo, entidades de cunho religioso, organizações não governamentais, sindicatos, movimentos sociais, ligas de empreendimentos, universidades, entre outros.

O cenário atual da economia solidária apresenta desafios consideráveis, posto que o leque de carências e de aspirações humanas amplia-se e não podem ser atendidas através da lógica capitalista de produção incessante de mercadorias. Simultaneamente, essa mesma lógica introduz requisitos cada vez mais exigentes de competências, inovação e desempenho competitivo, para a viabilidade das empresas capitalistas e que acabam sendo transferidas às eventuais formas alternativas de produção e de organização socioeconômica. Isso faz com que vários autores divirjam sobre suas contradições e seus limites.

Alguns enxergam a economia solidária meramente como uma resposta dos setores populares à crise no mundo do trabalho, enquanto outros enxergam, além disso, também seu potencial de transformação política e social. Para muitos desses, a economia solidária se configura como uma alternativa real ao modo de

produção capitalista. Há também aqueles mais cautelosos quanto à viabilidade disso, pois ainda há muitas contradições internas, na medida em que práticas e valores baseados em solidariedade e democracia coexistem com outros baseados em individualismo e desigualdade (Cunha, 2002).

Dentre tais contradições podemos destacar algumas que consideramos mais importantes, como, por exemplo, a interação entre economia capitalista e a economia solidária. Pelo fato de a economia capitalista ser o sistema hegemônico, qualquer sistema que surja em paralelo a ele estará submetido aos seus movimentos e determinações, e a Ecosol não foge a esta regra. *“Permaneceria ela [a Economia Solidária] reprodutora de uma fase primária, a se reproduzir intensivamente diante da crise do desenvolvimento capitalista no país? (...) Ou, ainda e por fim, seriam estimulados os caminhos de constituição de um sistema de empreendimentos abertos com disputa de hegemonia com a sociedade capitalista?”* (POCHMANN, 2004).

A precariedade das condições materiais e subjetivas de sobrevivência dos trabalhadores da Ecosol configura-se como outra contradição. Por vezes, a defesa acrítica da economia solidária faz com que os propósitos de desalienação do trabalho e melhoria das condições de vida do trabalhador sejam ignorados. Dessa forma, a Ecosol aparece mais como um discurso vazio do que como proposta concreta de transformação da sociedade, quadro que se agrava na medida em que o poder público adota essa postura. A má interpretação e gestão da economia solidária por parte do poder público pode assim agravar o quadro de exploração e alienação do trabalhador.

Aparece aqui uma questão particularmente relevante, geradora de intensos debates, que é a presença e atuação do Estado na economia solidária. Dentre aqueles que consideram a presença do Estado negativa, ou de menor importância para o desenvolvimento desta, defende-se que a transformação pretendida é social, realizada de baixo para cima, relegando ao Estado um papel de menor relevância, ou mesmo um papel contrário aos ideais da economia solidária, pois corre-se um

sério risco de que ela, ao invés de ser escolhida e adotada livremente pelos empreendimentos e indivíduos, acabe sendo imposta. Cabe assim um questionamento: seria a economia solidária uma opção consciente e propositiva dos empreendimentos e indivíduos ou uma maneira de estes se inserirem numa rede pública de “assistência social” que se orienta sob um paradigma particular de desenvolvimento que diminui as responsabilidades sociais do Estado e estimula os localismos?

Outros defendem a importância do Estado como regulador e fomentador das práticas de economia solidária. Para Pochmann, a economia solidária encontra alguns limites cuja superação se dará a partir da atuação do Estado. *“Essa fase ainda inicial da economia solidária requer uma ampla ação em termos de políticas públicas, como forma de potencializar as oportunidades do seu desenvolvimento”* (POCHMANN, 2004). Segundo o autor, o Estado teria o papel de solucionar os seguintes problemas: definição a respeito da regulação pública que defina o estatuto da Ecosol; elaboração de um padrão de financiamento específico; constituição de uma rede de produção, difusão de tecnologia e extensão técnica; incorporação no âmbito das políticas públicas para indústria e comércio exterior; compras do setor público e promoção de redes direcionadas à comercialização e distribuição solidárias.

A economia solidária, por ser uma experiência relativamente recente e estar ainda em processo de construção, não admite generalizações ou afirmações. O que se pretendeu foi apenas destacar algumas discussões recorrentes sobre o assunto e apresentar o debate realizado pelo GEPES de PE. Mesmo para nós, membros do GEPES, que estamos envolvidos cotidianamente com essa construção, os horizontes ainda não são claros o bastante para chegar a algum consenso.

Entretanto, pode-se afirmar que os trabalhadores são os principais protagonistas na construção da economia solidária, e, com sua ousadia, coragem e determinação, constroem o que na lógica do mercado parece impossível.

Áreas de atuação da incubadora e uma nova perspectiva

A ITCP Unicamp trabalha atualmente com empreendimentos divididos em 4 áreas de atuação: agricultura familiar, artesanato, resíduos sólidos e turismo. Cada área possui especificidades que não poderiam deixar de existir, dados os diferentes desafios, dilemas e contradições que surgem por conta das características mesmas do trabalho em cada uma delas. Há, entretanto, semelhanças muito grandes entre as 4 áreas quando as observamos sob as perspectivas da constituição das classes no Brasil, da superexploração do trabalho na economia capitalista dependente e dos desafios postos à economia solidária.

A prática das incubações nos tem mostrado que os trabalhadores dos empreendimentos econômicos solidários provêm de um segmento da classe trabalhadora que está marginalizada do contexto social e produtivo mais amplo do sistema capitalista brasileiro. E, como já mencionado anteriormente neste artigo, a classe trabalhadora marginalizada possui características que a distinguem de maneira relevante da caracterização clássica do proletariado.

Uma das características essenciais da classe marginal situada na estrutura de classes brasileira como proposta por Darcy Ribeiro é a sua inorganicidade, ou seja, a dificuldade de ela se reconhecer e se mobilizar como um todo, de encontrar elementos que identifiquem seus membros como semelhantes e possuidores de objetivos em comum. Essa característica é bastante clara nos empreendimentos de base artesanal. Os diferentes empreendimentos nesse segmento, apesar de enfrentarem situações muito semelhantes em relação a suas dificuldades e objetivos, possuem grande dificuldade de se organizar a partir dessas semelhanças. A lógica que rege sua articulação é a do mercado, ou seja, a lógica da competição. Assim, a experiência de incubar uma rede de empreendimentos de base artesanal da região de Campinas tem sido um exercício de desconstrução dessa lógica e uma tentativa de dar certa organicidade à articulação dos vários empreendimentos, a partir daquilo que os torna semelhantes.

A realidade na cadeia produtiva do Turismo não é diferente. As comunidades com as quais a ITCP/Unicamp se propôs a trabalhar são caiçaras ou quilombolas. É uma população que foi historicamente massacrada e que hoje encontra no turismo uma das poucas alternativas para geração de renda e preservação de suas culturas. A atividade turística nas comunidades tradicionais é, assim, uma atividade marginal, que vive e convive com a exploração do grande capital. A organização comunitária nesta cadeia é, portanto, uma forma de resistência a tal condição e o processo de incubação se propõe a fortalecer estas comunidades no sentido de quebrar a lógica imposta pelo capitalismo.

Nossa experiência nos mostra, também, a situação de superexploração do trabalhador que está inserido na economia solidária. Tal situação se dá através dos mecanismos de concorrência e empregabilidade do sistema hegemônico capitalista e não por meio da exploração direta de seu trabalho pelos proprietários dos meios de produção.

Esse trabalhador, além de encontrar-se submetido às inconstâncias do cenário de políticas públicas para a economia solidária, à fragilidade de concorrência frente aos empreendimentos capitalistas, à ausência de uma legislação que o proteja e aos demais desafios que se põem à economia solidária, encontra-se em situação de superexploração ainda mais acentuada que aquela exercida sobre o trabalhador assalariado. Isso porque seu esforço físico, emocional e intelectual deve ser muito maior que o de um "trabalhador comum", pelo fato de que este é melhor amparado política, jurídica e economicamente.

Um setor produtivo que se confunde entre uma nova perspectiva de trabalho e um trabalho precarizado é a atividade de catação e separação de resíduos sólidos recicláveis. Ele denota esta contradição da economia solidária, pois, ao mesmo tempo que se assenta no trabalho associado ou cooperativado (muitas cooperativas de catadores no Brasil são responsáveis pela coleta pública de lixo), é, inegavelmente, um trabalho que tradicionalmente a sociedade olha com desdém e que relega à marginalidade. Não à toa a principal bandeira de luta do

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis nos últimos anos é a afirmação da identidade de catador, como pessoa digna perante a sociedade. No entanto, diante desta proliferação de cooperativas de catadores, que possibilita que muitos grupos excluídos tenham direito ao trabalho, ainda não se chegou a anunciar a emancipação deste. Simplesmente pelo fato de que esses empreendimentos dificilmente têm condições de se autofinanciar ou se desenvolver, eles apresentam grande dependência de quem o possa fazer – grandes capitalistas ou o Estado. Desse modo, não fogem aos centros de poder tradicionais do capitalismo. Ocorre aí, então, muitas vezes, uma subordinação a esses agentes, sendo explorados “sem patrão” e ainda não atingindo a condição econômica para a própria reprodução material. Dessa forma, os empreendimentos de catadores procuram sanar problemas e conquistar direitos através de mobilização e reivindicação mesmo dentro do Estado tradicional capitalista.

Um exemplo claro disto é a relação de trabalho no campo, que reproduz fielmente o que se entende por superexploração do trabalho. O processo de formação fundiária no Brasil levou a caracterização do trabalhador rural brasileiro não como um tradicional camponês. No Brasil, a concentração de terras expulsou os pequenos proprietários e assimilou o assalariamento, concentrado em períodos de colheitas, dando origem ao “bóia-fria” e ao trabalhador “semi-escravo”. Os trabalhadores são assim remunerados abaixo do que lhe é essencial para sobrevivência, chegando ao ponto até de morrer por exaustão.

A agricultura familiar de origem na reforma agrária é marcada, hoje, por ser composta, majoritariamente, por moradores das cidades, muitos deles de origem rural expulsos pelo processo de concentração fundiária, que vêem no campo uma possibilidade de sobrevivência ou melhores condições de vida, ou, no mínimo, de subsistência. Porém, mesmo com o acesso a terra, muitos desses trabalhadores não escapam às condições de superexploração. A maioria deles necessita manter um trabalho na cidade para garantir seu sustento, uma vez que quase não existem políticas públicas que viabilizem a produção agrícola e a comercialização. Desta

forma, assim como os bóias-frias, os semi-escravos e tanto outros trabalhadores na condição da informalidade, esses trabalhadores assentados continuam à margem da sociedade, seja pela sua baixa renda, seja por preconceito sofrido pela criminalização da pobreza e dos movimentos sociais daqueles que se organizam.

Assim como os movimentos sociais do campo, como por exemplo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Economia Solidária surge como uma perspectiva para a consolidação destes trabalhadores no campo. Sobreviver frente à hegemonia do agronegócio e dos especuladores de terras vem se mostrando possível somente com a organização dos trabalhadores, seja pelo cooperativismo comercial e produtivo, seja através de uma luta permanente pela reforma agrária.

Por fim, os desafios colocados à economia solidária são em muitos casos os mesmos colocados aos empreendimentos incubados. Em Campinas, por exemplo, apesar de existir uma política pública articulada de economia solidária, situação que não se verifica na maioria das cidades, não existe uma estrutura física que possibilite satisfatoriamente a consolidação e ampliação da economia solidária neste município. Além disso, verifica-se municipalmente uma maior ou menor atenção aos diferentes segmentos de acordo com a visibilidade e os interesses políticos envolvidos em cada um. Para além do âmbito das políticas públicas, os empreendimentos de economia solidária incubados padecem das contradições e limites já citados anteriormente.

As políticas públicas para o setor de turismo, por exemplo, são escassas e muitas vezes inacessíveis, o que torna a organização comunitária ainda mais difícil, já que não possuem financiamento. A cadeia produtiva do turismo está completamente submetida à lógica do capital, já que o turismo geralmente é praticado por uma pequena elite que pode desfrutar de momentos de lazer fora de seu ambiente cotidiano. Assim, os desafios colocados são muitos. Além de fortalecer a organização comunitária, preservando a cultura, o meio ambiente e gerando renda e trabalho, as comunidades que trabalham com o turismo têm,

também, a difícil missão de desconstruir a imagem auferida a tal atividade. O turismo é hoje apenas uma mercadoria, como qualquer outra, que pode ser adquirida por aqueles que possuem renda suficiente para tal. O desafio colocado é o de transformar o turismo em uma forma de resistência, onde as pessoas e lugares não sejam um simples objeto de desejo do turista, mas sim um conjunto de práticas pedagógicas, uma experiência educativa, de trocas entre aquele que visita e aquele que recebe.

Considerações Finais

A proposta de nosso texto foi compreender a relação contraditória que se estabelece entre o ideal de Economia Solidária e a Economia Solidária que enxergamos da prática, vivendo em meio a forças políticas, econômicas e sociais únicas (dada a especificidade de sua construção histórica), componentes do que denominamos Realidade Brasileira.

Ressaltamos o fato de a economia solidária estar inserida no capitalismo sendo de fundamental importância a compreensão desta relação para que se tenha a consciência do desafio colocado. De modo algum acreditamos que se possa fazer qualquer diagnóstico de superação do modo de produção capitalista, isso pelo que enxergamos que a economia solidária é (como esta se nos apresenta hoje). Tampouco deve-se crer na natureza transformadora do que se apresenta como um novo modo de produção. Karl Marx observa: "A doutrina materialista que advoga serem os homens produto das circunstâncias e da educação e que, por conseguinte, os homens novos serão o produto de novas condições e de uma nova educação, esquece que são os homens, precisamente, os que alteram as circunstâncias e que também os educadores têm que ser educados." Por outro lado, é muito necessário que seja dito: o Brasil atual não provê nem terra nem teto para uma grande parte de sua gente. Muitas delas estão percebendo que só terão lugar em um outro Brasil. Nós acreditamos na ação humana desses trabalhadores e trabalhadoras.

Partilhamos da crença de que é imprescindível o estudo da realidade brasileira, pois ela nos dará elementos concretos para a investigação dos reais significados da Economia Solidária como projeto político-eleitoral, movimento social ou ideologia. Tendo analisado a constituição das classes no Brasil e a identificação dos trabalhadores da Economia Solidária com o setor marginalizado da sociedade, podemos dizer que há possibilidade de se configurar como um dos muitos necessários instrumentos para a realização de uma transformação, jamais o único. Essa possibilidade, entretanto, não se afirma pela palavra ou pela idéia, mas por ações condizentes com os protagonistas de nossa revolução.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, G. C. **Economia solidária e políticas públicas: reflexões a partir do caso do programa incubadora de cooperativas, da prefeitura municipal de Santo André, SP.** São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- GAIGER, L. I. **A economia solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, v. 2, n. 39, p. 181-211, 2003.
- GAIGER, L. I. **Sentido e viabilidade das novas formas de produção não capitalistas: alguns resultados de pesquisa sobre a economia solidária no Brasil.** /Apresentado a 6. Conferência Internacional da International Society for Third-Sector Research, Toronto, Canadá, 2004/.
- MARINI, R. M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005a. 304p.
- MARINI, R. M. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra.** São Paulo: Expressão Popular, 2005b. 304p.
- PEDRINI, D. M.; OLIVEIRA, A. L. **A economia solidária como estratégia de desenvolvimento.** Emancipação, v. 7, n. 1, p. 111-133, 2007.

POCHMANN, M. Economia Solidária: possibilidades e limites. **Mercado de Trabalho**, n. 24, p. 23-34, ago 2004.

RIBEIRO, D. Classe, cor e preconceito. In: RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.208-227.

TIRIBA, L. **O lugar da economia solidária na educação e o lugar da educação na economia solidária**. São Paulo, 2006. Palestra realizada na Universidade de São Paulo. IV Encontro Internacional de Economia Solidária, em junho de 2006.

TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. (Orgs.). **Ruy Mauro Marini: vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 304p.

SEÇÃO 3.



GÊNERO



Contribuições do "Seminário Extensão e Economia Solidária na ITCP: sistematização de experiências"*

Da ocupação à cooperativa: as mulheres guerreiras do Vergel

"Belo relato, é importante recuperar a história e a luta das mulheres do Assentamento 12 de outubro e da AMA."

Maria Rosa Lombardi

**Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e pós-doutoranda no Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.**

Da ocupação à cooperativa: as mulheres guerreiras do Vergel

Autoras: Mariana Jafet Cestari³⁵, Rachel Coiado Previato³⁶ e AMA – Associação de Mulheres Agroecológicas³⁷

Resumo: Desde março de 2005, pelo Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares (PRONINC), a “Equipe Agricultura 17 de abril” da ITCP/UNICAMP, atua no assentamento Horto Vergel em Mogi Mirim-SP, desenvolvendo estudos sobre o cooperativismo, autogestão, bem como introduzindo e aprofundando conceitos da Economia Solidária. A iniciativa do empreendimento solidário é fruto da história dos assentados, que desde 1997 buscam organizar-se para conseguir melhores condições de vida para as suas famílias e para a sociedade como um todo. Desta maneira, este texto refere-se ao relato de experiências e memórias de um grupo de mulheres trabalhadoras rurais, apresentado à 2ª edição do “Prêmio Margarida Alves de estudos rurais e gênero”. Trata-se de um relato de uma trabalhadora rural sobre a trajetória de luta das mulheres do Assentamento “12 de Outubro”. Em ordem cronológica, mas permeado de reminiscências, o relato inicia com a ocupação das terras do Horto Vergel, em 1997, passando pela organização de uma cozinha comunitária, de uma creche, de um restaurante, da luta pela ampliação da estrada que corta o assentamento, da organização de uma associação das mulheres e da participação das mulheres na cooperativa do assentamento. Além de uma simples descrição de fatos, o relato é a síntese de lembranças e busca de memórias individuais e coletivas que baseassem a construção do futuro das mulheres do Assentamento 12 de Outubro e de suas famílias.

Palavras chave: economia solidária, agricultura, gênero.

³⁵ Mestre em Lingüística pela UNICAMP. Participou da ITCP/UNICAMP como formadora.

³⁶ Engenheira Agrícola pela UNICAMP. Participou da ITCP/UNICAMP como formadora.

³⁷ Associação que produz alimentos no Horto do Vergel, em Mogi-Mirim/SP.

Da ocupação à cooperativa: as mulheres guerreiras do Vergel

Esta é uma narrativa sobre uma história partilhada por um grupo de trabalhadoras rurais. Foi escrita coletivamente por mulheres do Assentamento “12 de Outubro” e por formadoras da ITCP/UNICAMP. Sua elaboração deu-se em meio ao processo de incubação, como parte integrante de uma série de atividades que propunham trabalhar a identidade do grupo para fortalecê-lo em sua unidade, objetivos e ações. No processo de escrita, todas as envolvidas, inclusive as formadoras da ITCP, perceberam que se tratava tanto de uma história de um grupo particular quanto da história da luta por reforma agrária, por igualdade de gênero e por justiça social.

Marcadas as peculiaridades deste relato, pelo pouco espaço de que dispomos, deixamos esta introdução para apresentar um pouco da história destas mulheres.

Um dedo de prosa

Entre tantas pautas do grupo de mulheres do Assentamento “12 de Outubro” (Horto Vergel, Mogi Mirim – SP) em torno da cooperativa em constituição e da AMA (Associação de Mulheres Agroecológicas), a equipe da ITCP/UNICAMP propôs que inseríssemos mais uma: o Prêmio Margarida Alves³⁸. Isso aconteceu porque é conhecido por todos que trabalham no Vergel o fato das mulheres terem participação ativa na história de luta pela terra e na organização cotidiana do assentamento.

³⁸ O texto original foi apresentado à 2ª edição do “Prêmio Margarida Alves de estudos rurais e gênero”, na modalidade “Relato de Experiências e Memórias: Mulheres trabalhadoras rurais, lideranças de comunidades e de organizações de trabalhadoras rurais”, em 2006. Este prêmio serviu como incentivo para a escrita destas memórias coletivas. Como o texto não foi premiado, o grupo decidiu publicá-lo por outros meios. Aqui apresentamos uma versão resumida do primeiro relato.

O grupo se animou com a proposta e assumiu a tarefa, pois história das mulheres para contar no Vergel é que não falta. De antes da ocupação, do momento da ocupação, da cozinha comunitária para matar a fome de todo o povo, da farmácia que organizamos, da creche para as crianças se divertirem e as mulheres poderem trabalhar fora, da luta pelo ônibus para levar as crianças à escola, do restaurante do assentamento, da associação de mulheres que acabamos de constituir e da cooperativa, que vai ser nossa próxima vitória.

Além das histórias em que grande parte das mulheres participou, tem a história de cada uma de nós, que é parecida em alguns pontos, mas que tem suas particularidades e colorem, com acontecimentos vivos na memória de cada uma, a história do assentamento.

A vontade de todas nós é de divulgar nossa história, é de dizer às outras mulheres que ainda vamos conquistar nosso pedaço de terra, que vamos produzir nela, receber seus frutos, criar nossos filhos, ver nossos netos brincando, envelhecer com tranquilidade. E de dizer aos governos e a toda sociedade que nós estamos dispostas a seguir nosso caminho, que continuamos marchando, que contamos com o apoio e solidariedade de todas e todos aqueles que querem ver o Brasil igual, humano, cuidando da natureza e das próximas gerações, se alimentando dos produtos saudáveis da agricultura familiar.

O grupo todo das mulheres fez questão de enfatizar que as conquistas relatadas não foram somente nossas. Foram conquistas com a participação dos homens, jovens e crianças do Assentamento e tantas apoiadoras e apoiadores. Algumas vezes, com críticas e resistência por sermos nós, as mulheres, que nos colocávamos à frente. Outras vezes, com apoio dos homens de igual para igual.

Nós, mulheres do Vergel, costumamos dizer que a mulher conquistou tanta responsabilidade, que trabalha o dobro do homem. Mas não queremos deixar de fazer o que fazemos, não. Pelo contrário, queremos seguir em frente e educar nossos filhos, meninos e meninas, para cuidar da casa, da roça, da cooperativa, com responsabilidade igual. Sem achar que homem ou mulher tem maior ou menor valor.

A ocupação (outubro de 1997)

Cada uma contou como conheceu a luta por reforma agrária. Em comum, todas nós queríamos junto com nossas famílias deixar as cidades onde morávamos e ir para a terra.

As reuniões de organização duraram muito tempo. Todos já estávamos ansiosos para ir para a terra. Foi no dia 12 de Outubro de 1997 que finalmente fizemos a ocupação. Mais tarde, nós escolhemos "12 de Outubro" como nome do assentamento.

Cada uma de nós se lembra da expectativa de ir para a terra e do medo.

Usamos o termo "ocupação" no lugar da palavra "invasão". Não existem invasores. O grupo que organizou a ocupação colheu informações sobre o local, uma área antiga da FEPASA³⁹ destinada à reforma agrária, mas que nenhum governo encaminhava para este fim. Nós entramos para fazer acontecer a reforma agrária, para fazer o Estado cumprir com sua promessa. Ocupação é uma forma de fazer cumprir um direito que é nosso.

No terceiro dia, veio o batalhão de choque. As mulheres e crianças foram na frente para enfrentar o batalhão. É bom contar a todos que não foi o movimento que colocou para as mulheres que elas deviam tomar a frente. Nós mesmas decidimos isso. A proteção da mulher é maior, pois nós somos um pouco mais respeitadas nessas horas. Desta forma, abrimos negociação com o batalhão e não houve agressão.

A cozinha comunitária (1997 a 1999)

Desde o terceiro dia, começamos a organizar a cozinha comunitária. No quarto dia, já estávamos em mais de 400 pessoas no acampamento. Havia gente de todo jeito: gente sem nada e gente com alguma condição. A iniciativa da organização coletiva da cozinha surgiu de nós mulheres, para que todas as pessoas do acampamento tivessem como se alimentar, por menor quantidade de

³⁹ FEPASA (Ferrovia Paulista S/A), atualmente incorporada a Rede Ferroviária Nacional.

comida que fosse. Somente a união não deixava ninguém passar fome.

Cozinhávamos com a comida e as panelas de quem tinha. O fogão era o cupim – desses que hoje vemos espalhados pelos pastos.

Além da cozinha, organizamos no acampamento uma forma de arrecadar alimentos na cidade. Para muitas de nós, foi um momento de humilhação, por conta do preconceito que sofremos. Tanto para a cozinha comunitária como para a arrecadação tínhamos uma escala para dividir as tarefas. Durante um ano, fizemos café da manhã, almoço e jantar para todos do acampamento.

Por causa da necessidade, tivemos que descobrir formas diferentes de sobreviver. Nós comíamos broto de bambu, broto de coqueiro, porque não tinha mais nada. Muitas de nós nos lembramos dos choros desse momento de muito sacrifício para os que tiveram que enfrentar a falta de comida. Hoje vemos que, com muita solidariedade e trabalho, vencemos.

Outras lembranças de 1997 e 1998: rádio, farmácia e “feijão-bala”

Foi nos primeiros dias que nós construímos nossos barracos de lona, onde moramos nos primeiros anos. Não era raro rasgar a lona dos barracos. Uma vez, teve uma tempestade tão forte que derrubou todos os barracos. Nesta noite, dormimos todos juntos e fizemos uma fogueira para poder nos aquecer. Hoje temos espaço nas nossas casas. No começo, tinha barraco que era tão pequeno que tinha que revezar para ver quem ia dormir ao relento.

Com todas as dificuldades vividas, muitas pessoas ficavam doentes. Por conta disso, nos organizamos para montar uma farmácia. No início, tivemos bastante assistência na área da saúde. Três mulheres do acampamento eram responsáveis por cuidar da farmácia: tinha ficha médica de cada acampado e chamávamos a ambulância quando o caso era mais grave. Naquele tempo também tinha um senhor do acampamento que fazia remédios caseiros, com diversas plantas medicinais. Seu xarope com ervas do mato ficou bastante conhecido porque curava todo mundo.

Logo no começo, também tinha uma rádio comunitária, uma rádio poste, que era organizada pelos jovens. A música que mais tocou durante este tempo foi uma música de Geraldo Vandré, "Pra não dizer que não falei de flores!". Era sempre de fundo, em todos os trabalhos que fazíamos: "vem vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer".

Depois de um ano, as mulheres já não agüentavam mais fazer arrecadação, pois era muito cansativo e tínhamos outros trabalhos para fazer que sempre ficavam de lado. Então intensificamos a reivindicação para o INCRA por cestas básicas. As cestas vieram. Ninguém esquece o arroz velho, que fedia de longe, e o feijão, que de tão duro ficou conhecido como "feijão bala". Era o que matava a fome. As únicas coisas gostosas da cesta eram a quirela e o fubá pré-cozido. Nessa época, acontecia muito troca de comida entre as mulheres, de acordo com as necessidades e costumes de cada família.

As lembranças dos primeiros passos do Assentamento 12 e Outubro são tantas... Como ainda não estávamos separados nos lotes, quase tudo o que fazíamos era no coletivo, era com muita união.

No tempo dos barracos de lona preta, o povo era mais unido. Logo depois da ocupação, mesmo com toda a dificuldade, era gostoso. Também tinha muita diversão, muita confraternização. De fim de semana, tinha baile e contador de histórias. As pessoas toda noite conversavam e tocavam violão, iluminados por uma lamparina bem fraquinha. Hoje fica cada um em sua casa em frente à televisão.

A creche (1998 a 2003)

Um dos primeiros grupos de trabalho do Assentamento foi para catar madeira. Como a área do Horto Vergel tinha resíduos de madeira (eucalipto), vendê-las era uma forma de sobrevivência antes da produção na terra dar frutos.

As mulheres sempre fizeram parte desses grupos de trabalho e como recebíamos por dia, os homens diziam que nosso trabalho tinha que ser igual. Não

tinha onde deixarmos as crianças. Tínhamos que levá-las para o meio do mato, onde havia cobra, escorpião, pernilongo e o sol judiava muito. Por causa dessa situação, nós mulheres organizamos uma forma de nos revezar para cuidar das crianças. Foi assim que nasceu a creche do Assentamento “12 de Outubro”, que durou quase cinco anos.

Como tudo no assentamento, a creche não tinha dinheiro. Não tinha ao menos apoio para a alimentação das crianças. Por conta disso, organizamos bazares de roupas que eram arrecadadas e vendidas a preços populares para juntar dinheiro.

Apesar de chamarmos o lugar de creche, o trabalho que nós desenvolvíamos era com crianças de todas as idades. Lá fazíamos reforço escolar e muitas brincadeiras. Com a parceria que fizemos com estudantes da Faculdade de Educação da UNICAMP, outros profissionais atuaram na creche, como psicólogo e fonoaudiólogo. Estes estudantes participaram deste projeto por quatro anos, se envolveram bastante com outras questões do Assentamento até se formarem. A postura deles foi bem diferente de outros estudantes da Universidade que só faziam pesquisa e iam embora sem ao menos nos trazer algum retorno do que tinham pesquisado.

No casarão, tinha também uma brinquedoteca e uma biblioteca, que eram freqüentadas por outras pessoas do Assentamento além das que iam todos os dias para a creche. Fizemos uma horta coletiva com as crianças e adolescentes. O que era plantado era vendido para sustentar a creche ou era usado nas refeições servidas para as crianças.

As crianças gostavam bastante da creche. O trabalho era feito durante toda a semana e ainda tinha festa e eventos em datas comemorativas ou para arrecadar fundos para continuar nosso trabalho.

O trabalho da creche foi tocado também com muito apoio dos homens. Se eles não faziam o trabalho de educação mais cotidiano com as crianças, estavam sempre dispostos a ajudar na limpeza e em bastante coisa dentro da creche,

como em concertos e na horta.

Com o início da divisão dos sítios (lotes) em 2000, aos poucos as pessoas foram se dispersando para cuidar do seu pedaço de terra. Este foi um dos motivos para o trabalho da creche parar em 2003, somado ao fim do apoio dos estudantes da UNICAMP, que se formaram e deixaram de atuar no Vergel, e a falta de verbas.

O restaurante (2001 a 2004) e a luta pela estrada

A segunda cozinha, que funcionava como um restaurante, foi montada por um grupo de 23 mulheres em 2001 e existiu até 2004. O público eram os homens que trabalhavam na destoca do eucalipto dentro da área do Horto Vergel. Junto ao restaurante, montamos uma pousada para os trabalhadores da destoca dormirem. Até trabalho de lavar roupas nós fazíamos na pousada.

O restaurante foi a concretização de uma vontade das mulheres ainda no início do trabalho da creche. Desde a primeira cozinha comunitária do Vergel, logo após a ocupação, nós tínhamos o desejo de ter um restaurante no Assentamento aberto aos visitantes. Com o tempo, esta proposta foi ficando mais elaborada, incluiu a produção do Assentamento e outras questões.

Durante este período, a luta por outras melhorias no Assentamento continuou. Em 2003, com o fim da creche, houve uma luta para abrir a estrada do Assentamento. Nós mulheres reivindicamos a ampliação da pista e a instalação de uma ponte. Como a estrada estava em péssimas condições, o ônibus escolar parava muito longe de cada casa e as mães tinham que buscar os filhos, que esperavam sozinhos. Junto ao ITESP e à coordenação do assentamento, fomos até a prefeitura e marcamos uma audiência com o prefeito. A estrada, então, passou por reformas.

O restaurante trabalhou muito bem até que os madeireiros saíram do Assentamento. Depois que perdeu seu público, o grupo de mulheres ficou mais de dois anos “sem eira nem beira”.

Ainda no ano de 2003, a polícia fez uma tentativa de derrubar os fornos do Assentamento. Havia diversas denúncias e boletins de ocorrência contra o Assentamento. Isso porque havia mais fornos construídos do que os autorizados pelo ITESP, além do que a fumaça dos fornos atrapalhava a visibilidade da pista. Na verdade, a fumaça estava atrapalhando até a respiração dos assentados. Mas essa era, para nós, uma forma de sobrevivência.

Começou o leilão para vender a madeira. As mulheres ficaram um pouco de fora desta movimentação e se organizaram para montar uma cozinha no Assentamento. Propusemos um restaurante na beira da pista (estrada Mogi-Itapira). Esta proposta ganhou novas proporções com a incorporação de outros grupos do Assentamento, que defenderam a criação um centro de comercialização. Foram dois anos de discussão com o ITESP até a aprovação do projeto do centro de comercialização. Hoje o terreno onde será o centro foi aplainado, mas não existe verba pública para a construção.

As mulheres desanimaram e se dispersaram, decidimos dividir o grupo e partir para trabalharmos separadas, com o objetivo de nos unirmos no futuro. Hoje, há o plano de colocar um quiosque simples na pista para vender os produtos colhidos diretamente da terra e os alimentos processados que neste meio tempo aprendemos a fazer.

A produção nos lotes

A divisão das famílias nos lotes colocou para a mulher uma situação complicada. A maioria de nós não é titular da terra. O financiamento para os projetos de agricultura e criação de animais vem no nome do titular do lote. Os homens então pensam que o dinheiro é deles e, com esta disputa, ao invés de ter diálogo para planejar o uso da terra entre toda a família, os homens tomam sozinhos as decisões e o sítio não vai pra frente.

A AMA (2005)

O grupo de mulheres estava desmotivado, algumas tinham vontade de trabalhar fora do Assentamento. Tanto o desânimo como a falta de comida nas casas levava a isso.

No fim de 2004 e começo de 2005, juntamos novamente um grupo de mulheres. Este grupo estava decidido a tocar qualquer projeto sem contar com o apoio de nenhum governo. Queríamos tocar o trabalho coletivo das mulheres por conta.

A proposta era de um projeto de horta comunitária, mas não tínhamos área coletiva para plantar nem insumos necessários e vivíamos o problema de falta de água, que é o problema de quase todas as famílias assentadas no Vergel.

Conhecemos, então, uma engenheira agrônoma da Fundação Mokiti Okada. Todas as mulheres do Vergel consideram muito esta engenheira, pois foi ela que nos apresentou a produção orgânica e nos ensinou muito sobre como trabalhar com a terra. E logo vieram os resultados. Começamos a produzir. A primeira horta foi dentro de um pomar, para aproveitarmos a mesma água que molhava o pomar para molhar as hortaliças. Quando começamos a produzir e ver que dava resultado, nós aprendemos a dar o verdadeiro valor para a terra, que antes não conhecíamos.

A proposta era trabalhar com o que tinha dentro do assentamento. Nós aprendíamos as técnicas em um dos sítios e com o conhecimento que a gente ganhava ia aplicando cada uma no seu sítio. A assistência técnica do Estado era insuficiente, mas mesmo assim começamos a produção.

A cooperativa (2006)

Nossa vontade, não só das mulheres do Vergel, mas de todos do Assentamento, era de montar uma cooperativa dos assentados. Sabemos que a cooperativa é necessária para podermos nos inserir no mercado da região, para escaparmos dos atravessadores, conseguirmos equipamentos para melhorar a

produção, entre outros benefícios.

Já fizemos curso de cooperativismo durante dois anos no Vergel, sem conseguir montar a cooperativa. No início de 2005, a ITCP/UNICAMP foi até uma das reuniões do nosso grupo e nos perguntou se queríamos discutir a criação de uma cooperativa com todo o assentamento.

Como nós estávamos no momento de constituir a AMA, achamos que, se assumíssemos as duas coisas ao mesmo tempo, nenhuma delas ia andar. Então assumimos mediar reuniões entre a ITCP e os coordenadores dos grupos do assentamento com a proposta de mais tarde nos incorporarmos ao grupo da cooperativa.

Um ano e meio depois, o grupo que estava montando a cooperativa discutia um projeto de construção de uma cozinha para processar a produção do assentamento. Neste momento, a AMA se somou ao grupo que tocava a cooperativa. A proposta de elaboração de um projeto de cozinha caminhava lado a lado com as propostas de um projeto para uma farinheira e para adquirir um caminhão.

Foi escolhido o projeto da cozinha porque era o que mais teria facilidade de ser financiado naquele momento. Participamos, então, da elaboração do projeto, expondo qual era nossa produção nos sítios e nossos conhecimentos em processamento de alimentos. O projeto foi escrito e enviado para alguns editais, sendo que foi aprovado e deve ter a verba liberada até o final do ano⁴⁰.

Agora, nos organizamos e planejamos nossa atuação enquanto grupo para este projeto, antes que inicie a reforma do espaço que abrigará a cozinha. Mais uma vez, as mulheres do Vergel estarão unidas e produzindo o alimento para o Assentamento e para os visitantes. Desta vez, também queremos vender para fora. A conquista da cooperativa deve trazer forças para a produção, comercialização e

⁴⁰ A verba para a construção da cozinha não foi liberada em 2006, pois UNICAMP não cumpria com as exigências burocráticas da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, órgão federal que aprovara o projeto da cozinha. Isso causou uma grande frustração no Assentamento e na equipe da ITCP/UNICAMP.

organização de todo o assentamento. Por isso, apesar das mulheres terem maior presença na cozinha, chamamos todos os homens do assentamento para participar do projeto e somar em mais uma luta.⁴¹

⁴¹ Esse texto foi estruturado em 2006, portanto algumas informações estão desatualizadas. Em 2009, a cozinha ainda não havia sido construída no Assentamento. No entanto, o grupo da AMA segue organizado. Uma das vitórias recentes foi o registro formal da Associação.



Divisão sexual do trabalho em empreendimentos de triagem de resíduos sólidos: um estudo de caso

"Demonstra a vulnerabilidade feminina nesse nicho de trabalho e a sobrevivência mais precária no mercado de trabalho. Essa condição temperada com a garra por lutar pela sobrevivência, por direitos e justiça, por seus espaços de trabalho e vida e pela luta conta a invisibilidade social.

[...]

O grupo de mulheres não se vitimiza, ao contrário, assume o protagonismo, a direção de suas vidas."

Maria Rosa Lombardi

Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e pós-doutoranda no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.

Divisão sexual do trabalho em empreendimentos de triagem de resíduos sólidos: um estudo de caso

Autora: Ioli Gewehr Wirth⁴²

Resumo: Este artigo se constituiu a partir de um estudo de caso realizado em uma cooperativa popular, acompanhada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/Unicamp). Um incômodo em relação ao papel dos homens no empreendimento, verbalizado por uma cooperada, deu origem a uma discussão sobre as relações de gênero e a distribuição das tarefas entre homens e mulheres na cooperativa. Através da observação coletiva e transdisciplinar da organização produtiva do empreendimento, foi possível identificar uma divisão sexual do trabalho e apontar caminhos para sua modificação.

Palavras-chave: economia solidária, divisão sexual do trabalho, extensão universitária.

⁴² Membro do coletivo de formadores da ITCP/UNICAMP e mestranda na área de Educação e Sociologia da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, bolsista FAPESP.

Divisão sexual do trabalho em empreendimentos de triagem de resíduos sólidos: um estudo de caso

Apresentação

O artigo baseia-se em uma experiência concreta realizada pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Unicamp, um projeto de extensão ligado a Pró Reitoria de Extensão e de Assuntos Comunitários da Unicamp (PREAC), apoiado pelo Programa Nacional de Incubação (PRONINC II) vigente em 2005 e 2006.

A incubadora tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária a partir da formação de empreendimentos autogestionários e/ou cooperativas populares. A construção de tais empreendimentos populares, formados geralmente por pessoas excluídas do mercado de trabalho e de baixo nível de escolaridade, se torna viável devido à ação conjunta da Universidade, do Poder Público e do grupo cooperativado. A ação da ITCP/Unicamp é geralmente realizada no âmbito de uma política pública que visa a geração de trabalho e renda. O Poder Público (municipal, estadual ou federal), na maioria dos projetos realizados, permite a atuação de professores, alunos e funcionários da universidade, além de disponibilizar estrutura física e maquinário necessários ao trabalho produtivo da cooperativa. Este financiamento acontece através do pleito a editais específicos para a extensão universitária promovidos por agências públicas de financiamento ou ainda através de convênios diretos entre Poder Público Municipal e Universidade.

Nesse projeto de extensão universitária o desafio maior colocado é a ressignificação do conhecimento acadêmico através da construção coletiva de soluções válidas para a realidade de trabalho e de gestão das cooperativas acompanhadas. É preciso ressaltar que a simples transferência ou aplicação de um saber acadêmico à cooperativa não faz sentido, pois a maioria dos conhecimentos, sejam eles de engenharia de produção ou da área de administração de empresas, pressupõem um empreendimento capitalista, com gestão centralizada e necessidade de constante inovação tecnológica para redução dos custos com mão de obra. Em uma cooperativa popular a lógica de gestão e de organização produtiva incorpora outros aspectos tão importantes quanto a geração de sobra de recursos financeiros.

Para responder a essa carência de conhecimentos necessários aos empreendimentos, a ITCP é organizada segundo uma estrutura que tem em um pólo o estudo e a pesquisa (nas mais diversas áreas do conhecimento) e o trabalho junto às cooperativas no outro pólo. Uma intensa atividade de planejamento, ora com bastante participação da cooperativa, ora menos participativa, une os dois extremos e une também os saberes das diversas áreas de conhecimento.

A atividade central de uma incubadora, a incubação, é o período durante o qual a equipe de formadores acompanha os grupos que querem tornar-se cooperativas. O objetivo desse processo é a constituição de grupos autônomos após o período. Está implícita, então, uma concepção de educação - a educação para autonomia - e uma de trabalho - um trabalho coletivo, construído e organizado por meio da autogestão.

A incubação é feita por uma equipe multidisciplinar formada por 5 a 7 formadores (alunos de graduação ou pós-graduação) das seguintes áreas de atuação: Processos Pedagógicos, Planejamento Econômico, Dinâmica das Relações Humanas, Comunicação e Artes, Produção e Tecnologia, Saúde do trabalhador e Gênero.

O processo de acompanhamento dos grupos populares, com a perspectiva transdisciplinar entre as áreas, gera frutos muito interessantes que, certamente, não seriam possíveis se os olhares dos formadores envolvidos permanecessem fragmentados segundo as clássicas áreas do conhecimento. Este artigo tratará, a partir dessa perspectiva, a possibilidade de observar as relações de gênero atreladas ao processo produtivo da cooperativa.

Economia Solidária e gênero

A experiência relatada a seguir soma-se a uma série de estudos recentes, que buscam compreender em que medida as experiências de Economia Solidária conseguem propor novas relações sociais, ou seja, em que medida a autogestão, enquanto processo, possibilita que gradativamente se explicitem outras formas de hierarquia, além da centralização do poder de decisão, que podem ser horizontalizadas. A hierarquia entre os sexos é uma destas hierarquias, talvez mais sutis, que passa a poder ser problematizada em uma organização com os princípios da Economia Solidária.

Bonet (2005) faz uma análise sobre este tema na economia social espanhola. Partindo do princípio de que as organizações de caráter mais horizontal tenderiam a ter uma divisão de trabalho mais justa e igualitária entre os sexos, analisa uma amostra significativa de cooperativas. Os resultados são desanimadores, a divisão sexual do trabalho tende a se reproduzir.

Também durante a experiência de incubação da ITCP/UNICAMP observamos que essa outra hierarquia não se extingue automaticamente nos empreendimentos. No entanto, como a metodologia de incubação combina as atividades de extensão e pesquisa, aproximando-se da metodologia de pesquisa-ação, temos a possibilidade de dialogar sobre esses dados com o público analisado. Nesse processo, percebemos que a problematização sobre a desigualdade nas relações de gênero costuma ser bem aceita pelos cooperados. Assim, mesmo que o processo de horizontalização das relações de gênero não

aconteça espontaneamente, entendemos que a possibilidade de questionar essa desigualdade está colocada.

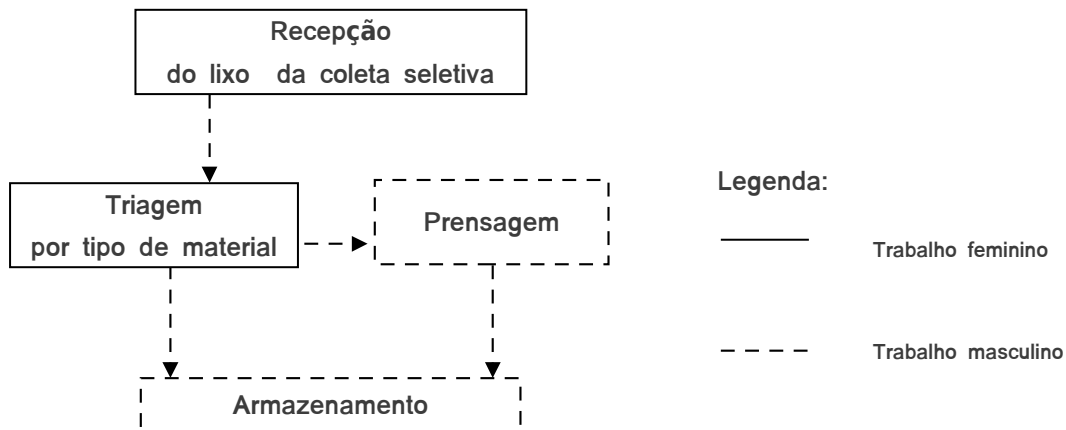
Uma análise mais otimista sobre as mulheres na Economia Solidária encontramos em Guerin (2005), uma autora francesa que faz um estudo de caso comparativo entre França e Senegal. Segundo a autora, as mulheres cumprem uma justiça de proximidade. Historicamente organizam-se coletivamente para enfrentar problemas concretos da comunidade: fome, cuidados aos idosos e crianças, saúde... Nestes espaços as mulheres transitam entre o doméstico e o público, desconstruindo esta separação formal. Com a Economia Solidária as mulheres passam a poder ocupar um lugar de maior reconhecimento e de dar um caráter político a essas funções em vez de entendê-las como femininas e naturalizadas.

As relações de gênero em evidência em uma cooperativa

Em uma cooperativa nos foi apresentado, durante uma atividade de avaliação junto aos cooperados, o “problema dos homens”. Nas palavras de uma cooperada: *“o problema desta cooperativa é o problema dos homens. Eles estão desanimados. Vocês precisam fazer alguma coisa, precisam conversar com eles, eles estão prejudicando toda a cooperativa.”*

Sem entender exatamente o contexto e a motivação dessa fala, decidimos oferecer à cooperativa uma oficina com a temática de gênero, pois desconfiávamos que o problema tinha relação com essa questão. Para planejar a oficina tivemos que analisar o funcionamento da cooperativa sob a perspectiva das relações de gênero.

Trata-se de uma cooperativa de triagem de resíduos sólidos, que recebe o material reciclável proveniente da coleta seletiva de lixo do município, o qual separa por tipos (papel, plástico, papelão e alumínio) e vende para empresas recicladoras. Esse processo está ilustrado no esquema a seguir:



Ao analisar o fluxograma da produção, percebemos que existem algumas etapas que são realizadas somente por homens (a prensagem, armazenamento e carregamento de caminhão) além da alimentação, ou seja, o transporte de materiais de uma etapa para outra (simbolizado pelas setas, no esquema).

É possível então levantar a hipótese de que os homens determinam, em alguma medida, o ritmo do trabalho de toda a cooperativa, já que circulam por todas as etapas, enquanto as mulheres concentram-se em algumas etapas (recepção e triagem) e tem pouco contato com outras.

Outro dado importante para essa análise, é o sistema de remuneração que a cooperativa pratica, a remuneração feminina é fortemente determinada pela produtividade, enquanto na remuneração masculina a quantidade de horas trabalhadas é mais determinante. A remuneração dos homens é geralmente em 30% superior à feminina, ou seja, a cooperativa reflete a desigualdade brasileira em relação à diferença de remuneração entre homens e mulheres, conforme analisa Pochman (2005, p. 84).

Após essa primeira análise resolvemos planejar uma oficina de gênero tendo como objetivo evidenciar a divisão de trabalho que ocorre na cooperativa.

Para discutir todas essas questões decidimos, em um momento inicial da oficina, abordar a construção social das relações de gênero para, a partir daí, refletir sobre a divisão de trabalho entre homens e mulheres, que ocorre na cooperativa.

Começamos com as seguintes perguntas:

- O que é ser mulher? / O que é ser homem?

Algumas respostas (após instantes de silêncio): *"homem tem barba e mulher não tem", "homem é mais forte"*.

Dispusemos então alguns objetos e brinquedos no centro da roda e pedimos para que as pessoas relacionassem as falas com estes. Colocamos a seguinte questão: A gente nasce mulher ou homem e a gente também cresce mulher ou homem. Algumas colocações:

"Aí tem muita coisa de mulher, só o peão, o cachimbo e o hominho são de homem", "A sapatilha é de mulher", "Eu queria ter nascido homem" "A mulher já nasce para trabalhar, desde pequena pega boneca pra cuidar, faz comidinha, quem brinca é o menino com o peão e com o hominho".

A construção social dos comportamentos de gênero ficou muito clara na colocação das cooperadas, principalmente na última fala onde uma cooperada demonstra entender que desde e a infância a mulher começa a ser socializada para desenvolver os papéis sociais da maternagem e das tarefas domésticas. Enfatizamos que esses comportamentos são construídos e que não se trata de uma tendência com a qual a mulher já nasce (Sayão, 2003, p. 76).

Com o objetivo de aprofundar a questão da construção social dos comportamentos de gênero exibimos então o curta-metragem "Acorda Raimundo". Esse filme mostra um dia de trabalho de uma família operária onde os papéis sociais do homem e da mulher estão invertidos. É a mulher que trabalha na oficina, se encontra com as amigas no bar a noite e chega bêbada em casa, briga com os filhos e com o marido utilizando-se do argumento de provedora da família. Já o homem realiza todas as tarefas domésticas, obedece à esposa, cuida e se preocupa com os filhos e até engravida.

O filme motivou várias falas das mulheres que se identificaram, mas ressaltaram que hoje em dia elas trabalham fora e quando chegam em casa ainda fazem as tarefas domésticas. Os maridos raramente "ajudam". Foi colocado

também que *“as vezes a minha filha lava louça e cuida da casa pra mim”*. Isto mostra que, apesar do homem, em muitos casos não ser o provedor da família, a mulher, quando é provedora, acumula também a tarefa de administrar a casa. Ou seja, a mulher assume uma dupla jornada de trabalho.

Os homens também se colocaram e confirmaram que realmente não contribuem com o trabalho da casa, *“deitam no sofá e assistem TV”*. Um homem disse que o marido deveria sustentar a mulher e a família, já que tirou ela da casa da mãe. Apresentamos então uma estatística das cooperativas populares da cidade que aponta que as cooperativas são compostas por 67% de mulheres e por 33% de homens. O que mostra que a idéia da mulher que é somente dona de casa raramente corresponde com a realidade.

A partir disso direcionamos a discussão para a divisão do trabalho, que ocorre também na cooperativa e desenhamos o esquema apresentado acima. Marcamos junto com os cooperados onde trabalhavam homens e onde trabalhavam as mulheres.

Fizemos então uma discussão da qual destacamos as seguintes falas:

“O que acontece quando os homens não vêm trabalhar?”

“Ah, tem muita gente que fala que não adianta nem vir, quando não tem homem.”

“Quantos homens vocês têm hoje na cooperativa?”

“Que dá pra contar só uns dois.”

“E quando esses saírem, a cooperativa vai fechar?”

Foi então colocado pelos próprios cooperados a possibilidade de reorganizar o processo produtivo de forma que todos os cooperados pudessem realizar todas as tarefas.

“podemos diminuir o peso das bags⁴³ e bombonas⁴⁴ para as mulheres também poderem carregar.”

⁴³ Bag é um tipo de saco utilizado para transportar o material reciclável dentro da cooperativa.

⁴⁴ Bombona é um tipo de tambor utilizado para transportar o material reciclável dentro da cooperativa.

Nesse momento perguntamos para um homem se o peso das bags era adequado para ele, ou se ele sentia dores. *"sinto muita dor, toda a noite"*. Aproveitamos para abordar a questão da construção cultural da força física masculina. O homem tem uma capacidade física maior, mas ele também é educado para ter um corpo mais forte, sobe em árvores desde pequeno, joga a bola, enquanto as meninas brincam mais no âmbito doméstico. Essa construção cultural da imagem do homem forte também faz com que o homem tente responder a essa imagem, suportando muitas vezes cargas maiores do que poderia, prejudicando a sua saúde.

Considerações finais

Essa experiência trouxe alguns resultados importantes para a incubadora e para a cooperativa, que somente foram possíveis devido a uma análise transdisciplinar dos problemas colocados. A discussão das relações de gênero fez com que todas as pessoas se envolvessem, pois é um tema vivido, sentido por todos, mesmo que de forma inconsciente, nos mais diversos espaços, mas raramente é um tema refletido e questionado. A partir dessa reflexão, os cooperados e cooperadas construíram um novo olhar sobre o seu trabalho. Se o "problema dos homens", inicialmente apresentado por uma cooperada, tivesse sido tratado unicamente sob a perspectiva da organização produtiva, a solução de adequação do processo produtivo segundo as especificidades das mulheres, maioria na cooperativa, certamente não teria sido construída. Outro fruto importante foi a identificação das mulheres enquanto grupo que sofre uma opressão comum.

Fazer a discussão de gênero com as cooperadas fez com que elas se identificassem enquanto um grupo que é oprimido devido a sua característica de mulher. Scott (2005) em seu artigo "o enigma da igualdade" trabalha com a idéia de que "a igualdade não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferenças e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração" (SCOTT, 2005, pp.15). Através da discussão sobre as relações de

gênero, dentro do espaço de trabalho, a diferença entre trabalhos masculinos e femininos foi evidenciada e as mulheres e os homens decidiram levar essa diferença em consideração e tentar modificar o processo produtivo. Na atividade relatada, as mulheres falaram e se posicionaram mais em relação ao assunto. Os homens participaram também e apoiaram a solução proposta. Não houve um choque de interesses dos homens e das mulheres no âmbito do trabalho na cooperativa, mas certamente haveria este choque se o foco da discussão tivesse permanecido na divisão do trabalho doméstico. Por outro lado, a organização produtiva não teria levado em consideração as especificidades da mulher se não tivesse sido relacionada com a construção social das relações de gênero, que se inicia no âmbito doméstico. Por isso, reafirmamos a importância de trabalhar de forma transdisciplinar e, em especial de considerar a imbricação entre as relações de gênero e o processo produtivo, no acompanhamento das cooperativas populares.

Referências Bibliográficas

- BONET, Maria Antonia Ribas. **Mujer y trabajo en la economía social**. Madrid: Consejo economico y social (CES), 2005.
- GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.
- POCHMAN, Márcio. "Emprego e custo do trabalho feminino no Brasil no final do século XX". In: **Organização internacional do trabalho. questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres**. Ed Lais Abramo, OIT, 2005.
- SAYÃO, Déborah T. "Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância". In: **Pro-Posições**, v.14, n.3 (42) – set/dez, 2003
- SCOTT, Joan. "O enigma da igualdade". In: **Estudos feministas**, Florianópolis, 13 (01) janeiro - abril, 2005



Economia Solidária e Prostituição:

A experiência de uma associação política de Profissionais do Sexo em Campinas.

"É o relato de uma experiência extremamente inovadora e corajosa, em diversos níveis. Primeiro, por tratar as profissionais do sexo como trabalhadoras e focar a ação/estudo/intervenção nessa dimensão, procurando escapar, seja da visão moralista, seja de uma abordagem em termos de saúde pública e prevenção de doenças (DST/AIDS, por exemplo). Segundo, por incluí-las numa perspectiva da economia solidária e apoiá-las institucionalmente em suas demandas, frente ao poder público municipal. Finalmente, por incentivar a organização de uma associação em vez de uma cooperativa, num meio da Economia Solidária, em que esta última parece ser o paradigma, a opção organizacional e política preferencial."

Maria Rosa Lombardi

**Pesquisadora da Fundação Carlos Chagas e pós-doutoranda no
IFCH/UNICAMP**

Economia Solidária e Prostituição: A experiência de uma associação política de Profissionais do Sexo em Campinas.

Autores: Alessandro Oliveira⁴⁵, Aline Tavares⁴⁶ e Ana Carolina Costa⁴⁷

Resumo:

Este artigo tem como objetivo levantar algumas questões sobre a experiência de trabalho da ITCP/UNICAMP com a formação de uma Associação de Profissionais do Sexo em Campinas. O nosso principal argumento é a importância de se considerar a prostituição através da perspectiva trabalhista como uma forma de fortalecer os direitos dessa categoria, questionando os significados da sexualidade na nossa sociedade e aumentando a interlocução com outros segmentos de trabalhadores que compartilham de uma realidade de precarização.

Palavras chaves: prostituição; trabalho; estigma social

⁴⁵ Alessandro Oliveira é doutorando no Departamento de Antropologia da Unicamp. Pesquisador/Bolsista CNPq. Participou do coletivo de monitores da ITCP/UNICAMP no período de 2006 a 2008.

⁴⁶ Aline Tavares é formada em História pela Universidade Estadual de Campinas e atualmente cursa Ciências Sociais na mesma instituição. É formadora na ITCP/UNICAMP desde 2006.

⁴⁷ Ana Carolina Costa é pesquisadora vinculada ao núcleo PAGU de estudos de gênero da Unicamp. Foi formadora na ITCP/UNICAMP.

Economia Solidária e Prostituição:

A experiência de uma associação política de Profissionais do Sexo em Campinas.

*"Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego,
a condições justas e favoráveis de trabalho"*

(art. 23 da Declaração Universal dos
Direitos Humanos)

Introdução

Este artigo pretende esboçar a importância de se encarar a atuação de uma organização de prostitutas a partir de uma perspectiva trabalhista e nesse sentido há uma tentativa de se vincular a discussão teórica sobre as organizações associativas de trabalhadoras sexuais, suas bandeiras de luta e debates políticos com a atuação prática da ITCP, no fomento da Associação Mulheres Guerreiras, cuja centralidade das discussões com as prostitutas passa a ser o trabalho e não mais a questão da saúde.

O que foi bastante questionado, tanto internamente quanto na rede de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares foi o porquê e se as ITCP's deveriam incubar uma associação, ainda mais com o caráter específico desse caso: uma associação de uma categoria considerada, por lei, como sendo de não-trabalhadoras. No entanto, a partir do entendimento de que a Economia Solidária para além dos Empreendimentos Econômicos Solidários (ESS), envolve também a organização política dos trabalhadores, a ITCP-Unicamp auxilia na formação de uma associação política de trabalhadoras excluídas do mercado formal de trabalho. Assim, o foco central de nossa discussão consiste no relato da atuação das experiências de práticas associativas entre um grupo de mulheres vulneráveis e estigmatizadas, que vêem, na organização coletiva, um meio de luta pela melhoria nas condições de trabalho, na qualidade de vida, no combate ao estigma social e a qualquer forma de violência contra as mulheres profissionais do sexo.

Este artigo está dividido em três partes. A primeira apresenta um breve histórico sobre o movimento organizado de Profissionais do Sexo, analisando a

forma como as parcerias interferiram na trajetória desse movimento, definindo suas linhas de atuação. Já a segunda parte procura contextualizar as abordagens teóricas que analisam o fenômeno da Prostituição, definindo campos de ações e posicionamentos políticos sobre o universo do mercado do sexo, que extrapolam os debates acadêmicos e sustentam a atuação de segmentos da sociedade civil junto a essa população.

Finalmente, o artigo procura relatar algumas atividades realizadas durante trabalho da ITCP junto ao grupo de mulheres Profissionais do Sexo do Centro de Campinas, destacando a importância de um trabalho de formação e mobilização política junto a esse segmento como uma forma legítima dentro do universo da Economia Solidária.

Trajetória do Movimento Organizado de Prostitutas⁴⁸ no Brasil

Para analisar a importância de se trabalhar com uma associação de profissionais do sexo no âmbito da Economia Solidária, é importante entender a trajetória do movimento organizado de prostitutas no Brasil e sua relação com outros movimentos sociais e com as políticas públicas do nosso país.

A trajetória da organização social do movimento associativo das prostitutas aponta para uma série de problemas estruturais pelo qual passou, sendo o mais latente a dificuldade para a construção de uma identidade social, que além de reunir o grupo por uma identificação comum, combateria o estigma entre as próprias profissionais do sexo. Esse movimento passa a ganhar expressão a partir do momento em que algumas lideranças vão surgindo e adquirindo visibilidade, sobretudo da liderança da profissional do sexo Gabriela Leite⁴⁹, que a partir de entrevistas à imprensa passa causar forte impacto junto à opinião pública, se

⁴⁸ A terminologia utilizada para definir o exercício da prostituição é um tema de constante debate dentro do movimento. Tentaremos ser coerentes com a autodenominação dos grupos. Neste momento, utilizamos o termo "Prostitutas" ao invés de "Profissionais do Sexo" ou "Trabalhadoras Sexuais" por ser o nome utilizado pela Rede Brasileira de Prostitutas do Brasil neste período.

⁴⁹ Gabriela Leite é a grande referência do movimento de prostitutas no país. Atualmente ela é presidente da ONG DAVIDA, que coordena atualmente a Rede Brasileira de Prostitutas.

colocando como interlocutora de uma categoria. Seu discurso, segundo Aparecida Moraes “irá se caracterizar por ser profundamente questionador do padrão burguês de organização social e familiar, incisivo, agressivo da defesa da categoria e valorizador da cultura e modos de vida daqueles que são identificados como os marginalizados e excluídos.”⁵⁰.

Devido à dificuldade de articulação com as bases e de obtenção de financiamento, historicamente, no Brasil, o movimento de prostitutas esteve ligado de forma estrutural a algum tipo de entidade religiosa ou organismos da área da saúde. Estas parcerias, apesar da imensa contribuição para o movimento, foram sendo ampliadas e muitas vezes abandonadas de acordo com as mudanças nos rumos das discussões e reivindicações da categoria.

Inicialmente, o Movimento de Prostitutas esteve diretamente vinculado a grupos de bases religiosas. Desde o início da década de 80, o movimento de prostitutas – da mesma forma que diversos grupos de cunho popular - trabalhou muito próximo às causas das pastorais e dos ditos grupos oprimidos (Moraes, 1996). A Pastoral da Mulher Marginalizada foi uma parceria importante neste momento, estimulando práticas de mobilização autônomas da categoria e funcionando, quando necessário, como interlocutora dos interesses das mulheres que trabalhavam na prostituição. Foi através de uma Organização Não Governamental ligada à Igreja Católica que se formalizou o Movimento de Profissionais do Sexo. Gabriela Leite, com o apoio do Instituto de Estudos Religiosos (ISER) articulou o I Encontro Nacional de Prostitutas.

Esse encontro, realizado em 1987 no Rio de Janeiro, é considerado o ponto de partida para a formalização do Movimento Organizado de Prostitutas, onde foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas. O seu surgimento é fruto da aglutinação de pequenas manifestações organizadas por mulheres prostitutas desde 1982 em protesto contra abusos de delegados e policiais na cidade do Rio de Janeiro e São Paulo (Leite, 1994).

⁵⁰ MORAES, 1996

Neste primeiro encontro estiveram presentes cerca de 50 mulheres de várias cidades, discutindo os problemas que enfrentavam no exercício da prostituição. O debate centrou-se principalmente na questão da violência e do estigma social (Moraes, 1996).⁵¹ Dele, foram tiradas metas de criação de novas associações em todo o país que seriam articuladas pela Rede Brasileira. Até 2002, já contavam com 18 associações registradas em cartórios e 65 núcleos, alguns em processo de elaboração do estatuto e outros sem o registro como associação, devido a dificuldades com cartórios, os quais, movidos por questões morais, se opunham à legalização desses grupos (Ministério da Saúde: 2002, p. 25).

A primeira sede da Rede Brasileira de Prostitutas foi o ISER. Naquele momento este instituto possuía um programa chamado “Prostituição e Direitos Civis”, coordenado por Gabriela Leite, que estabeleceu a articulação necessária para conseguir uma estrutura de conexão com a Rede.

No entanto, segundo depoimento de Gabriela Leite, esse tipo de parceria trazia problemas para um debate mais amplo sobre a prostituição, uma vez que enfatizava apenas a questão da vitimização da prostituta. Segundo Gabriela Leite, trabalhar a prostituta como vítima, além de retirar o poder de ação do sujeito, reforçava o estigma da profissão, não permitindo questionamentos sobre o valor moral dado à sexualidade feminina.

Apesar da forte influência da Teologia da Libertação para a formação de Gabriela Leite e de grande parte de lideranças dos grupos de prostitutas, observa-se que teve início um processo de rupturas com o discurso vigente. Segundo Moraes, até então, a construção de uma identidade coletiva das mulheres que participavam dos trabalhos da Pastoral da Mulher Marginalizada baseava-se na experiência de ser *mulher, pobre, marginalizada, excluída e vítima*. A diversidade, colocada através de outras especificidades como, por exemplo, ser prostituta, era relegada ou até mesmo anulada (Moraes, 1996: 200).

⁵¹ Os temas predominantes foram a agressão e extorsão policial, a relação com a família e a discriminação que sofriam na sociedade como um todo.

Concomitante com esse contexto, a área da saúde, em especial o Programa de Prevenção às Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST's), iniciava uma profunda reestruturação dos seus moldes de atuação. Com a criação de programas específicos para se trabalhar com a prevenção, fez-se necessário dialogar com setores organizados dos ditos "grupos de risco".

Em 1988, O Movimento de Prostitutas começa a participar de reuniões do recém-criado movimento de Ong-Aids. Desses encontros foram lançadas as bases metodológicas para as ações de prevenção das DST/Aids entre profissionais do sexo (Ministério da Saúde, 2002).

Deste diálogo surgiram algumas questões importantes para se pensar a relação entre Movimento de Profissionais do Sexo e a área da saúde, estabelecidas de forma coletiva entre governo e movimento:

- Modificação do termo "grupo de risco" para "comportamento de risco", retirando assim o estigma do HIV, da totalidade da categoria das prostitutas e transferindo para o ato sexual sem camisinha. Ou seja, o público mais vulnerável a contrair o vírus HIV não é mais a totalidade das prostitutas, e sim aqueles que não usam preservativos.
- Não utilização de meios e termos técnicos e científicos no trabalho com as pessoas que exercem a prostituição, priorizando a linguagem destas.
- Ênfase no protagonismo das pessoas que exercem a prostituição como agentes de prevenção.
- Participação das prostitutas na formulação de políticas públicas de prevenção relacionadas a este segmento.

Esta parceria trouxe um relevante salto de qualidade tanto para o setor da saúde – que conseguiu estabelecer um diálogo mais próximo com o público-alvo das campanhas de prevenção – quanto para o Movimento de Profissionais do Sexo, que abriu uma frente de atuação mais próxima de sua base, uma vez que houve uma série de investimentos para capacitar profissionais do sexo como multiplicadoras de prevenção⁵².

⁵² O termo "multiplicador entre pares" é utilizado para designar os profissionais do sexo que fazem

Atualmente, a maioria das associações de profissionais do sexo é financiada por verbas do Ministério da Saúde, uma vez que sua política entende que fomentar o protagonismo social e político das prostitutas é uma ferramenta eficaz para a prevenção das DSTs.

No entanto, essa parceria apresenta algumas limitações. Muitas vezes, os projetos das associações não conseguem avançar para ações que escapam ao universo da prevenção às DST's. As demais demandas da categoria – como maior acesso a creches, atendimento em postos de saúde próximos ao lugar de trabalho, ou os projetos de profissionalização da categoria – ficam muitas vezes em segundo plano, sendo encaixadas nas brechas dos projetos de prevenção.

A luta por uma análise da prostituição sob uma perspectiva trabalhista vem sendo um esforço constante do movimento. Suas bandeiras cada vez mais se aproximam de tradicionais lutas realizadas por sindicatos e por grupo de trabalhadores, que busca um reconhecimento legal e também cultural de sua atividade.

As discussões sobre o trabalho em nossa sociedade ocidental e capitalista, que tem o mesmo como base de sua sustentação material e ideológica, são bastante importantes para esse contexto. É importante ressaltar as críticas feitas por parte da sociologia do trabalho em relação a essa precarização, que tende cada vez mais a explorar e restringir os direitos da classe trabalhadora. Nesse sentido, as lutas contra a exploração e os abusos no mundo do trabalho ganham força e instrumentos para combater a precarização e transformar a realidade social a partir da resignificação do mundo do trabalho.

Diante desses problemas, uma parceria com o Movimento de Economia Solidária pode contribuir para o enfrentamento de algumas questões que ficaram suspensas ao longo dos 21 anos de Movimento Organizado das Prostitutas. Muitas das questões levantadas no primeiro encontro nacional se referiam

o papel de orientar sobre DST's para outras prostitutas. Esta função era reservada antes aos agentes da saúde.

diretamente a causas relacionadas com a situação de precarização que envolve a atividade da prostituição, tais como as inúmeras tentativas de confinamento em guetos, a desvalorização violenta do tipo de atividade realizada, a noção de alienação do corpo⁵³, a violência e os abusos sofridos por parte dos empregadores (cafetões).

Estas questões, embora passem por um debate denso sobre a forma como a nossa sociedade pensa e vivencia a sexualidade – em especial a feminina – também podem ser traduzidas por um discurso que se preocupa com as relações de trabalho existentes na sociedade atual, altamente exploratórias, discriminatórias e alienantes.

Perspectiva Trabalhista da Prostituição

Os estudos referentes ao campo da prostituição, como se sabe, são amplos, principalmente pela curiosidade que o tema desperta, mas ainda deixam muitas lacunas e receiam aprofundar enfoques polêmicos que busquem resgatar as prostitutas da esfera marginal e dar-lhes voz como sujeitos políticos.

Delinear essas mulheres como profissionais, exercendo um trabalho legalmente reconhecido, às vezes gera um mal-estar por dignificar uma ocupação considerada suja e imoral, e às vezes por estar compactuando com a exploração e opressão que essas mulheres sofrem com uma atividade que as colocaria em um lugar de objeto. Atualmente existem quatro modelos diferentes de estatutos legais concedidos à prostituição em diferentes países: o proibicionista, que considera a prostituição um delito e penaliza todas as atividades a ela vinculadas e todas as partes envolvidas; o abolicionista que penaliza aquele que explora a prostituição, sendo a prostituta uma vítima do sistema; o regulamentarista, em que a prostituição é aceita, mas regulamentada pelo Estado, já que é considerada uma

⁵³ A referência "alienação do corpo" não é aqui citada no sentido usual de mercantilização do sexo, mas como defesa para o uso consciente do corpo enquanto ferramenta de trabalho, respeitando os limites de salubridade, de uso de preservativos e um limite de horas/clientes determinados pela própria prostituta.

ameaça à ordem e à saúde pública; e por fim, o modelo trabalhista, que questiona a criminalização do trabalho da prostituta e o “direito dos Estados de regulamentarem aspectos vinculados à moral sexual e ação dos/as trabalhadores do sexo que lutam contra a exclusão dos direitos que a sociedade confere a outros trabalhadores” (PISCITELLI, 2007) .

Esta última perspectiva se afirma pela idéia que, ao reconhecer o trabalho sexual legalmente, os profissionais dessa área teriam maior proteção jurídico-trabalhista e melhores condições de trabalho. Seriam utilizados os mesmos mecanismos dos trabalhadores nas fábricas, no início do século XX, para garantir seus direitos trabalhistas e tentar combater os abusos. É interessante discutir também o fomento que o reconhecimento legal traria para a organização da classe dos profissionais do sexo em associações e sindicatos. No entanto nenhuma dessas especulações é legítima se não abarcar os interesses da coletividade da qual diz respeito, mesmo porque, devido ao estigma, muitas prostitutas teriam dificuldade de assumir essa identidade social.

Outra discussão que perpassa essa temática diz respeito à maneira como o sexo em relação à mulher é encarado pelas perspectivas feministas e acadêmicas: opressão ou libertação. É importante atentar a respeito da sexualidade em nossa discussão, justamente porque a especificidade do trabalho das prostitutas é o fato de comercializarem fantasias sexuais e todo um imaginário relacionado com afeto e sexualidade. As correntes divergem porque por um lado, o sexo é visto como a fonte de opressão feminina em uma sociedade capitalista e patriarcal e nesse sentido, a mulher prostituta seria a demonstração máxima de opressão e violência contra a mulher que nessa atividade seria um objeto passivo e carente de poder. Por outro lado, o mesmo sexo é defendido como fonte de poder e libertação na vida das mulheres, tão oprimidas sexualmente, e a figura da prostituta seria o símbolo máximo da autonomia sexual das mulheres, em uma luta constante contra o patriarcalismo vigente já que em muitos casos têm a possibilidade de negociar e escolher seu cliente, tão seguras com sua sexualidade que comercializar o sexo não as afetaria.

A questão que se coloca é da dificuldade que o moralismo social impõe para se entender um fenômeno social que é a prostituição, pois ainda que condenada por sua “imoralidade”, é tratada como uma atividade necessária à manutenção da ordem social, uma vez que canalizaria os instintos sexuais irrefreáveis, que seriam “naturais” do indivíduo do sexo masculino e que não poderiam ser satisfeitos por uma mulher respeitável. Roger Rios, citando o penalista brasileiro clássico, Nelson Hungria, sobre o Código Penal em relação à prostituição, deixa bem claro esse processo de naturalização da atividade, e ao mesmo tempo sua condenação moral.

(...) se a prostituição é um mal deplorável, não deixa de ser, até certo ponto, necessário. É uma válvula de escape à pressão de irrecusável instinto, que jamais se apaziguou na fórmula social da monogamia, e reclama satisfação antes mesmo que o homem atinja a idade civil do casamento (...)

Por essa perspectiva, percebe-se a condição de objeto passivo em que a mulher prostituta é colocada pela sociedade: o que ela faz é sujo, mas faz parte da engrenagem social, não é um trabalho, mas uma atividade condenável, parte do jogo social.

Ao mesmo tempo, apontar o processo de vitimização que as prostitutas sofrem com essa atividade e a condição de opressão a qual estão sujeitas, propondo com tal raciocínio que a libertação da mulher só se dará com o fim da prostituição, acaba por fomentar a manutenção dessa ordem, a partir do momento que se mantêm essas trabalhadoras do sexo em uma esfera marginal, dado que a atividade existe, e que vivemos em uma sociedade capitalista e patriarcal na qual é interessante que as mulheres, em qualquer atividade ou esfera, se mantenham submetidas à opressão masculina. Dito de outra forma, a discussão tem de ser feita a partir da conjuntura real na qual vivemos, não a partir de uma sociedade ideal. Essas mulheres exercem um trabalho e se reconhecem enquanto trabalhadoras, a partir do momento em que é dada uma relação onde ela vende

os serviços sexuais e alguém os compra. No entanto, não se pode entender o contrato sexual como um contrato de trabalho qualquer. Rostagnol, retratando em seu artigo a realidade das profissionais do sexo do Uruguai discute a complexidade da situação dessas mulheres e, portanto, a especificidade desse trabalho, já que há uma troca de serviços cujo objeto trocado não está definido com clareza. Deve ser entendido o que afinal está sendo comercializado. Não é a mulher, nem, sequer, suas partes sexuais, mas há um contrato de uso de serviços sexuais. O cliente não vai tomar posse do corpo da mulher, mas a partir de um contrato vai usufruir de seus serviços. A autora coloca que justamente por ser um trabalho diferenciado merece um tratamento específico. Mas o que acontece na sociedade uruguaia, assim como na brasileira e em grande parte do mundo capitalista patriarcal, é a classificação dessas mulheres como uma categoria social à parte, não ajustadas às normas sexuais e morais do dever ser mulher, ou ainda do ser trabalhador. Ficam situadas fora do círculo dos cidadãos respeitáveis, à margem, em um lugar de extrema vulnerabilidade que acaba por facilitar sua exploração enquanto “mal- necessário” à sociedade (Rostagnol, 1999).

É nesse sentido, com o entendimento que essa categoria é posta à margem, como trabalhadoras, que surgem possibilidades de resgatá-la de sua vulnerabilidade e fortalecer a organização de mulheres que há muito estão lutando por melhores condições de trabalho e vida.

Em sua pesquisa sobre a Vila Mimosa, no Rio de Janeiro, a autora Aparecida Fonseca Moraes apresenta como se deu a organização de uma associação de profissionais do sexo no bairro caracterizado como um confinamento de prostitutas, que no início do século XX foi muito glamourizado por ser a concentração da boemia carioca, área conhecida como Mangue. O mais interessante em sua análise é o enfoque que a autora coloca sobre as prostitutas, lhes dando voz, ação, e mostrando como se deu o início da expressão de um movimento político que desloca o lugar social da categoria, à margem, para o centro de uma discussão que por muito tempo foi abafada. Um novo ator social

ganha visibilidade e volta-se para a sociedade reivindicando seus direitos enquanto cidadãos (Moraes, 1995).

A partir do momento em que há um fortalecimento da organização das trabalhadoras sexuais, se percebe uma identificação enquanto categoria, e apesar de vários conflitos e tensões, inclusive entre as prostitutas “o modelo de organização formal que procurava proteger a identidade específica do movimento ao se colocar como representação das prostitutas, ajudava a consolidar sua vinculação com essa base.”⁵⁴

Na parte reservada ao estudo dos fregueses, Moraes descreve como são realizadas as negociações, como é feito esse contrato verbal, argumentando que a maneira como as trabalhadoras sexuais classificam e negociam com os clientes aponta para uma organização trabalhista relevante, pois são discutidos fatores como tempo, pagamento, segurança, proteção, habilidade, e especialização, que definem o caráter profissional dessa atividade. Além disso, o fato dessas mulheres negociarem desconstrói uma imagem de sujeito submisso, que deve acatar todos os desejos do indivíduo que o está contratando. Se o negócio não agrada a prostituta o serviço não é realizado. Obviamente, essa autonomia não é a mesma em todos os lugares e para qualquer profissional do sexo. Em muitas ocasiões, essas mulheres vivem confinadas, sujeitas ao controle de um cafetão ou cafetina. No entanto, não podemos generalizar esse universo e considerar todas as trabalhadoras sexuais incapazes de serem autônomas ou de se organizarem para reivindicar seus direitos.

Essa mesma autora nos apresenta uma reflexão importante sobre o diálogo existente entre algumas correntes marxistas e a prostituição. Em algumas análises as prostitutas seriam consideradas excluídas das relações de produção, e justamente por conviverem com o contexto da “malandragem”, o submundo do crime, estariam à margem não apenas economicamente, mas eticamente, fazendo parte não da classe trabalhadora, mas do *lumpen proletariado*, uma categoria

⁵⁴ MORAES, 1995, p. 223.

excluída do conjunto dos trabalhadores por serem considerados criminosos ou vagabundos, uma categoria moralmente condenada.

Essa noção clássica dentro dos estudos contemporâneos fixa o lugar da trabalhadora sexual em um limbo, que impede suas ações de maneira que elas mesmas incorporam esses estigmas. Seriam sujeitos de uma opressão, alienados e degenerados, incapazes de se tornarem sujeitos de uma vontade. Moraes já mostrou a defasagem dessas idéias quando apresentou a trajetória de organização política do movimento das prostitutas.

No entanto, a autora alerta para os conflitos entre as próprias prostitutas para a assunção dessa identidade de trabalhadora sexual, uma categoria além de estigmatizada socialmente, sofre uma série de impedimentos de natureza jurídico-política ao seu reconhecimento enquanto categoria trabalhadora. A rede brasileira de prostitutas, já garantiu que essa atividade fosse incluída na Classificação Brasileira de Ocupações, do Ministério do Trabalho e Emprego, mas ainda luta pelo reconhecimento legal da profissão.

No cenário político-jurídico nacional o que se tem é a tramitação de um projeto de lei, elaborado pelo deputado Fernando Gabeira, cujo teor defende a descriminalização da prostituição, considerando a atividade um trabalho como qualquer outro, sendo que o empregador da prostituta não deve ser mais criminalizado pelo lenocínio já que seria o patrão, obrigado a garantir os direitos trabalhistas das profissionais do sexo. O projeto foi derrubado na Câmara por uma liminar do deputado Antonio Carlos Magalhães Neto.

Alguns estudos nos nortearam para desmistificar e oferecer melhores elementos sobre o universo da prostituição. O artigo *A dupla carreira da Mulher prostituta*⁵⁵, se aproxima bastante do universo da prostituição mostrando o quão heterogêneo esse mundo é, mas que acaba sendo tratado como um objeto natural, invariante, trans-histórico. Nesse sentido, a autora busca fazer um resgate de trabalhos que rejeitam a figura da prostituta sofrida, vítima que foi coagida, por

⁵⁵ FONSECA, C., 1996.

alguém ou pela miséria, a entrar na profissão. Esses trabalhos apontariam para a imagem de meninas independentes, com uma vida intensa e de alguma maneira bem resolvida.

Outro aspecto interessante tratado neste artigo é o resgate das falas de prostitutas entendendo sua atividade como um trabalho legítimo. No entanto, entende que não é um trabalho como qualquer outro, devido ao fato de ser estigmatizado, sofrer repressão policial e uma censura moral por parte da sociedade. Mas, a partir da vivência cotidiana com as meninas que conheceu, percebe que muitas vivem sua atividade como uma espécie de carreira. Além disso, notou que passados os constrangimentos iniciais com a presença da pesquisadora, não há uma fala salientando um drama ou decadência para justificar sua entrada na profissão. Essas mulheres batalham diariamente na praça, suportando variações do clima, conquistando clientela, fazendo suas negociações. A prostituição, enquanto atividade autônoma, onde a trabalhadora sexual controla seu trabalho, possui horários flexíveis, permitindo outros trabalhos, até mesmo assalariados. Nesse sentido, seria uma profissão informal, onde a responsabilidade pelos ganhos e perdas se localiza na própria profissional, como em muitos empregos autônomos.

O que a autora busca mostrar com sua pesquisa e convivência com as prostitutas de rua, é que não se deve considerar essas trabalhadoras como uma categoria à parte, isolada. Elas compartilham de idéias, valores e referenciais de uma classe da qual fazem parte, das classes populares trabalhadoras, isso se referindo à baixa e à média prostituição⁵⁶, e em espaços onde não haja coação do trabalho.

⁵⁶ Esses termos se referem a uma distinção de classe dentro do universo da prostituição, que envolvem desde o contexto econômico no qual a zona está inserida, até o valor recebido pelo programa. A baixa é caracterizada por programas extremamente baratos e, muitas vezes, em zonas pobres da cidade, enquanto a média é própria de espaços menos periféricos e com o preço de programas intermediários.

As mulheres da praça não estão sozinhas. No Brasil contemporâneo muitas trabalhadoras não investem nas suas carreiras profissionais como projeto de ascensão. (isso) Implica numa certa percepção da continuidade de tempo, de fé na linearidade de causa e consequência- percepções que, especialmente nos grupos onde rege instabilidade não são evidentes. (FONSECA, 1996).

Por fim, como não poderia deixar de ser, vamos ressaltar a fala da liderança Gabriela Leite. Citando Goffman, a militante acredita que o estigma que construiu uma determinada identidade deteriorada para as prostitutas deveu-se a diversos fatores históricos, mas foi fundamentalmente por ela ter sido responsabilizada pela disseminação de doenças. Por isso, diversos estudos sobre a prostituição foram sobre a ótica higienista, e ganharam legitimidade por seu discurso médico. Além disso, a prostituta possui características de comportamento desviante, distintos daqueles reservados ao gênero feminino “a mulher desprovida de laços de vivência afetiva que, por experimentar o sabor da transgressão sexual, não é merecedora da vivência conjugal, do convívio familiar, e, sobretudo, da maternidade” (LEITE, 2002).

A consequência mais grave desse discurso espalhado pelo senso comum sobre a representação da mulher profissional do sexo enquanto desviante, é que tais considerações penetram no imaginário dessas mulheres, fazendo dessa estigmatização uma percepção que fazem de si mesmas, o que reflete de maneira latente em sua organização, reivindicação de direitos e em sua relação com a sociedade.

Histórico da associação de profissionais do sexo de campinas

Depois de todos esses apontamentos consideramos relevante expormos a inserção da ITCP como entidade de fomento de uma associação de profissionais do sexo, ressaltando a importância dessa parceria e a centralidade da perspectiva trabalhista nas considerações sobre esse trabalho.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) é um programa de extensão da Unicamp, que tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento da Economia Solidária, a partir da formação de grupos autogestionários. É fundamental acrescentar que apesar da preocupação com a geração de trabalho e renda ser um dos focos principais de atuação desse projeto, ele se amplia de tal forma que apreender a luta pela garantia da ampliação dos direitos dos cidadãos como forma de manter o trabalho e a renda dos participantes das cooperativas. Nesse sentido, o projeto em si compreende a formação política dos envolvidos.

A partir de novas demandas e do próprio questionamento sobre a importância de se fazer a formação política, a ITCP/Unicamp levantou uma série de discussões sobre a possibilidade de trabalhar com a criação de uma Associação, uma vez que nosso modelo estava pronto para trabalhar com cooperativas e precisaria ser ajustado. Depois de reflexão e debates consideramos que nosso papel dentro de um movimento social e enquanto formadores no mundo do trabalho poderia contemplar a demanda das mulheres e principalmente aquelas mais excluídas e nesse sentido auxiliar a criação de uma associação de mulheres profissionais do sexo uma vez que o tema central corresponde a nossa atividade de não só subsidiar a formação de cooperativas de trabalho, mas, sobretudo, de discutir e problematizar o conceito trabalho e seus fundamentos na sociedade capitalista.

Com essas características e com o surgimento de uma oportunidade de desenvolver um projeto cuja frente de trabalho volta-se para a criação, assessoramento e acompanhamento de uma associação de profissionais do sexo a ITCP aceitou o desafio de contribuir com esse setor da sociedade.

O Projeto de criação e estímulo a Associação de Profissionais do Sexo

Apesar da cidade de Campinas ter um histórico de expulsão e confinamento num bairro periférico de um enorme contingente de profissionais do

sexo, o crescimento da atividade não permitiu o isolamento e a contenção dessa população em espaços isolados do contato social e, assim, diversos pontos de prostituição foram também delineados no centro urbano. Essas profissionais à medida que necessitavam de assistências à saúde, socorro médico e possibilidades de defesa procuravam o centro de Saúde que de longa data criou com as profissionais do sexo um laço de confiança principalmente através dos programas de prevenção à DST/AIDS e a política de capacitação de multiplicadores. Com as contínuas ameaças de expulsão dos seus locais de trabalho pela política municipal de higienização do centro da cidade – promovida por seguimentos do comércio central e executado pelo poder público local – essas profissionais da rua recorrentemente buscavam auxílio dos setores de prevenção à saúde. Suas demandas, no entanto, ultrapassavam as possibilidades de socorro que o setor da saúde poderia fornecer e, nesse sentido, ocorreu a parceria entre as profissionais do sexo, o Centro de Referência à Saúde e Prevenção à DST/AIDS, a ITCP, ONG Identidade (que atua com o público GLHTTB⁵⁷) e a sociedade civil. O objetivo central de tal apoio é colaborar no sentido de ampliar as condições de cidadania e luta por direitos dessa categoria da população. Para a ITCP o cerne do trabalho com essa população é sua organização social e autonomia e, nesse sentido, os encontros mediados pela equipe da ITCP passavam necessariamente por oficinas sobre a formação de uma associação e que tipo de objetivos ela teria.

No bojo do processo de organização da associação, ocorreu um fato bastante marcante que merece ser analisado: o fechamento dos hotéis de curta permanência da região central da cidade. Esse episódio refletia nas condições de sobrevivência das profissionais do sexo uma vez que esses locais são utilizados por eles para realizarem os programas com seus clientes. Nessas condições o projeto de higienização do centro urbano, que também pode ser entendido como processo de reapropriação do centro pelas classes médias e elites, utiliza como estratégia de ação o impasse de regulamentação dos hotéis/motéis como forma de

⁵⁷

Abreviação do termo "Gays, Lésbicas, Hermafroditas, Travestis, Transexuais e Bissexuais"

expulsão das profissionais do sexo da região central da cidade. Mediante essa situação emergencial os encontros que ocorreram em prol da associação centralizaram suas forças para resolver essas questões de sobrevivência.

O fechamento desses espaços significa perda de clientes que não tem meio de condução para locomoverem-se até os hotéis na periferia ou para pagarem táxis e, quando têm, muitas vezes, preferem ir para lugares afastados e realizarem os programas em estradas “desertas” dentro e fora de seus veículos; e nessas circunstâncias muitos deles violentam, agridem e não pagam os serviços prestados, ou ainda, se retiram deixando as profissionais sem roupas. Há casos de assassinatos.

Com o fechamento dos hotéis muitas prostitutas começaram a aparecer nas reuniões, os apelos dos convites entre pares começaram a ter mais efeito. Assim, depois de alguns encontros a solução apresentada para a situação foi organizar uma passeata em frente à prefeitura para expor a situação e reivindicar a abertura dos hotéis. A postura da ITCP enquanto parceira não era a de defender exclusivamente os interesses dos donos de hotéis, mas sim, das profissionais do sexo envolvidas em uma possibilidade ainda maior de vulnerabilidade e violência e a oportunidade de avançar na organização dessa categoria.

A principal dificuldade em organizar a passeata se dava porque muitas das profissionais envolvidas omitem suas formas de trabalho de suas famílias, namorados e parentes e, nesse sentido, sentiam-se ameaçados pela presença dos meios de comunicação. Preocupada com a situação, a ITCP, enquanto parceria, organizou um trabalho de assessoria de imprensa que rigidamente alertava jornalistas, repórteres e principalmente fotógrafos e equipe de filmagem sobre os direitos de imagem e que acompanháramos todas as notícias *a posteriori*. Além disso, partindo da preocupação de preservar suas identidades, as profissionais do sexo utilizaram máscaras, perucas e outros disfarces.

O resultado foi que a prefeitura abriu frente de negociação com donos de hotéis. A secretaria de urbanismo, conjuntamente com a comissão de ação social

da prefeitura e com o apoio de alguns vereadores pautaram o assunto na câmara dos vereadores incentivando o processo de revogação da lei que impede o estabelecimento de motéis no centro da cidade⁵⁸. Além disso, a cobertura jornalística repercutiu, de um lado, com uma enorme visibilidade da organização das profissionais do sexo e em um processo de novas parcerias e apoios de outras entidades e, de outro, contribuiu em vários desdobramentos dessas frentes de negociação que ainda está em processo.

Esse momento foi um marco na trajetória da organização da Associação de Prostitutas em Campinas porque a partir dessa mobilização foi percebida a necessidade da conjunção da categoria para uma luta em prol do direito ao trabalho. A partir desse momento, o grupo de mulheres que puxou essa iniciativa conseguiu o reconhecimento de outras profissionais que trabalham na região central e fortaleceram a organização de uma associação.

Esta associação foi formalizada em 2007 com o nome Mulheres Guerreiras, e vem atuando em Campinas principalmente na frente de prevenção, assessoria jurídica e orientação contra violência para os profissionais do sexo.

A ITCP, enquanto projeto de extensão, dentro do movimento de economia solidária, foi e ainda é um importante ponto de referência no sentido da formação política e apoio ao movimento dessas trabalhadoras.

Considerações finais

A relação entre Economia Solidária e o fomento de uma associação de profissionais do sexo tem produzido bons resultados para ambos os movimentos. Considerar a Prostituição por um viés trabalhista tem aumentado a possibilidade de diálogo com o poder público, além de ser um fator importantíssimo para a auto-estima das mulheres envolvidas na Associação, as quais encontram interlocução com outras categorias de trabalhadores que também vivenciam uma realidade de precarização.

⁵⁸ Os vereadores Marcela Moreira e Paulo Búfalo pautaram esse tema e leram o abaixo assinado feito pelo grupo de mulheres profissionais do sexo na Câmara do Vereadores.

Para a Economia Solidária, por sua vez, a inserção desta temática dentro de um dos seus projetos, pode proporcionar uma maior reflexão sobre outros fatores que estão diretamente relacionados à precarização do trabalho e à vivência de realidades de opressão, como, por exemplo, gênero e sexualidade.

Referências Bibliográficas

MORAES, Aparecida. **Mulheres da Vila: Prostituição, Identidade e Movimento Associativista**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996

LEITE, Gabriela Silva. Transcrição da Palestra "A prostituição na sociedade brasileira". 1994. Arquivo DAVIDA.

LEITE, Gabriela Silva. In: <http://www.conciencia.net/comportamento/leite.html> , Março, 2002

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Profissionais do Sexo: documento referencial para ações de prevenção das DST e da AIDS**. Secretaria de Políticas de Saúde, Coordenação Nacional de DST e AIDS. Ministério da Saúde. Brasília. 2002., p. 25

PASINI, Elisiane. **Sexo para quase todos: a prostituição feminina na Vila Mimosa**. In: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n25/26527.pdf>

PISCITELLI, Adriana. Prostituição e trabalho. In: Maria Ednalva Bezerra de Lima; Ana Alice Alcantara Costa; Albertina Costa; Maria Betania Ávila; Vera Lúcia Soares. (Org.). **Transformando as relações trabalho e cidadania, produção, reprodução e sexualidade**. Salvador: UFBA/FFCH/CUT, 2007, v. 1, p. 183-195.

FONSECA, Cláudia. **A dupla carreira da mulher prostituta**. *Estudos Feministas*, vol. 4, nº 1, p.7-31, 1996.

ROSTAGNOL, Susana. In: FÁBREGAS-MARTÍNEZ, Ana Isabel; BENEDETTI, Marcos Renato (Orgs.). **Na batalha: identidade, sexualidade e poder no universo da prostituição**. Porto Alegre: Dacasa/ Palmarinca/ Gapa-RS, 1999b.



Trajetória feminista e a universidade: entrevista com Ângela Araújo

A Professora do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp (IFCH), Ângela Maria Carneiro Araújo, conversou com o Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Solidária (GEPES) de Gênero sobre extensão universitária, diferenças e desigualdades entre homens e mulheres, economia solidária e o universo acadêmico. Durante a entrevista concedida ao grupo, a professora relembrou sua trajetória de militância desde o início no movimento estudantil até a academia. Ângela falou da importância de pesquisas e envolvimento acadêmicos que tratem de temas relevantes às demandas populares e a transformação da sociedade.

Edição Final: Igor Silva Figueiredo

ITCP – Ângela, inicialmente, conte-nos um pouco da sua trajetória político-acadêmica. Como tudo começou, até chegar aqui?

Ângela: Eu sou de uma geração que começou a militar já no secundário. Eu estudei em colégio público minha vida inteira. Sou de Belo Horizonte e em 1967 e 68, período de auge do movimento estudantil e secundarista, eu comecei trabalhando num centro acadêmico, trabalhando com uma chapa de uma amiga. Então a coisa é muito assim, era uma época que a coisa era assim muito efervescente, a política, e a cultura. Essas duas coisas eram muito misturadas. Como foi em qualquer lugar, Rio de Janeiro, São Paulo... Então começou a minha experiência aí, de militância. E aí, depois com toda essa coisa de greve, mobilização, a gente começou a ir para rua mesmo. Quer dizer, entrar em greve e parar o colégio, juntar com outros colégios estaduais, e reunir com estudantes universitários, isso foi então em 67, 68, até o grande momento da repressão. E aí eu fiz vestibular no final de 1970 e entrei na Universidade de Brasília, quando eu entrei na UNB era um ambiente altamente repressivo. Eu participei deste momento bem embrionário do movimento estudantil na UNB. Eu fui presa em Brasília.

ITCP – E como era a participação das mulheres?

Ângela: Participavam. Tinham uma participação grande, tanto de mulheres quanto de homens. Acho que o movimento estudantil sempre foi caracterizado por uma participação maior das mulheres. Só que, obviamente, as mulheres tinham muito mais dificuldade de se tornar liderança. Tinha a história do poder. Do poder do microfone. A história de que você se articulava, tomava uma capacidade de falar. As mulheres sempre se intimidavam muito com isso e...

ITCP: Você acha que o movimento estudantil sempre foi um espaço aberto para mulheres?

Ângela: Não no sentido igualitário. Foi aberto à uma participação, mas uma participação sempre colocada em segundo plano, tarefas auxiliares, indefinidas.

ITCP: E existia um debate interno sobre isso, na sua experiência de movimento estudantil?

Ângela: Não... quer dizer, nem passava pela cabeça da gente essa coisa da militância feminista, isso não estava nem colocado, sabe?

ITCP: E as idéias chegadas da Europa, direitos civis, por exemplo, influenciaram?

Ângela: Chegou muita coisa, não foi nesse período. Quer dizer. É lógico que você tem, por exemplo, alguns jornais como o Brasil Mulher, fundado em 74. Algumas entidades começam a surgir, mas a grande presença do feminismo é a partir de 70, desse período que eu vim para cá. Então foi em Campinas que eu comecei a me antenar com essa discussão.

ITCP: E como surgiu o interesse nos estudos sobre gênero?

Ângela: Esse debate surgiu do contato com jornais alternativos, como o jornal Movimento, o Em Tempo. Primeiro com esses jornais, e uma aproximação que a gente foi tendo com esse debate feminista, que vem também por algumas feministas que eram militantes de esquerda, que estavam voltando do exílio. A gente tinha uma coisa, por exemplo, tinha umas feministas desse período que eram muito marcadas pela militância de esquerda das mulheres. Então tinha um viés digamos assim, que vinha desses grupos de esquerda, ou ex-clandestinos que tinham vindo do exílio, ex-presas, e que a discussão era muito marcada pela questão de classe. Então centrava na discussão da mulher e do trabalho, a questão de classe, da dupla jornada.

ITCP: Você falou que nesse momento o debate chegou à universidade. O debate feminista acontecia em outros espaços?

Ângela: Ele acontecia. Quer dizer, até então ele estava muito restrito a esses grupos de mulheres nascentes, e começava a se espalhar, começava a ser também importante no interior dos grupos de esquerda. E tinha alguns grupos em

que as mulheres estavam colocando a questão. Então você tinha aí os partidos clandestinos, o partido comunista brasileiro, grupos de esquerda, essa questão estava sendo colocada. O partido comunista era um grupo importante, estava por detrás pelo menos de uma grande organização que era a CMB, o Centro da Mulher Brasileira. O CMB era também uma das organizações que estava por detrás do [Jornal] Brasil Mulher. E depois essa coisa se descaracterizou, passou para além dos grupos de esquerda, porque começaram a surgir esses grupos feministas que faziam um trabalho de ação feminista direta, e era, inclusive, uma das discussões importantes que surgiu nessa época, que foi o que nos mobilizou também, era uma discussão muito forte da autonomia do movimento feminista. E isso tinha a ver com a autonomia em relação aos partidos.

ITCP: Você participou de algum desses movimentos? Quais foram os primeiros destes movimentos com a pauta mais específica feminista?

Ângela: Esses grupos começaram a surgir neste período. Alguns já eram mais antigos, mas começam a despontar nesse período, então quem tinha uma discussão muito claramente autonomista era o Coletivo Feminista do Rio de Janeiro, um grupo de São Paulo chamado Associação de Mulheres de São Paulo, Associação feminista, Associação de mulheres.

ITCP: Você vê alguma diferença entre a militância que era feita nesse início, anos 70, 80, e a que é feita hoje? Você consegue enxergar alguma ruptura ou continuidade?

Ângela: Eu nunca pensei sobre isso de maneira muito elaborada (pausa). Eu acho que uma diferença importante é que hoje... quer dizer, naquela época, com o movimento começando, você não tinha nenhum espaço institucionalizado onde as questões do feminismo, da relação entre os gêneros fosse colocada. A gente não tinha. A luta não era assim... o inimigo não tava ali, quer dizer, às vezes em determinada luta você podia lutar contra os homens, por exemplo, no caso de

violência, de estupro, você está lutando contra alguns homens, certo? Mas em muitos casos você também estava lutando para exigir do Estado reconhecimento de alguns direitos. Por exemplo, o movimento da constituinte foi um momento super importante para o desaguar de várias destas lutas, destas questões. Eu acho que a diferença grande é que você não tinha essa institucionalização, e o movimento era muito mais organizado em grupos, você tinha grupos feministas do Oiapoque ao Chuí no Brasil. Não tinha essa idéia que se tem hoje muito presente nos movimentos sociais de ONG. Você tem, por exemplo, mulheres que se profissionalizaram na militância, digamos. Mas para que esses grupos sobrevivam, você tem que estar sempre fazendo projetos, buscando dinheiro, você profissionaliza as mulheres. Nos éramos militantes, éramos todas voluntárias, ninguém era profissional. O que o mudou de lá para cá é que você tem um grau de institucionalização muito grande; não sei se isso deixa menos espaço, mas eu acho que a mobilização da luta feminista, a mobilização mais massiva, ela diminui muito. Até porque se alcançou determinadas coisas, determinados patamares e padrões com essa luta. E aí, se tem mais uma coisa que eu acho, e por isso que eu digo que é uma pena, porque parte importante daqueles grupos que eram grupos independentes, autônomos, deixaram de existir. E hoje a militância feminista se dá nos sindicatos, nos partidos. E isso muda a qualidade dessa militância, no meu ponto de vista. Hoje você dificilmente consegue fazer grandes mobilizações, grandes passeatas, como se fazia naquele período, grandes congressos feministas. Você ainda tem uma coisa muito menor, é mais institucionalizada, envolve mulheres lideranças, você não envolve a massa como a gente teve no primeiro e no segundo congresso da mulher paulista, que despencaram aquelas mulheres de periferia, organizavam ônibus...

ITCP: Daria para dizer que a questão da luta contra a opressão à mulher avançou, por conta disso esse tema não agrega mais tantas mulheres, como agregou?

Ângela: Eu acho que sem dúvida avançou. Até porque vocês são uma geração com muito mais liberdade que a minha geração, por exemplo. Acho que as relações se modificaram, não é por outra razão que você tem tantas mulheres na universidade, mais do que homens, é um dado, no ensino há mais mulheres do que homens, e uma entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho. É um panorama completamente distinto do que quando eu tinha a idade de vocês. Além disso, eu acho que, por exemplo, do ponto de vista da sexualidade, que era um elemento de repressão muito forte para as mulheres, solteiras ou casadas, naquela época, isso foi rompido. É uma coisa aberta, você não tem mais tabu de virgindade, você não tem mais obrigação de casar com quem você não quiser, você tem um monte de coisas que mudou. Temos aí a questão da diversidade, a questão da homossexualidade aberta. Que não quer dizer que isso está absolutamente resolvido, que você ainda não tem machismo, no interior das mulheres e dos homens. E que a gente não tem inclusive diferenças, desigualdades na realidade, na sociedade que ainda marca a presença das mulheres nesses espaços todos, nos espaços de trabalhos, na convivência dela com os homens, nos espaços sociais, eu acho que isso continua. Mas é diferente, é de outro jeito. Eu acho que inclusive talvez a dificuldade maior é que, as formas de opressão, quer dizer, a manutenção da desigualdade, ela se dá através de mecanismos muito mais sutis do que no passado, quando era muito mais aberto. Hoje é muito diferente, é distinto, e há uma distinção de classe que não é possível negar, há o ambiente universitário que predominam pessoas de classe média, é lógico que isso é meio ponto pacífico, é inaceitável uma discriminação aberta. É inaceitável a violência, todo mundo condena, é inaceitável, seja contra a mulher, seja contra o gay, seja contra o negro, etc. Não quer dizer que você não continua tendo assédio sexual, estupro... A juventude tem uma vivência de relações muito mais livres nos dias de hoje. O que não quer dizer que se eliminaram todas as formas de discriminação, isso não é verdade mesmo. Mas enfim, eu acho que a gente teve ganhos neste processo.

ITCP: Como você acha que a pesquisa acadêmica pode servir para a comunidade, pode servir para os movimentos, na questão de gênero, na organização das mulheres, por exemplo. Como pode ser a militância dentro da academia? Existe essa possibilidade?

Ângela: Eu acho que existe. Eu acho que primeiro você produz um conhecimento, a partir de uma perspectiva crítica, que questiona a realidade e as relações, você já está, só por essa razão, dando uma contribuição para que a sociedade olhe para si mesma e faça essa reflexão. Eu acho que, por exemplo, essa coisa que eu faço, discussão de gênero e trabalho. Se a gente constrói, procura construir um conhecimento crítico, eu acho que ele serve de base para a militância, para mulheres em diferentes lugares. Então não é por outra razão que eu tenho uma proximidade grande com os sindicatos, eu sou procurada por sindicatos para tratar dessa questão de gênero. Mas eu acho que o conhecimento produzido na universidade serve sim, ele embasa, serve de base para a reflexão dos movimentos sociais. Por exemplo, você tem o movimento ambiental, esse movimento não cresce, não pode avançar sem o conhecimento das questões ambientais produzidos na pesquisa científica, acadêmica. Mesma coisa serve para questão racial. Não é a toa que algumas pessoas fazem da sua produção acadêmica uma questão mais militante, quer dizer, eu conheço várias pessoas que trabalham na questão agrária, trabalham o campo, etc., cujo foco é o MST. Como foco? Porque estão pesquisando o MST? Não, podem tá pesquisando até outras questões, mas fazem dessa pesquisa um alimento para a sua relação com o MST, por exemplo. Participam intensamente, tem contato com o MST, participam de curso, de formação, de não sei o que, vão trabalhar em assentamento. E através desse tipo de pesquisa, até pesquisando os assentamentos, estão colaborando para que aquele próprio movimento conheça a si mesmo, abra outras possibilidades, o encaminhamento de suas questões, o desenvolvimento de seus próprios objetivos. O conhecimento produzido na universidade tem um enorme valor. Porque não é um conhecimento produzido fora da sociedade, portanto, as

disputas sociais, as lutas sociais, as diferenças de classes na sociedade perpassam a produção do conhecimento, não tem jeito de ser diferente. E nas diferentes áreas, não é só nas ciências humanas.

ITCP: Voltando a questão anterior, você falou que necessariamente a realidade perpassa pela academia e culmina na produção do conhecimento. Qual a sua visão da importância da Extensão nesse processo, que papel a Extensão cumpre?

Ângela: A universidade não tá fora da sociedade, neste sentido, do meu ponto de vista, é impossível você produzir um conhecimento isento das questões que estão colocadas pela realidade, que são da sociedade que envolvem a universidade. Só para dar um exemplo rápido de como é que penso isso. Vamos pegar a questão das células tronco, certo? Isso envolve um debate da sociedade e um posicionamento político, certo? E isso interfere totalmente se vai fazer pesquisa, se não vai, que tipo de pesquisa você faz, de que maneira você faz a pesquisa, etc. É tema de debate político. Esse é um lado importante da produção acadêmica e está em jogo a produção acadêmica na medicina, na biologia. Bom eu acho que a Extensão é muito pouco incentivada numa universidade como a Unicamp. A Unicamp tem uma história, uma trajetória de ser uma universidade voltada para a pesquisa e que não conseguiu superar essa definição, apesar de todas as pressões. Superar no sentido de se ampliar, ampliar sua visão de universidade. Teve que ampliar, no sentido de ampliar a graduação, os cursos, etc., por uma pressão externa mais do que interna. Mas ainda sua visão sobre a Extensão é uma coisa muito restrita. Então parte da Extensão que se pensa e que se faz nessa universidade é muito voltada para empresas capitalistas. Você tem uma Extensão com uma relação com as empresas, projetos voltados para as empresas, são, enfim, determinados serviços que se prestam para as empresas, etc. Quando você pensa a sociedade como um todo eu acho que a Extensão aparece de uma maneira muito secundarizada. Parte importante do conhecimento que é feito aqui, que podia ser difundido, popularizado, se transformar em, digamos, motivo para

ação, para ação em determinadas comunidades, ou para a tentativa de transformação da realidade do entorno da universidade, entorno que eu estou dizendo não é só aqui no nosso, eu digo entorno da sociedade. Acho que sem dúvida a Extensão pode ser, não é sempre assim, mas poderia ser, uma maneira até de você testar determinados conhecimentos, testar determinadas formas de ver o mundo, metodologias, formas de ação, etc. Intervenções em determinadas realidades para tentar ver se aquilo que você tá refletindo na universidade tem sentido, tem resultado prático. De vez em quando a gente tem exemplos de tentativas desse tipo de Extensão, mas na Unicamp ela é muito reduzida. Acho até que na Unicamp os alunos tiveram sempre um papel muito mais avançado na produção da Extensão do que os docentes. Exatamente porque a Extensão, até pela avaliação docente, é muito pouco valorizada. Se um docente prioriza a ação, em agir, quer dizer de testar parte das coisas que ele tá estudando, pensando, elaborando, em projetos de ação, que logo podem ser projetos de Extensão, e isso não gera *paper* publicado aqui ou ali, isso não é visto como meritório, ou pelo menos o professor não é visto como produtivo, se ele centrar sua ação na universidade, nem que seja por um período.

ITCP: Voltando ao tema do trabalho. Qual é o panorama do trabalho hoje?

Ângela: Olha, o panorama é o seguinte: você tem criado um crescimento muito grande, a presença das mulheres, sem dúvida, no mercado de trabalho, uma entrada das mulheres em vários nichos, que antes eram nichos masculinos.

ITCP: Quais?

Ângela: Principalmente nas profissões com curso superior: ensino, advocacia, arquitetura, administração e várias outras, até nas engenharias você tem um crescimento grande do número de mulheres. Grande assim, você passa de nada para ter hoje em torno de dezesseis por cento em algumas áreas um pouco mais em outras, de mulheres engenheiras sendo formadas. Mas você tem mais de

cinquenta por cento na advocacia, crescente o número de juízas, crescente o número de arquitetas, de médicas. Esses eram espaços de trabalhos claramente masculinos. E você tem uma entrada das mulheres em vários setores da indústria também, que eram muito fechados para mulher. A indústria química, indústria metalúrgica, mas em menor grau, mas você tem um crescimento. Enquanto, por outro lado, você tem uma predominância, ainda se mantém no mercado um viés de gênero muito forte, no sentido que você tem determinados setores muito segregados ainda. Tem, por exemplo, o setor de confecção - setor feminino, professora primária, professora do ensino fundamental, setor feminino a grande maioria. Enfermagem tem alguns homens, já está mudando, começa a entrar muitos homens na enfermagem. Mas você tem nichos ainda muitos fechados, sejam nichos de maioria masculina, ainda muito fechados para entrada das mulheres, onde a presença delas é muito mais difícil, começa a aparecer muito lentamente. Por exemplo, a construção civil, setor fechado, não é? Agora começa a aparecer uma, outra mulher. Assim, como também, você tem outras profissões que são fechadas para presença masculina: trabalho doméstico, professor de escola infantil, há uma resistência enorme em receber homens, apesar de começar a aparecer interesse de homens, mas tem um fechamento muito grande. E você continua tendo padrões, de além de você ter esses nichos que não se alteram, a diferença salarial entre homens e mulheres continua. Ainda existem padrões de desigualdade muito flagrantes, assim como você tem um crescimento muito grande das mulheres nas pontas mais precárias do mercado de trabalho. A terceirização foi muito perversa. Todo o processo de terceirização é muito perverso para as mulheres, porque as mulheres vão sendo deslocadas neste processo para as pontas mais precárias no mercado de trabalho. Tem um crescimento muito maior das mulheres, por exemplo, nas posições, nos postos de trabalho informais, do que nos formais. Nesse movimento de formalização, por exemplo, que aconteceu recentemente, até antes desse período de crise agora, era possível perceber que os postos de trabalho que estavam sendo criados, a grande maioria deles, era

ocupado por homens. Enquanto cresce a presença de mulheres, exatamente nas pontas, nas empresas pequenas, não formais, informais, do trabalho em domicílio, do trabalho precário, terceirizado.

ITCP: Por que você acha que mesmo em tempo de crise, que tem muita demissão, porque que as mulheres são jogadas para profissões marginalizadas? Sendo que o salário da mulher é mais baixo, porque que elas não são absorvidas pelo mercado e os homens são deixados de lado?

Ângela: Porque eu acho que o mercado de trabalho continua funcionando com um viés, com um preconceito de gênero muito forte. Aí é interessante, porque às vezes esse preconceito está presente na empresa que está contratando, na pessoa, nas pessoas que estão envolvidas com o sistema de contratação e pagamento do trabalhador. Entra aí um grau de subjetividade muito grande, a gente encontrou isso muito pesquisando empresas, ao mesmo tempo que você vê a empresa que diz que “aqui não, imagina, nós não discriminamos, nós temos código de conduta, que diz que nós não podemos discriminar nada, de forma alguma, ninguém, por nenhuma situação”. Aí quando você vai ver como é que eles recrutam o trabalhador...

ITCP: Você enxerga o cooperativismo, a economia solidária como uma tentativa de mudar as relações de trabalho hoje sem ter que esperar um futuro [socialista]?

Ângela: Como um elemento central dessa prática cooperativista, acho que agente pode entendê-la como uma possibilidade, como um aprendizado, um caminho de aprendizado para a autonomia dos trabalhadores, para sua capacidade de gerir coletivamente as empresas, certo? De adquirirem, portanto, autonomia em relação aos patrões, de serem capazes de adquirir conhecimento. Conhecimento que eu estou dizendo não é universitário, conhecimento também voltado à prática, também através do estudo, porque não? Suficiente para que eles sejam capazes e sintam capazes, exerçam essa capacidade coletiva de gerenciar as suas próprias vidas e

a empresa na qual trabalham. Então acho que esse é um processo de aprendizado, sem dúvida que tem que ser pensado desde já. Por exemplo, essa questão da autonomia, capacidade de participar, de tomar decisões, de refletir, é algo que para mim é fundamental no processo de aprendizado para a transformação. E não é só no cooperativismo, no interior dos sindicatos, isso também é essencial para qualquer outro organismo coletivo. Só o que a gente vê, infelizmente, muitas vezes é uma prática de controle de cima para baixo. E que cria um conjunto de empecilhos à participação, porque a tendência, e aqui está a coisa da autonomia e da influência dos grupos políticos. Tem grupos políticos que vão pré-definir o que é a participação correta entre aspas, o jeito de participar, o jeito de ver. E isso, obviamente, restringe a participação de todos, porque se você não pensa isso com um aprendizado, o trabalhador que é contra a greve, jamais vai ser a favor se ele não aprender, ou se ele não for levado a questionar porque que ele é contra a greve e porque que ele não pode se tornar depois a favor; mas se você simplesmente separar os trabalhadores, aqueles que são a favor são dos nossos, que são contra, estão contra nós, portanto agente os alija do processo, isso não é uma prática educativa, portanto você não vai transformar nada desse jeito...

ITCP: E a tendência a excluir os homens do debate de gênero?

Ângela: Olha, eu acho que tem momentos dessa questão. É importante envolver os homens, mas acho que é importante envolver os homens a partir do momento que as mulheres têm segurança ou têm resolvido, para elas mesmo, um conjunto de questões. Porque nem sempre você tem um grupo feminista, por exemplo, no conjunto das mulheres que estão se envolvendo ali com clareza sobre todas as coisas. Às vezes ter clareza no plano racional, não significa ter superado um conjunto de coisas no plano emocional. Então você tem um conjunto de dificuldades para essa prática. Eu acho que os homens são bem vindos, mas não dá para, simplesmente, dependendo da dinâmica do grupo, achar que incluir os

homens desde logo é salutar às mulheres. Por exemplo, um grupo que está se formando, incluir os homens pode significar que os homens assumam a liderança, porque eles têm essa prática, é parte da socialização deles. E as mulheres ficarem todas caladas, porque o fato de ter um homem amedronta e elas têm dificuldade para falar. Bom, então não ajudou em nada ter um homem, está certo? Naquele grupo, você pode incluir os homens em várias atividades, em várias questões, mas pode ser fundamental para aquele grupo ter um momento em que as reuniões sejam só entre mulheres. Isso serve para aquelas questões que agente já discutiu no GEPES, não é? Eu lembro que a Adriana tava fazendo oficina de gênero com pessoas da [Cooperativa] Tatuapé. Que tinha essas coisa, não é? Elas queriam fazer reuniões separadas dos homens, com as mulheres, e depois reuniões juntas. E as mulheres às vezes perguntavam para ela, porque que não aconteceria de novo aquelas reuniões só das mulheres? Por quê? Porque elas se sentiam à vontade de fazer as coisas, de uma maneira que elas não se sentiam ainda fortalecidas suficientes para falar quando estavam junto com os homens ,acho que é esse processo...

ITCP: No entanto, a perspectiva de gênero nos coloca o desafio de trabalhar os papéis de gênero de forma inter-relacionada, ou seja, ao falar da situação da mulher, necessariamente precisamos entender os papéis atribuídos aos homens, e como fica esse diálogo nessa metodologia de trabalho apenas com as mulheres?

Ângela: Olha, eu acho que ela acaba na prática se tornando um trabalho com as mulheres, porque as mulheres continuam sendo, ainda não superou o momento em que as mulheres deixam de ser o grupo subordinado, dominado, marginalizado, excluído, dependendo do que você está focalizando, do que você está tratando. Por essa razão, por exemplo, a questão da violência, é muito complicado discutir, para tratar de mulheres de grupos vulneráveis acostumados a viver a violência doméstica, cotidiana etc. Você não deve achar que pode tratar a questão da violência como se ela fosse igual para os homens e para as mulheres. Não é. Ao

menos na violência doméstica e na violência sexual. São as mulheres, noventa e nove, vírgula nove por cento, as vítimas. Não tem como não tratar como uma questão das mulheres. Este tipo de violência, violência doméstica, por exemplo, muito raro de ser o inverso, é tão raro, que é um caso em mil. Então acho que depende da questão, quando você está tratando da coisa do trabalho, por exemplo, acho que sem dúvida você tem que trabalhar os dois, os dois grupos, principalmente, se envolve a relação no ambiente de trabalho. Guarda outros aspectos, as relações da família, enfim. Dependendo do que você vai tratar, e acho que é por isso, por essa razão que agente tem às vezes essa dificuldade de generalizar, ou de incluir, digamos, um trabalho com homens e mulheres, envolvendo a questão de gênero.

ITCP: O que você acha da relação entre gênero e Economia Solidária? Tem alterado algo nesse sentido, olhando a política de economia solidária? Ângela: Então, uma coisa que eu acho que é muito clara, para nós todas que estamos envolvidas nesse debate de gênero e economia solidária, dá para perceber que, por exemplo, o cooperativismo e a economia solidária não têm alterado. Quer dizer, a prática cooperativista, que orienta a economia solidária é uma prática mais igualitária, não discriminatória etc. Você tem isso como premissas, digamos, que informam a economia solidária, mas o que você vê na prática concreta nos empreendimentos, dos organismos que são criados, estou falando empreendimentos, organismos, porque tem várias coisas que não são cooperativas, não se altera? Inclusive as cooperativas você vê que simplesmente essa prática é reproduzida as relações de gênero, nas suas desigualdades. Isso é muito claro. Por exemplo, é reproduzida a divisão sexual do trabalho, tanto entre setores; cooperativas de costura, você tem muito mais mulheres, às vezes só mulheres. As cooperativas de reciclagem têm mulheres e homens, às vezes uma tendência em ter mais mulheres do que homens, mas nas cooperativas de reciclagem você tem uma divisão do trabalho, uma divisão sexual do trabalho muito estabelecida e

naturalizada. Por exemplo, muitas das cooperativas as mulheres tem uma função específica, totalmente separada das funções dos homens, em muitas delas as mulheres estão na função de separação do lixo reciclável, separar as coisas que vem tudo juntas, nas bancadas de triagem, enquanto os homens estão no serviço que é considerado mais pesado. E a definição, inclusive, porque que se divide o trabalho daquela maneira continua sendo: as mulheres têm mais facilidades, são mais detalhistas, vêem melhor a diferença do plástico branco etc. Elas não podem fazer o trabalho pesado, fica para os homens que é o que: carregar aqueles fardos, prensar fardo, botar no caminhão, não sei o que etc. Assim como também, se você tem catação de lixo junto, os catadores são homens, os que vão para rua fazer o trabalho de catar o lixo são homens e as mulheres quando tem essa divisão, ficam na parte da triagem. Assim como também, agente já encontrou na ITCP, casos em que as mulheres se envolvem numa cooperativa de artesanato e começam a trabalhar. E aquilo começa a dar um monte de problema em casa. E ela está indo trabalhar, nunca trabalhou antes, está indo trabalhar porque o marido está desempregado, mas o marido não aceita que ela esteja trabalhando, que ela fique o dia inteiro fora de casa, porque ele quer ela em casa, cozinhando e começa a dar muito problema, problema de violência... Tem homem que não aceita. Tem uma influência da questão de gênero, o tempo todo, constantemente, marcando diferenças e desigualdades nessas relações. O que mais me chama atenção é o fato das mulheres ganharem por produção, então quanto mais elas separarem o lixo mais elas ganham e os homens ganharem por mês ou por hora trabalhada, isso faz uma diferença enorme, em termos da dinâmica do trabalho, do cansaço no final do dia, tudo isso.

ITCP: Olhando as pesquisas na área de economia solidária e no mercado de trabalho e trabalho informal, a questão de gênero sempre aparece como um tema, como um dos temas, assim como a questão de raça, geracional etc. Parece que a dimensão da desigualdade já seria solucionada pelo fato apenas de contemplar

uma estatística voltada para essa questão. Problematicar mais a fundo essa questão não é uma necessidade que os pesquisadores sentem?

Ângela: Depende do pesquisador. Se o pesquisador não está adotando como o olhar da sua pesquisa a questão de gênero, ele não vai fazer isso. Ele vai adotar, avaliado o gênero, entendeu? Não numa perspectiva de gênero, são situações diferentes. Se é só variável, mas é uma variável como qualquer outra, para pensar as relações que está encontrando naquele universo. Se você adota uma perspectiva, ele vai ter a necessidade de buscar uma explicação, de buscar um aprofundamento daquela questão. Isso é um lado da confusão, quando você tem um conceito e se generaliza, que passa a estar presente nas políticas, enfim, nas agências, etc. Cria um pouco essa certa confusão, muita gente que começa a incluir variável como se fosse a perspectiva, só para dar conta de responder uma agência que está financiando essa linha.

Existem muito poucos estudos no campo da economia solidária. No entanto, tem uma discussão interessante que é a que não dá para olhar para economia solidária e para esse tipo de empreendimento apenas com um viés utilitarista, imediato. Como se a eficiência econômica possuísse um critério para avaliar a prática das cooperativas. Ela vai dizer que tem que superar essa idéia de que apenas a eficiência econômica vai julgar o maior ou menor sucesso de um empreendimento cooperativista, da incubação em uma cooperativa, etc. Tem várias outras coisas importantes, não é? E aí que a questão de gênero pode ser importante para você olhar. É como entender a participação de homens e mulheres, como é que essa participação pode ser diferenciada? Que significado tem para as mulheres? Que significado tem para os homens? Como eles podem ter olhares e viverem aquela experiência de uma maneira muito diferente, exatamente pelas limitações maiores ou menores de gênero que eles vivenciam no seu cotidiano. Tem uma pesquisa feita por uma colega de Minas [Gerais], chamada Magda Neves, que fala isso também. Ela foi fazer uma pesquisa em cooperativas com uma desconfiança muito grande, uma visão muito pessimista. Ela chegava nos

lugares e via a precariedade, o desolamento, a precariedade das condições achando que aquilo não tinha sentido. Manter as pessoas trabalhando, vivendo naquelas condições. Depois de ter trabalhado com as mulheres, com os homens, entrevistado, feito a pesquisa, ela chegou a conclusão de que, o que mudou, principalmente para as mulheres, era uma coisa muito mais em termos de qualidade de vida, o seu sentimento de pertencer a alguma coisa, de se inserir em alguma coisa, de sentir reconhecida, de ter o seu trabalho reconhecido. Então são aspectos muito mais culturais, simbólicos, subjetivos, mas que para aquela pessoa que está envolvida significa uma mudança para melhor, que você não pode medir apenas pela eficiência econômica, pela quantidade de dinheiro que entra a cada mês, que dizer, não é só isso que conta. Se for medir só por aí, muitas dessas experiências cooperativistas podem ser avaliadas negativamente. Podem olhar pro conjunto da coisa da economia solidária e achar que é muito ineficiente economicamente, que não tem sentido, as pessoas não saem da pobreza, não melhora sua qualidade de vida, etc. Bom, isso sem dúvida é algo que tem que nos preocupar, as pessoas que estão envolvidas nessa questão têm que se preocupar que o envolvimento das pessoas tem que significar uma melhoria na sua condição de vida. A gente tem que brigar por isso também, tem que lutar por isso, para que seja esse o resultado do trabalho. Mas não dá para medir só por isso. Não dá para agente achar que essa é a única questão relevante e importante quando se avalia o trabalho, por exemplo, de incubação, ou o maior ou menor sucesso de uma cooperativa.

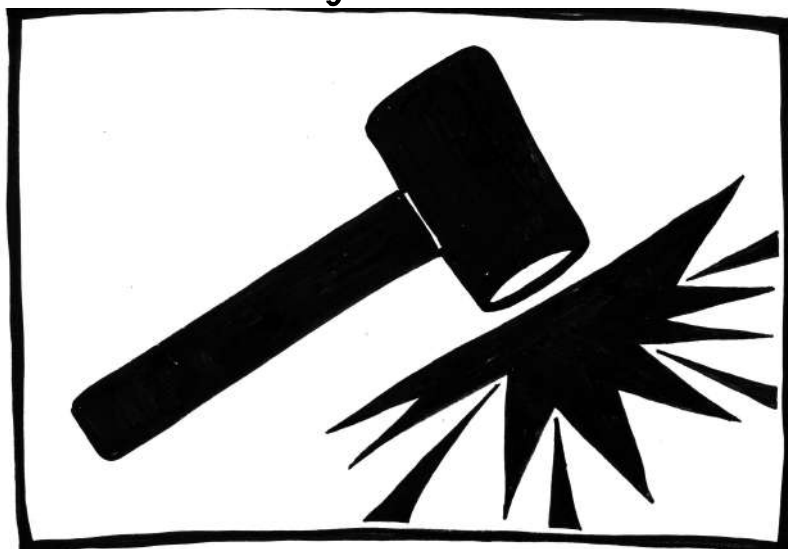
ITCP: Ângela, para encerrar, fala porque você está na ITCP?

Ângela: Bom, eu vim parar na ITCP por um convite claro de um grupo de monitoras, que estavam aqui na época, nem lembro quando. Elas vieram me procurar querendo conversar sobre como elas poderiam lidar com essa problemática das relações dos homens e das mulheres nos empreendimentos que estavam sendo incubados naquele período no projeto. Algumas delas estavam

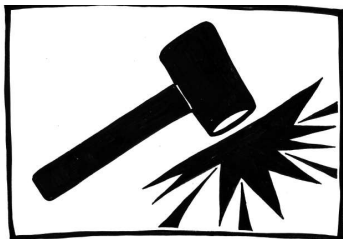
muito angustiadas com isso. Tinha uma relatando alguns fatos importantes, como brigas e desavenças, desencontros entre os homens e as mulheres que trabalhavam juntos. Ou como lidar com essa situação, por exemplo, porque também isso vem antes de mulheres que entravam no grupo, super afim, super envolvidas, mas que começavam a ter problemas em casa, por causa de filho, de marido etc. E um conjunto de questões que estavam aparecendo no cotidiano da incubação que elas não estavam sabendo como lidar com aquilo, que elas queriam então conversar comigo, discutir algumas coisas, perguntaram se eu topava orientar um pouco elas, e eu disse que eu topava. Me convidaram para vir aqui, fizemos uma reunião, começamos a conversar sobre isso e foi depois de um tempo que agente tava se reunindo e conversando, discutindo e lendo texto que surgiu essa idéia de formalizar, de criar mesmo um GEPES de gênero. E para mim era uma coisa muito rica, porque era oportunidade de não só ajudar numa reflexão, mas ajudar numa parte teórica, com aquilo que eu podia fazer, mas ao mesmo tempo experimentar esse outro lado que eu nunca tinha experimentado, a não ser quando fazia militância, nos grupos feministas que a gente tinha. Fazíamos reuniões na periferia com as mulheres, tinha muito essa coisa militante de ajudar as outras mulheres a constituírem os seus grupos. Mas tirando aquele período, eu nunca mais tinha tido essa experiência de me envolver com um trabalho mais prático. Prático no sentido de que tem que acontecer ali, as coisas apareciam, tinham que ser enfrentadas, ver se era possível resolver. Como é que esse arcabouço teórico da questão das relações de gênero podia contribuir com isso, estar no processo de incubação. Então foi assim, eu acho que foi muito, digamos, desafiante de um lado e muito rico, eu aprendi muito nesse processo. Eu gosto desse trabalho por essa razão, que não só envolvam, posso ajudá-las até certo ponto, porque também tem uma parte dos monitores, das monitoras que caminham sozinhas também. Acho que isso é uma grande coisa da ITCP, nem sempre se encontra isso fora da ITCP. Mas eu também aprendo, não só aprendi, me envolvi com a questão, como resolvi fazer um projeto de pesquisa sobre isso. É exatamente esse tipo de

relação e de prática que a Extensão que suscita, não é? Que me leva a fazer uma reflexão, a ler coisas que eu não lia antes, a pensar sobre o assunto e, portanto, a pesquisá-lo. Atuo um pouco na Extensão, mas também faço pesquisa sobre aquele assunto e acho que as coisas se completam, se complementam, agente pode também colaborar com a própria prática da ITCP, da incubação, quando você tem uma pesquisa maior sobre aquela realidade. Acho que tem pessoas interessantes na universidade que poderiam ajudar na ITCP, mas isso se inviabilizou ao longo do tempo... Por outro lado, eu acho que gerou, criou o que seria uma forma de organização dos estudantes, de gestão da ITCP. Um órgão desse tipo tem muita dificuldade numa universidade, dificuldade mesmo de verba, de estrutura, enfim. Eu acho que a ITCP funciona muito bem porque tem sempre os estudantes que são muito comprometidos com o trabalho aqui, conseguem se organizar muito bem para tocar o trabalho, quer dizer, são bem sucedidos em conseguir recursos, não é? Vão e fazem projetos, buscam, mesmo quando, às vezes, aos trancos e barrancos, mas a coisa funciona e acaba saindo e são muito bem sucedidos nesse aspecto. Já tem uma prática de formação que é muito interessante, formação de novos monitores, que isso também se consolidou ao longo do tempo.

SEÇÃO 4.



QUESTÃO JURÍDICA



OS EQUÍVOCOS ACERCA DO COMBATE À PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO:

O caso do Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União

"Fiquei muito contente de ver um texto da área jurídica na Economia Solidária. É difícil ter gente da área trabalhando com Economia Solidária e é difícil a interlocução entre os dois mundos.

[...]

O ministério público põe as falsas cooperativas e as verdadeiras cooperativas no mesmo balaio. Esse termo impede as cooperativas de serviço de acesso ao mercado. Ele trata igualmente as cooperativas que são intermediação de mão de obra, que efetivamente precarizam o trabalho e as cooperativas que são resultado de uma organização efetiva dos trabalhadores, em que há participação, em que há autogestão e onde eles mesmo são proprietários dos meios de produção.

[...]

...com a volta dessa ideologia liberal, a tentativa de flexibilizar as leis trabalhistas, o movimento de terceirização no mundo do trabalho.. Nesse contexto as cooperativas estão realmente sendo utilizadas para precarizar trabalho. Essa é uma realidade para a qual a Economia Solidária não pode fechar os olhos."

Maria Clara
advogada da ITCP/USP

Os equívocos acerca do combate à precarização do trabalho: O caso do Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia Geral da União

Autor: Rafael Moya⁵⁹

Resumo: Diversos obstáculos legais, políticos e burocráticos têm dificultado a atuação de cooperativas. São processos na Justiça, multas, “perseguição” do Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego. Um dos empecilhos “legais” é o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado em 2003 pela Advocacia Geral da União (AGU) e o Ministério Público do Trabalho. Ele proíbe a participação das cooperativas de serviços nas licitações do Poder Executivo Federal. TAC esse que tem irradiado efeitos para as mais diversas esferas da Administração Pública. Na defesa dos interesses difusos e coletivos, o art. 5º, § 6º da Lei 7.347/85 autorizou aos órgãos públicos que possuem legitimidade para ajuizar ação civil pública a possibilidade de tomarem do autor de comportamento lesivo a direitos transindividuais o compromisso de ajustamento de sua conduta (TAC) às exigências legais. Segundo Paul Singer: “Como já foi visto, a formação de falsas cooperativas é apenas uma das formas de precarizar o trabalho de que dispõem as empresas que desejam fazê-lo. Existem outras. Por isso, a destruição das cooperativas ditas de ‘mão-de-obra’ não impede e nem previne a destruição do assalariamento regular e com ela a expropriação dum número cada vez maior de trabalhadores de seus direitos constitucionais.”. E prossegue: “Em suma, em vez de perseguir algumas formas de precarização do trabalho, como as cooperativas ditas de ‘mão-de-obra’, na vã esperança de restaurar o assalariamento regular, o que precisamos fazer é generalizar os direitos trabalhistas como direitos humanos de todos que trabalham, sejam autônomos individuais ou coletivos, sejam assalariados ou estatutários.”

Palavras-chave: Direito cooperativo; termo de ajustamento de conduta; Ministério Público; falsas cooperativas.

⁵⁹ Advogado, Assessor Jurídico da ITCP/UNICAMP.

**Os equívocos acerca do combate à precarização do trabalho:
O caso do Termo de Ajustamento de Conduta entre o Ministério Público do
Trabalho e a Advocacia Geral da União**

No que se refere à conjuntura de atuação das Cooperativas brasileiras, no âmbito jurídico, diversos obstáculos legais, políticos e burocráticos têm dificultado a atuação de diversas cooperativas extremamente consolidadas, idôneas e com grande potencial de crescimento, que podem inclusive contribuir muito para o fortalecimento da economia solidária. São processos na Justiça, multas, embates com o Ministério Público do Trabalho e do Ministério do Trabalho e Emprego. Um dos empecilhos “legais” é o Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado em 2003 pela Advocacia Geral da União (AGU) e o Ministério Público do Trabalho. Este TAC proíbe a participação das cooperativas de serviços nas licitações do Poder Executivo Federal. Isso que tem irradiado efeitos para as mais diversas esferas da Administração Pública, prejudicando assim inúmeras cooperativas existentes e consolidadas há muito tempo. O objetivo é abordar este tema discutindo a viabilidade de se enfrentar o real problema da precarização do trabalho por meio de uma resposta tão simplória como um Termo de Ajustamento de Conduta que trata igualmente as falsas e as verdadeiras cooperativas.

O que é um termo de ajustamento de conduta

Na defesa dos interesses difusos e coletivos, a legislação brasileira, autoriza órgãos públicos que possuam legitimidade para ajuizar uma Ação Civil Pública a possibilidade de tomarem do autor de comportamento lesivo a direitos transindividuais o compromisso de ajustamento de sua conduta (TAC) às exigências legais.

O comprometimento preliminar do termo de compromisso de ajustamento de conduta possui dupla natureza. Caso o compromisso seja tomado de particulares, seu fundamento torna-se semelhante ao poder de polícia, já que se impõe aos administrados uma limitação individual em benefício do interesse coletivo. Caso este seja firmado entre órgãos públicos, aproxima-se a uma espécie de “convênio”, no qual apenas uma das partes terá obrigações. A finalidade essencial do Termo de Ajustamento de Conduta é a de buscar a solução extrajudicial de litígios que envolvem direitos difusos e coletivos, pois possibilita a cessação de comportamento tido como lesivo aos interesses transindividuais, assim, sem a necessidade da propositura de uma ação judicial.

O compromisso de ajustamento de conduta que normalmente é feito pelo Ministério Público faz com que os pactuantes acreditem que o acordo poderia gerar uma situação de irrevogabilidade, não sendo assim, permitido seu descumprimento, mesmo que suas cláusulas estejam em desconformidade com a lei ou não associadas a proteção do interesse público, princípio primordial deste instrumento jurídico.

Porém, como nos ensina o administrativista italiano Renato Alessi em sua obra “Sistema Istituzionale del Diritto Amministrativo Italiano” (Alessi, 1960) devemos distinguir o interesse público em primário e secundário. O primeiro significaria o interesse da sociedade ou da coletividade como um todo. O segundo seria o modo pelo qual os órgãos da administração vêem o interesse público, permitindo-se assim inferir que nem sempre a política governamental atenderia o real interesse da comunidade.

Desta forma, o Termo de Ajustamento de Conduta geraria somente uma presunção relativa de que um comportamento vedado pelo termo seria realmente contrário a um determinado interesse público. Mas isto não pode gerar uma situação de imutabilidade, o que importaria a vinculação sem fim do pactuante, mesmo entendendo o contexto autorizaria a realização de uma determinada política governamental que até então seria lesiva aos interesses transindividuais. Portanto,

incumbe ao Poder Judiciário definir se o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta possui legitimidade e legalidade, protegendo assim verdadeiramente o interesse público.

Conjuntura de retirada de direitos trabalhistas

Em tempos de crise econômica muito se tem dito sobre a famigerada “flexibilização dos direitos trabalhistas”. Trata-se os direitos conquistados pelos trabalhadores que estão positivados em cartas normativas como a Consolidação das Leis Trabalhistas que data de 1943, ou mesmo na Constituição Federal de 1988, além é claro de diversas determinações da Organização Internacional do Trabalho, como entulhos que precisam ser removidos do sistema jurídico brasileiro para que se possa abrir as portas para investimentos estrangeiros e para a geração de empregos. Segundo Rodolfo Capón Filas “La ideologia neo-liberal busca que el Estado no controle, dejando ‘en libertad’ as las ‘fuerzas del mercado’, por lo que en materia laboral, predican la flexibilidad e des-regulación más absoluta. Del mismo modo, en materia provisional enseñan que cada quien debe cuidarse a sí mismo y pre-ver su futuro” (Capon Filas, 2003, p. 69).

Ocorre que:

O Direito do Trabalho ao longo das últimas décadas sofre pressões internacionais. O novo modelo neoliberal existente no mundo impõe aos países, principalmente aos ‘emergentes’ do terceiro mundo, novas concepções de Justiça, do Direito do Trabalho, de emprego. As normas rígidas existentes nos Códigos e Constituições já não servem ao mercado. O que se pretende atualmente não é valorizar o trabalhador, mas adaptar o trabalho ao mercado. Neste sentido organismos internacionais, como o Banco Mundial, se preocuparam em ‘orientar’ os países da América Latina e Caribe a fazer a Reforma do Judiciário, como se evidencia no documento técnico n. 319 que acentua: ‘a economia de mercado demanda um sistema jurídico eficaz para governos e setor privado visando solver os conflitos e organizar as relações sociais. Ao passo que os mercados se tornam mais abertos e abrangentes e as transações mais complexas, as instituições jurídicas e imparciais são de fundamental importância. Sem estas

instituições, o desenvolvimento no setor privado e a modernização do setor público não será completa' (MARTINS, 2003, p. 165).

Assim, ao levarmos em conta que o Ministério Público do Trabalho brasileiro, de fato, quer enfrentar o grave problema da precarização do trabalho, cremos que seja primordial sua atuação no que se refere às crescentes iniciativas de flexibilização dos direitos trabalhistas, redução de salários, e diversas formas de burlar a legislação trabalhista. Não se nega a existência de falsas Cooperativas, porém, generalizar tal afirmação significa desconsiderar todo um avanço no cooperativismo brasileiro, significa fazer letra morta da legislação constitucional e infraconstitucional brasileira.

A legalidade do cooperativismo

Segundo o Termo de Ajustamento de Conduta: "CONSIDERANDO que a legislação consolidada em seu art. 9º, comina de nulidade absoluta todos os atos praticados com o intuito de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação da lei trabalhista;". Ora, a fraude, como vício de um ato jurídico, deve ser provada por quem alega, como determina o Código Civil brasileiro. Não se presume. A contratação de empresas interpostas para prestarem serviços, via cooperativas de trabalho, não configura, "automaticamente", fraude. Uma vez o Ministério Público do Trabalho alega que uma Cooperativa é fraudulenta deve ser garantida à mesma o contraditório e a ampla defesa. Nenhum ato administrativo pode ser superior aos princípios constitucionais, ainda que praticados pelo Ministério Público.

O Referido Termo de Ajustamento de Conduta está eivado de preconceito e "achismos":

CONSIDERANDO que os trabalhadores aliciados por cooperativas de mão-de-obra, que prestam serviços de natureza subordinada à UNIÃO embora laborem em situação fática idêntica a dos empregados das empresas prestadoras de serviços terceirizáveis, encontram-se à margem de qualquer proteção jurídico-laboral, sendo-lhes sonogada a incidência de normas protetivas do trabalho, especialmente àquelas destinadas a tutelar a

segurança e higidez do trabalho subordinado, o que afronta o princípio da isonomia, a dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho (arts. 5º, caput e 1º, III e IV da Constituição Federal);”

Caso isso ocorra, que o Ministério Público do Trabalho e os outros órgão competentes cumpram sua função de fiscalizar e punir as falsas Cooperativas. E ainda prossegue:

“CONSIDERANDO o teor da Recomendação Para a Promoção das Cooperativas aprovada na 90ª sessão, da OIT – Organização Internacional do Trabalho, em junho de 2002, dispondo que os Estados devem implementar políticas nos sentido de: '8.1.b Garantir que as cooperativas não sejam criadas para, ou direcionadas a, o não cumprimento das lei do trabalho ou usadas para estabelecer relações de emprego disfarçados, e combater pseudocooperativas que violam os direitos dos trabalhadores velando para que a lei trabalhista seja aplicada em todas as empresas'.

Impedir que o Poder Público contrate Cooperativas de serviços é a implementação de uma política que garanta que não sejam criadas para o não cumprimento das leis do trabalho? Isso é uma política que combate as pseudocooperativas?

Não caberia ao Ministério Público do Trabalho propor a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, limitando o Poder Público a contratação de Cooperativas de serviços. Ainda que se alegue segundo o TAC “CONSIDERANDO que a administração pública está inexoravelmente jungida ao princípio da legalidade, e que a prática do merchandage é vedada pelo art. 3º, da CLT e repelida pela jurisprudência sumulada do C. TST (En. 331);” ora, por esse mesmo argumento é que a Administração Pública deveria zelar pelo princípio da legalidade não discriminando Cooperativas, mas sim fiscalizando as falsas Cooperativas. Ao que parece pela ineficiência do Estado brasileiro em cumprir com suas obrigações faz com que o cooperativismo seja duramente atacado por essa iniciativa, vez que, pune principalmente as cooperativas idôneas que têm cumprido uma

importantíssima função social.

Além do mais o Ministério Público do Trabalho com tal iniciativa ignora o inciso LVII da Constituição Federal brasileira que garante o princípio da presunção de inocência. Como bem ilustra Paul Singer:

A outra origem das cooperativas de trabalho resulta de iniciativas de trabalhadores marginalizados, sem chance de obter emprego regular ou ainda em perigo de perder o trabalho que têm. Este é, por exemplo, o caso dos trabalhadores de empresas em crise, que se organizam em cooperativa ora para tentar recuperar a sua ex-empregadora (comprando-a com seus créditos trabalhistas e eventualmente com financiamento) ora para disputar o mercado de serviços terceirizados, tendo como arma sua proficiência profissional. Formam também cooperativas de trabalho trabalhadoras e trabalhadores muito pobres, que sobrevivem vendendo seus serviços individualmente e tentam obter melhores condições de ganho unindo-se em cooperativas de trabalho. Estas cooperativas são obviamente verdadeiras, frutos da livre vontade dos que nelas se associam, que não espoliam ninguém e são criadas como armas na luta contra a pobreza. (SINGER, 2004, p. 2)

Conclusão

A violação, do princípio da presunção de inocência, devido processo legal, da ampla defesa está contida, ainda que não se admita, no corpo do Termo de Ajustamento de Conduta, onde se limita a possibilidade do exercício da livre iniciativa. Segundo Paul Singer: "Como já foi visto, a formação de falsas cooperativas é apenas uma das formas de precarizar o trabalho de que dispõem as empresas que desejam fazê-lo. Existem outras. Por isso, a destruição das cooperativas ditas de 'mão-de-obra' não impede e nem previne a destruição do assalariamento regular e com ela a expropriação dum número cada vez maior de trabalhadores de seus direitos constitucionais." E prossegue: Em suma, em vez de perseguir algumas formas de precarização do trabalho, como as cooperativas ditas de 'mão-de-obra', na vã esperança de restaurar o assalariamento regular, o que precisamos fazer é generalizar os direitos trabalhistas como direitos humanos de

todos que trabalham, sejam autônomos individuais ou coletivos, sejam assalariados ou estatutários” (SINGER, 2004, p. 4).

Assim,

“Impõe-se a preservação e a ampliação dos direitos sociais, a ampliação do emprego por meio do desenvolvimento econômico e social, a redução da jornada de trabalho, e políticas de seguro-desemprego e compensatórias capazes de propiciar a sobrevivência dos trabalhadores enquanto desempregados. (...) Estas conquistas passam por um novo modelo de desenvolvimento integrado, por novos valores econômicos e sociais e por uma nova ordem social onde predomine a solidariedade e a justiça social entre os povos. Para se construir este novo ordenamento jurídico, econômico, social há que haver governos independentes, arrojadados, populares, capazes de romper com a dependência internacional. (...) Assim haverá a inclusão dos países à margem deste sistema e a implementação de novos valores que nortearão as relações de comércio, de trabalho e internacionais que se refletirão nas relações trabalhistas internas dos países” (MARTINS, *op. cit.*, p. 169).

A principal forma de se garantir direitos consiste em combater na raiz as causas do desemprego, da precarização do trabalho, da fragmentação, redução e extinção de muitas categorias, do descumprimento recorrente da legislação trabalhista, do crescimento vertiginoso da economia informal, da exploração do trabalho, das desigualdades, dos baixos salários. O ataque à essas cooperativas não restaura os direitos trabalhistas desses trabalhadores.

A garantia da implementação de direitos deve ser buscada combatendo as verdadeiras brechas e insuficiências do atual sistema econômico que atual crise do sistema econômico mundial desnuda. Antes de sustentarmos falsas ilusões com o sistema jurídico atual que, mesmo insuficiente vem sendo recorrentemente desrespeitado, lembramos o que nos ensina Eduardo Galeano sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

Le falta mucho más do que lo tiene. Por ejemplo, allí no figura el más elemental de los derechos, el derecho a respirar, que se ha hecho

impracticable en este mundo donde los pájaros tosen. Ni figura el derecho a caminar, ya pasado la categoría de hazaña ahora que sólo quedan las clases de peatones, los rápidos y los que la dignidad humana puede exigir cuando se la condena a ser indigna, ni el derecho a luchar por otro mundo posible cuando se ha hecho imposible el mundo tal cual es (GALEANO, 2002).

Referências Bibliográficas

ALESSI, Renato. **Sistema Istituzionale del Diritto Amministrativo Italiano**. 3. ed. Milano: Giuffrè, 1960.

CAPÓN FILAS, Rodolfo. "Declaración sociolaboral del Mercosur, proyecto regional para el empleo decente". In: SOARES, Celso da Silva (coord.). **Direito do trabalho: reflexões críticas : estudos em homenagem à Dra. Moema Baptista**. São Paulo: LTr, 2003.

GALEANO, Eduardo. (2002) **Ni derechos, ni humanos**. Docencia (Perú), (6), p.15-16.

MARTINS, Clair da Flora. "A Reforma Laboral Neoliberal" In: SOARES, Celso da Silva (coord.). **Direito do trabalho: reflexões críticas : estudos em homenagem à Dra. Moema Baptista**. São Paulo: LTr, 2003.

SINGER, Paul. (2004). **Cooperativas de trabalho**. Brasília, DF: MTE. Mimeo.

SEÇÃO 5.



TECNOLOGIA SOCIAL



Contribuições do "Seminário Extensão e Economia Solidária na ITCP: sistematização de experiências"*

O Engenheiro Educador

"Se agente conseguisse levar esse texto para todos centros acadêmicos, pros grupos de engenharia que estão com alguma fissura, algum potencial de transformação, já seria um belo trabalho.

[...]

As perguntas que o texto traz são muito bem feitas, muito bem elaboradas o que mostra um pouco que a universidade, apesar de estar praticamente capturada para outros objetivos, que aqui ainda há potencial de pensamento criativo, livre, engajado. Mas, mais que isso, está brotando aqui na incubadora uma crítica radical ao processo de formação e atuação na engenharia.

[...]

O texto está conseguindo nos mostrar que há possibilidades de teorização e atuação do engenheiro não só nos empreendimentos populares, mas na desconstrução da sociedade de classes."

Henrique Novaes,
pesquisador do Departamento de Política Científica e
Tecnológica(DPCT)/UNICAMP

O Engenheiro Educador ⁶⁰

Autores: Lais Fraga⁶¹, Ricardo Silveira⁶² e Bruna Vasconcellos⁶³

Resumo: O artigo tem como objetivo discutir a atuação do(a) engenheiro(a) em empreendimentos econômicos solidários. A partir da problematização das relações entre ciência, tecnologia e sociedade e do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social, mostraremos a necessidade de repensar a maneira de construir soluções tecnológicas para esses empreendimentos e, conseqüentemente, a necessidade de reformular a própria atuação do(a) engenheiro(a). A essa nova maneira de atuar, chamamos de Engenheiro(a) Educador(a).

Palavras-Chave: Engenharia; Economia Solidária; Ciência, Tecnologia e Sociedade; Tecnologia Social.

⁶⁰ Artigo teve como base um texto coletivo escrito pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES) de Produção e Tecnologia da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com a participação dos formadores Paulo Machado e Rachel Previato, além dos três autores.

⁶¹ Engenheira de Alimentos pela UNICAMP, mestre e doutoranda em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP e formadora da ITCP/UNICAMP desde 2004, lais@itcp.unicamp.br.

⁶² Graduando em Engenharia Mecânica na UNICAMP e formador da ITCP/UNICAMP desde 2006, ricardo@itcp.unicamp.br.

⁶³ Engenheira de Alimentos pela UNICAMP, mestranda em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP e formadora da ITCP/UNICAMP desde 2007, bruna@itcp.unicamp.br.

1. Introdução

Este artigo é resultado da atuação e reflexão do Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Produção e Tecnologia (GEPES de P&T) da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Esse grupo temático (assim como outros seis existentes na incubadora) tem como função confrontar a prática da incubação com o estudo teórico sobre um tema específico, no caso, a organização da produção e a tecnologia produzida e utilizada em empreendimentos econômicos solidários (EES)⁶⁴. Dessa interação entre teoria e prática surgiu a necessidade de questionar a atuação dos engenheiros⁶⁵ nesses empreendimentos e, conseqüentemente, a sua formação.

O objetivo deste artigo é discutir a atuação do engenheiro em EES e a sua formação a partir dos Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) e do marco analítico-conceitual da Tecnologia Social.

O artigo está dividido em quatro principais partes. A primeira parte apresenta a ITCP/UNICAMP e descreve o trabalho de engenheiros dentro dela, com o intuito de tornar mais clara a prática de incubação e, assim, o entendimento

⁶⁴ Para facilitar o entendimento de quais seriam esses empreendimentos, uma vez que este não é o objeto central do texto, escolhemos utilizar a expressão Empreendimento Econômicos Solidários, cunhada pelo Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária, para nos referirmos aos grupos populares com os quais trabalhamos.

⁶⁵ As identificações de gênero que fazemos como engenheiros, formadores, trabalhadores etc se referem aos homens e às mulheres que exercem essas funções. Por uma questão de convenção e normas de linguagem usamos os nomes no masculino.

da reflexão aqui proposta. A segunda parte apresenta o campo CTS e a relação que este tem com a atuação de engenheiros em EES. O campo CTS coloca em evidência um debate acerca das diversas visões sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade e, nessa seção, discutimos em que medida essas diferentes visões se relacionam com a atuação de um engenheiro em EES.

A terceira parte apresenta a reflexão, a partir do campo CTS e da oposição entre Tecnologia Social (TS) e Tecnologia Convencional (TC), sobre a atuação de engenheiros em EES. Esse é o ponto chave do artigo uma vez que elencamos as inadequações na atuação do engenheiro a partir dessa nova base conceitual, ao mesmo tempo em que colocamos a proposta de uma nova forma de atuação. A discussão parte do entendimento da não-neutralidade da tecnociência. Isso significa dizer que acreditamos que a ciência e a tecnologia carregam os valores e interesses predominantes no contexto no qual são desenvolvidas. As consequências dessa premissa, necessariamente, afetam a atuação do engenheiro. Parece-nos lógico que os interesses de uma empresa sejam diferentes dos interesses dos empreendimentos populares.

Tendo isso em vista, comparamos a atuação do engenheiro convencional com essa nova forma de atuação que chamamos de Engenheiro Educador.

2. Apresentação ITCP/UNICAMP

A ITCP/UNICAMP é um programa de extensão universitária vinculado à Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREAC) da UNICAMP e faz parte da Rede Universitária de ITCPs, com outras incubadoras universitárias brasileiras. Ela foi formada em 2001 a partir da necessidade de acompanhamento técnico e educacional de grupos de trabalhadores que fariam parte do Programa de Geração de Trabalho e Renda da Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), somada à iniciativa de um grupo de discentes e docentes que objetivava fortalecer o elo entre pesquisa e ensino por meio de um projeto de extensão. Desde então a incubadora já realizou projetos financiada pelo Programa Nacional de

Incubadoras, pela Rede de Tecnologia Social e pelo CNPq, entre outros.

A execução desses projetos foi guiada pelos objetivos gerais da ITCP/UNICAMP, que são fomentar o movimento de Economia Solidária e articular o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular produzidos fora da universidade para construir um novo saber que esteja a serviço da transformação social. Além disso, tem como objetivos específicos a criação de redes de articulação política e econômica de Economia Solidária e o fortalecimento das redes já existentes da Região Metropolitana de Campinas (RMC).

Para isso, o foco de atuação da ITCP/UNICAMP é a formação e o acompanhamento de EES. Segundo levantamento realizado na RMC pela própria ITCP/UNICAMP, estes são constituídos pela população de baixa renda, excluída do mercado de trabalho, em sua maioria mulheres e de baixa escolaridade.

Esse trabalho de acompanhamento dos grupos, que é chamado de incubação de EES, é norteado por princípios gerais da ITCP/UNICAMP, que são a extensão universitária e a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão, a interdisciplinaridade, as práticas e os valores da Economia Solidária, a educação popular e a autogestão.

Para contemplar um olhar multidisciplinar sobre a realidade, bem como para possibilitar uma prática coerente à autogestão durante o processo de incubação, a incubadora é composta por grupos temáticos: os Grupos de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária (GEPES) em sete áreas do conhecimento: planejamento econômico, processos pedagógicos, produção & tecnologia, saúde do trabalhador, dinâmica das relações humanas, comunicação & arte e relações de gênero.

2.1 O GEPES de Produção e Tecnologia

O objetivo geral de cada GEPES é dar subsídios teóricos para a incubação de EES, ao mesmo tempo em que reflete sobre a teoria e a transforma a partir da prática de incubação. No entanto, cada grupo tem seus objetivos específicos. O GEPES de Produção e Tecnologia, composto pelos formadores das áreas

tecnológicas, a grande maioria engenheiros, tem como objetivo formar Engenheiros Educadores por meio da relação entre a prática de incubação e os estudos teóricos, fomentar os processos de desenvolvimento de Tecnologia Social nos EES, fomentar o debate sobre as relações entre Ciência, Tecnologia e Sociedade dentro e fora da Universidade e construir coletivamente soluções no setor produtivo dos EES, ressaltando o caráter participativo da Tecnologia Social.

Este artigo foi escrito a partir da reflexão e atuação do GEPES de P&T dentro da ITCP/UNICAMP, balizadas pelo constante confronto entre a prática de incubação com o estudo teórico sobre as relações existentes entre ciência, tecnologia e sociedade. O grupo tem como uma de suas principais questões a seguinte: Como deve ser a atuação de engenheiros a partir da educação popular? Para entender essa pergunta, é preciso aprofundar o que entendemos por educação popular.

O significado da educação popular para a ITCP/UNICAMP e, conseqüentemente, para o GEPES de P&T, pode ser compreendido a partir do artigo "Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para metodologia de incubação" publicado nessa mesma publicação⁶⁶. O qual foi escrito com base no Projeto Político da Incubadora e fundamentado em dois principais autores, Paulo Freire e Pistrak:

O principal exercício deste artigo é transpor estes princípios para o contexto em que atuamos, que é o contexto de trabalho nas cooperativas e grupos populares. Esta transposição não pode ser feita através da simples aplicação das atividades propostas por estes autores, pois as condições do contexto escolar são muito distintas das condições do contexto de trabalho. Enquanto a escola é por excelência o lugar da aprendizagem a cooperativa é o lugar da produção do sustento. Neste sentido, o processo de aprendizagem que venha a ocorrer no espaço de trabalho precisa estar intimamente relacionado aos problemas, às necessidades e aos anseios deste espaço. Procuramos então uma metodologia coerente para o processo de incubação. Uma metodologia de trabalho que considere o

⁶⁶ Ver WIRTH, CHABES e PAVAN. "Educação Popular e Autogestão: alguns elementos para metodologia de incubação." In: ITCP/UNICAMP. *Coletiva*, Campinas, 2011. (nesta mesma publicação)

saber popular e o conhecimento produzido dentro dos empreendimentos como um conhecimento legítimo e necessário para a transformação da realidade. Essa metodologia deve considerar possível a aliança do conhecimento acadêmico com este outro tipo de saber, sem hierarquizar esta relação para, a partir daí, construir propostas válidas para a autogestão. (WIRTH; CHABES e PAVAN, 2010)

Por isso, acreditamos que a educação popular consiste na construção com os trabalhadores de uma consciência política que lhes possibilite transformar a sua realidade. Isso é possível quando essa atuação se dá com o objetivo educativo-libertador, pois permite problematizar a realidade, proporcionando ao trabalhador a possibilidade de atuar criticamente sobre ela.

Esse projeto político-pedagógico se mostrou uma dificuldade adicional para a atuação dos engenheiros nos EES incubados. Essa dificuldade é resultado da percepção da inadequação da maneira convencional de atuar do engenheiro diante dos princípios da educação popular somada à ausência do enfoque tecnológico nos processos de transformação social. Isto é, se, por um lado, percebíamos que era necessário repensar a atuação do engenheiro, por outro lado, os outros formadores, os EES e a universidade de maneira geral não percebiam como necessária a reflexão acerca do arcabouço científico e tecnológico nos processos de transformação social, ou seja, partiam da idéia de que a tecnociência disponível serviria para qualquer projeto de sociedade.

Essa foi a dificuldade inicial do GEPES de P&T. Há cerca de quatro anos, os formadores das áreas tecnológicas da incubadora passavam por conflitos e contradições na atuação nos EES. Não havia questionamentos em relação à neutralidade do conhecimento produzido pela universidade nem sobre a adequação desse conhecimento aos EES. Por isso, a busca pelas soluções para problemas tecnológicos nos empreendimentos incubados passava sempre pelas tecnologias mais modernas que, geralmente, eram também as mais intensivas em capital e menos intensivas em mão-de-obra (respectivamente, grosso modo, o recurso mais

escasso e o mais abundante em EES). Os problemas considerados pela incubação estavam, na maioria das vezes, no âmbito da gestão, da viabilidade econômica e na falta de acesso à tecnologia dos EES. Essa falta de questionamento em relação às tecnologias disponíveis gerava, no entanto, a incapacidade dos formadores de obter resultados significativos na sua atuação nos EES. Isso porque, muitas vezes, os formadores não sabiam resolver os problemas tecnológicos que demandavam solução e, em outras vezes, as soluções encontradas não contribuíam para a sustentabilidade dos EES. Diante disso, as perguntas que surgiram foram: É função do formador de Produção e Tecnologia fornecer soluções tecnológicas para o processo produtivo dos empreendimentos que acompanha? É função desse formador garantir que o empreendimento produza mais e melhor? A resposta imediata para essas perguntas era que o monitor de produção e tecnologia tinha, sim, a responsabilidade de resolver os problemas tecnológicos dos empreendimentos. O problema que surgia então era *como* resolvê-los.

O trabalho das equipes de incubação, por algum tempo, ficou emperrado nessa problemática. E foi a partir dela e das reflexões acerca das relações existentes entre ciência, tecnologia e sociedade que as questões iniciais se desdobraram em outras questões: Por que não conseguimos resolver esses problemas tecnológicos? A ciência e a tecnologia disponíveis podem ser usadas pelos empreendimentos sem prejuízos? Uma tecnologia de última geração resolveria os problemas de viabilidade econômica de um empreendimento? Se sim, como essas tecnologias influenciam as relações de gênero, a autogestão, a saúde do trabalhador dos EES?

E foi a partir dessas questões que chegamos a uma maneira alternativa de atuar nos EES. Embora as questões ainda não estivessem respondidas, a nossa atuação era pensada e problematizada a partir do questionamento da adequação das tecnologias existentes e a possibilidade de criar alternativas tecnológicas para os EES.

A reflexão a qual chegamos (balizada pelos estudos teóricos realizados, mas também profundamente enraizada pela nossa prática) foi que a ciência e a tecnologia disponíveis não são neutras e, por isso, não tem sentido pensar que elas possam ser usadas “para o bem ou para o mal”, como nos diz o senso comum. Percebemos que elas incorporam e tendem a preservar os valores prevaletentes no ambiente em que foi desenvolvida e, infelizmente, esses valores não condiziam com os interesses dos trabalhadores dos EES. O que isso significava para a atuação dos formadores? Significava que a ciência e a tecnologia disponíveis, mesmo sendo útil em muitos casos, traziam um modelo de organização do trabalho e da produção (hierárquico, parcelar, alienante etc) contrário aos interesses dos empreendimentos incubados. Acreditávamos, por isso, que a autogestão também dependia de uma produção autogerida e que, para isso, seriam necessárias tecnologias coerentes com os valores e interesses dos EES.

A partir do entendimento de que a tecnologia convencional serve apenas para a sociedade que a construiu, acreditamos que, para uma sociedade diferente, é necessária uma tecnologia diferente. É nesse ponto que atua o GEPES de P&T, promovendo e mediando processos participativos e necessariamente coletivos que compõem uma nova tecnologia: a Tecnologia Social. Tecnologia essa que representa a possibilidade de reprojeter a tecnociência existente segundo os valores e interesses dos trabalhadores dos EES. Essa reflexão, fundamentada até agora na nossa prática de incubação, no entanto, necessitou de um arcabouço teórico do campo dos Estudos em Ciência, Tecnologia e Sociedade.

3. O Campo CTS

O Campo CTS busca estudar as relações entre ciência, tecnologia e sociedade ou, como diz Cerezo (1998), entender a ciência e a tecnologia a partir de seu contexto social, em relação tanto aos seus condicionantes sociais quanto às suas conseqüências sociais e ambientais. Essa busca se coloca em choque com a visão clássica da neutralidade da tecnociência. A visão alternativa que o

campo CTS defende é apresentada por Cerezo (1998):

A chave se encontra em apresentar a ciência-tecnologia não como um processo ou atividade autônoma que segue uma lógica interna de desenvolvimento em seu funcionamento ótimo, mas sim como um processo ou produto inerentemente social em que os elementos não técnicos (por exemplo, valores morais, convicções religiosas, interesses profissionais, pressões econômicas etc.) desempenham um papel decisivo em sua gênese e consolidação (CEREZO, 1998, p. 44).

A visão clássica acerca da ciência ainda hoje é dominante no Ocidente. Robert K. Merton, uma das mais importantes referências para os estudiosos da Sociologia da Ciência, apesar de aceitar que a ciência moderna não vem sendo construída da forma apropriada, defendia uma chamada visão idealista da ciência e afirmava que normas poderiam impedir os cientistas de interferir nos seus objetos de estudos.

Merton defendia também que o cientista deveria ter espírito autocrítico, aberto e imparcial. Segundo suas normas os cientistas não poderiam definir pesquisas por interesses, mas sim pelas demandas da própria ciência, deveriam ter um compromisso constante com o benefício da humanidade.

A origem de uma nova visão da ciência está assentada em movimentos da década de 1970, de sociólogos que recusavam aceitar a visão clássica. Pestre (1997) descreve as primeiras visões contestatórias a respeito das práticas científicas, que buscavam entender como os “fatos científicos” eram cotidianamente negociados e como, a partir disso, surgiam os consensos.

Segundo Vessuri (1991), a partir da década de 1970 a visão mertoniana começou a ser desafiada por essas visões alternativas acerca da ciência que questionavam a dicotomia entre os aspectos sociais e as atividades científicas. Esses novos estudos, segundo a autora, evidenciavam a diversidade de manobras coletivas que definem a ciência e as possíveis interpretações dos fatos de acordo com as circunstâncias sociais. Essa nova visão percebia a ciência como um processo - e os produtos da ciência eram resultados desse processo interativo e

interpretativo - e, principalmente, como não neutra, sujeita à interferência da sociedade.

Na década de 1980, surge então uma nova visão que vai além dessa crítica e passa a entender a ciência como uma construção social que define e é definida pela sociedade, e não mais como uma ferramenta a ser utilizada para compreender uma realidade predefinida. O cientista passa a ser visto como um agente social, construído por uma cultura, moldado por um meio e por seus valores, e não como um puro sujeito conhecedor livre de interesses. Assim como os cientistas, os engenheiros também eram vistos, e ainda são, segundo essa visão e atuavam de acordo com a idéia de neutralidade, defendida pela visão clássica.

Por isso, um ponto fundamental para o entendimento da crítica que faz a abordagem proporcionada pelo campo CTS é a neutralidade tecnocientífica. Entender profundamente o que significa dizer que a tecnociência não é neutra nos ajudará problematizar a atuação do engenheiro⁶⁷. Isso porque a visão que se tem da tecnociência determina a maneira como os engenheiros atuam. Uma atuação baseada em uma visão neutra da tecnociência será descontextualizada das questões sociais, políticas e econômicas que a cercam.

Essa, porém, não é uma afirmação trivial. Para desenvolver o argumento aqui exposto é necessário ter clareza sobre o que se entende por neutralidade tecnocientífica. Dagnino (2002) aprofunda essa questão no trecho a seguir:

A idéia da neutralidade parte de um juízo fundacional difuso, ao mesmo tempo descritivo e normativo, mas abarcante e potente, de que a C&T não

⁶⁷ O campo CTS busca desmistificar a visão neutra da tecnociência. Há, no entanto, outros aspectos que caracterizam a visão convencional além da neutralidade: a essencialidade, o triunfalismo, o universalismo etc. Escolhemos focar na neutralidade por acreditar que ela é, em grande medida, mas não apenas, responsável pela manifestação das outras características. Quando a tecnociência é entendida como neutra, conseqüentemente, é tida como universal, pois, se ela não carrega os valores e interesses do contexto no qual foi desenvolvida, poderia ser usada para qualquer finalidade e em qualquer lugar, sem prejuízos. Os outros aspectos da visão convencional da tecnociência apresentam especificidades em relação à neutralidade e precisam ser levados em consideração, mas não são determinantes para a reflexão aqui proposta.

se relaciona com o contexto no qual é gerada. Mais do que isto, que permanecer dele sempre isolada é um objetivo e uma regra da “boa ciência”. E, finalmente, que ela pode de fato ser isolada. Ao entender o ambiente de produção científico-tecnológica como separado do contexto social, político e econômico, esta idéia torna impossível a percepção de que os interesses dos atores sociais de alguma forma envolvidos com o desenvolvimento da C&T possam determinar a sua trajetória. (DAGNINO, 2002).

A neutralidade tecnocientífica acarreta a percepção da tecnociência como uma verdade que não é passível de questionamento, uma verdade única e intrinsecamente positiva para a humanidade. Outra noção da neutralidade, apresentada por Pestre (1995), é que esta ensinaria às pessoas um comportamento racional, livre de paixões e interesses. Com isso, os processos – físicos e sociais – poderiam ser entendidos e analisados a partir do prisma científico. Nesse cenário e em uma situação menos idealizada, caberia ao cientista esse distanciamento da realidade que o permeia. Para isso, regras de conduta baseadas na ética, lógica e razão criariam um “senso acadêmico comum”, de forma a criar no cientista uma consciência crítica operante, um puro sujeito conhecedor, ignorando que “toda a atividade científica é uma atividade prática de interpretação e de invenção implicando saberes e saber fazer, certezas formalizadas e convicção íntima, e que consiste em trazer julgamentos sempre contextualmente situados” (PESTRE, 1995). Esse “senso acadêmico comum” e a conduta baseada na ética, lógica e razão são fundacionais na atuação do engenheiro.

Sobre o surgimento do campo, Cerezo (1998) aponta que o campo CTS surge com duas principais vertentes: a européia e a estadunidense. A européia teve início nos estudos das determinações históricas e sociais que condicionam o desenvolvimento científico e tecnológico, com acentuado enfoque na construção social da ciência e da tecnologia e com forte influência da sociologia do conhecimento e da filosofia da ciência. Por sua vez, a estadunidense ocupa-se

mais diretamente com os aspectos práticos das implicações sociais da tecnociência. Ou seja, a primeira trata dos antecedentes, e a segunda, das consequências. Hoje, porém, essas distinções são menos marcadas, e há autores que incorporam ambas as perspectivas. Atualmente, o campo CTS, ainda que de forma distinta, rechaça a imagem da ciência como uma atividade pura, critica a visão da tecnologia como aplicação da ciência e condena a tecnocracia.

O surgimento do campo CTS, especificamente o surgimento do campo CTS na América Latina, é objeto de estudos de diversos autores (VACAREZZA, 1998; SUTZ, 1998; DAGNINO, 2005), apesar de atribuírem diferentes razões ao surgimento do campo em todas as vertentes de estudos CTS, é reconhecido como objetivo desmistificar a visão neutra da tecnociência. A partir dessa crítica, o campo CTS propõe formas de avaliação e controle social do desenvolvimento da tecnociência.

É nesse sentido que o campo CTS aponta para a participação pública nas decisões sobre o desenvolvimento da tecnociência e também na sua avaliação. Há, no entanto, divergências em relação a como se daria essa participação. Dagnino (2006) problematiza o campo CTS. Para ele, desmistificar a neutralidade da tecnociência e garantir o controle externo não seria suficiente. Essa problematização gerou a classificação que Dagnino faz dos estudos CTS em duas correntes. A primeira, chamada CTS 1 (com o slogan: não-neutralidade e controle externo), seria contraditória ao aceitar que a tecnociência não é neutra, mas, ao mesmo tempo, supor que seria possível um controle externo ex-post que impusesse um uso coerente com valores e interesses distintos daqueles presentes no contexto em que a tecnociência foi desenvolvida. Em outras palavras, a contradição se expressa da seguinte maneira: se a tecnociência não é neutra e incorpora os valores e interesses predominantes no contexto em que é desenvolvida, como seria possível o controle externo incorporar outros interesses?

Já a segunda corrente, chamada CTS 2 (com o slogan: não-neutralidade e reprojetoamento), não nega a importância da conscientização e participação da

sociedade via controle externo, mas defende que os valores e interesses sejam incorporados durante a sua concepção, e não apenas no uso. O que diferencia as duas correntes seria o modo como ocorre o controle social da tecnociência.

3.1 O marco analítico-conceitual da Tecnologia Social

A partir da nossa prática de incubação, nos entendemos mais próximos da corrente CTS 2, mas acreditamos que falta ainda uma maior ênfase na construção coletiva dessas outras tecnologias, o que será discutido posteriormente. Porém, podemos dizer que a reflexão aqui exposta parte do entendimento da tecnociência como socialmente construída, produto dos atores que a constroem e do contexto na qual é desenvolvida. E é a partir desse contexto que introduzimos a noção da prática da engenharia convencional, ou seja, aquela que reproduz a visão da tecnologia como neutra e a prática do Engenheiro Educador, isto é, aquela que se dá a partir de uma visão socialmente referenciada da C&T. Como consequência do estudo das relações existentes entre ciência, tecnologia e sociedade, chegamos aos conceitos de Tecnologia Convencional (TC) e Tecnologia Social (TS), ou marco analítico-conceitual da Tecnologia Social, apresentado por Dagnino (2004). O autor detalha quais seriam as características da TC: Ser mais poupadora de mão-de-obra do que seria conveniente; Possuir escalas ótimas de produção sempre crescentes; Ser ambientalmente insustentável; Ser intensiva em insumos sintéticos produzidos por grandes empresas; Ter sua cadência de produção dada pela máquina; Possuir controles coercitivos que diminuem a produtividade; Ser segmentada, não permitindo o controle do produtor direto; Ser hierarquizada: demandar a figura do proprietário, do chefe etc; Ser alienante: não utilizar a potencialidade do produtor direto; Maximizar a produtividade em relação à mão-de-obra ocupada; Possuir padrões orientados pelo mercado externo de alta renda; Ser monopolizada pelas grandes empresas dos países mais ricos.

Em oposição ao conceito de TC, Dagnino (2004) sugere que a Tecnologia Social (TS) tem, ou deveria ter, as seguintes características: Adaptada a pequeno

tamanho físico e financeiro; Não discriminatória (patrão x empregado); Orientada para o mercado interno de massa; Liberadora do potencial e da criatividade do produtor direto; Capaz de viabilizar economicamente os empreendimentos autogestionários e as pequenas empresas.

Foi a partir da oposição entre TS e TC que organizamos nossas reflexões acerca da atuação de engenheiros em EES. Além disso, a TS (entendida como um processo, e não apenas como um produto) não pode ser entendida sem considerar que:

O marco da TS incorpora a idéia, contrária à do senso comum, de que o que existe na realidade é um processo de inovação interativo em que o ator diretamente envolvido com essa função inovativa contém (ou conhece) ao mesmo tempo, por assim dizer, tanto a “oferta” quanto a “demanda” da tecnologia. Portanto, a inovação tecnológica – e por extensão a TS – não pode ser pensada como algo que é feito em um lugar e utilizado em outro, mas como um processo desenvolvido no lugar onde essa tecnologia vai ser utilizada, pelos atores que vão utilizá-la. (DAGNINO; BRANDÃO, NOVAES, 2004).

Percebemos, então, que o marco analítico-conceitual da TS e o entendimento de que o processo de desenvolvimento da TS deveria se dar com a participação de seus usuários diretos (os trabalhadores dos EES incubados) estavam em consonância com as situações encontradas na prática cotidiana de incubação. É sobre o que trataremos a seguir.

4. Engenheiros na prática de incubação

A partir da nossa prática, dos estudos sobre o campo CTS e, especialmente, do marco analítico-conceitual da TS, refletimos sobre a atuação de engenheiros em EES. A atuação convencional do engenheiro (baseada na neutralidade da tecnociência) é também apoiada no desenvolvimento e uso de tecnologias convencionais. Muitos autores criticam essa atuação. Segundo Dagnino (2004), o engenheiro pode ser entendido como representante técnico do próprio

capitalista, pois é quem garante o controle da produção e, conseqüentemente, dos trabalhadores do chão-de-fábrica. Assim, sob a ótica da TC, o engenheiro desenvolve e executa controles coercitivos nas tecnologias e, mesmo que isso represente a diminuição da produção, retira, cada vez mais, o controle da produção dos trabalhadores. Segundo Laudaes (2000) sua atuação se dá num plano "superior" (hierarquicamente falando), sem envolvimento direto com os demais trabalhadores (muitas vezes inferiorizados), por meio da elaboração e da execução de planos de ação que visam o aumento da produtividade como produto final e a manutenção dessas relações hierárquicas do trabalho.

Não é nossa intenção abordar, neste artigo, a função do engenheiro na sociedade, outros autores já o fizeram (KAWAMURA, 1981; NOBLE, 1977; DAGNINO, NOVAES, 2004). Porém, esse debate é ponto de partida para entender as limitações da atuação de engenheiros convencionais na prática de incubação de EES.

Tradicionalmente, cabe aos engenheiros a função de produzir tecnologias dentro da universidade, distante da realidade dos EES, reproduzindo características da Tecnologia Convencional. Porém, os engenheiros, dentro do processo de incubação, deveriam ser educadores populares e, ao mesmo tempo, buscar soluções tecnológicas para os EES da maneira convencional, sem se preocuparem com os diferentes tipos de saberes e as diferentes maneiras de resolver um problema de ordem tecnológica. Deveriam, por isso, fazer um diagnóstico do processo produtivo dos EES, apontar os problemas e apontar as soluções para esses problemas: comprar um novo equipamento, reorganizar o fluxo produtivo, controlar os tempos e os movimentos dos trabalhadores para o aumento da produtividade etc. As tentativas realizadas podiam até resultar em um aumento de produtividade, mas, em grande medida, não contribuíam para uma sustentabilidade autogerida do empreendimento e poderiam ser consideradas contrárias ao próprio processo de incubação, que se dava de maneira participativa e buscava a autonomia do EES. Principalmente porque, muitas vezes, as soluções encontradas

não condiziam com a realidade, os valores e os interesses dos usuários dessas tecnologias e, também por isso, não eram bem-aceitas.

Essas tecnologias carregavam em si valores e interesses que não correspondiam aos dos trabalhadores dos EES. Um EES busca, diferentemente de uma empresa convencional, outros elementos para além do aumento da produtividade. Nele, existe a busca pela autogestão do empreendimento, pela saúde do trabalhador, pelas relações igualitárias de gênero, entre outros fatores que não são contabilizados no desenvolvimento da TC. Sendo assim, nos parecia necessária a construção de outro tipo de tecnologia e de uma nova maneira de conceber essas tecnologias que fossem adequadas ao trabalho nos empreendimentos e coerentes com os princípios da incubadora. Para isso, os engenheiros precisariam repensar a maneira de buscar soluções tecnológicas para os EES. Sabíamos que essa alternativa deveria ser participativa para que o saber acadêmico não fosse colocado como mais verdadeiro no processo de incubação. Deveria haver uma maneira de trocar os diferentes saberes e re-projetar o conhecimento e as máquinas existentes para a construção de um novo saber (e novas soluções) a serviço daquela realidade.

O marco analítico-conceitual da Tecnologia Social se mostrou como uma alternativa na busca do que seria esse outro tipo de tecnologia. O marco surge da ideia de “Tecnologia para a Inclusão Social”, ou seja, da busca por uma tecnologia que seja capaz de viabilizar a inclusão social, papel esse que percebemos não poder ser cumprido pela TC.

O desenvolvimento de TS, por sua vez, implicava repensar a forma de atuação do engenheiro. Na maioria das vezes, os engenheiros que atuavam na incubação de EES tinham um comprometimento com a transformação social e com a transformação da realidade dos trabalhadores dos EES, porém, sua atuação não se mostrava coerente com esse comprometimento. Isto porque, o engenheiro que continuasse atuando da forma convencional (como detentor do único saber válido e com a crença de que a última tecnologia é a melhor e, portanto, a mais adequada

para os EES) estaria ignorando as relações entre ciência, tecnologia e sociedade e, com isso, poderia estar produzindo soluções inadequadas para os EES por serem, muitas vezes, contrárias à busca pela autogestão desses empreendimentos. O engenheiro estaria reproduzindo valores e práticas que a Economia Solidária busca combater.

Por isso, o papel do engenheiro nesse novo cenário deveria ser o de atuar não mais como responsável pela solução do problema tecnológico, como esperavam a academia, os trabalhadores e a própria equipe de incubação, mas sim como *mediador* de processos participativos para solução de problemas tecnológicos.

Isso significa dizer que os engenheiros não poderiam mais “produzir” tecnologias dentro da universidade para os EES. Dentro do próprio processo de incubação, por meio de uma constante interação entre equipe de incubação e trabalhadores é que se desenvolveria essa tecnologia. O engenheiro teria o papel de mediar diagnósticos participativos para elencar quais seriam os principais problemas tecnológicos enfrentados pelos EES e, a partir disso, elaborar oficinas para encontrar com os trabalhadores a melhor solução para esses problemas ou, quando fosse o caso, conceber tecnologias sociais adequadas para aquela realidade.

Dizer que o engenheiro seria um “mediador” significa dizer que seria responsável por transitar entre os saberes acadêmicos e populares para mediar a construção coletiva de tecnologias adequadas aos EES, para que os trabalhadores pudessem introduzir seus valores, interesses e prioridades nessas tecnologias. Por outro lado, caberia ao engenheiro promover processos educativos para que também os trabalhadores pudessem transitar entre os diferentes tipos de saber. Isso, no entanto, não significa que o engenheiro não deva disponibilizar o conhecimento adquirido na sua formação convencional. Esse conhecimento pode ser útil se socializado com os trabalhadores dos EES e reprojatados segundo os valores e interesses desses trabalhadores. Ao engenheiro caberia então não apenas valorizar

o saber popular, mas também desmistificar o saber acadêmico como verdade absoluta. Para atingir esses objetivos e produzir tecnologias adequadas aos EES, os engenheiros deveriam, necessariamente, estar comprometidos com processos participativos de transformação da realidade dos EES e, por isso, deveriam ser não só engenheiros, mas também educadores populares. A esse engenheiro chamamos Engenheiro Educador.

5. A formação em engenharia

Refletir sobre a atuação do engenheiro, necessariamente, nos levou à reflexão sobre a sua formação. Colocamos ao engenheiro um desafio, mas acreditamos que a formação convencional em engenharia não incentiva, e em muitas vezes inibe, essa atuação como Engenheiro Educador para o atendimento das demandas dos EES. Sabemos que a necessidade de repensar o processo de formação das engenharias não é nova. Muitos autores criticam a concentração dos currículos em aspectos técnicos em detrimento dos aspectos sociais e políticos. O resultado disso, também apontado por diversos autores, é a atuação de engenheiros e engenheiras de forma limitada e, principalmente, alienada diante da complexidade das relações entre ciência, tecnologia e sociedade.

Os estudos de Kawamura (1981) e Fraga (2007) nos mostram a dificuldade do engenheiro em deixar as amarras da educação convencional para uma atuação alternativa como a proposta neste artigo. A visão neutra da tecnociência que influencia a atuação convencional do engenheiro também tem efeitos profundos na sua formação. E, por isso, nos mostra também que é insuficiente discutir a atuação do engenheiro sem pensar em outra maneira de formar os engenheiros para essas demandas. O Engenheiro Educador que se propuser a trabalhar com empreendimentos populares terá dificuldades se não receber uma educação também comprometida com esses empreendimentos, uma educação que não valorize o saber acadêmico em detrimento do popular, que se baseie em uma visão sistêmica da realidade e, fundamentalmente, que questione a neutralidade da tecnociência.

6. Considerações Finais

As conclusões a que chegamos parte do entendimento de que a tecnociência é criada por nós, engenheiros e engenheiras e, nesse processo de criação, levamos em consideração muito mais do que aspectos puramente técnicos. Conscientemente ou não, levamos também em consideração o contexto formado pelas relações culturais, sociais e de poder no qual estamos inseridos. Não falamos apenas das implicações, do uso tecnociência, mas, principalmente, do que lhe é inerente desde o momento de sua concepção. Num sistema social dado (inclusive o capitalista, por certo), a tecnociência é determinada por esse contexto. Ela guarda hoje com esse sistema uma relação de causalidade recíproca. Ao contribuir para sua manutenção e expansão, a tecnociência recebe dele uma contribuição: o conjunto de valores e interesses que o viabilizam. Isso nos leva a certeza de haver possibilidade de escolher diferentes caminhos para o desenvolvimento de alternativas tecnológicas para os EES incubados. A partir disso, apresentamos as nossas conclusões.

Em primeiro lugar, voltamos às divergências do campo CTS. Como já dissemos existe, segundo Dagnino (2006) duas correntes dentro do campo: CTS 1 e CTS 2. As reflexões colocadas neste artigo se alinham à corrente CTS 2, que aceita um controle não apenas no uso da tecnociência mas também na sua concepção, mas procuram ir além. Em ambas as correntes, CTS 1 e CTS 2, os engenheiros e cientistas continuariam a fazer tecnociência isoladamente e para a corrente CTS 1 caberia à sociedade determinar seu uso de maneira adequada, enquanto que para a corrente CTS 2 caberia aos próprios cientistas e engenheiros incorporar os valores e interesses ao “fazer tecnociência”.

O que defendemos é que a participação da sociedade deve ocorrer durante o processo de “fazer tecnociência”, especialmente quando falamos de incubação de EES. Por isso, não bastaria ao engenheiro incorporar valores e interesses alternativos na tecnociência convencional, mas propiciar e fomentar processos nos quais os próprios trabalhadores dos EES incorporassem seus valores e interesses

na tecnociência produzida.

O marco analítico-conceitual da TS passa a ser, então, uma referência, pois ao se definir a TS como um processo e não apenas como um produto, esses processos participativos são colocados no centro das atenções do engenheiro que atua nos EES.

Os engenheiros, no entanto, encontram muitas dificuldades para lidar com essa nova forma de atuação. Formados para trabalhar em indústrias e produzir tecnologias convencionais, tendem a reproduzir essa lógica no trabalho com os EES. Para que seja possível colocar em prática essa nova maneira de produzir tecnociência se faz necessária uma nova forma de atuação. O Engenheiro Educador seria aquele capaz de fomentar processos participativos, trabalhar como um mediador entre o conhecimento acadêmico e o conhecimento popular e construir coletivamente tecnologias adequadas às necessidades dos empreendimentos. Ou seja, mais que um engenheiro ele tem que ser um educador popular.

As ITCPs são, nesse contexto, um *locus* privilegiado para formação dos Engenheiros Educadores e para a construção de novas formas de conhecimento adequadas aos EES. A atuação de um grupo de engenheiros na ITCP/UNICAMP gerou, em grande medida, a discussão aqui colocada e a formação desses mesmos engenheiros para atuarem como Engenheiros Educadores.

No entanto, sabemos que muitos grupos que trabalham com propostas de transformação social, inclusive as incubadoras, não incorporam o debate sobre as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. Apesar de questionarem elementos como a educação, a saúde, as relações de gênero, a economia e a política, não refletem a respeito da influência das tecnologias e a maneira como essas são construídas nos EES. Isto é, deixam de lado a necessidade de se levar em consideração o enfoque tecnológico nesses processos de transformação social. Seguindo a corrente CTS 1, pensam a produção da tecnociência de forma isolada do contexto social e não percebem a importância de refletir profundamente acerca

das relações existentes entre ciência, tecnologia e sociedade.

Este artigo, por isso, tem como objetivo colocar esse debate em evidência e fomentá-lo em outras incubadoras e em outros espaços que se propõem a pensar uma transformação social. Entretanto, sabemos que este é apenas o início do debate e que outros elementos e outras experiências devem ser incorporados para que uma proposta como esta possa se tornar real.

Referências Bibliográficas

- DAGNINO, R. **A tecnologia social e seus desafios**. Fundação Banco do Brasil. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.
- DAGNINO, R. **Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo**. Trabalho apresentado na Organização dos Estudos Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002. Disponível em: <<http://www.campusoei.org/salactsi/index.html>> Acesso em: 30 maio 2007.
- DAGNINO, R. et alli., **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. In: **Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento**. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.
- DAGNINO, Renato. **Os estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e a Política Científica e Tecnológica: buscando coerência na Ibero-América**. Campinas, 104 p, 2005. [Ainda não publicado].
- DAGNINO, Renato. **Mais além da participação pública na ciência: buscando uma reorientação dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade em Ibero-américa**. CTS+I, México, v. 7, 2006.
- DAGNINO, Renato ; NOVAES, Henrique. **O Fetiche da Tecnologia**. Org & demo, Marília, v. 1, n. 4, p. 30-51, 2004.
- FRAGA, Lais Silveira. **O Curso de Graduação da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP: uma análise a partir da Educação em Ciência, Tecnologia e Sociedade**. 2007. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Política Científica e Tecnológica, Unicamp, Campinas, 2007.

- KAWAMURA, L. **Engenheiro: Trabalho e Ideologia**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1981.
- LAUDARES, B. **Trabalho e Formação do Engenheiro**. Belo Horizonte: Editora Fumarc, 2000.
- LÓPEZ CERREZO, José Antonio. *Ciencia, Tecnología y Sociedad*: Bibliografía comentada. Revista Iberoamericana de Educación, [s.i.], 1998, n. 18, p.171-176.
- MERTON, R.K. **Os imperativos institucionais da ciência**. In: J. D. Deus (org). *A Crítica da Ciência*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, pp.37-52.
- PESTRE, D. **Por uma nova História Social e Cultural das Ciências**: novas definições, novos objetos, novas abordagens. Cadernos IG/UNICAMP, 1996 Vol. 6, no. 1, pp. 356.
- SUTZ, Judith. *Ciencia, Tecnología y Sociedad*: argumentos y elementos para una innovación curricular. Revista Iberoamericana de Educación, 1998, [s.i.], n. 18, p.145-169.
Disponível em: <<http://www.rieoei.org/oeivirt/rie18a06.htm>>. Acesso em: 5 maio 2007.
- VACAREZZA, Leonardo Silvio. *Ciencia, Tecnología y Sociedad*: el estado de la cuestión en América Latina. Revista Iberoamericana de Educación, [s.i.], n. 18, p.13-40, set. 1998.
Disponível em: <<http://www.rieoei.org/oeivirt/rie18a01.htm>>. Acesso em: 5 maio 2007.
- VESSURI, H.M.C. **Perspectivas recientes en el estudio social de la ciencia**, Interciencia, vol. 16, no 2, 1991, pp.60-68.



A construção do projeto da nova sede da Cooperativa Bonsucesso

"Os compradores de material reciclado, são poucos compradores e pagam pessimamente e eles construíram uma rede na qual a tecnologia apropriada é a desses centros de entulho, na qual você tem um carroceiro, que recebe por peso, pouquíssimo. Então toda a tecnologia de vocês está escorrendo pra terminar naquela caçamba azul [do atravessador]. Tem toda uma tecnologia apropriada que vai ter que enfrentar com custos que são o do mercado. No final das contas, vocês estão concorrendo com o ferro velho da esquina e eu sei que tudo isso já foi pensado, sofrido por vocês, mas eu não senti isso no texto e era uma discussão interessante de ser feita."

José Eduardo Baravelli

Associado ao USINA centro de trabalhos para o ambiente habitado.

A construção do projeto da nova sede da Cooperativa Bonsucesso

Autores: André Dalbó⁶⁸, Diana Helene⁶⁹, Flávio Higuchi Hirao⁷⁰, Kaya Lazarini⁷¹ e Ulisses Terra⁷²

Resumo

Este texto aborda, por meio de um relato, as experiências didáticas, as dificuldades, e a riqueza da criação participativa, que envolveram a construção coletiva de um projeto arquitetônico para a nova sede da Cooperativa Bonsucesso. O extenso processo, que durou mais de dois anos, envolveu diversos atores: o coletivo de arquitetos Grupo Risco, a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Unicamp (ITCP Unicamp), a Cooperativa Bonsucesso, a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC) e setores da iniciativa privada. Neste processo destacaram-se importantes elementos para a reflexão, desenvolvimento, e possibilidades da Extensão Universitária, da Economia Solidária, da atuação das Incubadoras e também da Educação Popular. A utilização de distintas formas e ferramentas se destacam como elementos de uma rica experiência de integração na construção de um projeto arquitetônico coletivo.

Palavras-Chave: Cooperativa. Arquitetura. Reciclagem.

⁶⁸ Arquiteto e Urbanista formado na UNICAMP, mestrando em Arquitetura, Urbanismo e Tecnologia (EESC/USP) e membro do Grupo Risco (<http://gruporisco.org>).

⁶⁹ Arquiteta e Urbanista formada na UNICAMP, mestre em Planejamento Urbano (FAU/USP), membro do Grupo Risco, foi formadora da ITCP/UNICAMP de 2005-2007 e em 2009.

⁷⁰ Arquiteto e Urbanista formado na UNICAMP, membro do "USINA – Centro de trabalhos para o ambiente habitado" e do Grupo Risco.

⁷¹ Arquiteta e Urbanista formado na UNICAMP, membro do "USINA – Centro de trabalhos para o ambiente habitado" e do Grupo Risco.

⁷² Arquiteto e Urbanista formado na UNICAMP, integrante do Grupo Risco.

A construção do projeto da nova sede da Cooperativa Bonsucesso

A Cooperativa Bonsucesso

A Cooperativa Bonsucesso nasceu em 2002, por meio da união de ex-catadores de material reciclável. O grupo participou do curso de capacitação para o trabalho em cooperativas ministrado pela ITCP Unicamp (Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares) em parceria com a Prefeitura Municipal de Campinas (PMC), no qual definiu, como sua atividade econômica, a separação de materiais recicláveis. Em 2003, a cooperativa obteve um barracão alugado pela prefeitura PMC no bairro Nova Aparecida em Campinas e parte do maquinário necessário ao trabalho. Em 2006 a Cooperativa passou por uma situação contraditória. Ao mesmo tempo em que era pressionada a sair de sua sede por falta de pagamento (o barracão era alugado pela Prefeitura), recebia da CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) cerca de R\$ 40.000 de investimento para melhoria de suas condições de trabalho, que incluía a compra de equipamentos de proteção individual e maquinário, incrementos e recursos para pesquisa em relação à sua organização do trabalho.

A necessidade da construção de uma sede

“Hoje a Bonsucesso já tem o maquinário completo para execução de seu trabalho, está totalmente equipada e possui trabalhadores experientes, tanto no trabalho de separação de material quanto no administrativo. Agora a única coisa que falta é nossa própria sede”. Relato da cooperada Maria Bernadete Gomes.

Por esses motivos a Bonsucesso e a ITCP elencaram a construção da nova sede da cooperativa como prioridade, e, através de muita batalha, conseguiram junto a Prefeitura Municipal de Campinas a concessão de uso de um terreno público no bairro Villa Régio, não muito distante de onde funcionava a cooperativa. Um terreno com aproximadamente 2000 m², localizado muito próximo à área residencial do bairro, e limiar à linha do trem.



terreno para a sede da Cooperativa Bonsucesso

Para a instalação da cooperativa de reciclagem no terreno contatou-se a Associação de Moradores do Villa Régio. No primeiro contato entre a Incubadora e a Cooperativa, a Associação se mostrou resistente à instalação da sede da cooperativa no bairro. Foram então, feitos esclarecimentos sobre o trabalho de triagem e organizado um plebiscito em que os moradores respondiam se apoiavam ou não a instalação da Cooperativa Bonsucesso no bairro. Um formador da ITCP, juntamente com um representante da associação de moradores passou de casa em casa recolhendo os votos. O resultado foi favorável a instalação da cooperativa - 75% "sim" e 25% "não". A Associação de moradores elaborou então um documento de apoio à instalação da Bonsucesso, que foi entregue a Prefeitura Municipal de Campinas.

A Prefeitura, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, se

comprometeu a solicitar a concessão de uso do terreno e construir um pequeno barracão no local. Este barracão, apesar de muito pequeno para as necessidades da cooperativa, seria o primeiro dos quatro módulos que no fim constituiriam o barracão grande onde para a sede da cooperativa. A verba para construir este primeiro módulo foi aprovada em dezembro de 2005. Uma empresa ganhou a concorrência na qual seria responsável pelo projeto e por sua construção.

A necessidade de um projeto para toda cooperativa

Devido às necessidades de espaço de trabalho adequado a cooperativa, seria necessário um projeto de arquitetura para uma sede bem mais ampla. Dessa forma a ITCP realizou um pequeno concurso para contratação de uma equipe de arquitetos que apresentasse uma proposta para a elaboração de um projeto especial para a esta cooperativa de separação de resíduos sólidos. A Incubadora divulgou o concurso e para a seleção apresentou o tema do projeto e seus objetivos. Estudantes e profissionais de arquitetura e engenharia civil se interessaram em participar e enviaram suas propostas. Um coletivo de arquitetos foi selecionado e recebeu uma bolsa temporária para conceber o projeto de maneira coletiva e buscar financiamento para a sua execução.

O Processo coletivo e o Projeto Arquitetônico

O *Grupo Risco* é um coletivo de arquitetos e urbanistas que acompanha diversos movimentos de luta pela Reforma Urbana e Agrária atuantes na região de São Paulo e Campinas. O grupo foi formado em 2004 por alguns estudantes de arquitetura e urbanismo da Unicamp que queriam aprofundar seus estudos para além dos limites que se alcançava dentro da universidade. Começamos estudando alguns textos que não estavam no currículo do curso de arquitetura, e foi logo neste início que se envolveu com o projeto da nova sede para cooperativa Bonsucesso.

O Grupo Risco não conhecia o trabalho da ITCP quando elaborou sua

proposta para a seleção. A proposta coincidia com a idéia de autogestão, autonomia, educação popular e da integração entre conhecimento acadêmico e conhecimento popular, elementos que a incubadora trabalhava. O tema principal da proposta do grupo era "Projeta-se para construir. Mas o projeto pode ser ele próprio ser uma construção." Consistia na realização de um projeto participativo, onde se aliassem as técnicas e idéias dos arquitetos ao conhecimento e necessidades específicas dos cooperados da Bonsucesso.

Organizar a discussão do espaço a ser projetado de forma conjunta com os catadores de material reciclável a fim de se estabelecer uma dinâmica participativa no equacionamento das soluções arquitetônicas, através de eventos coletivos. Este trabalho conjunto entre grupo e catadores cria identificação com o projeto e organiza a lógica coletiva de trabalho. Desta forma, a filosofia de cooperação é exercitada mesmo durante a fase projetual. (retirado da proposta inicial do Grupo Risco)

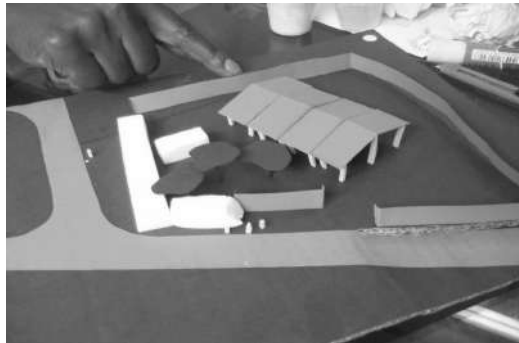
Após a seleção organizou-se um calendário em conjunto com a Equipe Rede (equipe da ITCP responsável pela cooperativa) e o Grupo Risco, para definição e discussão do acompanhamento, execução e procedimentos do grupo, além de estabelecer onde aconteceriam reuniões semanais entre a Equipe e o Grupo, e entre o Grupo, a Equipe e a cooperativa. O prazo para a realização do projeto foi estipulado em 2 meses, e outros 2 meses foram reservados para a busca de parcerias para a construção do Barracão, onde foram estruturadas as seguintes tarefas: necessidade de busca de patrocínios; acompanhamento do processo de construção do barracão da prefeitura; e conhecimento de estrutura e formas de trabalho de outras cooperativas.

Para facilitar a troca de informações entre os envolvidos foi criado um "blog" (<http://projetobomsucesso258.blogspot.com/>) para discussão do projeto entre o grupo de arquitetos, os cooperados e a Incubadora. Nele iam sendo colocadas as propostas para discussão coletiva e iam sendo reelaborados os projetos.

Na primeira reunião entre a cooperativa e o Grupo Risco, onde se estabeleceu o primeiro contato, o grupo constatou as grandes dificuldades da

Cooperativa Bonsucesso, na qual os cooperados estavam retirando apenas R\$ 100 por mês. As condições de higiene e estrutura eram fatores críticos a serem pensados para estes trabalhadores que operam constantemente com riscos de contaminação ao manusear o lixo. A realidade era muito mais difícil que o grupo imaginara.

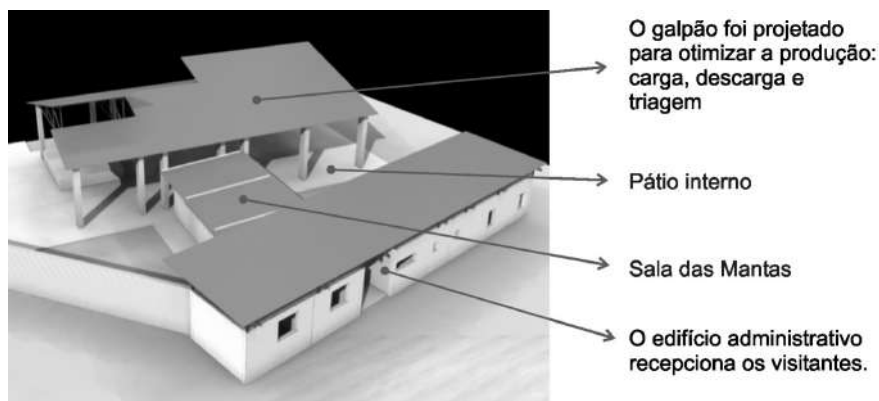
O Grupo Risco, assessorado pela ITCP, foi conhecer outras cooperativas para construir uma idéia do que é o trabalho de separação de material reciclável. Foi estruturada uma primeira proposta que estabelecia dois pontos principais, o processo produtivo e a dinâmica interna destas cooperativas. O grupo levou o estudo preliminar para a Cooperativa e junto aos desenhos levou uma maquete manuseável da construção, onde os cooperados poderiam mexer e propor como seria o projeto arquitetônico. Inicialmente, os cooperados não gostaram de alguns elementos do projeto apresentado pelo grupo e sugeriram mudanças. A partir de então, se iniciou um rico debate para definir os espaços, a produção e a configuração da nova sede. Com o auxílio da maquete e suas partes móveis, cooperados e arquitetos discutiram o projeto e chegaram juntos a uma solução muito interessante. O resultado, construído coletivamente, foi guiado pôr três linhas de pensamento: a elaboração coletiva do projeto, a integração entre a cooperativa e a comunidade (bairro Vila Réggio) e o uso de técnicas alternativas de construção, principalmente as confeccionadas a partir de materiais reciclados.



reunião com uso da maquete de estudos desmontável

A nova sede da cooperativa ficou estruturada em duas partes principais. A primeira era composta pelo galpão de triagem dos materiais recicláveis (galpão composto pelos 4 módulos da prefeitura) e a segunda era uma construção linear localizada na extremidade oposta ao galpão, compondo o setor administrativo (sala de administração, salão de atividades, copa-refeitório, casa do zelador, vestiários e enfermaria). Ligando esses dois blocos funcionais estava localizada a “Sala das Mantas”, onde os cooperados iriam produzir as mantas térmicas feitas de embalagens longa-vida, atividade que já realizavam no antigo galpão, e de onde obtinham a maior parte da renda. A lâmina administrativa delimitava a fronteira da cooperativa com a cidade: de um lado uma praça pública, e do outro lado a cooperativa, que se configurava em um pátio interno triangular.

Os cooperados desejavam uma entrada diferenciada da área de trabalho de separação para receber visitas, fornecedores, moradores do bairro, visita de escolas, etc. Ao mesmo tempo, era fundamental uma entrada ampla para a entrada e saída do material reciclável, com a possibilidade da circulação de veículos grandes, caçambas e caminhões. Por essa razão foi resolvida com o projeto de duas entradas diferenciadas: a de pedestres, pela lâmina administrativa, tendo esta o papel de uma intermediação espacial entre o barracão e a recepção de pessoas; e a entrada de veículos, que dava direto para a área de trabalho de separação de material reciclável e seu armazenamento, no grande barracão.



maquete virtual esquemática



Planta esquemática: logística de funcionamento da cooperativa

Ao longo do processo, enquanto o grupo desenvolvia o projeto, o terreno para a nova sede era tomado de entulho. A instância local da prefeitura - Subprefeitura Nova Aparecida, responsável para que não se jogasse entulho no local, foi acionada, mas alegou não possuir dinheiro para construir uma barreira que impedisse o livre acesso ao terreno. A Incubadora propôs então uma atividade coletiva para construção de uma cerca improvisada em torno do terreno, de modo a evitar o constante descarregamento de entulho. Essa atividade de "marcar" o território da cooperativa promoveu um primeiro envolvimento com o lugar, e foi de fundamental importância para a união do grupo de arquitetos, a Incubadora, e a cooperativa.

Enquanto isso o detalhamento técnico do projeto para sede da Cooperativa Bonsucesso ficou pronto. No entanto, ao apresentar a implantação para a

Prefeitura Municipal de Campinas, o grupo, a incubadora e a cooperativa foram informados que a área cedida à cooperativa seria desmembrada e o terreno para a futura sede seria bem menor. Era necessário modificar o projeto, ou seja, teriam que pensar coletivamente em uma nova implantação.

Mais uma reunião foi realizada para a reestruturação do projeto. Outra maquete móvel, com a nova área de terreno, foi construída para reunião. Novos problemas surgiram e a praça do primeiro projeto acabou por se extinguir. Os arquitetos defendiam a permanência da praça como uma bela contribuição a paisagem e espaço público do bairro, porém os cooperados não queriam a praça alegando que não teriam como cuidar dela e que esta poderia trazer problemas para a cooperativa. Aconteceu um interessante debate sobre o espaço público, e os cooperados apresentaram um elemento difícil de ser questionado - argumentaram que já existiam duas praças muito próximas ao terreno, ambas abandonadas e deterioradas.

A solução proposta pelo grupo para a extinção deste grande espaço público foi projetar um recuo de 8 metros da construção em relação à rua. Este espaço poderia funcionar como uma praça linear, e seria o local onde construiríamos coletivamente um forno de pizza feito de tijolo e barro. A idéia do forno, inicial na proposta do grupo, foi recebida com muita empolgação pelos cooperados, que discutiram a colocação de outros elementos no local, como bancos e arborização. Ao longo da discussão, o Grupo pensou em colocar uma área para pequenos estabelecimentos comerciais, para trazer vitalidade e segurança ao local, não deixando que ele permanecesse vazio. Ao apresentar para os cooperados, uma das cooperadas fez uma proposta ainda mais interessante: ceder um espaço para a Associação de Bairro, o que articularia a Cooperativa com o entorno.

Outro elemento importante do projeto foi a questão da segurança. Era necessário que o espaço da sede fosse mais resguardado ou que alguém pudesse vigiar o local e suas máquinas. O Grupo sugeriu então resolver duas questões

planta da sede da cooperativa Bonsucesso.

O projeto e a busca por financiamento.

O projeto previa o uso de técnicas alternativas de construção. As próprias mantas térmicas de subcobertura fabricadas pelos cooperados da Bonsucesso, incentivando e demonstrando a utilização das mesmas, é um dos elementos ecológicos proposto. Acreditávamos também, que o discurso da utilização de produtos reutilizados e/ou ecoprodutos auxiliaria na busca por financiamento.

Finalizado o novo projeto, calcularam-se os gastos para a realização da obra. O orçamento para que a obra completa, com todos espaços necessários para o funcionamento ideal da Cooperativa, fosse realizada seria de R\$ 250.000 (duzentos e cinquenta mil reais). Pensando na realidade da cooperativa, bem como na urgência de se ter uma nova sede, seus grandes problemas financeiros e a dificuldade que enfrentariam para conseguir arrecadar verba, o grupo de arquitetos pensou uma construção que fosse desenvolvida em etapas. O projeto foi estruturado então, em quatro fases de construção, onde o valor destinado para construção da estrutura mínima para inauguração da sede (a 1ª fase) seria de aproximadamente R\$ 65.000 (sessenta e cinco mil reais).

Para o trabalho de arrecadamento de recursos, foi desenvolvido pelo Grupo Risco uma estrutura de "cotas" de patrocínio, ligadas às possibilidades de "divulgação" e "promoção" que teriam os possíveis financiadores do projeto. Junto a ITCP e a Cooperativa Bonsucesso contataram empresas e possíveis parceiros para o projeto. Esta busca, no entanto, não obteve sucesso. Notamos durante a busca por financiamento que "a sustentabilidade", seja ela social ou ambiental, é atualmente uma palavra de status perseguido por inúmeras empresas dos mais diversos setores do mercado. Porém, muito mais ligada a um ícone favorável ao marketing eficiente ou à imagem da empresa, do que a uma real intervenção que auxilie uma pequena transformação social ou ambiental da população e/ou do meio ambiente. Ao que parece, o auxílio na construção da sede da Bonsucesso não era um produto interessante para as empresas contatas.

O barracão construído pela prefeitura.

Durante o desenvolvimento do projeto pelos arquitetos junto aos cooperados e a incubadora, o pequeno barracão que a Prefeitura se comprometeu a fazer deveria ser construído.

A Incubadora fez diversas reuniões com a prefeitura para que os problemas para a construção deste barracão inicial fossem resolvidos. Enquanto a construção não iniciava a ITCP fez uma visita, junto com os cooperados da Bonsucesso ao terreno. No local da futura sede leram juntos um informativo que foi colado nos estabelecimentos comerciais do bairro informando a construção da Cooperativa. Depois formaram com o corpo dos cooperados o tamanho do primeiro módulo do Barracão a ser construído. E saíram pelo bairro colando os informativos e conversando com os vizinhos. Essa atividade foi muito importante para união dos cooperados em fazer a nova sede acontecer, envolvendo os antigos e novos integrantes da cooperativa na construção.

Diversos problemas como a necessidade de terraplenagem (serviço não incluído na contratação da empresa construtora); a presença constante de entulho no terreno; e o descompromisso e não cumprimento dos prazos pela empresa responsável pela construção adiaram definitivamente o estabelecimento da cooperativa no local.

No entanto, o local onde estava instalada a Bonsucesso foi esvaziado pela sua proprietária (em função do não pagamento do aluguel), e a cooperativa foi desalojada do espaço, sem ter ainda um espaço coberto para deixar as coisas do empreendimento, ou mesmo trabalhar de maneira improvisada/temporária.

No terreno novo não havia nada, apenas a fundação do primeiro módulo do barracão, que estava sendo construído pela "Cooperativa Mão na Massa", empreendimento escolhido para substituir a empresa selecionada anteriormente, que não cumpriu com a construção.

Mutirão

Em caráter emergencial, no dia 16 de dezembro de 2006, realizou-se o mutirão para a construção do barracão provisório da Cooperativa Bonsucesso. Lado a lado, cooperados, formadores e arquitetos experimentamos juntos a realização de um projeto "in loco", no qual íamos escolhendo e elaborando o melhor lugar para a construção da "sede provisória". A cooperativa não tinha nenhum auxílio financeiro, nem mesmo para construir este "barraco" e os materiais desta construção emergencial foram obtidos através de uma parceria com a "Cooperativa Tatuapé", que trabalha com a separação e venda de resíduos sólidos provenientes do entulho da construção civil. Vigas, madeiras, tapumes e placas foram doados a Cooperativa Bonsucesso. Neste exercício coletivo, o projeto feito no papel e nas maquetes foi re-pensado e re-construído por meio da prática da construção coletiva, o mutirão.

Outro fator interessante foi a troca de saberes entres os arquitetos e os cooperados. As técnicas construtivas de um "barraco" não são aprendidas nas faculdades de arquitetura, e dessa forma os cooperados ensinaram os arquitetos a construir, e os arquitetos puderam dar sugestões para o melhoramento desta técnica construtiva. O mutirão foi a atividade definitiva de tomada de posse e interação entre todos envolvidos com o terreno.

Enquanto trabalhávamos, a "Cooperativa Mão na Massa" construía o primeiro módulo inicial, que agora também ficaria sem o banheiro do primeiro projeto da Prefeitura, devido a escassez de recursos causada pela troca de construtor do barracão.

O Barracão e o "barraco" foram finalizados, e os cooperados passaram a trabalhar no local, sem banheiro nem energia elétrica, impossibilitados de utilizar os equipamentos adquiridos pelo projeto CNPQ citados anteriormente. As condições se tornaram mais precárias que anteriormente, e o projeto da nova sede está engavetado até hoje.

A prefeitura realizou um acordo com a empresa prestadora do serviço de coleta de lixo da cidade para construção da sede da Bonsucesso. O barracão construído pela "Cooperativa Mão na Massa" foi demolido, e foi construído no local uma construção padronizada, projetada de maneira padrão para todas as cooperativas de reciclagem de Campinas, sem ligação com a geografia ou as relações de entorno do bairro características do terreno da Bonsucesso, nem com suas especificidades de trabalho (como a produção das mantas térmicas, por exemplo). Além disso, o barracão é fechado, com má circulação interna de ar, o que para o trabalho de separação e manuseio de lixo, além de insalubre, impossibilita uma qualidade mínima de ambiente de trabalho, na qual os trabalhadores reclamam do calor e do odor insuportável. Ou seja, uma construção totalmente oposta ao projeto realizado coletivamente.

Conclusão

A experiência deste longo processo de tentativa de construção de uma nova sede para a Cooperativa Bonsucesso foi ao mesmo tempo enriquecedor e decepcionante. A elaboração coletiva de um projeto arquitetônico com suas discussões, reflexões, estruturas e formas colaborativas, provocaram mudanças na maneira como os cooperados, formadores e arquitetos se envolveram na luta pela sede. Além da questão do projeto arquitetônico coletivo, as atividades realizadas para a integração e construção da proposta de uma nova sede, de dinâmicas didáticas à realização de mutirão, representaram um salto de integração e participação nos envolvidos neste processo.

A troca estabelecida entre os participantes desta série de atividades foram de extrema importância para o aprendizado geral dos envolvidos. Em relação à construção do projeto criado, observa-se que as dificuldades de relação com o poder municipal, a busca sem êxito por financiamento, e a realidade financeira da cooperativa impossibilitaram que o projeto fosse de fato executado. Vale discutir as práticas de atuação junto às cooperativas de separação de resíduos, contraponto

as possibilidades de obtenção recursos versus as potencialidades de formação política. Até que ponto a rica experiência de formação e troca de saberes, bem como o desenvolvimento coletivo de atividades participativas acabou não resultando em benefícios materiais para a cooperativa.

Podemos usar a conclusão como um claro exemplo da contraposição entre um trabalho transformador e a lógica de trabalho capitalista. Como as atividades participativas, horizontalizadas e visando a formação dos trabalhadores sofrem extremas dificuldades de concretização/continuidade contra a força da lógica de acumulação e mercantilização do sistema capitalista. No entanto, Mesmo que as praticas transformadoras não gerem "lucro" aos grupos incubados, tem sua importância exatamente por contrapor essa maneira de raciocínio e trabalho, visando uma transformação maior por contribuir para organização popular dos trabalhadores.



Contribuições do "Seminário Extensão e Economia Solidária na ITCP: sistematização de experiências"*

O processo de desenvolvimento de uma tecnologia social: mesa de triagem de materiais recicláveis

"O processo de projeto da mesa, ele é completamente distinto do que existe. Essa união entre os trabalhadores intelectuais e manuais, o projetar junto, o processo pedagógico... Isso é riquíssimo."

Henrique Novaes
Pesquisador do DPCT/UNICAMP

O processo de desenvolvimento de uma tecnologia social: mesa de triagem de materiais recicláveis

Autores: Lais Fraga⁷³, Ricardo Silveira⁷⁴ e Bruna Vasconcellos⁷⁵

Resumo: Apresentamos aqui o relato da construção de uma tecnologia social, entendida como um processo coletivo de produção de uma solução tecnológica demandada por empreendimentos populares. Buscamos mostrar neste relato como se deu esse processo coletivo de construção de uma mesa para triagem de resíduos sólidos, através da parceria de diferentes atores, como a ITCP/UNICAMP, dois Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de triagem de resíduos sólidos do município de Campinas/SP e um arquiteto. Para isso descrevemos cada etapa do processo, suas dificuldades e o resultado final.

Palavras-Chave: Tecnologia Social; Resíduos Sólidos, Empreendimentos Econômicos Solidários.

⁷³ Engenheira de Alimentos pela UNICAMP, mestre e doutoranda em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP e formadora da ITCP-UNICAMP desde 2004, lais@itcp.unicamp.br.

⁷⁴ Graduando em Engenharia Mecânica na UNICAMP e formador da ITCP-UNICAMP desde 2006, ricardo@itcp.unicamp.br.

⁷⁵ Engenheira de Alimentos pela UNICAMP, mestranda em Política Científica e Tecnológica pela UNICAMP e formadora da ITCP-UNICAMP desde 2007, bruna@itcp.unicamp.br.

O processo de desenvolvimento de uma tecnologia social: mesa de triagem de materiais recicláveis

Introdução

Este relato apresenta o processo de construção de uma tecnologia social, desenvolvida durante a incubação de dois empreendimentos econômicos solidários (EESs) de triagem de resíduos sólidos. Tem como objetivo descrever não apenas o resultado final, mas também o seu processo de desenvolvimento e a participação dos diferentes atores: formadores, arquiteto e trabalhadores dos EESs.

A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP-UNICAMP) se organiza (como pode ser visto em outros artigos desta revista) em grupos temáticos que dão suporte teórico ao processo de incubação, realizado pela Equipe de Incubação. Esta experiência teve participação direta da Equipe Rede, do Grupo de Estudo e Pesquisa em Economia Solidária de Produção e Tecnologia, de um arquiteto contratado pela ITCP-UNICAMP e de dois EESs de triagem de resíduos sólidos que são os usuários diretos da mesa produzida. Juntos, esses diferentes atores formaram a equipe executora do projeto.

O desenvolvimento dessa tecnologia social só foi possível devido ao apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) a um projeto aprovado no Edital CT-Agro/CT-Hidro/MCT CNPQ nº 018/2005, o qual tinha como finalidade a promoção da melhoria das condições de trabalho de catadores de materiais recicláveis. Nesse projeto, a ITCP-UNICAMP, entre outros objetivos, previu a compra de material para a construção de uma Mesa de Triagem, ao invés de uma mesa pronta.

Por isso, o que iremos relatar é como se deu o processo de desenvolvimento de uma Mesa de Triagem para EESs de triagem de resíduos sólidos e, em especial, as ferramentas pedagógicas utilizadas para o seu desenvolvimento, os resultados obtidos e a sua avaliação tanto do ponto de vista tecnológico quanto pedagógico.

Podemos simplificar o trabalho de um EES de triagem de resíduos sólidos em cinco etapas, a saber: coleta, triagem, prensagem, armazenamento e comercialização. No caso particular do município de Campinas a matéria-prima dos EESs é proveniente da coleta seletiva municipal, por isso são poucos os que realizam coleta própria. É na etapa da triagem que este artigo se insere. A separação de material é realizada pelos trabalhadores de forma manual e pode ser feita em esteiras ou mesas. Resumidamente, os resíduos sólidos recicláveis são deixados pelo caminhão que realiza a coleta em um pátio e então os trabalhadores separam cada tipo de material (diferentes tipos de papel, plástico, metal etc) e comercializam esse material separadamente. Mas como é feita essa separação? Sabemos que a resposta para essa pergunta varia muito para cada EES e para cada lugar também. A realidade aqui relatada se refere aos EESs de Campinas. Acreditamos, porém, que muitos dos problemas (e soluções) encontrados são comuns a outros EESs.

Com a implementação do programa municipal de geração de emprego e renda em Campinas, foram doadas, aos EESs, esteiras transportadoras (de segunda mão) para serem utilizadas na etapa de triagem. Nesse caso, a esteira era alimentada por um trabalhador com os resíduos provenientes da coleta seletiva e vários trabalhadores, dos dois lados da esteira, pegavam os diferentes tipos de materiais, separando-os. Um fato curioso que ocorreu é que as esteiras, símbolo do “progresso, desenvolvimento e eficiência” nos processos produtivos, foram rechaçadas por quase todos os EESs, que optaram por desligar as esteiras utilizando-as como mesas, ou improvisando novas mesas. Mas, ao fazerem isso, encontraram outro problema, pois não existem mesas específicas para esse

trabalho. Muitas vezes, elas são construídas pelos próprios trabalhadores com materiais disponíveis (portas ou tábuas planas sobre cavaletes ou tonéis, por exemplo), ou então são utilizadas mesas concebidas para outras finalidades.

A experiência aqui relatada parte desse problema corrente nos empreendimentos de triagem de resíduos sólidos: a inadequação de equipamentos disponíveis. Depreende-se que a inserção nos EESs de uma tecnologia desenvolvida para um sistema de produção verticalizado, onde o ritmo de produção é ditado pela máquina e onde o trabalhador possui o mínimo de controle possível da produção – ficando este papel a cargo de engenheiros e gerentes de produção – tem se mostrado contrária à autogestão dos EESs.

A nossa prática de incubação tem evidenciado que é necessário o reprojatamento de tecnologias existentes e o desenvolvimento de novas tecnologias que incorporem interesses e valores dos EESs e, com isso, sejam adequadas a esses empreendimentos. Um EES tem, ademais do aumento da produtividade, objetivos alternativos como a sustentabilidade do empreendimento, a busca por relações equitativas de gênero, a saúde do trabalhador, entre outros, que de alguma maneira revelam que a autogestão é bem mais que um método de gestão, mas também uma alternativa de trabalho e de vida. A tecnologia também se relaciona diretamente com a autogestão do empreendimento e é isso que pretendemos mostrar neste relato.

Apesar de considerarmos ideal que a construção da mesa fosse feita para cada empreendimento, considerando os interesses específicos e respeitando a dinâmica de trabalho de cada um, por restrições financeiras, só conseguiríamos elaborar um projeto e esse fato foi levado em consideração desde o início do projeto.

Desenvolvimento do Projeto

Passada a fase de diagnóstico – realizada durante o processo de incubação e com óbvia participação dos trabalhadores –, a equipe executora se

munuiu de recursos pedagógico-metodológicos que permitissem a troca dos diversos tipos de saber entre formadores e trabalhadores, de forma a socializar as etapas do processo de construção do projeto da mesa e permitir que os cooperados participassem ativamente dessa construção, podendo assim trazer suas necessidades e expectativas.

A responsabilidade de cada um na equipe executora pode ser resumida da seguinte maneira: o arquiteto contratado era responsável pela elaboração do projeto técnico da mesa, da elaboração da planta à execução do protótipo a ser reproduzido por um marceneiro. O Grupo de Estudo de Produção e Tecnologia contribuiu com a reflexão teórico-prática acerca da questão tecnológica nos empreendimentos e o conhecimento específico sobre o processo produtivo nos EESs de triagem, além de atuar como mediador do processo de construção da mesa. A equipe de incubação era o agente com maior proximidade com os grupos, vivenciando a realidade dos mesmos, sendo o processo das mesas continuidade do próprio processo de incubação, por isso, era responsável por trazer a discussão de outras áreas do conhecimento (como a saúde do trabalhador e os processos pedagógicos) e auxiliar no planejamento e execução das oficinas junto aos grupos. Já aos empreendimentos cabia a tarefa de trazer suas demandas, avaliar e sugerir mudanças nas propostas trazidas.

O trabalho realizado pode ser descrito sucintamente como: o levantamento dos parâmetros para a o desenho da mesa, a construção de maquetes e protótipos para avaliação dos trabalhadores e o fechamento do desenho final da mesa. Para isso foram realizadas o que chamamos de oficinas. Essas oficinas, fundamentais em processos participativos, são encontros, com duração de 1 a 3 horas, da equipe executora com todos os trabalhadores dos empreendimentos. Para esse projeto, elas foram planejadas pelos formadores da ITCP-UNICAMP (junto com o arquiteto) e executadas nos empreendimentos.

Para o levantamento de quais parâmetros deveriam ser levados em consideração para a construção de uma mesa de triagem, foram elaboradas três

oficinas ao longo de três meses, com cada um dos EESs envolvidos no projeto. As primeiras oficinas (uma em cada empreendimento) foram realizadas para levantar sugestões iniciais nos dois EESs. A segunda oficina (uma única oficina com os dois empreendimentos juntos) teve como objetivo confrontar as idéias dos dois grupos a fim de chegar num acordo comum que contemplasse a ambos. Por fim, as terceiras oficinas (novamente, uma em cada empreendimento) tiveram como objetivo apresentar a versão final do projeto e encerrar sua etapa de construção.

Nas primeiras oficinas, foram colhidas sugestões nos dois empreendimentos, inicialmente com todo o coletivo do EES, ao redor de uma mesa de triagem utilizada por eles, apontando quais seriam as características de uma mesa ideal para o trabalho. A partir do levantamento de tais características coletivamente, pôde-se explicitar algumas divergências no próprio EES, mostrando uma heterogeneidade na forma de trabalhar dos cooperados, o que avaliamos como positivo, pois desses conflitos surgiram sugestões cruciais para o projeto final. Num segundo momento, acompanhamos alguns cooperados individualmente nas suas mesas de trabalho complementando as informações e sugestões obtidas coletivamente. Após as primeiras oficinas, os parâmetros apontados foram os descritos a seguir:

- O *material utilizado* deveria ser resistente e duradouro, tendo em vista que os EESs não possuem capital para investir em equipamentos. As mesas deveriam ter superfície lavável e com o mínimo de cantos vivos possível, para facilitar a limpeza das mesmas.
- A *altura* inapropriada das mesas à estatura dos cooperados é responsável por causar desconforto e problemas de saúde. Na tentativa de sanar esta dificuldade, foi sugerido que a altura da mesa fosse regulável.
- Alguns cooperados disseram preferir trabalhar com a mesa plana, paralela em relação ao solo, enquanto outros preferiam trabalhar com diferentes tipos de *inclinação*, possibilitando o arrasto de menos ou mais material. A inclinação da mesa ficou sendo mais uma característica regulável.
- Outro parâmetro colocado foi a possibilidade de obter maior *mobilidade* dentro do próprio EES, e com isso tornar possível a realização da triagem em

diferentes lugares, de acordo com a necessidade do momento. Com isso pensamos em incorporar rodas nos pés traseiros das mesas.

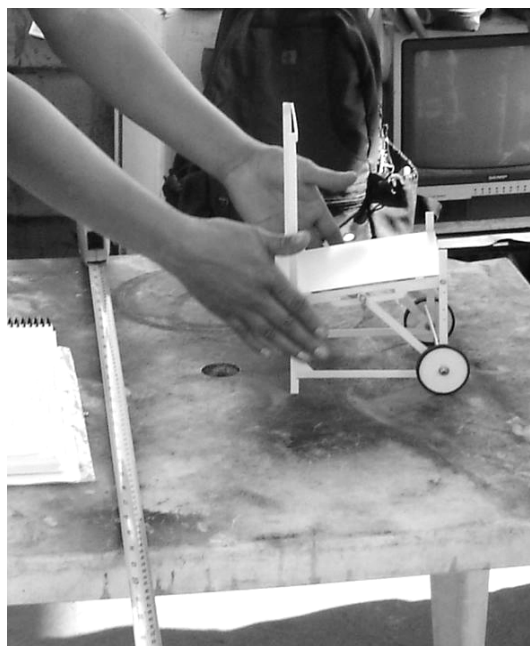
Como resultado desse processo, obtivemos a sugestão de uma mesa de madeira, pintada com tinta lavável, com possibilidade de regulação de altura e inclinação, e com rodas para facilitar a sua movimentação no EES.

O objetivo da segunda oficina ministrada era o de confrontar as idéias dos dois grupos a respeito da mesa, pois seria construído somente um projeto final e este deveria contemplar os dois empreendimentos. Para facilitar esse diálogo, o arquiteto montou uma pequena maquete que continha as propostas dos dois EESs e apresentou-a durante a oficina, na presença dos dois empreendimentos. Em relação à proposta construída a partir das primeiras oficinas, houve poucas modificações e divergências e o caráter flexível da mesa possibilitou uma confluência de idéias e de algumas medidas das dimensões da mesa (particularmente a altura e a inclinação). No entanto, o distanciamento entre os membros dos dois empreendimentos, aparentemente dificultou o diálogo entre eles. Outro ponto avaliado foi a dificuldade de compreensão da maquete por parte dos trabalhadores, o que nos fez refletir sobre o instrumental utilizado para o diálogo entre o profissional projetista (o arquiteto) e os usuários diretos da mesa.

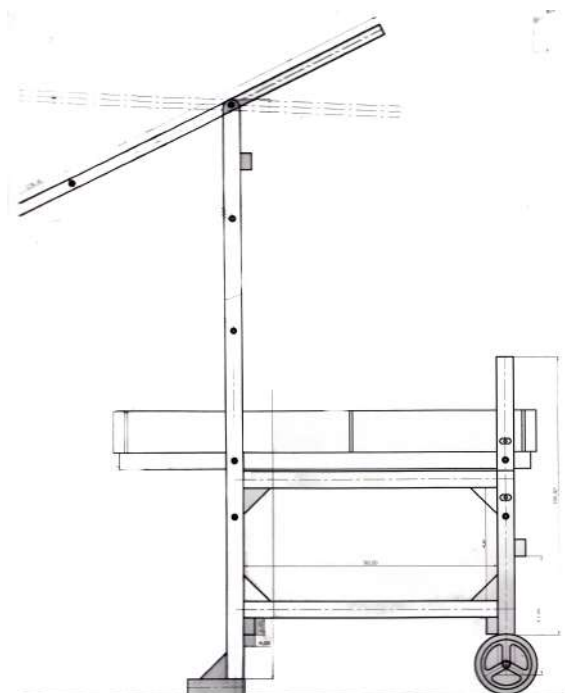
Por isso, durante o processo, avaliou-se que seria necessária, para que a comunicação entre os formadores e os trabalhadores fosse facilitada, a socialização de algumas ferramentas (por exemplo, desenho técnico, maquete, protótipo). E esse foi um dos objetivos das terceiras oficinas, as quais foram realizadas com cada grupo separadamente.

Para tal, propusemos começar as últimas oficinas com os trabalhadores em volta de um objeto e que cada um o desenhasse numa folha de papel, a partir de onde estava enxergando, esse objeto. O objeto escolhido foi a miniatura de uma casa. Os trabalhadores que estavam observando a parte de trás da casa, assim a desenharam, os que observavam a frente, esboçaram a casa vista de frente e

assim sucessivamente. O resultado foi a elaboração de vários desenhos distintos, variando de acordo com a posição de cada um. Nosso objetivo era compartilhar como são elaborados os desenhos técnicos dos projetos, que nada mais são do que diferentes visões de um mesmo objeto, mas são escolhidas vistas principais (laterais e superiores, por exemplo) padronizadas.



maquete utilizada em oficina



desenho técnico da mesa: vista lateral

Transpondo o instrumental utilizado para o objeto a ser construído, a mesa, expusemos, coladas junto às superfícies externas de uma caixa com dimensões equivalentes à da maquete, os desenhos técnicos das vistas principais da mesa. Em seguida, a caixa foi aberta e lá se encontrava a maquete, equivalente a soma dos desenhos.

Finalizando as últimas oficinas e o processo de construção coletiva, foi apresentada uma maquete 1:1 (tamanho real) para que os parâmetros de altura,

inclinação, largura pudessem ser analisados e revisados pelos trabalhadores dos dois empreendimentos. Foi sentida a necessidade de fazer a mesa em tamanho real uma vez que a linguagem da escala não é comum para os trabalhadores. Avaliou-se que tanto os desenhos quanto as maquetes e os protótipos não possibilitavam um diálogo aberto com os trabalhadores.

O processo de socialização das ferramentas utilizadas pelo projetista foi enriquecedor, mas superficial. Isto é, pode ser entendido como o início de um aprendizado, mas ainda insuficiente para superar as dificuldades de diálogo entre as diferentes linguagens. No entanto, para atender à necessidade do projeto, foi satisfatório e ratificamos suas características finais.

Considerações Finais

A cada oficina, a equipe executora do projeto (arquiteto, formadores do Grupo de Estudo de Produção e Tecnologia e equipe de incubação) não teve o papel apenas de sistematizar as sugestões dos trabalhadores, mas também de propor soluções e alternativas para os problemas colocados, e além de fazer os ajustes, debater com os trabalhadores e apresentar algumas ferramentas utilizadas durante o processo. Essa é uma etapa muito importante, mas também de grande dificuldade, pois, para que a comunicação entre os formadores e os trabalhadores acontecesse, era preciso socializar algumas ferramentas, como foi relatado neste artigo. Por isso, ao mesmo tempo em que era realizado um processo de desenvolvimento de tecnologia social, aconteciam também processos educativos, tendo como resultado final a formação dos formadores (como era de se esperar em um projeto de extensão) e dos trabalhadores.

A mesa de triagem foi concebida segundo um critério principal: a flexibilidade, uma vez que era necessário adaptar a mesa (altura, inclinação) para cada trabalhador, respeitando não só a eficiência, mas também as condições adequadas de trabalho.



mesa final

Reiteramos que a construção de uma Tecnologia Social, ou de tecnologias adequadas aos valores e interesses dos empreendimentos, que visem a inclusão social, deve se dar de forma participativa. Acreditamos que esse é o caminho para que os valores e interesses dos trabalhadores sejam incorporados às tecnologias.

O desenvolvimento de um processo participativo, no entanto, não é simples, e a incubação dos grupos foi o caminho que permitiu sua realização nesse projeto. O processo constante de acompanhamento dos grupos possibilitou que a equipe executora os conhecesse melhor e assim fosse capaz de realizar um diagnóstico realista. Além disso, a confiança criada com os trabalhadores facilitou a construção e execução dos processos participativos.

A estrutura multidisciplinar da incubadora permitiu também a construção de um processo a partir dos olhares das diferentes áreas. A troca de saberes entre a engenharia e arquitetura com a área pedagógica foi o que possibilitou a construção de uma metodologia adequada para a construção dessa tecnologia e, por outro lado, a contribuição da área da saúde foi fundamental para se pensar nas questões relativas à ergonomia. Além disso, o trabalho em conjunto com as diferentes áreas possibilitou que as áreas envolvidas (saúde, engenharia, pedagogia e arquitetura) se apropriassem de ferramentas e conhecimentos das demais.

Esse projeto nos mostra como é importante o desenvolvimento de tecnologias adequadas para os EESs dentro dos processos de incubação. No entanto, o desenvolvimento de tecnologias sociais deve ir além desse processo. Por isso, acreditamos ser necessária a existência de financiamentos que possibilitem o desenvolvimento de outras tecnologias sociais. Isto é, ao mesmo tempo em que entendemos que as tecnologias sociais devem ser desenvolvidas por meio de um acompanhamento sistemático dos EESs, acreditamos que o financiamento atual para incubação não dá conta da complexidade desse processo, que necessita, dentre outras coisas, de apoio de laboratórios e profissionais específicos, dependendo do problema tecnológico a ser enfrentado.

Apesar dessas dificuldades, é essencial que continuemos buscando caminhos para se repensar as tecnologias utilizadas nos empreendimentos. Pensar (e construir cotidianamente) a autogestão deve, necessariamente, passar pelo reprojeto das tecnologias que são utilizadas pelos EESs. Acreditamos que, caso isso não aconteça, as tecnologias existentes poderão ser entraves à autogestão, pois seguirão reproduzindo a lógica das relações de produção hierarquizadas e alienantes.

Referências Bibliográficas

- DAGNINO, Renato. **A tecnologia social e seus desafios**. Fundação Banco do Brasil. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.
- DAGNINO, Renato. **Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: Neutralidade e Determinismo**. Trabalho apresentado na Organização dos Estudos Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2002. Disponível em: <<http://www.campusoei.org/salactsi/index.html>> Acesso em: 30 mai. 2007.
- DAGNINO, Renato. et alli, **Sobre o marco analítico-conceitual da tecnologia social**. In: Tecnologia Social: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil: Rio de Janeiro, 2004.
- DAGNINO, Renato. **Os estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade e a Política Científica e Tecnológica: buscando coerência na Ibero - América**. Campinas, 104 p, 2005. [Ainda não publicado].

- DAGNINO, Renato. **Mais além da participação pública na ciência**: buscando uma reorientação dos Estudos sobre Ciência, Tecnologia e Sociedade em Ibero-américa. CTS+I, México, v. 7, 2006.
- DAGNINO, Renato; NOVAES, Henrique. **O Fetiche da Tecnologia**. Org & demo, Marília, v. 1, n. 4, p. 30-51, 2004.
- FRAGA, Lais. **O Curso de Graduação da Faculdade de Engenharia de Alimentos da UNICAMP**: uma análise a partir da Educação em Ciência, Tecnologia e Sociedade. 2007. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Política Científica e Tecnológica, Unicamp, Campinas, 2007.
- ITCP. **Projeto Político Pedagógico**. Disponível em: www.itcp.unicamp.br. Acesso em: 16 dez. 2007.
- KAWAMURA, L. **Engenheiro: Trabalho e Ideologia**. 2ª Ed. São Paulo: Editora Ática, 1981.
- LAUDARES, B. **Trabalho e Formação do Engenheiro**. Belo Horizonte: Editora Fumarc, 2000.
- LÓPEZ CERREZO, José Antonio. **Ciencia, Tecnología y Sociedad**: Bibliografía comentada. Revista Iberoamericana de Educación, [s.i.], 1998, n. 18, p.171-176.
- MERTON, R.K. **Os imperativos institucionais da ciência**. In: J. D. Deus (org). **A Crítica da Ciência**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979, pp.37-52.
- PESTRE, D. **Por uma nova História Social e Cultural das Ciências**: novas definições, novos objetos, novas abordagens. Cadernos IG/UNICAMP, 1996 Vol. 6, no. 1, pp. 356.
- SUTZ, Judith. **Ciencia, Tecnología y Sociedad**: argumentos y elementos para una innovación curricular. Revista Iberoamericana de Educación, 1998, [s.i.], n. 18, p.145-169. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/oeivirt/rie18a06.htm>>. Acesso em: 5 maio 2007.
- VACAREZZA, Leonardo Silvio. **Ciencia, Tecnología y Sociedad**: el estado de la cuestión en América Latina. Revista Iberoamericana de Educación, [s.i.], n. 18, p.13-40, set. 1998. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/oeivirt/rie18a01.htm>>. Acesso em: 5 maio 2007.
- VESSURI, H.M.C. **Perspectivas recientes en el estudio social de la ciencia**, Interciencia, vol. 16, no 2, 1991, pp.60-68.

SEÇÃO 6.



TURISMO●



Contribuições do "Seminário Extensão e Economia Solidária na ITCP: sistematização de experiências"*

Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira: percepções de uma equipe

"O relato sobre o processo de realização de diagnóstico no Vale do Ribeira é um texto emocionante. Nele fica claro como até mesmo um trabalho de diagnóstico e pesquisa pode (e deve) ter uma relação direta com a educação popular, na qual, como premissa, todas as partes aprendem entre si, e se transformam. O relato deixa claro como se imprimiu na vida destes formadores uma grande mudança a partir do envolvimento com as pessoas e culturas diferentes que conheceram. Outro fato de destaque é a tentativa de que essa relação, não trouxesse expectativas aos grupos, que mais tarde não fossem concretizadas. Tudo isso demonstra, as dificuldades e os desafios de se realizar um diagnóstico que proporcione uma troca de saberes para além da contabilização de dados."

Miguel Juan Bacic

Professor do Instituto de Economia da UNICAMP
Presidente do Conselho Orientador da ITCP/UNICAMP

Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira: percepções de uma equipe

Autores: Élcio de Souza Magalhães⁷⁶, Mariana Pereira de Castro⁷⁷ e Natalie Machado Rios⁷⁸

Resumo:

Este é um relato da experiência dos formadores(as) da Equipe Manacá da ITCP/UNICAMP, sobre a execução da primeira fase do projeto Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira: o diagnóstico. O projeto, com duração prevista de 2 anos, teve sua primeira fase concluída em 6 meses. Em visitas a 12 municípios, conversas com diferentes atores sociais, e uma ação direta e em parceria com o IDESC, pudemos explorar e conhecer nuances de uma exuberante região, mas ainda tida como o bolsão de pobreza do estado de São Paulo. Memórias e percepções mais simbólicas do que os textos do documento final estão escritos aqui. Este artigo pretende, portanto, relatar a experiência de construção deste diagnóstico, bem como as dificuldades, anseios e perspectivas da equipe executora diante deste desafiador trabalho.

Palavras-chave: Turismo, Vale do Ribeira, economia solidária.

⁷⁶ Formador da ITCP/UNICAMP. Engenheiro Agrícola pela FEAGRI/UNICAMP.

⁷⁷ Formadora da ITCP/UNICAMP. Economista pela Universidade Federal de Viçosa.

⁷⁸ Formadora da ITCP/UNICAMP. Bióloga pelo IB/UNICAMP.

Apresentação

O presente trabalho nada mais é que um simples relato de experiência a cerca da construção de um Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira, Estado de São Paulo, sob a perspectiva de uma equipe de formadores(as) da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/UNICAMP). A realização de tal diagnóstico refere-se à primeira meta do projeto "Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira", sendo então, fruto dos seis primeiros meses deste.

Esse projeto teve início em janeiro de 2009 e foi resultado de uma encomenda realizada pelo Ministério do Turismo (MinTur) à ITCP/UNICAMP. Tem como intuito fomentar a incubação de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) inseridos na cadeia produtiva do turismo e o fortalecimento de uma Incubadora no Vale do Ribeira, através de acompanhamento de 2 anos. Pretende-se também divulgar conhecimento acerca da economia solidária e contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais.

Além da ITCP/UNICAMP, o projeto é co-executado pelo Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira (IDESC), uma Organização Não Governamental (ONG) situada em Registro-SP, que possui um largo histórico de atuação na região do Vale do Ribeira. O IDESC passou por um processo de formação em economia solidária entre 2005 e 2007, em parceria com a ITCP/UNICAMP com o intuito de constituir-se enquanto uma incubadora de cooperativas populares.

Este relato portanto, mais que simplesmente descrever o processo de construção deste diagnóstico, pretende sociabilizar as dificuldades, os anseios e as perspectivas vividas pela equipe de monitores(as) da ITCP/UNICAMP diante desta grande empreitada. Reconhecemos que as reflexões aqui expostas são ainda incipientes, contudo acreditamos na importância de compartilhá-las visto que os estudos e experiências no campo da Economia Solidária e Turismo estão ainda em uma fase inicial.

Metodologia utilizada para a realização do Diagnóstico

O cumprimento desta meta envolveu um intenso trabalho de articulação, pesquisa e entrevistas de campo em 12 municípios da região: Barra do Turvo, Cajati, Jacupiranga, Parquera-Açú, Juquiá, Iguape, Ilha Comprida, Cananéia, Peruíbe, Registro, Eldorado e Iporanga.

Para dar início ao trabalho foi realizado o Primeiro Seminário de Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira, que contou com a presença de todos os envolvidos na execução do projeto e teve como intuito iniciar a discussão acerca dos conceitos e diversas abordagens sobre economia solidária e também sobre o turismo no Brasil. Além da ITCP UNICAMP e do IDESC, estiveram envolvidos na fase do diagnóstico o Programa de Comunidades Quilombolas (PCQ) e o Núcleo de Economia Industrial e da Tecnologia (NEIT). Ao fim desse seminário foi elaborado um plano de execução da meta em questão e um esboço da estrutura que assumiria o diagnóstico.

A primeira etapa foi a coleta de dados secundários, com o objetivo principal de traçar o perfil sócio-econômico dos municípios pesquisados, bem como do Vale do Ribeira em geral. Também se iniciou um ciclo de estudos sobre o Vale do Ribeira, sobre o Turismo e sobre Economia Solidária, com o fim de tentar compreender a relação existente entre os temas. Para tanto foi realizada uma revisão bibliográfica que serviria posteriormente como base teórica para a escrita do diagnóstico.

O trabalho de campo deu-se simultaneamente a essas atividades. Nas viagens de campo realizávamos entrevistas com diversos atores municipais, regionais e estaduais ligados à atividade turística, como o setor público (Prefeitura, Conselho Municipal de Turismo, Departamentos e Secretarias envolvidos com o turismo, como Educação, Cultura e Esportes, técnicos de órgãos municipais e estaduais), setor de serviços (hospedagem, alimentação, lojas) e representantes da sociedade civil (sindicatos, associações comerciais, associações).

A seleção dos atores foi feita a partir do conhecimento prévio e articulações da equipe do IDESC, na lista de EES identificados na região pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e em diálogos estabelecidos entre a equipe do projeto e lideranças de algumas instituições e/ou organizações representativas em cada município. Elaborada a lista de atores e antes de cada ida a campo, a equipe discutia as principais características de cada município, o papel que os atores representavam na cadeia produtiva do turismo e/ou na área da economia solidária, além das relações entre os diversos atores e a dinâmica existente entre os vários segmentos.

As entrevistas eram semi-estruturadas. Havia três roteiros de entrevista elaborados: um relacionado ao turismo e ao município em geral; e dois voltados aos empreendimentos com indicativo ou previamente identificados como EES, separados entre setor produtivo ou setor de serviços. Os roteiros eram guias, permitindo a equipe que novas e relevantes abordagens levantadas pelos entrevistados pudessem ser consideradas para análise durante o desenvolvimento do trabalho.

Ao fim do trabalho de campo foi realizado o Segundo Seminário de Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira, mais uma vez com a presença de todos os executores do projeto, além da Coordenação Executiva da ITCP e outros membros deste coletivo. O seminário serviu para fazer um balanço das atividades realizadas até o momento e concretizar a troca de experiências e impressões sobre os campos. O resultado do seminário foi a escolha dos EES e da Rede Solidária que seriam indicados para a incubação, bem como uma extensa divisão de tarefas entre os participantes para o término da escrita do diagnóstico.

A escrita final contou com a participação de todos os envolvidos no projeto, além de outros membros da ITCP/UNICAMP e do IDESC, que participaram da revisão do documento final.

A realização deste diagnóstico permitiu uma visão mais próxima do que é o turismo na região, sua articulação, possibilidades e limites em cada município, bem

como permitiu encontrar diversos EES ligados à cadeia produtiva do turismo, principal resultado desta fase.

O papel do(a) formador(a) na construção do Diagnóstico

Mais que executar uma meta de um projeto, ou escrever um documento para o órgão financiador, a elaboração do Diagnóstico da Cadeia Produtiva do Turismo no Vale do Ribeira possibilitou que cada um(a) dos(as) monitores(as) pudessem ter contato com a realidade local e interagir com novos atores, fundamentais para a construção da Economia Solidária na região.

Tivemos contato com mais de 30 EES, cada um com suas particularidades e com seu modo singular de nos encantarem. Fomos muito bem recebidos por todos no Vale do Ribeira. As pessoas abriram as portas de suas casas e instituições com muito agrado. Tivemos a oportunidade de desfrutar boas pitadas da rica cultura desta região. Conhecemos quilombos, agroflorestas, vilas caiçaras, comunidades rurais e ribeirinhas. Visitamos parques, praias, montanhas, cavernas, rios e cachoeiras. Vimos o esplendor da natureza em suas mais variadas formas. Vimos a devastação causada pela ocupação humana em determinados lugares, mas também a harmonia entre homens, mulheres e ambiente. Foi um misto de sensações que acreditamos ser fundamental relatar, para que todos possam compreender o que foi este trabalho.

Na comunidade caiçara do Ariri, em Cananéia, aprendemos que o Fandango, conhecido como música e dança típica caiçara, era mais do que isto. Era um evento, que começava sempre com um mutirão para limpar uma roça, fazer uma colheita, construir uma casa. Passava pela oração e pela reza para agradecer o trabalho dispendido por todos e terminava com o baile de viola e rabeca, levando o som e a dança do Fandango. Na comunidade do Marujá, assim como em outras comunidades de Cananéia, falava-se em mutirão como um indivíduo da cidade de Campinas fala do futebol. Esta prática autogestionária está imbricada na estrutura social dos municípios do Lagamar.

Em Iguape, comemos pão de roda. Em Cananéia, experimentamos a cataia. Em Parquera-Açu, bebemos o maravilhoso licor de banana. E em Barra do Turvo vimos como produzir alimento na floresta, trazendo mel e bala de banana. A farinha dos produtores de Guaraú, em Jacupiranga. Provamos chás dos extrativistas de Ilha Comprida. Infelizmente não chegamos a experimentar o "Buraco Quente", prato típico de Parquera-Açú, nem o "Azul com Banana", peixe típico de Iguape e Cananéia.

Com os quilombolas, podemos conhecer um pouco da sua história de luta e resistência. Da história de suas comunidades, que começaram a surgir após a descoberta do ouro na região, já que o Vale do Ribeira foi o primeiro lugar do país a se encontrar este metal em quantidade. Com o fim do ouro, estas comunidades ficaram esquecidas, até os recentes embates fundiários com fazendeiros e o Estado. Fomos surpreendidos pela sua organização, pois pudemos ver como eles estão se fortalecendo no setor do turismo. Com acertos e erros, muitas comunidades, tais quais os Quilombos de Mandira, em Cananéia, ou Ivaporunduva, em Eldorado, vêm desenvolvendo o turismo étnico. Encaram o turismo como meio de sobrevivência, mas também como um mecanismo de resistência, pois esperam que os visitantes levem pelo menos um pouquinho da sofrida história do povo negro para suas vidas.

Apesar de em menor quantidade que em outras partes do estado, o Vale do Ribeira recebeu um grande número de imigrantes no início do Séc. XX, que se enraizaram na região. Celebrando esta diversidade de culturas, está a Festa das Nações, em Parquera-Açu. Também há uma forte presença da Colônia Japonesa em Registro. Um dos marcos deste processo é a antiga empresa de colonização e indústria de beneficiamento de arroz KKKK. Também em Registro, nos dias de finados ocorre a festividade do Toronagashi, onde os parentes lembram de seus entes queridos falecidos acendendo uma vela e colocando nas águas do Rio Ribeira de Iguape sobre barquinhos de madeira. São acesas mais de 2.500 velas por ano.

A forte presença da Igreja Católica na região também leva a uma série de festividades em diversos municípios, como a festa do Café do Caipira, em Jacupiranga, a festa de Santo Antônio, em Juquiá, e as procissões fluviais em diversas cidades, como Iporanga, na véspera de Ano Novo.

As riquezas culturais e a bela paisagem natural contrastam com a dura realidade econômica da região. Os índices apontam para uma situação que leva a região a ser chamada como o "Vale da Pobreza". Mas mais do que banalizar isto ou contestar, vale ressaltar a origem de tal situação. Após o fim do ciclo do ouro, expandiram-se as produções de arroz, chá e banana. Mas contrariando quase todas as demais regiões de nosso Estado, lá não ocorreu a expansão da produção agroexportadora do café, e posteriormente a da cana-de-açúcar. A região, portanto, não aderiu às produções hegemônicas de interesse do capitalismo nacional e internacional. Também por este motivo não atraiu a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento econômico do lugar.

O baixo desenvolvimento econômico gera reflexos. Em Cajati, por exemplo, pela falta de oportunidades de emprego para os jovens, levava-os a ir embora da cidade ou abandonar a vida escolar cedo. Já em Cananéia, na comunidade de Pontal do Leste, a obsolescência ao acesso à infra-estrutura gera dificuldades para comercialização de seus pescados (única fonte de renda dos moradores locais), pois não recebe de forma efetiva energia elétrica para o armazenamento. Costumávamos dizer que a distância da comunidade para Cananéia era de R\$300,00 - este era o preço do transporte de barco para o lugar. Em relação ao acesso, muitas das comunidades são prejudicadas, seja pela falta de transporte público ou má condições das vias, seja pela ausência de meios de comunicação como telefone e Internet. Este é um dos maiores entraves no Circuito de Turismo de Agricultura Familiar de Cananéia.

Por outro lado, foi também este abandono do capital que possibilitou a preservação da natureza e a organização a partir de uma perspectiva solidária de muitos dos moradores do Vale do Ribeira. No tocante a preservação, vale ressaltar

que a região possui um dos maiores contínuos de Mata Atlântica no país. No entanto, leis ambientais e a implementação de parques geraram restrições, resistência e possibilidades. Restrição porque muitos moradores tradicionais sofreram com a rigidez das leis e imposições culturais promovidos pelo preservacionismo. Resistência, porque muitos enfrentaram como puderam tal situação e o Estado teve muitas vezes que rever sua posição, como no caso das áreas de remanescentes de quilombos e vilas caiçaras. E possibilidades, porque os parques são instrumentos de preservação da natureza e acabam atraindo um turismo ecológico, gerando uma possibilidade concreta de sustento econômico diante das restrições.

As circunstâncias de restrições ambientais, de dificuldades econômicas, de luta por direitos, de solidariedade, levaram a constituição de diversas organizações: associações, sindicatos rurais, grupos de trabalho, centros culturais, comunidades, mutirões, redes e cooperativas populares. Muitas delas claramente horizontais e autogestionárias. No Marujá, conhecemos Sr. Ezequiel, pescador e ex-presidente da associação local, que nos falou da contínua luta para acabar com as diferenças econômicas ainda existentes na sua comunidade. Falou com orgulho da organização local, que teve início com o enfrentamento à especulação imobiliária, apoiou-se na luta pela preservação ambiental e terminou com a construção de uma estrutura de turismo local, que melhorou a qualidade de vida de todos. Não é à toa que ele chama sua comunidade de República Socialista do Marujá.

No Vale do Ribeira, a luta pela sobrevivência econômica tem se articulado bem com o ativismo político, ou seja, as pessoas que hoje trabalham em EES também têm uma atuação política no município e na região. Isto parece claro, quando estas pessoas falam das lutas por reivindicações ou contra ações que claramente prestigiam um ou outro setor contra uma maioria. Um exemplo disto, é a luta contra a construção de barragens no Rio Ribeira de Iguape, que encontra a articulação dos quilombolas da região como um grande empecilho. Neste sentido, o turismo social ou de base comunitária tem servido como um instrumento a favor

das lutas locais, porque os moradores da região conseguem divulgar os seus enfrentamentos para os que estão ali visitando.

Contudo, existem municípios que vão à contramão de tal organização popular e preservação ambiental. Ilha Comprida, por exemplo, é um município de pouco mais de 10.000 habitantes e que recebe um turismo massivo, chegando a até 200.000 visitantes na alta temporada. A organização popular no município está relegada às poucas e isoladas vilas caiçaras, que ainda resistem bravamente a tal devastação cultural e ambiental. A especulação imobiliária tem sua explosão após a construção da ponte ligando à Iguape. Grande parte dos proprietários possui ali sua segunda residência, seu segundo negócio. Ilha Comprida é assim uma terra de aventureiros, onde ninguém finca suas raízes, e que durante a baixa temporada mais parece uma cidade fantasma do que uma belíssima ilha de 74 km de extensão. Quem sofre com isso tudo são os moradores locais, pois além de todos os problemas já citados, a cidade ainda sofre com o descaso do poder público e até mesmo com perseguição política àqueles que tentam desafiar os detentores de poder do lugar.

Em relação à Economia Solidária, salvo poucas exceções, os EES do Vale do Ribeira convivem com a ausência total de políticas públicas no tema. Existe na região a organização do CONSAD (Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local do Vale do Ribeira) e do Território da Cidadania. Também atuaram até julho de 2009 dois agentes do Programa Brasil Local na cidade de Eldorado. Em alguns municípios encontramos a presença de programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a distribuição e compra de produtos da agricultura familiar. Em relação às prefeituras, só não se pode dizer que não existe nenhuma política de economia solidária porque em Registro havia um projeto de instalar uma secretaria com a pasta de turismo e economia solidária. Nas demais prefeituras nada mais. Isso acontece, parte pelo próprio desconhecimento desta nova proposta de política pública, mas também como um dos reflexos do descaso dos órgãos públicos locais com a organização dos trabalhadores.

O mesmo acontece de forma dissimulada com relação a política para o turismo. Dissimulada porque existe, em geral, um discurso propenso ao turismo, mas na verdade são poucos os municípios que têm desenvolvido um projeto sólido para este setor. Algumas prefeituras acessam recursos para o turismo, mas não o utilizam efetivamente no setor, outros tratam com total descaso a questão. Existem, em algumas cidades, Conselhos Municipais de Turismo, mas quase todos estão paralisados. Claramente, vale ressaltar que há exceções.

No trabalho desenvolvido por nós, monitores(as) da ITCP, uma preocupação freqüente era de não criarmos junto aos grupos e agentes locais falsas expectativas em relação ao projeto. No final do diagnóstico deveríamos apontar somente 3 EES para serem incubados e claramente, muitos grupos com potencial ficariam fora da incubação e desta política do Ministério do Turismo. Também nos preocupava o excesso de diagnósticos e levantamentos já realizados na região, principalmente porque estes não significaram necessariamente uma política a posteriori. A maioria dos pesquisadores levantava seus dados e nunca mais voltava ou dava algum retorno sobre os resultados de "seus" trabalhos.

Também em nós foram geradas expectativas. Vimos diversos agentes com forte potencial para economia solidária, principalmente no tocante da sua relação com o turismo e, também, para a constituição de redes. Mas tínhamos sempre como barreira os limites concretos do nosso projeto e de nossa ação como monitores da ITCP, sediados em Campinas. Tínhamos sempre que projetar estas ações para o futuro e para o IDESC. Mesmo assim, isso acabou gerando em nós também certa frustração. Mais ainda nos locais onde víamos a luta dos agentes pela sobrevivência, com forte presença da autogestão, convivendo com a ausência de políticas do Estado. É difícil imaginar que em pleno século XXI, no rico Estado de São Paulo ainda existam comunidades nesta situação. E diante disto, nos sentíamos totalmente impotente por não poder fortalecer estes potenciais.

Considerações Finais

A partir desta experiência e do acúmulo do debate na ITCP/UNICAMP até o momento, reforçamos a importância de a incubadora propor projetos de incubação na proximidade de nossa sede, porque além de facilitar o deslocamento dos monitores e diminuir a sobrecarga sobre os mesmos, também possibilita que sejamos agentes contínuos da política local, no sentido de forçar o Estado a reconhecer as necessidades dos EES e estabelecer políticas públicas de economia solidária. Trabalhos desenvolvidos à distância exigem uma tamanha energia e recursos que acabam não tendo a mesma efetividade de projetos realizados na proximidade, pela possível continuidade já colocada. Está certo que o desafio colocado de constituir uma incubadora no Vale do Ribeira ou mesmo em outras regiões carentes de políticas públicas de economia solidária seja um forte motivador, mas fica a dúvida: esta grande tarefa cabe a nossa estrutura de funcionamento e na nossa realidade de estudantes extensionistas? A experiência desenvolvida até aqui nos será muito importante para avaliar a opção pela incubação de incubadoras no futuro.

Vale dizer que este é um primeiro relato e as primeiras reflexões sistematizadas da equipe Manacá, monitores da incubadora responsável pelo Projeto Turismo e Economia Solidária no Vale do Ribeira. Resultado do final do trabalho de realização do diagnóstico proposto no projeto. Como o projeto fechou apenas um quarto do seu total, ainda estamos apenas no começo do amadurecimento destas reflexões e com certeza outras surgirão durante o processo de incubação.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor

Fernando Ferreira Costa

Coordenador Geral da Universidade

Edgar Salvadori de Decca

Pró-reitor de Graduação

Marcelo Knobel

Pró-reitor de Pós-Graduação

Euclides de Mesquita Neto

Pró-reitor de Pesquisa

Ronaldo Aloise Pilli

Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário

Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva

Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Mohamed Ezz El Din Mostafa Habib

Conselho Orientador

Miguel Juan Bacic (IE) (Presidente)

Angela Araújo (IFCH)

Angelo Trappé (FCM)

Eglé Novaes Teixeira (FEC)

Roberto Teixeira Mendes (FCM)

Mohamed Habib (IB)

Renato Peixoto Dagnino (IG)

Sônia Giubilei (FE)

Geraldo Giovanni (IE)

Apoio Administrativo

Edison Nucci

impresso em julho de 2011

tiragem: 250 exemplares

tipologias: Loma e **FD Stenciluxe**

totalmente elaborado em software livre

COLETIVA

reflexões sobre incubação e autogestão

itcp unicamp

ISBN 978-85-86215-66-7



9 788586 215667